

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**AGROECOLOGIA, MOVIMENTO SOCIAL E CAMPESINATO**  
**NO AGRESTE DA PARAÍBA**

**Cynthia Xavier de Carvalho**

Campina Grande, maio de 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**AGROECOLOGIA, MOVIMENTO SOCIAL E CAMPESINATO**  
**NO AGRESTE DA PARAÍBA**

**Cynthia Xavier de Carvalho**

**Orientador: Prof. Dr. Edgard Afonso Malagodi**

TESE apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de doutora em Sociologia.

Campina Grande, maio de 2008

C 331a Carvalho, Cynthia Xavier de.

Agroecologia, movimento social e campesinato no Agreste da Paraíba / Cynthia Xavier de Carvalho. – João Pessoa, 2008.

189 p.

Orientador: Edgard Afonso Malagodi

Tese (doutorado) – UFPB / UFCG.

1. Agricultura Familiar – Agreste da Paraíba. 2. Agroecologia. 3.

Agricultura Sustentável. 4. Campesinato.

**CYNTHIA XAVIER DE CARVALHO**

**AGROECOLOGIA, MOVIMENTO SOCIAL E CAMPESinATO  
NO AGRESTE DA PARAÍBA**

Tese apresentada em 19 / 05 /2008

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Profº Dr. Edgard Afonso Malagodi (UFCG/PPGCS – Orientador)

---

Profº Dr. Sérgio Schneider (UFRGS/ PGDR – Examinador Externo)

---

Profª Drª. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE/PPGS – Examinadora Externa)

---

Profª. Drª. Ghislaine Duqué (UFCG/PPGCS – Examinadora Interna)

---

Profº Dr. Jógerson Pinto Gomes Pereira (UFCG/UAEA – Examinador Interno)

**Suplentes:**

---

Profº Dr. Ivan Targino Moreira (UFPB/CME)

---

Profª. Drª. Marilda Aparecida Menezes (UFCG/PPGCS)

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, estímulo nas horas mais difíceis, e meus irmãos.

Às minhas avós Eurides (*in memória*) e Gertrudes, a quem devo muitas orações.

Ao meu avô, Manoel Lopes (*in memória*), agricultor familiar, que tanto me ensinou a amar o campo.

## AGRADECIMENTOS

A ideia de trabalhar com o tema “Agroecologia” decorreu inicialmente de uma conversa com o professor Edgard Malagodi, ainda na fase de elaboração do projeto de pesquisa, para concorrer à seleção do doutorado. A partir daí, iniciou-se o acompanhamento e orientação dada a este trabalho. Suas reflexões, sugestões e críticas, discutindo-se as hipóteses e as ideias principais aqui trabalhadas, no decorrer de todo esse período, bem como o apoio às dificuldades enfrentadas por mim, foram cruciais para a estruturação e a continuidade deste estudo. Portanto, aqui expresso meu agradecimento especial para o professor e orientador, Edgard Malagodi.

Não poderia deixar de agradecer ao professor Ivan Targino, orientador na dissertação de mestrado, sempre mestre, a quem devo a indicação para cursar o doutorado no Programa de Pós-Graduação da UFCG.

Registro também meus agradecimentos especiais à professora Ghislaine Duque, pelo apoio, assiduidade ao diálogo, e pelos inúmeros telefonemas e e-mails que ela se dispôs a trocar comigo.

Agradeço igualmente aos técnicos: da AS-PTA (João Macedo Moreira); do PATAC (José Waldir de Sousa Costa); do STR de Lagoa Seca (Nelson Ferreira); da EMBRAPA Algodão (Melchior N. Batista da Silva) que, a partir das entrevistas concedidas, facilitaram o meu entendimento quanto a muitos processos discutidos na presente tese.

Aos agricultores familiares entrevistados, meu agradecimento especial pelo carinho e satisfação com que sempre me atenderam e por permitir compartilhar seus conhecimentos comigo, os quais me possibilitaram avançar em muitos pontos aqui discutidos.

Agradeço também a todos os demais professores da UFCG, cujas disciplinas ministradas tanto ajudaram ao meu desenvolvimento intelectual. São eles: professores Lemuel Guerra, Luís Henrique Cunha e Jean-Philippe Tonneau, e professoras Magnólia Gibson e Marilda Menezes.

Seguem também os meus agradecimentos aos professores Danilo Nolasco (UnB), Frédéric Vandenberghe (UnB), e Maria Nazareth Baudel Wanderley (UFPE), que me

receberam com tanta atenção em suas respectivas instituições e disciplinas, e cujo convívio intelectual, durante os semestres cursados, foi amadurecendo o projeto da minha tese.

Também sou grata aos meus colegas da UFCG, da UnB e da UFPE, que tantas vezes me ouviram apresentar o trabalho, sempre ajudando com comentários pertinentes.

Agradecimento especial eu faço ao meu colega Arilde Alves, que tantas vezes compartilhou comigo a viagem para Campina Grande, bem como as preocupações normais que passamos ao longo da jornada do doutorado.

Estendo os agradecimentos aos meus amigos e amigas, especialmente para Maria Cândida (doutoranda em Educação/UNICAMP) e Denise Cássia (Mestre em Extensão Rural/UFRPE), por me permitirem compartilhar as ideias aqui presentes.

Por fim, não poderia deixar de lembrar da importante ajuda que veio dos meus colegas da Universidade Católica de Pernambuco, que precisaram me substituir nas duas vezes que solicitei licença da instituição, e nas tantas vezes que precisei viajar para assistir às aulas em Campina Grande.

# SUMÁRIO

**LISTA DE FIGURAS**

**LISTA DE QUADROS**

**LISTA DE ABREVIATURAS**

**RESUMO**

**ABSTRACT**

**RÉSUMÉ**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1. O objeto de pesquisa .....	15
1.2. Metodologia .....	18
1.3. Composição do Trabalho .....	21
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>	<b>23</b>
1.1. Da chamada “modernização conservadora” à Agroecologia .....	23
1.2. Mudanças apontadas para a agricultura nas últimas décadas.....	29
1.3. Agricultura familiar camponesa.....	32
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>2. AGROECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE .....</b>	<b>43</b>
2.1. Agroecologia no Brasil .....	45
2.2. A emergência da noção da sustentabilidade .....	47
2.2.1. A “sustentabilidade agroecológica” e a “convencional”.....	51
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>3. AS DIMENSÕES ECOLÓGICA, SOCIAL E POLÍTICA DA AGROECOLOGIA .....</b>	<b>53</b>
3.1. A dimensão ecológica da agroecologia .....	60
3.1.1. Agroecologia e agricultura orgânica .....	64
3.2. A dimensão social .....	68
3.2.1. A sociedade local .....	69



3.2.2. Conhecimento camponês: reflexão à luz da Teoria Social .....	75
3.2.2.1. Agroecologia, saber-experiência e a resignificação do moderno .....	76
3.2.2.2. O conhecimento camponês: o caráter local da crítica .....	80
3.3. A dimensão política .....	82
3.3.1. Movimentos sociais .....	83
3.3.2. Dos movimentos sociais rurais históricos ao cenário da agroecologia .....	89
3.3.3. O discurso ambiental e os movimentos sociais .....	94
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>4. A TRAJETÓRIA DA AGROECOLOGIA NO AGRESTE DA PARAÍBA .....</b>	<b>100</b>
4.1. Delimitação e caracterização da área de pesquisa .....	100
4.1.1. O Agreste ontem e hoje .....	104
4.2. As ações coletivas no caminho da agroecologia .....	108
4.3. Considerações Finais .....	128
<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>5. AGROECOLOGIA NO CAMPESINATO NO AGRESTE PARAIBANO .....</b>	<b>130</b>
5.1. As estratégias da produção camponesa .....	130
5.1.1. Exemplo de alcance econômico das estratégias produtivas alternativas .....	133
5.2. A valorização do saber-fazer dos agricultores.....	136
5.3. Estratégias aproveitáveis para a transição agroecológica .....	142
5.3.1. Recursos hídricos .....	142
5.3.2. Recursos genéticos.....	150
5.3.3. A feira agroecológica: espaço de sociabilidade .....	156
5.4. Construção de uma nova identidade .....	164
5.5. Desafios da agroecologia no Agreste da Paraíba.....	166
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>170</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>175</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>185</b>

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.	Localização geográfica das áreas estudadas .....	20
FIGURA 2.	A noção da sustentabilidade agrícola .....	57
FIGURA 3.	A crítica agroecológica .....	99
FIGURA 4.	Estado da Paraíba, segundo as mesorregiões e a população residente.....	102
FIGURA 5.	Metodologia de ação da AS-PTA .....	118
FIGURA 6.	IV Festa Estadual da Semente da Paixão .....	156
FIGURA 7.	A Feira Agroecológica (Remígio, 2006) .....	158

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.	Mudança no foco conceitual da agroecologia .....	58
QUADRO 2.	Uma nova mudança no foco conceitual da agroecologia .....	82
QUADRO 3.	Características dos municípios selecionados .....	103
QUADRO 4.	Periodização da experiência institucional da AS-PTA na Paraíba	116
QUADRO 5.	Exemplos de projetos desenvolvidos pelo PATAC .....	124
QUADRO 6.	Diferenciais de custos nas lavouras face ao uso ou não de agrotóxicos .....	134
QUADRO 7.	Resultados alcançados pelo P1MC, na Paraíba (01/06/2000 a 04/04/2008) .....	145
QUADRO 8.	Poesia “Sementes são riquezas”, apresentada na IV Festa da Sem. da Paixão .....	154
QUADRO 9.	Poesia “Estímulo e desabafo”, apresentada na IV Festa da Sem. da Paixão .....	155
QUADRO 10	Considerações conclusivas da Tese .....	173

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACR	– Ação Católica Rural
ApaeB	– Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
ASA – Brasil	– Articulação do Semiárido Brasileiro
ASA – PB	– Articulação do Semiárido Paraibano
Ascoob	– Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar
AS-PTA	– Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
Assossene	– Assessoria de Orientação às Cooperativas do Nordeste.
ATER	– Assistência Técnica e Extensão Rural
BSC	– Banco de Semente Comunitário
CAAASP	– Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano
Caatinga	– Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas.
Casaco	– Coletivo ASA Cariri Ocidental
CCHLA	– Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/UFPB
Ceasa	– Central de Abastecimento
CEBs	– Comunidades Eclesiais de Base
Cepac	– Centro Piauiense de Ação Cultural
CEPFS	– Centro de Educação Popular e Formação Sindical
CETRA	– Centro de Estudos do Trabalho
Cetra	– Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CIRAD	– Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento/França
CNS	– Conselho Nacional de Seringueiros
Conab	– Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	– Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
CRS	– <i>Catholic Relief Service</i>
EBAAs	– Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
ECO-92	– II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
EconASA	– Encontro Nacional de Articulação Semiárido
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMEPA	– Empresa Paraibana de Pesquisa Agropecuária
ENA	– Encontro Nacional de Agroecologia
EPA	– Encontro Paraibano de Agroecologia
Esplar	– Centro de Assessoria e Pesquisa
EUA	– Estados Unidos da América
FAO	– Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FASE	– Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação
FCR	– Fundo de Crédito Rotativo
FEAB	– Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil
FGV	– Fundação Getúlio Vargas
FNRA	– Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo
FRS	– Fundo Rotativo Solidário
GIPAF	– Grupo de Interesse em Pesquisa para a Agricultura Familiar
http://www	– World Wide Web (hipertexto, imagem, som, texto, comunidades virtuais).
IBAMA	– Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ifoam	– International Foundation for Organic Agriculture
JAC	– Juventude Agrária Católica
MAB	– Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER	– Movimento dos Agricultores Sem-Terra.
MCac	– Movimento Campesino a Campesino
MDA	– Ministério de Desenvolvimento Agrário
MOC	– Movimento de Organização Comunitária
MST	– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NMS	– Novos Movimentos Sociais
ONG	– Organização Não-Governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
P1+2	– Programa “Uma terra duas águas”
P1MC	– Programa Um Milhão de Cisternas
PAT	– Programa Alimentos por Trabalho
PATAC	– Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriada às Comunidades
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PPGS	– Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFCG/UFPB
Priag	– Programa de <i>Reforzamiento de la Investigaxion sobre los Granos Básicos</i>
Proálcool	– Programa Nacional de Produção de Álcool Combustível
PROCAD	– Programa de Cooperação Acadêmica - UNICAMP/UFCG/UFPE/UFRN

PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTA	– Programa Tecnologias Alternativas
Sasop	– Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais
SEDUP	– Serviço de Educação Popular
STR	– Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	– Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UELS	– Unidades Executoras Locais
UFMG	– Universidade Federal de Campina
UFPB	– Universidade Federal da Paraíba
UFPE	– Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	– Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	– Universidade Federal Rural de Pernambuco
UGAs	– Unidades Geoambientais
UGMs	– Unidades Gestoras Microrregionais
ULTAB	– União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UnB	– Universidade de Brasília
UNICAMP	– Universidade Estadual de Campinas/SP
UniCampo	– Universidade Camponesa

## RESUMO

Esta tese apresenta um estudo dos efeitos da adoção da agroecologia sobre as dinâmicas locais, tomando-se como referência algumas experiências no Agreste da Paraíba. O objetivo é entender o caráter geral da perspectiva agroecológica nessa região, que tem tido, em seu processo de constituição, a presença muito forte das organizações de base (sindicatos e associações) e movimentos sociais, além da assessoria e proximidade com organizações da sociedade civil, as ONGs. Para tanto, optou-se por trabalhar com uma metodologia qualitativa, realizando-se entrevistas junto aos agricultores familiares, aos agentes de organizações e técnicos. Também contribuíram para a elaboração desta tese as observações diretas, proporcionadas pelas visitas de campo e pela participação em encontros em que estiveram presentes os atores envolvidos nesse processo. A tese está dividida em quatro capítulos, além da introdução. Nos dois primeiros capítulos, são trabalhados os aspectos conceituais e teóricos da agroecologia, e, nos capítulos subsequentes, faz-se uma análise da agroecologia na região, utilizando-se os dados da pesquisa de campo. Foi visto que a perspectiva agroecológica tem trazido uma nova dinâmica e uma nova identidade para as articulações sociais locais, envolvendo distintas temáticas (recursos hídricos, recursos genéticos, feiras agroecológicas...). Aqui, se o movimento social e suas articulações nesse contexto abrem espaço e dinamizam o processo para o desenvolvimento da agroecologia na região, para a luta e mobilização pelas demandas que surgem, e para a continuidade do próprio movimento, eles também passam a depender do sucesso da agroecologia como prática produtiva, a partir das novas relações que vão se formando, inclusive na esfera da circulação.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; campesinato, agricultura sustentável; perspectiva agroecológica.

## ABSTRACT

This thesis presents a study of the effects of the adoption of the agroecology on the local dynamics, being taken as reference, some experiences in the Agreste of Paraíba. The aim is to understand the general character of the agroecological perspective in this region that has had, in its process of constitution, a very strong presence of basis organizations (unions and associations) and social movements, besides the consultancy and proximity with the civil society organizations – as the "non-governmental organizations" or the "NGOs". So I decided to work with a qualitative methodology doing interviews with the peasants, the agents of the organizations and the technicians. What also contributed to the elaboration of this thesis were the direct observations through the field visits, the attendance in encounters where the actors involved in that process were present. The thesis is divided into four chapters, besides the introduction. In the two first chapters we work the conceptual and theoretical aspects of the agroecology, and in the subsequent chapters an analysis of the agroecology in the region is made using the data of the field research. It was seen that the agroecological perspective has brought new dynamics and a new identity for the local social articulation, involving different themes (hydric resources, genetic resources, agroecological fairs ...). Here, if the social movement and its articulations in that context open space and give dynamism to the process for the development of the agroecology in the region for the fight and mobilization for the demands that appear, and for the continuity of the movement in itself, it also depends on the success of the agroecology as a productive practice, starting in the new relationships that are formed, including the sphere of the circulation.

**Keys-word:** family agriculture; peasant, maintainable agriculture; agroecological perspective.

## RÉSUMÉ

Cette thèse fait une étude sur la diffusion et l'expansion de l'agriculture « agro-écologique », utilisant comme référence *l'Agreste de la Paraíba*. L'objectif est de comprendre le caractère général de la perspective « agro-écologique » dans cette région qui au cours de sa constitution a toujours connu une présence très forte des organisations (syndicats et associations) et des mouvements sociaux, ainsi que l'assistance et la proximité des ONG. Pour cela, nous avons choisi de travailler avec une méthodologie qualitative, en réalisant des entretiens auprès des paysans, des agents d'organisations puis auprès des techniciens puis en faisant également de l'observation directe de terrain et en participant à des rencontres dans lesquelles étaient présents les acteurs impliqués dans ce processus. La thèse est divisée en quatre chapitres, outre l'introduction. Les deux premiers traitent des aspects conceptuels et théoriques de « l'agro-écologie » et les deux suivants proposent une analyse à la lumière des données empiriques. Ici, nous avons vu que, si le mouvement social et ses articulations ouvrent de l'espace et dynamisent le processus pour la constitution de l'« agro-écologie », pour la lutte et la mobilisation pour les exigences qui apparaissent, et pour la continuité du mouvement lui-même, lui aussi commence à dépendre du succès de « l'agro-écologie » comme pratique productive, à partir de nouvelles relations qui se forment, y compris dans la sphère de la circulation puis autour de thématiques variées (ressources hydriques, ressources génétiques, foires agro-écologiques, etc.).

**Les clefs rédigent:** l'agriculture familiale; paysannerie; l'agriculture durable; la perspective agroécologique.



# INTRODUÇÃO

*[...] satisfazer nossas necessidades, de forma justa e equitativa, com um manejo respeitoso da generosidade da Terra, mas sem devastá-la e sempre procurando repor o que tiramos. Isso exige novos valores, diferentes instituições e modos de vida (Leonardo Boff).*

## 1. 1. O OBJETO DE PESQUISA

Este texto apresenta um estudo dos efeitos da adoção da agroecologia sobre as dinâmicas sociais locais tomando-se, como referência, a área rural do Agreste da Paraíba, uma região onde a agricultura familiar camponesa é bastante representativa. O objetivo é entender o caráter geral da adoção da perspectiva agroecológica nessa região que tem tido, em seu processo de constituição, uma presença muito forte das organizações de base (sindicatos e associações) e movimentos sociais, além da assessoria e proximidade de organizações da sociedade civil, as ONGs.

A questão é que na região analisada estão se multiplicando os núcleos de agricultores, organizados em redes<sup>1</sup>, envolvendo a produção de base agroecológica, mobilizados e coordenados pelos sindicatos, pelas ONGs e movimentos sociais. O que tem se verificado é que, além das novas formas produtivas, das novas formas de comercialização e das manifestações culturais há um resultado visível, sobretudo na organização da ação coletiva com vistas a novas formas de acesso às políticas públicas. Neste cenário, tem sido bastante relevante a emergência de um movimento sociopolítico e organizacional, envolvendo diretamente os agricultores familiares rurais pobres e menos capitalizados - como atores principais do processo em curso. Quadro em que cabem as seguintes indagações: qual o significado e a relevância da proposta agroecológica para o surgimento e fortalecimento desse movimento? Seria a perspectiva agroecológica o elemento aglutinador dos atores e gerador de maior visibilidade social e maior força social e política?

O tema da agroecologia surge, na verdade, como um campo interdisciplinar, e é novo na produção das ciências sociais. No entanto, já existem muitos estudos, em geral

---

<sup>1</sup> As redes podem ser entendidas como formas de interação social, de interconhecimento, de conexões entre indivíduos capazes de se reconhecerem como pertencentes a um universo e a um conjunto de experiências comuns (ABRAMOVAY et al., 2005).

produzidos no ambiente acadêmico. Para a presente tese foram valiosos os muitos trabalhos que a estudam em seus aspectos ambientais e agrônômicos<sup>2</sup>, bem como outros que a examinam a partir de aspectos sociológicos<sup>3</sup>. Devo mencionar que foi de especial valia os trabalhos que tiveram como base municípios ou comunidades que fazem parte da mesma região, aqui delimitada para a pesquisa de campo<sup>4</sup>.

Se a presente tese tem em comum com os demais trabalhos registrar e dar expressividade aos muitos aspectos da prática agroecológica, ela tem, por outro lado, a especificidade de examinar a fundo a particularidade do olhar sociológico sobre tal movimento. Aqui, nos interessa especificar e diretamente indagar o seguinte: quais os efeitos sociais, econômicos ou políticos que adquire um determinado movimento social, quando chama a si bandeira agroecológica? Tem essa bandeira – a agroecologia – a capacidade de criar as condições para estes atores – os agricultores familiares camponeses – de adentrar o cenário público e defender para si novos espaços e direitos sociais?

O ponto de vista desta tese é, portanto, que as ciências sociais, em geral, e a Sociologia, em particular, teriam a capacidade de poder perceber os efeitos sociopolíticos e socioeconômicos da adoção da perspectiva agroecológica por parte dos agricultores, questionando: teria a agroecologia, para os movimentos sociais, o papel de contribuir para a construção de uma nova identidade coletiva e de um movimento apto a reclamar por políticas públicas e espaços públicos (uma nova feira-livre, por exemplo), necessários ao desenvolvimento de suas atividades econômicas e sua existência como grupo social? Ao lado dessa questão mais geral, quais os elementos constitutivos desse novo cenário, formando a partir da adoção da proposta de construção de um novo modo de agricultura, o agroecológico? E, finalmente, que transformações sociais relevantes estariam imbricadas neste processo?

Dentre os aspectos que serão abordados para a contextualização do tema de estudo, tem-se o fato de que a condição de exclusão de grande parte da agricultura familiar, ao longo do processo de intensificação produtiva no campo, tem levado à construção de estratégias e

---

<sup>2</sup> Dentre outros, veja as obras de ALTIERI (1999a e 1999b); PRIMAVESI (1997); GLIESSMAN (2005); trabalhos de F. R. Caporal e J. Costabeber, que falam da extensão rural agroecológica, bem como, a contribuição de José Lutzenberger, a partir de seus estudos sobre ecologia.

<sup>3</sup> Referencio especialmente os trabalhos de: ALMEIDA (1999; 2003; e, 2004); BRANDENBURG (2002a e 2002b); SEVILLA-GUZMÁN (2006); OTTMANN (2005); GUIVANT (1998) e a tese de CANUTO (1998).

<sup>4</sup> Veja: (1) MARIANO NETO (2006), tese que trabalha a agroecologia em face da abordagem territorial no Agreste/Brejo paraibano. (2) DINIZ, (2007), tese sobre a trajetória das relações entre Estado e Sociedade Civil, abordando experiências no Semiárido paraibano. (3) QUIRINO (2004), tese que aborda a perspectiva da assistência técnica e extensão rural.

articulações, associando a noção de agroecologia às ações coletivas e construindo um cenário que tem sido especialmente percebido no campesinato paraibano. Contexto que tem levado a uma forte articulação entre camponeses, puxada pelas entidades sindicais com as associações de base, em diálogo com outros movimentos sociais rurais e entidades não-governamentais, estabelecendo um cenário em torno da perspectiva agroecológica baseada nas potencialidades locais, mas nem por isso isenta de questionamentos.

Aqui se levanta a hipótese de que as experiências vivenciadas pelos agricultores familiares camponeses, no Agreste paraibano, vêm mostrando que esses atores e as distintas instituições envolvidas terminam por criar redes e movimentos, no interior dos quais, a agroecologia surge como uma bandeira e como uma nova identidade para o movimento de produtores. A questão é a de que, ao passo que as ações coletivas vêm contribuir para uma contextualização específica do enfoque agroecológico no Agreste da Paraíba, surge uma nova prática e inserção da agricultura familiar camponesa, que tem estruturalmente a imagem de um antimodelo ou de crítica à agricultura convencional, e que toma a forma de um “novo” movimento social rural: um movimento que tem uma forma própria de organização, cuja nova identidade surge discretamente; primeiro, no discurso de um sindicalismo voltado ao desenvolvimento da agricultura familiar; depois, na forma da “convivência com o clima Semiárido”, e, só mais recentemente, com alguns grupos assumindo, por exemplo, nas feiras, a bandeira da agroecologia.

Essa forma dispersiva de construção de uma nova identidade, no entanto, não deve impedir, em primeiro lugar, o reconhecimento nesse movimento, do contorno de uma nova forma de organização da produção agropecuária; e em segundo lugar, admitir que é a proposta agroecológica que dá o elemento mais forte na constituição desta identidade. Assim, ao mesmo tempo em que este “novo” movimento ganha as ruas e praças e amplos espaços da zona rural, constituindo-se um acontecimento social de relevância, torna-se um objeto relevante para as ciências sociais. Agora pode ser apreendido não tanto pelo conteúdo técnico do discurso agroecológico, mas pelo esforço de diferenciação social, cultural e econômica de seus atores. Um esforço que transparece em suas práticas diferenciadas e em seu discurso inovador, mas sobretudo, nas novas formas de organização social que suscita, no trabalho de base do sindicato, na comissão de sementes, na comissão de mulheres, na comissão de recursos hídricos, entre outras manifestações deste movimento.

Para complementar essa problematização sociológica, requer-se que sejam feitas algumas considerações sobre o processo de “modernização” da agricultura brasileira e sobre a emergência da perspectiva agroecológica, discutindo-se brevemente a evolução/mudanças nos modelos de agricultura vigentes no Brasil, nas últimas décadas. Além disso, requer-se igualmente uma breve exposição conceitual sobre as categorias que abrangem os principais atores envolvidos no processo descrito: os agricultores familiares, e, mais especificamente, os agricultores familiares camponeses. Para este último ponto, a finalidade é precisar conceitualmente essas categorias de modo a tornar o debate consistente. Aspectos que serão discutidos no capítulo seguinte.

Antes de passar para essa discussão, segue a indicação da metodologia de trabalho, com a delimitação da área de estudo.

## **1.2. METODOLOGIA**

Para discussão da temática proposta, optou-se por trabalhar com uma metodologia qualitativa de análise. A pesquisa qualitativa constitui uma modalidade de pesquisa cujos dados são coletados através de interações sociais e analisados subjetivamente pelo pesquisador (APPOLINÁRIO, 2004; p. 155). Como exposto por Ortí (1992 *apud* CANUTO 1998), trata-se de uma metodologia que se orienta “(de modo intencionalmente específico) a captar (de forma concreta e compreensiva), analisar e interpretar os aspectos significativos diferenciados das condutas e das representações dos sujeitos e/ou grupos investigados”. As respostas que essa metodologia pode proporcionar, a partir dessa compreensão, condizem com os objetivos que se pretende perseguir.

Entre as técnicas qualitativas que foram utilizadas estão as realizações de entrevistas junto a agricultores familiares da região, agentes de organizações e técnicos. O número e as funções dos técnicos, acadêmicos e agentes de organizações não-governamentais, que contribuíram com informações para o presente trabalho estão expostos no decorrer do texto. Nas citações destes, faz-se referência à função e local de trabalho. Já quanto às citações dos agricultores entrevistados, informa-se a sua condição, bem como o local da entrevista.

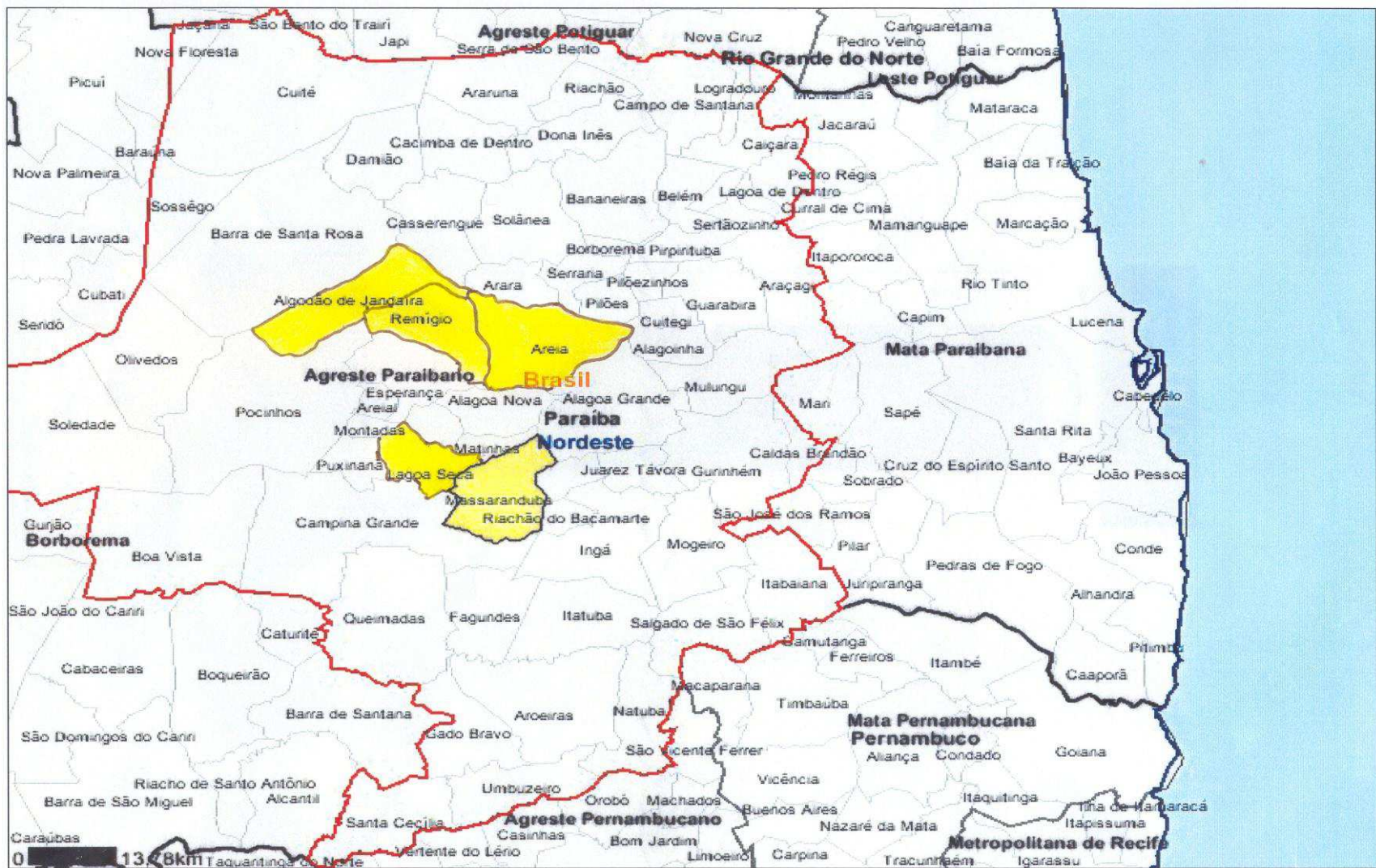
A escolha dos agricultores familiares entrevistados não foi realizada com base na representatividade estatística, mas buscando-se ter vários casos indicativos da diversidade de situações, presente na mesorregião do Agreste da Paraíba. A ideia de pensar a agroecologia a

partir dessa região, justifica-se pelo entendimento de que essa área tem uma especificidade histórica de presença do campesinato, que subsistiu à margem do processo oficial, hoje apresentando uma mobilização singular em torno da agroecologia. O que permite que seja trabalhada a temática proposta, apoiando-se em dados empíricos.

As experiências agroecológicas identificadas na pesquisa de campo estão situadas em seis comunidades diferentes, em que foram entrevistados nove agricultores: Lagoa do Barro, no município de Lagoa Seca; Assentamento Manoel Joaquim, em Areia; Assentamento Oziel Pereira, situado entre os municípios de Areia e Remígio; Sítio Xique-xique, em Remígio; Assentamento Irmã Dorothy, nos municípios de Algodão de Jandaíra e Remígio; e mais uma comunidade no município de Massaranduba. A figura 1 expõe a localização dos municípios onde foram estudadas experiências agroecológicas.

As entrevistas aos agricultores possibilitaram uma série de informações que serão trabalhadas no capítulo 5, e que foram realizadas no estabelecimento agrário, na Feira Agroecológica de Remígio e no IV Encontro da Semente da Paixão, ocorrido em julho de 2007, em Patos - PB. Outras informações, igualmente importantes, foram coletadas com base na observação direta proporcionada pelas visitas de campo, e pela participação em encontros nos quais estiveram presentes agricultores do Agreste da Paraíba. Entre os eventos pode-se destacar: o EPA – Encontro Paraibano de Agroecologia, realizado em Lagoa Seca – PB (2003); o ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em Recife – PE (2006); o EconASA - Encontro Nacional de Articulação no Semiárido, realizado em Campina Grande – PB (2005); o Encontro da Semente da Paixão, realizado em Patos – PB (2007); a Conferência Nacional Terra e Água, ocorrida em Brasília – DF (2004); e, a Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, realizada também em Brasília – DF (2004).

A possibilidade de participar de grupos de trabalhos, em parte desses encontros, permitiu acesso a informações relevantes pela oportunidade de escutar o depoimento de agricultores de outras regiões, bem como de participar de diálogos que possibilitaram uma melhor apreensão do contexto estudado.



**Figura 1:** Localização geográfica das áreas estudadas  
**Fonte:** IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

Para esclarecer metodologicamente o que foi utilizado como elementos que definiram determinadas experiências como agroecológicas, foram selecionadas aquelas experiências nas quais se valoriza:

1. o uso de insumos de origem rural, fabricados preferencialmente na propriedade ou comunidade, a saber: uso de técnicas e tecnologias que não necessariamente vêm de fora (e que não são vistas como a salvação dos agricultores), mas desenvolvidas a partir da utilização do processo da agricultura orgânica, na lógica da agroecologia, das experimentações, valorizando potencialidades locais e trocas de conhecimentos;
2. a descoberta de capacidades pessoais e valorização do conhecimento da família de agricultores;
3. o envolvimento com temáticas importantes, como: valorização de sementes nativas, convivência com o Semiárido...;
4. a prioridade para a segurança alimentar e qualidade de vida das pessoas (produtores e consumidores);
5. o envolvimento com o social, traduzido por mobilizações e diálogo com instituições;
6. o respeito ao meio ambiente, considerando a questão da sustentabilidade e diversidade produtiva, e a própria cultura.

Esses indicadores, defendidos pelos teóricos da agroecologia, são colocados inicialmente para servir como resposta para questionamentos que o leitor possa fazer, do tipo: o que está sendo considerado como agroecológico? Os estabelecimentos ditos agroecológicos podem ser considerados assim porque apresentam que tipo de características? Quais as variáveis que os identificam? Além disso, será trabalhado o seguinte questionamento: são os estabelecimentos que podem ser considerados como agroecológicos ou os agricultores que se proclamam – ou começam a se identificar como tais?

### **1.3. COMPOSIÇÃO DO TRABALHO**

Tentando dar uma linha coerente de argumentação, o estudo será apresentado da seguinte forma:

O primeiro capítulo divide-se em três tópicos. Inicialmente são feitas considerações sobre o processo de tecnificação posto em prática na agricultura brasileira, para então inserir aspectos das mudanças apontadas para os modelos de agricultura vigentes no Brasil nas últimas décadas, visando contextualizar o tema da agroecologia. Finalizando, tem-se uma breve exposição conceitual sobre o tema “agricultura familiar” e “agricultura familiar camponesa”, visto que serão esses os principais atores envolvidos no debate aqui proposto.

Dando continuidade ao aparato conceitual para a presente tese, no segundo e no terceiro capítulos debate-se sobre a perspectiva agroecológica, partindo de distintas formas de investigação dessa temática. Esse desenho metodológico permite que sejam trabalhadas questões teóricas, em especial no contexto da teoria social, à medida que se avança no tema. Optou-se por fazer esse recorte, buscando-se chegar a um conceito que facilite a discussão do tema, face aos dados da pesquisa de campo desenvolvida neste estudo.

No capítulo dois, a primeira parte traz um panorama acerca da introdução da perspectiva agroecológica no Brasil, servindo como base para entender como a agroecologia surge no pensamento científico. Aqui, a agroecologia passa a ser trabalhada em relação direta com a noção de agricultura sustentável. Esse recorte torna-se importante, tendo em vista que é a partir da noção de agricultura sustentável que a temática vem se apresentando em muitas pesquisas acadêmicas.

A partir daí, ao se introduzir a questão da prática produtiva, o saber popular e potencialidades locais, bem como as redes de relações que vêm se formando em torno dessa abordagem, abre-se a possibilidade de trabalhar essa temática sob outros pontos de vista (capítulo três). Assim, a agroecologia é examinada sob três eixos principais: *o social* (onde são introduzidas discussões sobre os atores sociais, nesse caso o camponês, e a valorização do seu saber, de sua experiência); *o ecológico* (que se refere à sua interação com os recursos naturais) e *o político* (que supõe redes de relações sociais que se formam para a construção de propostas de ações produtivas e de ação pública, visando a ganhos nos espaços políticos). Em cada um desses recortes serão expostas definições, trabalhando-se referenciais teóricos que servirão para analisar as realidades estudadas.

Os capítulos subsequentes apresentam dados da pesquisa de campo. Enquanto no capítulo quatro é feita a caracterização e a recuperação histórica das articulações sociais que foram moldando o cenário encontrado hoje, no Agreste da Paraíba, o capítulo cinco aborda diretamente como a perspectiva agroecológica tem se apresentado no contexto empírico.



## CAPÍTULO 1

### CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

*[...] Depois vem o biodiesel  
Mamona no nosso chão,  
Cana e soja para o grande,  
Tudo para exportação.  
Quem trará o alimento?  
Essa política é um tormento,  
Trará fome pra nação [...]  
Euzébio Cavalcanti (STR - Remígio – PB).*

#### 1.1. DA CHAMADA “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” À AGROECOLOGIA

Dos questionamentos introduzidos anteriormente, no momento importa destacar o seguinte: que transformações sociais relevantes estariam imbricadas no processo de constituição de um novo cenário para a agricultura? Cenário esse que abre espaço para constituição da agroecologia? Para responder a esses aspectos, demanda-se que sejam discutidas duas outras questões: primeiro, por que falar em transformações sociais em curso no meio rural brasileiro? E, segundo, como introduzir o tema da agroecologia na análise das transformações sociais em curso?

Para discutir o contexto das transformações sociais no meio rural por um lado, parte-se da ideia de que essas transformações não podem ser vistas como um processo independente, livre das pressões estatais e dos grupos financeiros sobre a base técnica da produção rural. Por outro lado, para compreender o caráter dessas pressões do Estado e da economia capitalista sobre a estrutura agrária, é preciso examinar as pressões para a mudança do padrão técnico da agricultura brasileira nas últimas décadas. O que nos remete ao modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro posto em prática, em especial, na segunda metade do século XX.

Assim, como ponto de partida, segue uma breve discussão acerca dos impactos das ações e das políticas de “modernização” agrícola dos últimos anos, cujas consequências têm sido alvo de várias críticas e suscitado a ideia de que são necessárias mudanças radicais.

O termo *modernização da agricultura* passou a designar o contexto das ações voltadas para a transformação na base técnica da produção, pelo uso de tratores e fertilizantes químicos, com o intuito de aumentar a produtividade. Conforme exposto por Graziano da Silva (1998), esse processo passou a ser apreendido como o esforço em integrar o setor agrícola ao sistema capitalista industrial, por meio de mudanças tecnológicas e afastamento das relações de produção, consideradas, por muitos especialistas da época, como atrasadas. A questão é que se pregava que a agricultura brasileira, com uma estrutura herdada do período colonial, seria um obstáculo ao processo de formação de um capitalismo industrial no país, por motivos como: rigidez da oferta de alimentos; retenção da mão de obra e pouco dinamismo, que frearia a expansão do mercado interno (GRAZIANO da SILVA, 1982).

A ideia que norteava as políticas da época era ultrapassar esse cenário, introduzindo tecnologias agroquímicas, mecânicas e novas práticas produtivas, abarcadas pelo que se convencionou chamar de “pacotes tecnológicos”. O objetivo era o aumento da produção, da produtividade e da renda, bem como a introdução de uma nova “mentalidade” para o gerenciamento dos recursos naturais na agricultura. Ressaltava-se que as práticas produtivas, ditas como de baixa produtividade, deveriam ser transformadas e “modernizadas”, e que, para tanto, os agricultores deveriam usar o incentivo das políticas e dos recursos públicos. Trata-se de um processo que foi associado ao contexto da chamada “modernização conservadora” no Brasil, ou seja, da implementação do desenvolvimento industrial na agricultura.

Essa perspectiva de “tecnificação” esteve coerente com as abordagens desenvolvimentistas em todo o mundo, no período pós II Guerra Mundial, e que foram difundidas para muitos países ditos subdesenvolvidos. Nesse período, somaram-se os esforços políticos a fim de permitir a difusão das tecnologias e dos conhecimentos acumulados nos países considerados desenvolvidos. Propagava-se o progresso tecnológico como meio de superar os baixos padrões de vida e conseguir resultados socioeconômicos semelhantes aos países “centrais”. Nesse contexto, formaram-se ambientes propícios para que os ideais do desenvolvimento, com base na transferência tecnológica, fossem ganhando força e poder de coerção. As condições políticas locais foram fundamentais para o estabelecimento de um terreno onde vingasse o discurso ideológico, político e econômico, que envolveu a proposta de “modernização tecnológica” com a noção da “melhoria” do abastecimento alimentar e da qualidade de vida da sociedade como um todo. Formavam-se, então, as bases para o

desenvolvimento a partir da ideia de modernização, utilizando-se o tripé, como exposto por Santos, Meneses e Nunes (2005): da ciência (invenção), da tecnologia (inovação) e da difusão (democracia). Nessa época, muitos órgãos e instituições de pesquisas locais e internacionais voltaram-se para o estudo e instrumentalização desse processo, mas não sem reconhecer que alguns danos poderiam ser causados às sociedades. Como exemplo, tem-se as considerações expostas por especialistas na época:

O rápido progresso econômico é impossível sem ajustes dolorosos. Filosofias antigas têm que ser esmagadas; velhas instituições sociais têm que se desintegrar; laços de casta, credo e raça têm que ser rompidos; e grande número de pessoas, que não podem manter o ritmo de progresso, tem que ter frustradas as suas expectativas de uma vida confortável. Poucas comunidades estão dispostas a pagar o alto preço do progresso econômico<sup>5</sup>.

A necessidade do desenvolvimento não era colocada em questão. Este conceito tinha alcançado o *status* de certeza e a base das políticas públicas. Instituições levavam programas semelhantes aos da cidade para a zona rural, e especialistas estudavam o subdesenvolvimento e produziam teorias. Era como se houvesse uma colonização pelo discurso do desenvolvimento. Na verdade, segundo Santos, Meneses e Nunes (2005), era como se o fim do colonialismo político, em alguns países, não tivesse significado o fim de um colonialismo como relação social. Este trouxe consigo a valorização de determinados saberes ditos válidos, que estavam em concordância com a ideia proposta de “modernização” (união da ciência com a tecnologia produtivista), ao mesmo tempo em que desvalorizava outras práticas e sistemas considerados arcaicos, atrasados e impeditivos do desenvolvimento. Proclamava-se o empobrecimento de saberes e de potencialidades locais.

No cenário rural brasileiro, esse ideal de desenvolvimento foi sendo pautado pelas políticas com vistas à chamada *modernização agrícola*, com um “discurso que disseminava a possibilidade de alcançar uma vida melhor para os que na época encontravam-se socialmente desprivilegiados, ‘guiando-os’ para as novas possibilidades da sociedade moderna” (ESCOBAR, 1994). Especialistas, dentre os quais cientistas e técnicos, foram vistos como a referência maior para o alcance do bem-estar das comunidades rurais, cujo segredo estava em difundir as novas práticas produtivas, na época disseminadas através de modelos de extensão rural, com base nos preceitos norte-americanos difusionistas-inovadores.

---

<sup>5</sup> There is a sense in which rapid economic progress is impossible without painful adjustments. Ancient philosophies have to be scrapped; old social institutions have to disintegrate; bonds of cast, creed and race have to burst; and large numbers of persons who cannot keep up with progress have to have their expectations of a comfortable life frustrated. Very few communities are willing to pay the full price of economic progress (United Nations, Department of Social and Economic Affairs, 1951; 15 *apud* ESCOBAR, 1994; 4).

Apesar de o serviço de extensão rural, introduzido no Brasil na segunda metade do século XX, ter tido o mérito de aproximar o técnico dos agricultores, bem como de elevar a preocupação para o contexto da responsabilidade com o social no campo, muitas críticas lhes foram direcionadas. A extensão rural foi vista como um serviço “educativo” que possibilitaria a ampliação de conhecimentos válidos e aplicáveis à agropecuária, utilizando-se da ideia de que, “para sociedades rurais tradicionais, o progresso técnico não pode vir senão de fontes exteriores à comunidade” (CLERCK, 1969, *apud* FONSECA, 1985; p. 50). Seguindo esse ponto de vista, passou-se a difundir uma ideia sem se fazer uma pesquisa de campo adequada, e, portanto, sem se conhecer as reais condições de vida do rural brasileiro. O que se fez foi criar um ambiente propício para pôr em prática essa ideologia.

O problema é que, para um país de grande dimensão como o Brasil, o qual apresenta grandes diferenças, inclusive dentro de uma mesma região, a ideologia do serviço de extensão rural da época não atingiu os problemas existentes, servindo apenas para fortalecimento dos complexos agroindustriais, deixando de fora grande parte da população rural brasileira, em especial, a agricultura familiar camponesa. Aspecto que levou alguns autores, a exemplo do exposto por Fonseca (1985), a associar mais fortemente o serviço de extensão rural da época, a um projeto educativo para o capital:

Não foram os elementos internos ao projeto educacional extensionista – os fundamentos teóricos, os objetivos, as propostas de ação, definição de clientela, aspectos organizacionais, geração e distribuição de recursos – [...] – que deram sentido a este, mas sim, o como e o porquê esses elementos intrínsecos ao projeto foram, durante um determinado período histórico (1948 – 1968), importantes ao projeto do capital para o setor agrícola [...] (FONSECA, 1985; p. 31).

De acordo com a autora, a extensão rural não apresentava apenas caráter pedagógico, mas também caráter político, sendo vista como um instrumento para o alcance de objetivos socioeconômicos que estavam atrelados à melhoria do nível de vida, esta, associada ao aumento da produtividade, da propriedade e do trabalho agrícola. Mas, para tanto, entre outros requisitos, havia ainda um mecanismo fundamental para esse processo: as políticas públicas.

Essas políticas, dentre as quais merecem destaque os instrumentos de crédito, contribuíram, de um lado, para formação dos complexos agroindustriais e, de outro lado, para o agravamento das questões sociais no campo. Apesar dos objetivos propagados, existiram impactos visivelmente negativos. O fato de grande parte dos beneficiários terem sido os

grandes e médios agricultores, por exemplo, é ressaltado como um dos motivos para o aumento das disparidades de renda no setor agrário, o que levou ao agravamento da concentração de terras, ao mesmo tempo em que foram pioradas as condições de ocupação da mão de obra agrícola (ao se reduzir a demanda por trabalho, decorrente do processo de mecanização, e se substituir trabalhadores permanentes por volantes) (GRAZIANO da SILVA, 1982). Esse quadro contribuiu para a deterioração das condições de vida da população rural, tendo como consequência o acréscimo nas migrações<sup>6</sup> para as cidades, a ampliação das favelas urbanas e a *favelização* no campo, entre outros aspectos.

Ao mesmo tempo, para muitos dos agricultores familiares, a tentativa de inserir-se nesse padrão produtivo resultou em problemas decorrentes de uma correlação de fatores como:

- Dificuldades em se manterem competitivos em um mercado onde aparecem como compradores em uma estrutura oligopolista, e como vendedores em um mercado competitivo, passando a figurar como o elo frágil da cadeia produtiva.
- Crescente endividamento que os levou a problemas de inadimplência.
- O fato de estarem cada vez mais sujeitos às terras de menor qualidade (nas situações em que a grande propriedade teve condições de abarcar as terras mais produtivas), bem como a espaços de terra cada vez menores (devido a fatores como parcelamento por herança).
- Uso exagerado ou inadequado de tecnologias, que foram contribuindo para deterioração dos solos (perda de nutrientes, erosão, salinização, desertificação) e contaminação dos recursos hídricos, entre outros aspectos.

O impacto gerado pelo modelo químico-industrial de modernização da agricultura não demoraria a gerar um debate em torno de seus efeitos ambientais, trazendo à tona muitas questões que dizem respeito à relação existente entre o modelo agropecuário convencional e seus efeitos sobre os sistemas ecológicos e agroecológicos. De fato, muitas pesquisas vêm mostrando que as políticas prevalecentes até então terminaram por gerar a crise ambiental na agricultura, tanto do lado do pequeno agricultor, exposto acima, como no contexto decorrente

---

<sup>6</sup> Segundo Jean Marc von der Weid, a modernização da agricultura levou ao aumento exponencial da migração, deslocando-se sessenta milhões de pessoas em apenas três décadas (WEID, s.d).

da grande produção, por favorecer a especialização, a monocultura e a redução da biodiversidade<sup>7</sup>.

No Brasil, como exposto por Dias (2006), essas consequências socioambientais do processo de mudança tecnológica trouxeram à cena política os atores sociais mais prejudicados: pequenos proprietários, trabalhadores rurais assalariados, sem-terra e camponeses. Estes vieram acompanhados de suas organizações: os movimentos sociais, sindicatos e mediadores, vindos das Igrejas e universidades. Em sua maioria, passaram a questionar o padrão tecnológico “moderno”, bem como o Estado e as políticas públicas que se apresentavam em conformidade com esse processo. Neste contexto, cresceram as demandas pela valorização de formas alternativas de produção e a preocupação com a sustentabilidade do sistema agroalimentar. Passou-se a reconhecer que o sistema intensivo em capital e tecnologia, que do ponto de vista de determinados segmentos representou progresso, vinha acompanhado de sérios problemas ambientais e sociais (ALTIERI e NICHOLLS, 2005).

Em outras palavras, como exposto por Scherer-Warren (2005; p. 100), a questão é que o modelo político-econômico brasileiro, implantado da segunda metade dos anos sessenta em diante (período do regime militar), referente à intervenção do Estado e dos grandes grupos privados no meio ambiente rural, levou aos processos socioambientais conflitantes: se de um lado contribuiu para a *integração parcial* de parte dos agricultores familiares ao agronegócio, adaptados às novas condições de produção, fazendo uso do crédito agrícola para se modernizar (baseado, em grande parte, no uso depredatório do meio ambiente), de outro lado, outra parcela, mais numerosa, do campesinato brasileiro, não conseguiu se reproduzir nas novas condições, seja por insuficiência de terras ou por endividamento, tornando-se *excluída* do processo. No entanto, o caráter conflitante vem residir especialmente no fato de que são, em sua maioria estes excluídos do processo, os grupos apontados como capazes de contribuir para repensar o modelo econômico, na medida em que, na luta pela sobrevivência e reprodução social, foram construindo cenários produtivos alternativos, além de mobilizações e articulações capazes de formar uma identidade coletiva e organizações em torno de movimentos sociais.

Nesse contexto, a necessidade de se estabelecer alternativas que respondessem favoravelmente aos problemas surgidos contribuiu para que a luta pela sobrevivência passasse

---

<sup>7</sup> Conforme Guterres (2006), biodiversidade pode ser entendida como todas as formas de vida, ecossistemas e processos ecológicos associados, que, atualmente, vêm correndo sérios riscos com o desenvolvimento da transgenia (principalmente devido à poluição genética - cruzamento com outras plantas nativas ou não).

a aproximar e vincular as demandas da agricultura familiar com a luta pela defesa do meio ambiente, inserindo-se, assim, uma nova perspectiva de ação. Isto porque:

Entre as populações rurais, quando a luta pela sobrevivência se expressa na luta contra a expropriação do próprio habitat, da terra e de outros meios de produção; contra a ameaça à identidade cultural e comunitária, esta luta vem acompanhada da necessidade de preservação do meio ambiente (SCHERER-WARREN, 2005; p.102).

Nesse âmbito, a agricultura familiar camponesa passa a figurar como importante segmento que participa dos debates atuais sobre os “novos processos sociais agrários”<sup>8</sup>, em especial, quanto à valorização de práticas de produção alternativas e estilos de vida, como estratégia contra os resultados adversos das políticas de “modernização”. A partir dessa problemática, cria-se um ambiente propício para o surgimento de novos paradigmas para a agricultura. Dentre estes, tem-se inserido, hoje, a *perspectiva agroecológica* – tema central da presente tese.

Nesse momento, resalto que, considerando que será trabalhada nos dois capítulos subsequentes, toda uma construção conceitual da agroecologia, limito-me apenas a fazer uma breve apresentação dessa temática, situando-a no contexto das mudanças apontadas para a agricultura nas últimas décadas, de modo que permita inserir outros assuntos necessários para a compreensão do processo histórico em que a agroecologia vem se apresentar na Paraíba.

## **1.2. MUDANÇAS APONTADAS PARA A AGRICULTURA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS.**

Um primeiro ponto a destacar refere-se à emergência da problemática ambiental na agricultura. Esta, como expôs Brandenburg (2002b), surge, no Brasil, associada ao movimento de contestação do padrão técnico e econômico, difundido pelas políticas agrícolas com visão produtivista, cujos efeitos, comentados anteriormente, incitaram reivindicações por mudanças de paradigmas na agricultura. Estiveram à frente dessas reivindicações, entidades como associações, sindicatos, igreja, ONGs, entre outras instituições comprometidas com um desenvolvimento agrícola alternativo, representando os excluídos do processo de “modernização” (trabalhadores rurais, agricultores familiares e camponeses, de modo geral).

---

<sup>8</sup> Categoria que apoia uma série de mudanças no mundo rural, relacionadas aos aspectos políticos, produtivos, organizativos, culturais e de relações de trabalho (TEDESCO, 2006)

Uma movimentação que vai se tornando aparente, especialmente na década de 1970, quando começaram a se perceber atitudes reivindicativas promovidas por essas organizações.

Nessa época, surge a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação (FASE), que já articulava, em âmbito nacional, ações de cunho ecológico, voltadas para a difusão de novas técnicas produtivas para a agricultura<sup>9</sup>. Já na década de 1980, debates como os promovidos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores (CONTAG), no 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1985, foram dando maior visibilidade a essas reivindicações, ampliando as discussões, inclusive, sobre a importância de se considerar e aprimorar as experiências dos agricultores e suas técnicas produtivas (como o consórcio de culturas). Um contexto que foi criando as bases, como exposto por Brandenburg (2002b; p.2), para “um movimento de construção de uma agricultura tida como ‘alternativa’ ao modelo hegemônico e que irá resgatar práticas tradicionais de produção” (desvalorizadas pelo modelo vigente).

Um segundo ponto a destacar é que, se inicialmente essa movimentação voltou-se para a defesa de um modelo denominado de *agricultura alternativa* à agricultura convencional, posteriormente, a partir da década de 1990, com a ECO-92, passa a se criar novos contornos, agora associando-o à noção de sustentabilidade, trabalhando o conceito de *agricultura sustentável*. Tema que será abordado no capítulo seguinte.

Por fim, tem-se recentemente, em especial com a influência dos movimentos ecológicos<sup>10</sup>, a emergência do que vem sendo denominado de *agricultura ecológica* – conjunto de estilos e manifestações, referentes a construções de alternativas produtivas e de manejo do solo que, segundo Canuto (1998), são portadoras de conversões ecológicas, necessárias para superar a degradação do meio ambiente.

---

<sup>9</sup> A exemplo do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), que envolveu uma rede formada por dez estados brasileiros: Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (WEID, 1985, 1988 *apud* BRANDENBURG, 2002b)

<sup>10</sup> Sobre os movimentos ecológicos cabe destacar a visão de Bramwell (1989). Esta autora faz um exame da origem do movimento ecológico desde o final do século XIX até fins do século XX, comentando que o mesmo emerge como um “ecologismo” politicamente radicalizado, a partir da fusão das ideias trabalhadas em duas áreas: a biologia, com sua abordagem holística, herdada do zoólogo alemão, Ernst Haeckel; e a ciência econômica, através da chamada economia de energia, focalizadora do problema do uso e da escassez dos recursos não renováveis. A combinação da visão clássica da biologia, com argumentos quantitativos da economia, é vista como impulsionadora do movimento ecológico, fortalecendo o que se chamou de ecologismo. A autora destaca, também, que as reivindicações atuais sobre as questões ecológicas no mundo, que têm provocado a sensação de que alguma coisa está errada, têm impregnado nosso inconsciente coletivo. A questão é que muitas dessas reivindicações, que algumas décadas atrás teriam exigido uma resposta analítica, mais recentemente vêm se tornando clichês, com a palavra ecologia muitas vezes associada a um sentido normativo.



É no contexto dessa diversidade de expressões (*agricultura alternativa*, *agricultura sustentável* ou *agricultura ecológica*), que surge a perspectiva agroecológica. Essas expressões vieram apresentando a preocupação pela incorporação de princípios ecológicos<sup>11</sup> no manejo dos recursos naturais, e a negação da *agricultura convencional* – entendida como forma de produção orientada especialmente para o mercado, chamada também de “agricultura moderna” e caracterizada pelo uso de agroquímicos de origem industrial, com fortes impactos provocadores de danos ao meio ambiente, lesões e doenças profissionais, e riscos aos consumidores (modelo baseado em técnicas intensivas em capital, adequadas aos padrões correntes de altos investimentos e acumulação capitalista).

Com relação à agroecologia, o que se pode adiantar é que tem sido um conceito construído para explicar essas mudanças de paradigmas da agricultura na atualidade, inserindo uma preocupação com o social e a preservação do meio ambiente no conjunto das práticas agrícolas. Além desses aspectos, no contexto acadêmico tem-se entendido essa perspectiva tratando-a como enfoque teórico que proporciona as bases científicas para o desenvolvimento da agricultura sustentável.

Essa sistematização conceitual surge com os trabalhos de Miguel Altieri<sup>12</sup> e nos permite introduzir questões relevantes para a discussão proposta, dentre as quais, o reconhecimento do saber científico, vindo de distintas áreas do conhecimento, como um dos eixos da perspectiva agroecológica. A ênfase em distintas disciplinas vem questionar o fato de muitos estudos agrários basearem-se em frações do conhecimento científico, dificultando o entendimento da complexidade das realidades específicas que se propõe estudar. Ottmann (2005) reforça essas inferências, expondo que:

O conhecimento da agroecologia tem de ser gerado mediante a articulação dos aportes de diferentes disciplinas para, mediante a análise de todo tipo de processo da atividade agrária em seu sentido mais amplo, compreender o

---

<sup>11</sup> Conforme exposto por Latour (2004; 15), “a ecologia, como seu nome indica, não tem acesso diretamente à natureza, tal qual ela é; é uma ‘logia’, como todas as disciplinas científicas”. Como tal, pode ser entendida como uma área específica do conhecimento que estuda as relações dos organismos entre si e com os demais fatores que compõem o seu ambiente. O que se pode entender por práticas e tecnologias que levem em conta os princípios ecológicos, é que estas se baseiam na melhor combinação de recursos, técnicas e tecnologias, tentando equilibrar as relações entre os distintos organismos e fatores que compõem o ambiente em que se está inserido, com menor uso de energias externas.

<sup>12</sup> Miguel Altieri, PHD em Entomologia, é professor na Universidade de Berkeley-Califórnia/EUA ([www.agronline.com.br](http://www.agronline.com.br)). Contribuiu com a sistematização do conceito de agroecologia enquanto ciência e sua obra, “Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável” tornou-se referência para os estudos nessa área.

funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas como um todo <sup>13</sup>.

Além disso, é visto igualmente como importante para o cenário da agroecologia, a valorização dos conhecimentos locais. Aspecto que, do ponto de vista de Altieri (2001), representa o reconhecimento das especificidades e o modo de cada sociedade lidar com o ecossistema com o qual convive. Aqui, características culturais e identitárias são vistas como valores que contribuem para a caracterização dos agroecossistemas<sup>14</sup>, baseados nas formas como as pessoas interagem com os recursos naturais, para obtenção dos meios de vida, apreendidos ao longo do tempo.

Em síntese, a agroecologia passa, portanto, a envolver o diálogo entre distintas formas de conhecimento, a partir do qual são estudadas novas tecnologias (a exemplo da policultura e da rotação de cultivos) e traçadas estratégias de ação, ligando a definição da agroecologia diretamente à prática produtiva, mas também ao exame que os próprios atores fazem desse processo. Atores, em sua maioria, agricultores familiares camponeses.

### 1.3. AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

Inicialmente pode-se destacar que a *agricultura familiar* consiste numa forma de produção – ou forma de organização da produção agrária – que está caracterizada pelos seguintes elementos: trabalho realizado predominantemente pelos membros da família; produção para autoconsumo aliada à produção destinada ao mercado; organização da atividade produtiva e propriedade familiar dos meios de produção. Trata-se de um conceito genérico e ideal que pode vir a se apresentar de distintas maneiras. Ou seja, a forma como os fatores terra, trabalho e família se combinam socialmente está na origem da grande diversidade de expressões da agricultura familiar nas situações reais (WANDERLEY, 1996).

Visto isso, cumpre entender aspectos gerais que envolvem o entendimento dessa categoria, antes de se falar propriamente sobre o que se entende por *agricultura familiar*

---

<sup>13</sup> El conocimiento de la Agroecología habría de ser generado mediante la articulación de las aportaciones de diferentes disciplinas para, mediante el análisis de todo tipo de procesos de la actividad agraria en su sentido más amplio, comprender el funcionamiento de los ciclos minerales, las transformaciones de energía, los procesos biológicos y las relaciones socioeconómicas como un todo (OTTMANN, 2005, p. 16).

<sup>14</sup> Agroecossistema significa um “trozo de naturaleza que puede ser reducido a una última unidad con arquitectura, composición y funcionamiento propios y que posee un límite teóricamente reconocible desde una perspectiva agronómica, para su adecuada apropiación por los seres humanos” (MOLINA, 2004).

*camponesa*. Como primeiro aspecto a destacar, por *familiar*, entende-se o caráter da produção que conta predominantemente com o trabalho dos membros da família nas áreas de produção<sup>15</sup>, podendo se manifestar das mais distintas formas, a depender dos processos históricos vividos por cada localidade, bem como dos aspectos culturais e aptidões da região. Um segundo ponto importante refere-se à atividade desenvolvida no estabelecimento rural. Aqui, é comum, quando se fala de *agricultura familiar*, como o próprio nome indica, achar que ela se restringe à lavoura. Acontece que, na unidade familiar de exploração há extrema coexistência entre cultivo, criação animal e tarefas complementares, apresentando não só relação entre criação/lavoura, como também a possibilidade da ocupação da mão de obra familiar em outra atividade que não a estritamente agrícola, e distintas funções atribuídas ao estabelecimento<sup>16</sup>.

Por último, importa salientar, de acordo com Wanderley (1996), que a *agricultura familiar* não é uma categoria social recente, nem tampouco homogênea. As suas distintas características e seus múltiplos significados, que diferem de um local para outro, passaram a demandar esforços no sentido de se construir classificações, por vezes como mecanismos de operacionalizar as políticas públicas, o que tem contribuído para atribuir a essa categoria, de acordo com a autora, um “ar de renovação”. O fato de se demandar esforços para classificar esse segmento, demonstra que ele apresenta diversidade de formas sociais e estruturas produtivas e conceituais. Todavia, independente dos recortes elaborados para o alcance das políticas públicas, a exemplo dos definidos para a delimitação dos beneficiários do PRONAF<sup>17</sup>, em entrevista concedida ao GIPAF<sup>18</sup>, Wanderley comenta que pesquisadores do mundo rural têm tido um grande interesse em compreender a agricultura familiar no Brasil. Para tanto, costumam se inspirar na literatura e autores clássicos da área, fazendo pesquisas sobre as distintas realidades brasileiras.

Do exposto, percebe-se a possibilidade de distintas formas de *agricultura familiar*, mas o que seria, então, *agricultura familiar camponesa*?

Antes de entrar na questão acima, cumpre observar que Lamarche (1993; 15), por exemplo, expõe uma série de tipologias para trabalhar as distintas formas de funcionamento

---

<sup>15</sup> Ver: ANDRADE (1986).

<sup>16</sup> Ver: SCHNEIDER (2003).

<sup>17</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, iniciado pelo Governo Federal em 1995.

<sup>18</sup> Grupo de Interesse em Pesquisa para a Agricultura Familiar. Fonte: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/o-novo-gipaf>, acesso em 10/08/07.

dos estabelecimentos agrícolas ditos familiares, demonstrando que pode ser encontrada uma combinação de modelos que ora tende para o paradigma mais tradicional de campesinato, aqueles que denotam as práticas tradicionais adotadas pelos camponeses, e ora tende para um modelo mais empresarial, aqueles que visam predominantemente ao lucro.

Uma questão que pode ser levantada a partir das considerações de Lamarche (1993), é a de que, embora se ressalte que nem toda forma de agricultura familiar possa ser considerada como camponesa, é possível destacar, no contexto geral da agricultura familiar, a presença de características do modelo tradicional, a exemplo da própria presença da organização familiar de produção. Isso, de certa forma demonstra que não se está falando aqui, que para abarcar a heterogeneidade da agricultura familiar, as distintas caracterizações ou classificações que são elaboradas, denotem que cada segmento da agricultura familiar apresente características que o coloca em oposição a outro, mas que, pelo contrário, cada um apresenta características que estão presentes em maior ou menor grau. Para Lamarche (1993), por exemplo, quando aborda as conclusões de pesquisadores como Henri Mendras, o comentário acerca do desaparecimento da exploração camponesa no território francês, baseia-se no comentário sobre o fim de certa forma histórica de campesinato, uma forma situada em um contexto diferenciado, mas é certo que características do campesinato original continuam a existir, em menor ou maior grau, em outros tantos contextos.

Agora, voltando ao que se pode entender propriamente por agricultura familiar camponesa, convém destacar que, para Mendras (1976 *apud* LAMARCHE 1993; 16), *o tipo ideal de sociedade camponesa* define-se por cinco características, que podem estar mais ou menos presentes, ou mesmo um pouco diferenciadas, quando em face das realidades estudadas. São elas: autonomia relativa face à sociedade como um todo; a importância estrutural do grupo doméstico; um sistema econômico de autarquia relativa; uma sociedade de inter-relacionamentos; e, por fim, a função decisiva das personalidades de prestígio, que estabelecem uma ligação entre sociedade local e a sociedade geral. Definição que denota certa autonomia dessa categoria, mas não isolamento em relação à sociedade como um todo. Como resultado, o campesinato é apenas uma das variantes da exploração familiar com características socioculturais muito específicas. Para entender esse aspecto é relevante entender o panorama histórico de cada sociedade em que se insere.

Para o Brasil, existem características muito específicas que devem ser levadas em consideração. Por exemplo, o caráter colonial presente na estrutura agrária acabou por se

constituir um fator limitante à expansão e ao fortalecimento da agricultura familiar camponesa, ao mesmo tempo em que contribuiu para a sua caracterização atual. O campesinato foi se formando à margem do sistema dominante (grande plantação para o comércio europeu), mostrando-se presente em espaços e períodos importantes da formação histórica, sempre marcados por momentos de subordinação e/ou fortalecimento. Ou seja: em épocas favoráveis para a atividade de exportação (no caso do Nordeste, a cana-de-açúcar), o latifúndio prosperava e reduziam-se os pequenos produtores; já em épocas de crise, estes últimos se expandiam, mesmo que de forma limitada (GRAZIANO da SILVA, 2001), mostrando-se ao mesmo tempo presentes e ativos, tentando ocupar espaços importantes.

O processo de povoamento dos espaços interioranos foi basicamente seguindo essa dinâmica, com o campesinato apresentando uma diversificação produtiva maior e a ênfase em culturas alimentares de subsistência. Assim, as áreas onde o campesinato foi se tornando mais presente, em geral, caracteriza-se por um maior dinamismo social, ao passo que nos espaços caracterizados pelo predomínio da agricultura exportadora, marcados pelo processo de expulsão da agricultura camponesa, foi se construindo, de acordo com Wanderley (2000), um maior esvaziamento da sociabilidade local. Esse “esvaziamento da sociabilidade local” foi sendo historicamente definido e tem sido percebido mais fortemente em áreas de grande dinamismo econômico, como em regiões que apresentam o plantio de monoculturas. Em muitas dessas regiões, de grande tecnificação da atividade agropecuária, segundo a autora, pouco se tem de vida comunitária, constituindo vazios sociais.

Outras dinâmicas para o campesinato brasileiro são apontadas por distintos autores, como Manoel Correia de Andrade, Ciro Flamarion Santana Cardoso, Guilherme Palacios e Afrânio Garcia, entre outros, ao apresentarem particularidades decorrentes de acontecimentos históricos.

Em *Sul: caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social*, Afrânio Garcia Júnior mostra como, em períodos mais recentes, a migração para o sul terminou por ajudar no retorno ao campo, com vistas a recuperar a terra perdida, dando condições para se voltar a possuir uma unidade familiar. Ou seja, as atividades desenvolvidas no Sul, por possibilitarem alguma forma de acumulação, ajudavam os trabalhadores a adquirirem as terras na volta ao lugar de origem e afirmarem-se como camponeses. Além disso, esse autor destacou, também, que dentro dos engenhos no Nordeste, com o sistema de morada, permitia-se que os trabalhadores tivessem seus sítios, formando-se

as bases para o que alguns autores chamaram de “proto-campesinato”, contribuindo para a caracterização do campesinato hoje (GARCIA JR, 1989).

Manoel Correia de Andrade, em *A Terra e o Homem no Nordeste*, ao falar do Agreste nordestino, caracteriza-o como um espaço em que o processo de ocupação foi permitindo que florescesse a agricultura familiar. Aspecto que será debatido melhor no capítulo quatro, quando realizada uma breve exposição sobre o processo de ocupação do Agreste paraibano (ANDRADE, 1986). Já Ciro F. S. Cardoso, em *Escravo ou Camponês – o proto-campesinato negro nas Américas*, comenta a sua compreensão da chamada “brecha camponesa”, que se abriu no sistema escravista, estudando a economia no período colonial (CARDOSO, 1987). Fase também abordada por Guilherme Palácios, historiador que estudou o dinamismo da região que hoje compõe o estado de Pernambuco, em *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*, e mostrou que os processos econômicos, políticos e sociais que formaram a história agrária dos séculos XVIII e XIX foram tecidos como resultado das contradições existentes entre as comunidades camponesas autônomas e as *plantations* escravistas (PALACIOS, 2004).

Além das particularidades históricas para a formação do campesinato brasileiro, é preciso atentar para o fato do debate sobre o rural no Brasil demandar a construção de conceitos e categorias que deem conta das diversidades encontradas e dos diferenciais frente às realidades vivenciadas por outros países. A questão é que várias mudanças foram percebidas nesta categoria nas sociedades desde então. Mudanças que se caracterizaram por alterações na sociedade local, no modo de vida e na integração aos mercados.

A relação do campesinato com o mercado, por exemplo, é um fator que merece destaque. Apesar de grande parte de sua produção ser voltada para o autoconsumo, não se pode dizer que o campesinato se restringe a uma agricultura de subsistência. Ou seja, na relação do campesinato com o mercado, o objetivo principal é a reprodução social da família e do patrimônio familiar que pode ser feita por vários caminhos, um dos quais é o autoconsumo: uma dimensão importante, mas não necessariamente o único objetivo.

Como apresenta Wanderley (1996), voltando-se ao campesinato brasileiro, é possível destacar a presença histórica de uma preocupação dos camponeses pelo acesso às atividades mercantis. Essas atividades vieram compondo, juntamente com a produção para o

autoconsumo, o leque de estratégias econômicas que se complementaram, no sentido de permitirem a manutenção e reprodução do campesinato ao longo do tempo.

A exemplo do exposto por Palácios, (1987 *apud* Wanderley, 1996), a busca por uma atividade mercantil veio permitindo os camponeses, “cultivadores pobres livres”, integrar-se positivamente tanto no mercado interno como no mercado externo, pela oferta de produtos direcionados à exportação, a exemplo da mandioca, do tabaco e do algodão. Uma atividade mercantil, articulada a partir de uma específica divisão de trabalho interna da família, que não veio se opondo à produção para autoconsumo, mas sim, complementando-a.

Essa complementaridade entre atividade voltada para consumo familiar e atividade mercantil, segundo Afrânio Garcia (1990 *apud* Wanderley, 1996), constitui o chamado “princípio da alternatividade”. A ideia é a de que, no campesinato, parcela do consumo doméstico pode ser abastecida pela produção do roçado, por produtos que podem ser tanto consumidos pela família, para satisfazerem suas necessidades alimentares, quanto vendidos e servirem como meio de acesso a outros bens que não podem ser supridos pela produção agrícola familiar. São, em geral, produtos que trazem uma marca da alternatividade, a exemplo da mandioca, e que permite o agricultor administrar o seu destino, a depender das suas necessidades.

Esse aspecto destacado ajuda a compreender que, se a preocupação pela garantia do consumo alimentar familiar sempre esteve presente no campesinato, referir-se unicamente ao campesinato como sendo uma agricultura de subsistência pode, como afirmou Wanderley (1996), esconder um importante aspecto dessa forma social de produção: a geração de um saber, transmitido através de várias gerações, e que vem permitindo o enfrentamento da precariedade e da instabilidade vivenciada por esses atores sociais, na busca pela reprodução social da família.

Horácio Martins de Carvalho (CARVALHO, 2007) comenta que, se a assertiva “reprodução social da família” subtende a reprodução continuada e crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho, então,

É possível e pertinente se afirmar que na sociedade brasileira contemporânea essa reprodução camponesa pressuporá uma relativa e crescente monetarização da sua economia para dar conta das necessidades objetivas de acesso a bens e serviços tanto para o consumo familiar como para o desenvolvimento das forças produtivas dos seus processos de trabalho na unidade de produção camponesa (CARVALHO, 2007, p. 1).

Ou seja, o campesinato, apesar de apresentar uma dinâmica própria de reprodução socioeconômica, com base em valores mercantis e não mercantis (autoconsumo e trocas comunitárias), tem sido influenciado pelas características da sociedade capitalista, fazendo com que esses atores passem a incorporar, em sua cesta de consumo, novas mercadorias como necessárias à sua reprodução. Fato que, junto à tendência à defasagem crescente do preço dos produtos primários em relação ao preço dos produtos industrializados<sup>19</sup>, exigem-se esforços crescentes na produção de bens alimentares, para que estes, quando comercializados, possam dar suporte monetário para a aquisição de bens necessários à reprodução social da família camponesa.

Lembrando que as considerações acima não esgotam toda a dimensão que a temática envolve, indico algumas observações de caráter geral, bem como algumas peculiaridades, presentes no campesinato brasileiro, que envolverão as discussões voltadas para o Agreste da Paraíba. Aqui, o campesinato será abordado, considerando a lógica encontrada na região, mas partindo do entendimento de que este apresenta características gerais, como: um modo específico de vida e de relação com a terra (uso múltiplo do território e manejos mais sustentáveis); dinâmica ocupacional familiar (desde a organização familiar); relações sociais de solidariedade (relações de parentesco, vizinhança, de apoio mútuo...); e objetivo não só de suprir os bens necessários à sua subsistência, mas também, de proporcionar as condições de reprodução do patrimônio familiar (necessária relação com o mercado). Com uma perspectiva mais especificamente voltada para a atividade produtiva, se considerarmos as colocações de Ottmann (2005, p. 35), essa categoria analítica pode ser entendida, como:

Mais que uma categoria histórica ou um sujeito social, uma forma de utilizar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada lugar, utilizando um conhecimento sobre o entorno, condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação das tecnologias, gerando-se assim distintos graus de “campesinidade”<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Ocorre que à medida que a renda mundial tende a crescer, tem-se a expectativa de aumento bem maior na demanda de bens industrializados e de tecnologia do que do consumo de bens alimentares “*in natura*”. Ou seja, como disse Celso Furtado, “os produtos alimentícios apresentam uma baixa elasticidade-renda, isto é, se deixam influenciar pouco pelas flutuações da renda do consumidor” (FURTADO, 2001), diferentemente dos bens industrializados e de tecnologia, o que leva a valorização maior daqueles em face destes últimos, fazendo com que se necessite de maior geração de valor agregado na produção de bens primários “*in natura*”, para se equivaler em poder de troca frente aos produtos industrializados.

<sup>20</sup> “Más que una categoría histórica o un sujeto social; una forma de manejar los recursos naturales vinculada a los agroecosistema locales y específicos de cada zona utilizando un conocimiento sobre dicho entorno condicionado por el nivel tecnológico de cada momento histórico y el grado de apropiación de dicha tecnología, generándose así distintos ‘grados de campesinidad’” (OTTMANN, 2005, p. 35).



A dificuldade em entender a possibilidade de diferentes “escalas” de *campesinidade* pode ser contornada, fazendo-se referência a indicadores citados por Sevilla Guzmán (2007) com base em Victor Manuel Toledo. Estes indicadores podem ser, entre outros aspectos: tipo de energia utilizada (insumos internos); preocupação com a auto-suficiência; natureza da força de trabalho; diversidade produtiva; produtividade ecológica-energética e do trabalho; capacidade de reacomodar e reciclar os resíduos e nutrientes; natureza do conhecimento e, por último, cosmovisão. A depender da presença destes e de outros indicadores, pode se trabalhar na caracterização de distintos grupos camponeses. No entanto, como essa caracterização não é o intuito deste estudo, deter-me-ei apenas no modelo geral do que se entende de camponês e de campesinato, procurando associá-los no contexto da agroecologia, indicando as características distintivas mais relevantes.

Importa destacar, agora, o que tem sido entendido como *modo específico de relação com a terra e com os recursos naturais* por parte do campesinato. Nesse caso, fala-se da prioridade dada às técnicas de produção locais, que terminam por ser capazes de manter uma maior biodiversidade, por estarem baseadas na experiência vivenciada pelos agricultores em cada sistema de produção. Como ressaltado por Sevilla Guzmán (2007; p. 65 e 66), o campesinato apresenta-se como um grupo social em torno do qual vêm se organizando as atividades agrárias no que tem sido denominado de “sociedades de base energética solar ou sociedades orgânicas”. Isso porque, de acordo com o autor, as relações históricas do ser humano com os recursos naturais, neste tipo de sociedade, podem ser definidas com base na satisfação das necessidades materiais, mediante apropriação adequada aos recursos naturais, assim como o emprego do saber e instrumentos de produção apropriados à sua realidade. Perspectiva que traz a valorização do conhecimento camponês que, pelos saberes acumulados, passa a ser visto como capaz de gerar “novas” tecnologias, adaptadas às especificidades encontradas. O que demanda uma importante referência ao “saber-experiência”, como um dos elementos chave para se trabalhar a perspectiva agroecológica, a ser discutido no capítulo três.

Para uma melhor compreensão acerca do campesinato presente no Agreste da Paraíba, torna-se relevante destacar algumas peculiaridades referentes ao campesinato brasileiro, que envolvem o cenário de luta pela terra. É relevante lembrar que essa luta persiste no Brasil como um todo, e,

No esforço para constituir um ‘território’ familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores (...) supõe muito freqüentemente, a extrema mobilidade

do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais (WANDERLEY, 1996, p. 9).

Essa mobilidade vai moldando diferentemente os espaços rurais, contribuindo, junto a outros fatores, para uma dinâmica diferente das encontradas em países como a França e o Canadá. No Brasil, as áreas ocupadas pelos assentamentos de Reforma Agrária (das quais fazem parte algumas experiências levantadas para o presente trabalho) são áreas nas quais se tenta reconstruir as bases da vida social local, revalorizando o meio rural como lugar de trabalho e de vida, especialmente representada pelo encontro com a terra, reivindicação pela permanência ou retorno a esta (WANDERLEY, 2000). Nesse âmbito, a inserção na localidade não necessariamente decorre da origem de agricultor, ou seja, nem todos os assentados são camponeses – alguns deles não têm, de fato, uma origem camponesa. Algumas pessoas vão para o assentamento para garantir a sua alimentação, o que é socialmente justificável, mas não necessariamente vão ser e nem carregam saberes camponeses. Isso não é visto aqui como um problema, mas é preciso considerar essa diversidade e ver como irá ser trabalhada essa heterogeneidade.

O que pode ser antecipado é que, no caso do Agreste da Paraíba, muitos dos assentados são originários da própria região e com uma história de vida no campo, mesmo que tenham tido que buscar outras formas de subsistência, seja como trabalhadores rurais diaristas ou em atividades não agrícolas, ou que tenham tido que morar em áreas urbanas. Em todo caso, o fato de parte desses agricultores não apresentarem origem camponesa não necessariamente os desvincula da sua lógica, em especial quando passam a estar inseridos na sociabilidade rural. Em Guterres (2006), por exemplo, ressalta-se que nos debates sobre o campesinato no Brasil vem se comentando as inúmeras formas sociais de apropriação dos recursos naturais e de inserção dos camponeses nas sociedades capitalistas atuais, adotadas como estratégias de sobrevivência e de acumulação:

(...) Essa diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas. Desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a recursagem<sup>21</sup>, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lacradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que

---

<sup>21</sup> Em linhas gerais, recursagem significa “a atividade de extrair recursos naturais da natureza pelos lavradores locais” numa extração ordenada através de conhecimento sistematizado e conjunto de técnicas da família, embasada na classificação e discriminação do meio, passada de geração a geração (MAZZETTO, 1999 *apud* GUTERRES, 2006; p. 70).

usufruem da terra por cessão. Desde camponeses quilombolas a parcelas dos povos indígenas já camponeizados. E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária (VIA CAMPESSINA DO BRASIL, 2004 *apud* GUTERRES, 2006; p. 70).

Como será visto, embora o principal ator envolvido no desenvolvimento da agroecologia, na Paraíba, tenha sido o camponês “tradicional” (produtor familiar há gerações no mesmo local), tem ocorrido o crescente envolvimento de agricultores que foram assentados pelo programa de Reforma Agrária do governo, constituindo um novo perfil para o campesinato local. O que será considerado é que a relação entre os agricultores tradicionais e esses assentados abre espaço para a criação de uma sociabilidade camponesa no local.

Além do exposto, novas dinâmicas territoriais<sup>22</sup> vêm sendo estabelecidas e novas atividades produtivas estão envolvendo o ambiente camponês, contribuindo para a sua caracterização, a exemplo da diversidade de atividades produtivas, que podem ser realizadas pela família camponesa<sup>23</sup>, e de funções atribuídas aos estabelecimentos rurais<sup>24</sup>. Na busca por melhorias, os camponeses passam a focalizar, não apenas no espaço agrário, mas também as diversas oportunidades de ocupação da mão de obra e de geração de renda proporcionadas por distintos setores inseridos no contexto. Isso não pode ser visto como uma descaracterização do campesinato, mas como estratégias de manutenção deste. Como diz Santos, Meneses e Nunes (2005; p. 484), apesar do mito que afirma o contrário, os camponeses não querem a pobreza e não são impermeáveis às mudanças, desde que minimamente aceitáveis. Segundo os autores, “eles não são conservadores por obstinação, querem simplesmente manter o melhor do pouco que têm”. Sendo assim, não se considera o conhecimento camponês como apego ao passado, mas como um modo de saber e de vida específico. Aqui, dão-se condições de se pensar o campesinato e a identidade de camponês, levando em consideração suas características básicas, não como realidades acabadas ou com conceitos rígidos e tradicionais, mas como algo em construção ou reconstrução, na medida em que a sociedade envolvente

---

<sup>22</sup> Território pode ser entendido como uma dimensão subjetiva que envolve conjunto de laços estabelecidos pela interação social num determinado espaço (Hasbaert, 2004; Schejtman e Berdegué, 2004 *apud* Abramovay, 2006).

<sup>23</sup> Existem hoje, no campo, atividades complementares às atividades agrícolas que são desenvolvidas pelos membros das famílias de forma temporária ou não e que têm contribuído como estratégias para assegurar a sobrevivência da família e sua reprodução futura, não podendo ser vistas, portanto, como um processo de saída da agricultura (WANDERLEY, 1996).

<sup>24</sup> O ambiente rural não está vinculado apenas à produção de alimentos e outros bens agrícolas. Existem outras atribuições que podem ser exercidas no mesmo espaço, que vêm sendo objeto de estudo de muitos pesquisadores. Como exemplo, destaca-se a função de proteção ambiental, fornecedor de estrutura para o turismo rural, manutenção de paisagem ou habitat, entre outros. Dentre inúmeros pesquisadores da área, nem sempre com os mesmos olhares, têm-se: GRAZIANO da SILVA (2000); CARNEIRO e MALUF (2003).

está em constante mudança. Seguindo esse raciocínio, decorre também a ideia de que o campesinato não está nem precisa estar isolado para se constituir como tal.

Para dar continuidade ao debate sobre agroecologia, seguem dois capítulos que trabalharão distintas leituras da perspectiva agroecológica.

## CAPÍTULO 2

### AGROECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE

[...] a gente pensa que a agroecologia é uma forma diferente  
de vida [...]  
Suzamara Weber (Agricultora Familiar – PR)  
(Depoimento apresentado no II ENA em 2006)

As críticas ao padrão de desenvolvimento direcionado para o rural brasileiro, assentado na mudança tecnológica, intensificaram-se a partir da década de 1970 e deram início a uma série de debates que, hoje, culminam, dentre outros aspectos, na discussão sobre a *perspectiva agroecológica*. Mas, longe de haver um consenso sobre essa temática, deparamo-nos com uma série de pontos de vista distintos que, por vezes, prejudicam o seu entendimento. Tendo em vista a necessidade de trabalhar esse conceito, bem como teorias que possam explicar suas nuances, nos próximos dois capítulos tentar-se-á mostrar as diferentes perspectivas de investigação que o tema suscita. Para apreender o recorte analítico dado, segue uma síntese dos aspectos que serão retrabalhados adiante.

Primeiramente, compete dizer que a agroecologia vem sendo vista, em especial no contexto acadêmico, como uma *construção científica*, que se dirige no sentido da crítica à agricultura convencional, associada à noção de agricultura sustentável. Este capítulo se destina, portanto, a examinar a associação do discurso da agroecologia com as noções de sustentabilidade e de agricultura sustentável. Cabe registrar, inicialmente, que a referência à ideia da sustentabilidade traz implícita a afirmação da necessidade de novas práticas produtivas na agricultura. Trata-se de um debate que se faz com os agroecologistas, debate que obviamente não esgota a questão sociológica da agroecologia. Ao contrário, a análise sociológica da agroecologia pressupõe o exame dos aspectos socioculturais e políticos, além do socioambiental. E essa análise será o objeto do próximo capítulo.

Além do entendimento da agroecologia como ciência, pode-se entendê-la igualmente como modo de uso dos recursos naturais, ou *prática produtiva*, voltada para um desenho mais natural dos agroecossistemas. Por sua vez, a exemplo dos casos estudados para a presente tese, essa postura prática vem sendo potencializada pelo estabelecimento de redes

de intercâmbio e conhecimentos que culminam em formas de ação social, possibilitando uma nova percepção para a atividade agrícola, agora a partir das mobilizações e organizações que suscita, e a uma nova forma de pressão por políticas públicas adequadas. Assim, deduzida especialmente a partir das experiências verificadas em campo, e não da teoria em si, insere-se aqui, a agroecologia como pretendendo adquirir a natureza de um *movimento social*. Uma observação fundamental para a compreensão da agroecologia do ponto de vista das ciências sociais, que será comentada mais à frente.

A questão é que, como diz Sevilla Guzmán (2007), o curso seguido pelas estratégias agroecológicas vem permitindo estabelecer mecanismos participativos de análise de cada realidade, construindo um processo de articulação voltado para a formulação de propostas alternativas para a agricultura, tentando incidir no nível das políticas públicas. Na verdade, daqui se pode dizer que “os cursos da ação agroecológica necessitam romper os marcos de legalidade para desenvolver seus objetivos; é como dizer que as redes produtivas geradas cheguem a culminar em formas de ação social coletiva pretendendo adquirir a natureza de movimentos sociais”<sup>25</sup>. Isto porque, essa nova prática produtiva não se resume às mudanças no padrão técnico, mas ela pressupõe uma atitude do agricultor face ao processo produtivo e ao seu engajamento à comunidade, ao seu território, que passa a incorporá-lo como ator (leia-se: passa a ser sujeito ativo) desse processo. Observa-se não apenas a participação dos agricultores nas ações, mas um entendimento da agroecologia como um *novo modo de vida*.

Tem-se, portanto, quatro formas principais de abordar essa temática, que não necessariamente são excludentes, mas complementares e articuladas; ou seja, agroecologia como: ciência, prática produtiva, movimento social e um novo modo de vida. O que acontece é que se percebem focos de trabalho que vão dando margens a distintas perspectivas de investigação sobre o tema, a depender do cenário que se debruça e das identidades entendimentos e/ou conceitos atribuídos pelos próprios atores que estão vinculados a cada contexto específico. Pelo exposto, o objetivo é introduzir estas diferentes discussões que envolvem o conceito de agroecologia nos dois capítulos seguintes, e que servirão de fundamento para a análise dos dados da pesquisa de campo, buscando indicar, com base na literatura, quais os elementos que compõem o cenário da agroecologia.

---

<sup>25</sup> [...] los cursos de acción agroecológica necesitan romper los marcos de legalidad para desarrollar sus objetivos; es decir que las redes productivas generadas lleguen a culminar en formas de acción social colectiva pretendiendo adquirir la naturaleza de movimientos sociales (SEVILLA GUZMÁN, 2007; p. 3)

## 2.1. A AGROECOLOGIA NO BRASIL

A agroecologia passa a ter influência no Brasil principalmente a partir da chamada agricultura alternativa. Segundo Canuto (1998), embora os dados estatísticos sobre a introdução e evolução de experiências nesse sentido sejam praticamente inexistentes, sabe-se que, desde o início dos anos 1970, existiram casos e discussões mais ou menos isoladas, implementados por um ou outro agricultor “inovador”. Para o autor, a mobilização de pessoas e organizações interessadas nessa temática, que viria produzir o contexto da agroecologia hoje, basicamente só veio ocorrer a partir dos anos 1980, com a promoção dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa – EBAA (realizados em Curitiba, Petrópolis, Cuiabá e Porto Alegre). Nesses encontros, embora voltados mais para a questão técnico-ecológica da agricultura, contrapondo o perfil alternativo ao da agricultura “moderna”, foi possível abrir um espaço de diálogo que envolvia produtores, organizações nascentes em torno do movimento ecológico na agricultura, cientistas e algumas forças políticas interessadas. Nesse contexto, o autor destaca a participação da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FEAB) e da Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE).

A FASE, com o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), dedicou-se, entre outros aspectos, a: recuperar ou catalogar as inovações praticadas pelos agricultores (valorizando seu conhecimento); organizar a multiplicação desses saberes (através de articulações sociais no campo); e sistematizar experiências. Este projeto, embora inicialmente de cunho tecnológico, foi apontado como motivador para a busca de um novo modelo de desenvolvimento e mudanças sociais. Trata-se de uma etapa que formou a base para a aparição das organizações que hoje adotam a perspectiva agroecológica, a exemplo da AS-PTA<sup>26</sup>, e que vem a ter um importante papel na difusão dessa perspectiva na Paraíba.

Importa saber que o Brasil também contava com o movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), organizado durante o período da ditadura militar, e que foi proporcionando, com o tempo, espaço de participação cívica e expressão política no mundo rural (PETERSEN e DIAS, 2007). Essas comunidades, a partir dos anos 80, iniciaram uma interação, mesmo que lenta, com entidades de assessoria ecológica (sobretudo ONGs), que se

---

<sup>26</sup> AS-PTA – “Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – tem por objetivo a promoção do desenvolvimento da agricultura brasileira com base nos princípios da agroecologia e no fortalecimento da agricultura familiar”. Disponível em: <http://www.aspta.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1>. Acesso em 11/08/2007.

viam comprometidas com a luta pela agricultura alternativa e a viabilidade socioeconômica da agricultura familiar camponesa. Entretanto, foi nos anos 1990 que esse debate se ampliou para além da crítica ao modelo agrícola convencional e passou a se configurar mais fortemente, contando com uma maior especialização e profissionalização dos agentes, bem como uma aproximação do Estado à temática<sup>27</sup>. Hoje, movimentos sociais, igreja, sindicatos, associações de comunidades, ONGs, universidades e o próprio Estado apresentam uma maior articulação e têm buscado alternativas, não só vinculadas ao uso de técnicas produtivas ecológicas, mas também ao sentido social do processo.

A trajetória da agroecologia no Agreste da Paraíba será objeto de estudo do capítulo 4. Adianto, porém, que toda essa movimentação em torno da perspectiva agroecológica vem adquirindo novas formas e introduzindo um papel central no estabelecimento de redes. O que vai culminar em formas de ação coletiva e inserir esse enfoque mais fortemente no âmbito dos movimentos sociais rurais.

Ocupar-me-ei, no momento, em registrar que a partir desse panorama pode-se afirmar que a agroecologia surge, no Brasil, primeiro como uma forma de expressão ou de resistência à agricultura convencional, inserida no contexto da agricultura alternativa, para então ser trabalhada enquanto ciência e adquirir uma sistematização conceitual usada nos meios acadêmicos. Nesse momento, a agroecologia emerge com um tratamento como ciência, em especial com os trabalhos e reflexões conduzidas por profissionais das ciências agrárias. Mas, somando-se a esse aspecto a já existente manifestação em torno da valorização de conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, “a agroecologia passa a se desenvolver, rompendo com o positivismo lógico que desconhece a validade de conhecimentos que não sejam produzidos pelo método científico” (PETERSEN e DIAS, 2007).

No contexto descrito, autores que trabalham a agroecologia passam a abordar desde a ideia da “sustentabilidade” social e dos sistemas de produção, introduzindo-a como a base científica para alternativas à agricultura industrializada. Diante da crítica aos impactos ocasionados pela “modernização” da agricultura, o objetivo será trabalhar um modelo que evite a tendência à degradação dos recursos a que a agricultura industrializada ficou associada, estruturando esse modelo sob diferentes tradições intelectuais e disciplinas (estudos

---

<sup>27</sup> Veremos adiante, que tem havido tanto uma aproximação do Estado à agroecologia (ao inserir essa perspectiva na pauta de políticas públicas, a exemplo da nova política de ATER), como uma aproximação das organizações que trabalham com a perspectiva agroecológica ao Estado (ampliando-se o diálogo com o mesmo).



camponeses, ecologia e ambientalismo, dentre outros) (MARSDEN, 2006). Assim, ao ser vista como uma ciência que utiliza diversos conhecimentos científicos e práticos dos agricultores, a agroecologia pretende contribuir para o desenho de agroecossistemas sustentáveis, emergindo como uma concepção que a ciência agrícola convencional poderia nomear facilmente de um novo paradigma de desenvolvimento rural “antimoderno”, cujas experiências mundialmente espalhadas nascem do processo de resistência na fresta da modernização agrícola, oferecendo estratégias produtivas e sociais (SEVILLA GUZMÁN e MARTINEZ-ALIER, 2006). Para entender esse viés acadêmico segue exposição sobre a noção de sustentabilidade.

## 2.2. A EMERGÊNCIA DA NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

Alguns temas tornaram-se fortes alvos de pesquisas acadêmicas nos últimos anos. Entre estes estão os temas do “meio ambiente”, do “desenvolvimento” e da “sustentabilidade”. No livro “Meio ambiente e Desenvolvimento”, Eli da Veiga reflete sobre essas temáticas, tomando como ponto de partida a relação entre o crescimento econômico e a conservação ambiental. Assunto que tem estado diretamente relacionado ao estilo do crescimento econômico, que resulta no desgaste da camada de ozônio, no aumento do efeito estufa e nas perdas de biodiversidade, ou seja, num problema ambiental global. A partir dessa problemática cresce a necessidade de falar da sustentabilidade. *Sustentável* passou a ser um adjetivo que se tornou presença certa e politicamente correta nas falas e textos que dissertam sobre o desenvolvimento, agricultura..., por vezes carregados de certa utopia. Trata-se de um termo que foi “publicamente empregado em agosto de 1979, no simpósio das Nações Unidas sobre as inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento” (VEIGA, 2006) e que veio se vinculando à estratégia de desenvolvimento global.

Entender o conceito de “sustentável”<sup>28</sup> e, portanto, de desenvolvimento e de agricultura sustentáveis, dentre outros, tornou-se uma aventura não muito fácil a ser percorrida através de leituras, análises históricas, indagações e especulações teóricas, nem sempre correlatas, a depender do ponto de vista que se propõe. Para ilustrar um pouco dessa dificuldade, inicialmente será abordado o termo “desenvolvimento sustentável”. Este, e posso

---

<sup>28</sup> Esse termo ganhou legitimidade como o maior desafio do século quando Brundtland, a presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, caracterizou-a como “conceito político” perante a Assembléia Geral da ONU de 1987 (VEIGA, 2006).

dizer que também no que se refere à “agricultura sustentável”, traz a difícil conciliação de objetivos que têm se mostrado antagônicos. Trata-se da busca pela expansão econômica e, ao mesmo tempo, da necessidade de conservação ambiental. Isto caracteriza uma composição de fatores que têm alimentado uma das principais polêmicas contemporâneas. Como exposto por Rossetti (2003), trata-se de decifrar ou superar a contradição que existe entre a necessidade de expandir a produção (e inclui a produção de alimentos), e a de preservação ambiental. O problema é que, dentre os fatores utilizados para expandir a produção, estão os recursos naturais, o que faz com que preservar essas bases e ao mesmo tempo elevar a produção pareça ser uma contradição de propósitos, sendo visto por muitos estudiosos como um *tradeoff*<sup>29</sup>. Disso extrai-se uma questão: como chegar a um consenso?

No que concerne à agricultura, que é aqui o ponto que nos interessa, esse consenso tem sido trabalhado no contexto das agriculturas alternativas, onde se insere a agroecologia, perspectiva que vem sendo vista como uma ciência base para um novo paradigma de desenvolvimento rural, que permite a transição de modelos atuais de desenvolvimento e de agriculturas insustentáveis, para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2006).

De certa forma, o conceito de sustentabilidade tem sido utilizado como uma estrutura política, intelectual, ou mesmo um discurso ideológico, por melhor representar os sistemas agrícolas que se quer atingir. Nesse meio, estão as críticas a um modelo agrícola que passa a ser denominado como insustentável e causador de externalidades ambientais<sup>30</sup>, em decorrência de fatores, como: monocultura, diminuição da biodiversidade (e a decorrente homogeneidade espacial); intensificação da produção (através da expansão do uso de insumos agroquímicos); uso de energia externa; e criação intensiva de animais, separada da produção agrícola. Tendências que foram impulsionadas pela mudança e competição tecnológica na agricultura (BUTTEL, 2006) e que representam um processo de “modernização” que implicou as seguintes consequências:

---

<sup>29</sup> Dilema trabalhado pela ciência econômica e que pode ser entendido da seguinte forma: a produção suscita um custo de oportunidade em termos ambientais, que é o que se deixa de preservar de recursos naturais, e a preservação do meio ambiente provoca, por outro lado, o custo de oportunidade em termos da produção, que é o que deixa de ser gerado de produto.

<sup>30</sup> Externalidades ambientais, segundo Coyle (2003; p. 293), são os custos impostos ao meio ambiente, decorrentes de escolhas econômicas particulares, e que não são muito levados em consideração por estes, em suas tomadas de decisões. “Tais custos são conhecidos como *custos externos*, porque você paga para limpar a minha poluição”. Em outras palavras, quem não polui, termina arcando com os custos gerados pela poluição exercida por atividades de outros, que não contabilizam esses custos para si. Assim, a atividade de um, gera externalidade para outro.

Na utilização generalizada de pacotes tecnológicos, no uso intensivo de capital, na difusão de novos estilos de manejo produtivo, no aumento e especialização da natureza à lógica do mercado com forte deterioração dos recursos naturais, em especial os solos<sup>31</sup>.

Ou seja, quando da sua introdução, em décadas passadas, o modelo de “intensificação da agricultura” apresentou aspectos considerados positivos, trazendo a ideia de “moderno” e de “desenvolvimento”, ambos como sinônimos de industrialização e com a imagem politicamente correta da absorção da inovação tecnológica; hoje, esse mesmo modelo vem sendo considerado um equívoco e tem sido objeto de críticas. Fato é que, a intensificação da produção, com o uso de insumos químicos e mecânicos na agricultura, levou à degradação dos solos e à contaminação do meio ambiente, mas nem sempre necessariamente ao aumento nos rendimentos e à melhoria da qualidade de vida dos agricultores, em especial familiares e camponeses.

Um exemplo disso está nos dados expostos por Caporal e Costabeber (2000), quando ressaltam que de 1964 a 1979, a produtividade dos principais cultivos (“carro chefe” do discurso da modernização), aumentou 16,8%, enquanto o consumo de fertilizantes químicos cresceu 124,3%, de inseticidas, 233,6%, de fungicidas, 584,5%, de herbicidas, 5.414,2%, e de tratores, 389,1%. Esse quadro levou à necessidade de aumentar os investimentos para a manutenção artificial da capacidade produtiva da terra, e o consumo de energias externas. O que contribuiu para o considerável aumento nos custos de produção e riscos econômicos provenientes das variações dos preços internacionais do petróleo. Ao mesmo tempo em que crescia a concorrência no setor, por sua vez, o Estado favorecia o processo através de políticas públicas de incentivo à implementação de novas técnicas. Isso levou cada vez mais ao uso de insumos externos, introduzindo dinamismo industrial na agricultura, com base estritamente na lógica de mercado, perdendo-se de vista o lado social, cultural e ambiental. Aqui, os custos ambientais não são contabilizados.

Do lado econômico, considerando que os preços dos insumos e produtos industrializados tendem a crescer a uma taxa maior que a dos alimentos, a busca pela manutenção dos rendimentos conduziu, em muitos casos, à necessidade de endividamento. Tendo em vista que a variação percentual, em termos de produtividade, foi menor do que os percentuais de elevação do uso de insumos externos, como comentado acima, em busca de

---

<sup>31</sup> “La utilización generalizada de paquetes tecnológicos, el uso intensivo de capital, la difusión de nuevos estilos de manejo predial, el aumento y especialización de la naturaleza a la lógica del mercado con un fuerte deterioro de los recursos naturales en especial del suelo” (OTTMANN, 2005, p. 13).

ganhos, os agricultores passaram a produzir em escalas cada vez maiores, intensificando a produção, o que provocou o esgotamento dos solos, a contaminação das vertentes hídricas, a devastação das florestas, e problemas de saúde pública, entre outros. Paralelamente às questões ambientais, a “modernização” da agricultura no Brasil foi construindo um mecanismo de exclusão que se tornou visível com a ampliação dos bolsões de pobreza, desemprego, fome, inadimplência, escassez de assistência técnica e acesso diferenciado a tecnologias, entre grandes, médios e pequenos produtores rurais. Estes efeitos afetaram, de forma avassaladora, em especial o segmento mais vulnerável do setor: o campesinato.

Nesse segmento, a lógica produtiva assinalada foi sendo imposta basicamente pelas políticas públicas, mesmo que o camponês tenha estado em sua maioria, à margem dos benefícios provenientes delas, caracterizadas como sendo seletivas e de difícil acesso. Trata-se de um segmento social que ficou continuamente desprovido das necessárias estruturas de crédito e de apoio estatais.

Convém destacar que o fato de muitas análises centradas no mercado ignorarem as preocupações e demandas dos camponeses constituiu um fator que também contribuiu para essa problemática. Comenta-se que, embora alguns pesquisadores do rural direcionem seus estudos para o campesinato, quando o foco dos trabalhos é nas forças do mercado, pode-se ter uma análise limitada da realidade e dificuldades quanto ao alcance de políticas públicas (POPKIN 1988b: 246 *apud* MONTEIRO da FONTE, 2002). Um exemplo disso pode ser encontrado em artigo publicado na Revista Conjuntura Econômica<sup>32</sup>, sobre a agricultura familiar no Brasil. Neste, os autores ressaltam “*a ineficiência da agricultura familiar*”.

No artigo, através da análise de microdados do Censo Agropecuário, esses autores comentam que parcela numerosa da agricultura familiar produz praticamente para autoconsumo e não gera receita no estabelecimento. Daqui, ressalta-se ainda que os agricultores presentes nessa estrutura sobrevivem de outras fontes de renda, como aposentadoria, doações e trabalho fora do estabelecimento, ainda não levantadas pelo Censo Agropecuário. Com isso, afirma-se que seria justificável tipificá-los como residentes rurais e assisti-los com políticas sociais e de combate à pobreza, como é comum em outros países. Um tipo de comentário que pode ser facilmente criticado na medida em que o foco restrito da análise contribui para uma limitada compreensão da complexidade e lógica própria desses agricultores, o que pode levar a que se dê destaque a políticas meramente assistencialistas.

---

<sup>32</sup> LOPES, I. V.; ROCHA, D. de P, 2005.

A questão é que a agricultura familiar camponesa, por ter estado à margem dos benefícios provenientes das políticas públicas que pudessem, inclusive, dar condições para as mudanças no padrão técnico de produção, propostas no contexto da “modernização”, precisou de novos mecanismos de segurança. É nessa lógica que Caporal e Costabeber (2000) apontam para a importância da construção de estratégias que impulsionem padrões sociais e culturalmente desejáveis, apoiados na evolução histórica de cada sociedade e na co-evolução dos atores sociais com o ecossistema em que estão inseridos. Para tanto, torna-se primordial reconhecer que há no ambiente social do campesinato um conjunto de saberes acumulados pelos atores, resultantes da experiência e convivência, que devem ser levados em consideração. É dessas experiências que surgem conhecimentos sobre práticas agrícolas, decorrentes das relações que vão sendo construídas com o meio ambiente e com a sociedade, constituindo as bases para a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social. Ressalta-se que, partindo dessa base, torna-se possível construir estratégias de sustentabilidade para a agricultura familiar camponesa.

O conceito de agricultura sustentável surge então, como resposta ao declínio na qualidade do uso dos recursos naturais, associado com a moderna agricultura, e, cada vez mais são ressaltados aspectos não apenas puramente técnicos, como também de natureza social, e mais complexos (ALTIERI e NICHOLLS, 2005). O problema é que, é justamente nesse sentido que o conceito de sustentabilidade vai se tornando controverso e difuso. Ou seja, passam a existir conflitos acerca das interpretações de seus significados. Para entender a inserção da agroecologia dentro desse discurso, contrapondo-a à controvérsia em torno da noção da sustentabilidade, apresentam-se as considerações a seguir.

### **2.2.1. A “sustentabilidade agroecológica” e a “convencional”**

Ao mesmo tempo em que o discurso da sustentabilidade vai se fortalecendo no contexto da agricultura, surgem diferentes pontos de vista acerca do que é sustentável. Como expõe Buttel (2006), aparecem diversas estratégias e movimentos em torno da temática que não conduzem a um consenso sobre o que é sustentabilidade ou sobre quais as mudanças necessárias para alcançá-la. A questão é que existem algumas ideias que abordam diferentes mecanismos e que se tornam “bandeiras” defendidas por diferentes segmentos da agricultura, envolvendo diferentes poderes. A heterogeneidade presente no discurso da sustentabilidade

agrícola nos remete a uma disputa pelo adjetivo “sustentável”, vindo a ser usado com diversos propósitos, encabeçando – tanto um discurso crítico, como servindo de defesa às práticas agrícolas e instituições prevaletentes –. Entretanto, o fato do conceito de sustentabilidade conter discrepâncias de opiniões não tem sido visto como motivo para abandoná-lo. Este passa a figurar como uma noção intelectual e uma estrutura política útil, por refletir uma visão desejável para sistemas agroalimentares (BUTTEL, 2006). Se,

Por um lado, alguns observadores insistem que a agricultura moderna tende a ficar longe [*da sustentabilidade*] pela falta de um nível satisfatório de qualidade ambiental comprometido, mas, além disso, é vista como sendo sócio-economicamente insustentável (a renda líquida e os retornos do capital continuam a declinar) e injusta (a produção tipo familiar está sendo marginalizada enquanto a produção em escala industrial está em ascensão). Para estes grupos a ausência da sustentabilidade da agricultura é aplicada como uma crítica do sistema agroalimentar. Outros grupos, contudo, [...] consideram explorações agrícolas sustentáveis, no sentido de elas estarem em grande medida baseadas em recursos naturais renováveis e produzir alimentos e fibras eficientemente e a preços reduzidos. Estes grupos podem ter preocupações com a sustentabilidade econômica da agricultura, mas estas preocupações não são específicas para a viabilidade da unidade de produção familiar<sup>33</sup>.

Ao se deter na defesa, que geralmente é feita da sustentabilidade econômica da agricultura química, é possível confrontá-las com citações de Guterres (2006): primeiro, e essa já foi assinalada antes, trata-se de um tipo de cultivo extremamente dependente de insumos externos, em especial adubos e venenos fabricados com derivados do petróleo, um recurso cada vez mais escasso e caro. Segundo, as monoculturas criam homogeneidade e cada vez mais possibilidades de serem atingidas por pragas. O que aumenta custos e, mesmo com os recursos da transgenia<sup>34</sup> ou de novos produtos químicos corre-se o risco desses problemas retornarem com mais força em períodos subsequentes, com impactos ainda não contabilizados. Enquanto isso, do lado da agricultura familiar camponesa, a noção de

---

<sup>33</sup> On one hand, some observers insist that modern agriculture tends to fall far short of a satisfactory level of compromising environmental quality, but in addition agriculture is seen to be socio-economically unsustainable (in that net income and returns to equity capital continue to decline) and unjust (in that ‘family-type’ production is being marginalized while industrial-scale production is in ascendance [...]). For these groups, agriculture’s lack of sustainability is employed as a critique of the agro-food system. Other groups, however, [...], consider most farming operations to be sustainable in the sense that they are largely based on renewable natural resources and provide food and fibre efficiently and cheaply. These groups may have concerns about the economic sustainability of agriculture, but these concerns are not specific to the viability of household production units (BUTTEL, 2006, p. 213)

<sup>34</sup> Os transgênicos podem ser vistos como organismos modificados mediante técnicas de engenharia genética e que contêm material genético de outros organismos, combinados de forma que, provavelmente não aconteceria na natureza. O intuito é a obtenção de organismos com características novas como, por exemplo, resistência a determinadas pragas. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Transg%C3%AAnicos>. Acesso em 16 de dezembro de 2007.

sustentabilidade tem sido trabalhada enfatizando-se o uso adequado dos meios de produção, assentado na diversificação das culturas, com valorização de tecnologias alternativas apropriadas e de menor custo (no sentido de possibilitar a utilização racional dos recursos energéticos, insumos, conhecimento e mão de obra local). Um contexto em que se valorizam as potencialidades locais como importante elemento. Aqui, o enfoque agroecológico aparece como uma perspectiva científica que vem possibilitar um processo de *transição* para uma agricultura sustentável, de forma a minimizar os problemas decorrentes das práticas convencionais sobre a agricultura familiar camponesa, em especial, partindo da introdução de modelos que priorizem energias internas (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

Cabe considerar um outro aspecto que tem aparecido com frequência no discurso dos técnicos, defensores da agroecologia. Fala-se não de práticas agroecológicas, *stricto sensu*, mas de um processo de transição. Isso decorre da constatação de que, falar de um processo de transição é levar em conta que, para praticar uma agricultura de base ecológica, leva-se tempo, em especial quando se tem terra contaminada e dependente dos insumos químicos, práticas de monocultivo e uso intensivo de venenos nas proximidades, sementes distribuídas por instituições públicas ou privadas adequadas ao pacote químico; além disso, o meio ambiente está desequilibrado e as pragas fora de controle; não se tem recursos suficientes para bancar eventuais prejuízos; não se dispõe de conhecimentos suficientes ou estes estão em processo de construção; não se tem assistência técnica para acompanhar todo o processo; entre outros fatores. Ou seja, necessita-se de tempo para passar da agricultura convencional para a de base ecológica.

Vale destacar que esse processo de transição foi verificado em campo e será comentado nos capítulos seguintes à luz da pesquisa empírica, ressaltando as particularidades locais do processo. No entanto, para o Agreste da Paraíba, é preciso considerar que há tanto parcelas de produtores que estão vivenciando uma mudança no padrão produtivo e de organização da produção, passando de uma agricultura convencional para a agroecológica, quanto parcelas de agricultores que vêm mantendo tradicionalmente uma agricultura de baixo uso de insumos externos, estando na lógica da agroecologia, mesmo antes dessa perspectiva ter visibilidade na região. Nesse caso, a agroecologia vem exatamente reforçar um modo de vida e de produção já existente, não caracterizando aqui um processo de transição, mas de consolidação do que se convencionou chamar de agricultura tradicional.

Na opinião de Caporal e Costabeber (2004), o processo de transição das práticas agrícolas em busca da sustentabilidade pode ser chamado de *ecologização*. Processo que pode ser entendido como um *continuum* em que, próximas a um dos polos e opostas às formas de agricultura convencional, localizam-se as chamadas “agriculturas sustentáveis” que buscam a sustentabilidade por vários caminhos alternativos (permacultura, agricultura biológica, entre outras). Ao se inserir a agroecologia como ciência que introduz a base teórica para essa transição, autores passam a entender o processo como de transição agroecológica, denotando:

[...] o processo gradual de câmbio através do tempo nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um sistema de produção convencional [...] a outro sistema de produção que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica [...]. Esse processo de ecologização implica não somente uma maior racionalização produtiva baseada nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também uma mudança de atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo dos recursos naturais e à conservação do meio ambiente (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 47)

A ideia do *continuum* permite pensar que em um dos seus lados podem estar as formas agrícolas intensivas, que incorporam certo grau de “ecologização”, mas que se mantêm ainda na lógica tecnológica dominante. Um processo que condiz com as afirmações de que não existe tipo puro de transição, podendo constituir agriculturas que combinariam diversas características, distintos enfoques e distintas vias de transição. Como exemplo, pode-se citar o caso das práticas agrícolas que respondem unicamente às demandas de um novo mercado, o mercado de produtos orgânicos, mas que oferecem uma limitada alternativa social para o conjunto dos produtores/as familiares e, portanto, não são considerados agroecológicos. Geralmente são formas de agriculturas que utilizam tecnologia normatizada e um desenho simplificado do agroecossistema, se comparado com a agricultura familiar camponesa. Nessa categoria, como salienta Canuto (1998), é possível incluir os monocultivos orgânicos que, apesar de virem com uma conotação ecológica, podem causar impactos à biodiversidade por não considerar as associações vegetais que são importantes para a preservação do conjunto do agroecossistema, empobrecendo o solo e reduzindo a fauna.

Outra forma de abordar esse olhar da “ecologização” pode ser através da agricultura convencional, que vem assumindo a postura de sustentável com a introdução da biotecnologia<sup>35</sup>. Esta tem sido apontada como capaz de solucionar os problemas ecológicos,

---

<sup>35</sup> Biotecnologia - Conjunto de processos que envolvem o uso das técnicas do DNA recombinante (isolamento, caracterização e transferência de genes), objetivando a produção de “indivíduos” transgênicos, portadores de características consideradas desejáveis. Enquadram-se as técnicas de cultivo de células e tecidos, “*in vitro*”,



“através do foco em tecnologias ditas mais limpas, ao possibilitar a obtenção de resistência biológica às pragas e doenças” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). No entanto, há controvérsias sobre os benefícios dessa tecnologia no sentido de que esta pode atender a objetivos completamente contrários aos proclamados, quando direcionada para obtenção de cultivos resistentes aos agroquímicos e resultar numa agricultura dependente de produtos comerciais daninhos ao meio ambiente<sup>36</sup>. Nesse sentido, é que ela vem sendo ressaltada como algo capaz de dar uma nova roupagem para o processo de “modernização da agricultura” anterior, ou seja, uma nova aparência ao discurso da “modernização”. Há quem diga, por exemplo, que essa tecnologia virá a ser o que foi a intensificação tecnológica anterior para as práticas e variedades de plantios tradicionais (BUTTEL, KENNEY e KLOPPENBURG, 1985; 32 *apud* ESCOBAR, 1994). Esse processo, ao mesmo tempo pode contribuir para a desvalorização de conhecimentos locais e para a manutenção de um exclusivismo epistemológico que pode levar à subordinação dos grupos sociais menos favorecidos (SANTOS, MENESES e NUNES, 2005).

Nesse ponto, vale sintetizar a observação feita por Ignacy Sachs, em entrevista sobre a agricultura familiar: o argumento mais importante é que os transgênicos não vêm sozinhos. Eles vêm como um pacote, já que foram adaptados em grande parte para doses altas de agrotóxicos, constituindo um risco para o ser humano e a natureza. Ressaltando o princípio da precaução<sup>37</sup>, o autor destaca que a sociedade ainda não está numa situação em que esta seja a única tábua de salvação. Para ele, é claramente possível pensar num aumento da produção de alimentos sem recorrer a essas novas tecnologias (SACHS, 2001).

Em todo caso, o que está em questão é que, se por um lado, a agricultura convencional – fundada em uso de insumos agroquímicos de origem industrial – vem assumindo a postura de sustentável, por outro, a abordagem agroecológica apresenta-se

---

visando à micropropagação, à limpeza clonal, à produção de fármacos, enzimas, hormônios, vacinas, entre outros. Em geral, tem sido tratada ou como solução para problemas atuais e futuros, ou como causadora de problemas de natureza ambiental, ética e de saúde do indivíduo. O que denota que ainda não se chegou a um consenso sobre suas potencialidades e reais dificuldades, colocando-a como algo em construção (PRISCO, 2002).

<sup>36</sup> Outra questão é que a intensificação pela biotecnologia traz riscos ambientais diferentes, possivelmente promotores de externalidades negativas à sociedade como um todo, a exemplo de: uniformidade e contaminação genética, formação de insetos resistentes, entre outros.

<sup>37</sup> O princípio da precaução dá margem a não se inserir em contextos nos quais as conseqüências do uso de novas tecnologias são difíceis de ser previstas no estado atual de conhecimento, ou seja, quando há incertezas científicas (SACHS, 2001).

igualmente como palco da sustentabilidade, com um discurso orientado ecologicamente muito mais do que voltado aos aspectos produtivos industriais (MARSDEN, 2006).

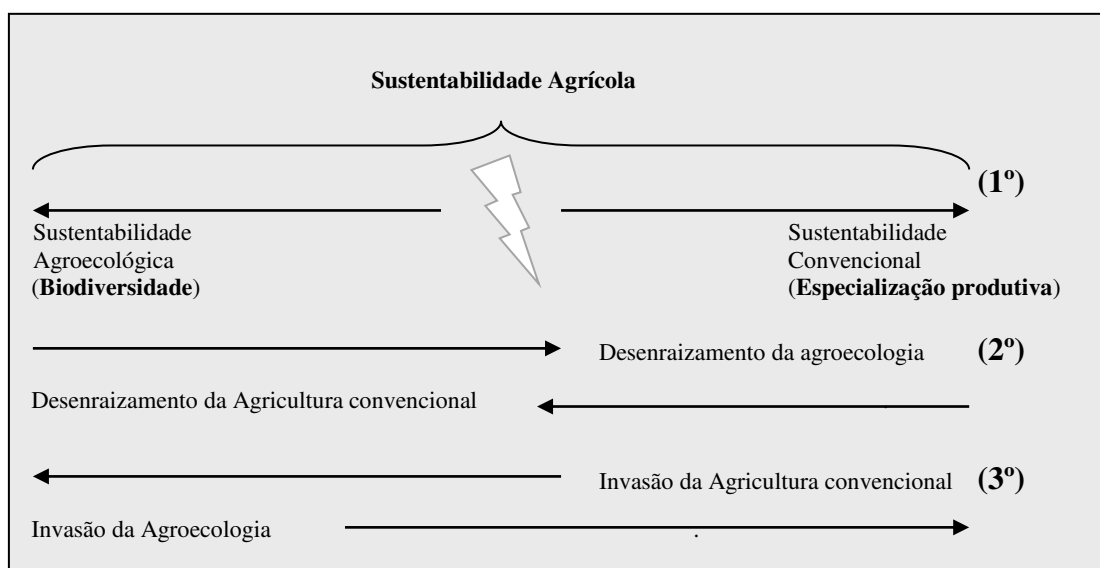
Contribuindo para a ecologização da agricultura de forma diferente do padrão ressaltado anteriormente, a agroecologia aparece como uma crítica ao modelo convencional, e, neste sentido, representa também uma crítica a qualquer outra noção de sustentabilidade que não se coloque nos moldes agroecológicos. Esses aspectos denotam um conflito que envolve o discurso da sustentabilidade com interesses divergentes. Há uma disputa para saber *quem é, e como se é sustentável*, ao passo em que diferentes padrões sejam afirmados diferentemente pelos dois lados.

As contradições presentes no discurso da sustentabilidade da agricultura, envolvendo o sistema convencional e o foco agroecológico, podem ser demonstradas esquematicamente, adaptando para cá algumas ideias e o desenho analítico construído por LATOUR (2004)<sup>38</sup>. Embora não estejamos tratando da “instabilidade da noção de natureza”, como exposto por Latour, o desenho analítico focará, a partir das adequações, da “instabilidade da noção de sustentabilidade”, entendida assim por ser uma noção utilizada para distintos contextos na agricultura e sob diferentes compreensões.

A aproximação analítica pode ser visualizada no primeiro esquema da figura 2, a seguir, na medida em que o conceito de sustentabilidade agrícola pode ser entendido segundo três vertentes: além de apresentar um caráter geral, evidencia particularidades reivindicadas pelas diferentes dimensões da agricultura, a exemplo da biodiversidade, pela agroecologia, e da especialização produtiva, pela agricultura convencional. A partir daí, pode se trabalhar categorias analíticas dessas distinções, a exemplo da questão do “*desenraizamento*”, ilustrado no segundo esquema. Cada um dos polos se caracteriza e passa a se definir cada vez mais claramente pela distância do outro, ou mesmo a partir de certa desconstrução do conceito de sustentabilidade defendido pelo outro.

---

<sup>38</sup> Ver páginas 97 a 105



**Figura 2:** A Noção da Sustentabilidade Agrícola

**Fonte:** elaboração própria a partir das contribuições de Latour (2004)

O alcance do desenraizamento delimitaria “formas extremas de mútuo desdém”: uma sustentabilidade convencional que rejeitaria a agroecológica e vice-versa. Ideia que pode ser complementada pela busca de “conquista” de espaço por cada uma das vertentes (veja 3º esquema), na tentativa de estender a sua influência sobre o território do outro, abarcando para si a legitimidade do conceito e o resultado dessa legitimidade. Nesse caso, poderia ser introduzido o papel da política e da militância. O primeiro esquema pode ser igualmente trabalhado para a noção de ecologização, discutida anteriormente.

Ante o panorama descrito, podem ser feitas três considerações. A primeira é a de que a utilização do conceito de sustentabilidade agrícola, considerado isoladamente e com suas especificidades para cada um dos contextos assinalados, permite levantar a hipótese de conflitos irreconciliáveis que podem levar à falta de diálogo entre os atores e instituições envolvidas no processo e vir a ser uma das causas da *sustentabilidade da insustentabilidade* da agricultura (para usar uma expressão trabalhada por Buttel, 2006), além de poder levar ao aprofundamento da desigualdade social e a reprodução das relações de poder. Como diz Malagodi<sup>39</sup>, a agroecologia pressupõe uma avaliação do processo produtivo e da qualidade dos produtos a serem consumidos como alimentos. Mas as representações sociais dominantes foram mediadas pelo mercado, e exigem uma boa aparência dos produtos (normalização, rotulagem, certificação...), e não uma qualidade intrínseca, como quer a agroecologia. É

<sup>39</sup> Resposta às questões discutidas na 3ª sessão do GT 02 (interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental), do II Encontro da Rede Rural. Rio de Janeiro, 2007. (*Mimeo*).

preciso “quebrar” as representações dominantes e criar uma nova relação entre produção, distribuição e consumo. As instituições estão aí para reproduzir um comportamento instituído pelo mercado. O argumento da “sustentabilidade” surge então como um valor, uma reivindicação e uma qualidade, que o discurso agroecológico tenta divulgar e fazer prevalecer, mas com sucesso limitado.

Segundo, a partir da corrente agroecológica, uma hipótese pode ser construída: a de que esse enfoque, ao abrir a possibilidade do diálogo de saberes, favorece uma reavaliação das condições locais e propostas políticas com vistas a uma maior possibilidade de encontro à sustentabilidade, quando potencializadas pelas ações das organizações coletivas e movimentos sociais. Enfoque percebido nos discursos de agroecologistas quando levantam a necessidade de considerar múltiplas perspectivas, estruturas de comunicação entre diferentes grupos, e *design* institucional, capaz de aceitar uma pluralidade de pontos de vista e opções (ALTIERI, 1987 *apud* ESCOBAR, 1994).

Por fim, o discurso da agroecologia, em que os movimentos sociais aparecem como mediadores, assim como o da biotecnologia através de seus intercessores, caminham para a construção de uma ressignificação da produção agrícola, cada um a seu modo. Essa ressignificação, por sua vez, contribui igualmente para uma ressignificação das relações sociais (no caso da agroecologia: da sociabilidade camponesa e as relações de gênero em especial), das relações econômicas e das novas práticas sociais que vão sendo construídas em torno das novas tecnologias.

**Quadro 1:** Mudança no foco conceitual da agroecologia

Para dar continuidade ao debate, haverá uma mudança de foco conceitual dado à agroecologia, passando do seu entendimento enquanto ciência, para o seu entendimento enquanto prática produtiva. Importa assinalar que as compreensões acerca da agroecologia não são excludentes, mas complementares e inter-relacionadas. Não há discordância quanto ao entendimento da agroecologia enquanto ciência. Trata-se de inserir aqui o foco/discurso que é perceptível no âmbito dos atores sociais, em que algumas vezes não se faz alusão a agroecologia enquanto tal, mas relata-se a utilização de “práticas agroecológicas”.

**Quadro 1:** mudança no foco conceitual da agroecologia



## CAPÍTULO 3

### AS DIMENSÕES ECOLÓGICA, SOCIAL E POLÍTICA DA AGROECOLOGIA

*...o movimento de vocês é um movimento de resistência e de libertação. É primeiro um movimento de resistência. Resistência contra um tipo de agricultura que se transformou em um dos maiores negócios do mundo todo. O agribusiness domina todos os mercados...*

*Leonardo Boff (Depoimento para o II ENA realizado em 2006)*

O capítulo precedente permitiu, além de uma primeira apreensão conceitual, compreender como surge, no Brasil, a perspectiva agroecológica. Esta passa a se desenvolver como ciência que pleiteia uma nova concepção para o desenvolvimento sustentável, a partir da “constatação da existência de racionalidades ecológicas em agriculturas camponesas”, inicialmente trabalhadas sob a conotação de alternativas produtivas (PETERSEN e DIAS, 2007; p. 7). No entanto, como diz Malagodi<sup>40</sup>, a agricultura é uma atividade humana, da qual resulta um grande conhecimento e várias ciências. A grande questão, na realidade, é: para ser um instrumental poderoso e eficiente para os produtores e consumidores de produtos agropecuários – ou seja, para todos – a agroecologia precisa se provar na prática como tal. O que é um teste de realidade e não meramente da ciência ou pesquisa científica. No enfoque agroecológico essa prática é apreendida

Como a expressão de estratégias coletivas de produção econômica e de reprodução sociocultural. São, portanto, produto do exercício da inteligência criativa de populações rurais na construção de melhores ajustes entre seus meios de vida e os ecossistemas e não uma manifestação de um atraso cultural a ser superado (PETERSEN e DIAS, 2007; p.7).

Esses aspectos relacionam-se diretamente com o modo de cada sociedade lidar com o ecossistema com o qual convive. Considera-se que as questões culturais e identitárias contribuem para a caracterização dos agroecossistemas, que passam a ser baseados nas formas como as pessoas interagem com os recursos naturais para obtenção dos meios de vida. O que leva à necessidade de se abordar melhor as questões da prática produtiva da agroecologia.

---

<sup>40</sup> *Ibid*

### 3.1. A DIMENSÃO ECOLÓGICA DA AGROECOLOGIA

No âmbito prático, em que se destaca um desenho mais natural dos agroecossistemas, é possível inserir uma análise da agroecologia a partir dessa postura, entendida como ecológica. O que se ressalta é que, com a perspectiva agroecológica, há a incorporação de preocupações ambientais no manejo dos recursos naturais, que leva à inclusão de todo um conjunto de técnicas e tecnologias adaptadas, caracterizando-a como uma forma muito específica de uso dos recursos, com a preservação da biodiversidade apresentando-se como fator chave. Nesse sentido, ela envolve uma dinâmica produtiva em que há a preocupação, de um lado, com a manutenção equilibrada do agroecossistema e a sua sustentabilidade; de outro lado, com o dinamismo produtivo exercido a partir do gerenciamento eficiente dos recursos, como por exemplo, buscando-se a economia de energias externas, diferenciando-se do contexto da agricultura convencional, mesmo em sua versão “sustentável”.

Acontece que, na passagem para o modelo convencional de agricultura, sistemas produtivos diversificados foram substituídos por sistemas simplificados e especializados, utilizando-se sementes e outros insumos de origem industrial, motivado pela ideia de que a especialização e o aumento da escala de produção levariam ao aumento da produtividade, que permitiria ganhos semelhantes ao segmento industrial. Ponto de vista que serviu para defender os benefícios de sistemas de monocultura, intensivos em capital, como capazes de abastecer as demandas alimentares da sociedade. Entretanto, como afirmam Veiga e Ehlers (2003), diferente do setor industrial, a agricultura é extremamente dependente de um agroecossistema equilibrado, em que os resultados que se pode obter com essa atividade estão associados diretamente à diversidade presente no meio ambiente e as suas relações. Ou seja, quanto mais espécies se tenham em um determinado ambiente, ou biodiversidade, maior o número de interações trópicas entre os seus componentes, e maior a capacidade desse ambiente de se defender das perturbações externas<sup>41</sup>, na medida em que os impactos passam a ser dissipados entre os vários componentes do ecossistema. Do contrário, quanto mais simplificado o sistema agrícola, menor a capacidade de reverter impactos adversos que o ambiente possa sofrer, a partir da interação dos seus componentes internos, agora menos

---

<sup>41</sup> Aspecto que é entendido como “capacidade de resiliência”: capacidade do sistema de absorver os efeitos de perturbações graves (secas, inundações, quebras de colheitas, etc.), retornando ao estado de equilíbrio ou mantendo o potencial produtivo (PETERSEN, SILVEIRA e ALMEIDA, 2002).

diversificado, aumentando a necessidade de fontes exógenas de nutrientes e de energia, geralmente originárias de combustíveis fósseis (ROMEIRO, 1992 *apud* VEIGA e EHLERS, 2003).

A biodiversidade – termo que faz referência a uma combinação de diversidade de espécies e de diversidade genética (GLIESSMAN, 2005) – é, portanto, vista como o “trunfo” para a sustentabilidade da agricultura. Se considerarmos, como exposto por Capra<sup>42</sup>, que os ecossistemas são comunidades sustentáveis de plantas, animais e microorganismos que evoluíram por bilhões de anos para manutenção da existência e cuja característica mais notável é a habilidade inerente para criar e recriar a vida, a busca pela sustentabilidade não necessariamente parte do zero, mas da valorização da biodiversidade já existente nos ecossistemas. Para esse autor, uma sociedade sustentável deve ser projetada de modo que suas formas de vida, negócios, economia, estruturas físicas e tecnologias não interfiram na habilidade de cada sistema em manter a vida. O autor comenta que não são os negócios ou crescimento econômico, tampouco as vantagens competitivas que levam à sustentabilidade, mas a própria vida que se autosustenta. Percepção que, segundo ele, tem sido trabalhada nos projetos de promoção da agroecologia.

Para Altieri e Nicholls (2005), a partir do entendimento do processo produtivo e suas relações incluídas em cada microambiente, o agroecossistema pode ser manipulado de forma a melhorar a produção e caminhar na direção da sustentabilidade, com menor impacto ambiental e menor dependência de insumos externos. Nessa perspectiva, a agroecologia reforça a importância da descoberta de técnicas e estratégias produtivas que permitam manter o agroecossistema o mais próximo possível do natural, defendendo-se a complementaridade, resultante das combinações de culturas, vegetações e animais presentes no local, ou seja, da biodiversidade. Esta tem sido ressaltada como um valor que, entre outras coisas, permite a regulação biótica: “a regulação do crescimento de populações de organismos por outros organismos e que tem grande importância no controle de todo tipo de explosão populacional de qualquer organismo que se converter em praga, sejam esses microorganismos insetos, mamíferos ou plantas” (GUTERRES, 2006; p. 66). É uma estratégia que permite a diminuição da toxicidade nas lavouras, por eliminação de agroquímicos, contribuindo para minimizar o *stress* ou desgaste decorrente da prática agrícola.

---

<sup>42</sup> CAPRA, F. Economia, Ecologia e Ser Humano. Novos Paradigmas para uma Vida Sustentável. São Paulo: Cultura, s.d. 1 DVD (50 min).

De acordo com Altieri<sup>43</sup>, percebendo uma área utilizada para produção agrícola como um sistema complexo onde ocorrem processos ecológicos sob determinadas condições naturais (ciclos de nutrientes, interações entre predador/praga, competição, simbiose e mudanças sucessórias), cabe à agroecologia entender essas relações e processos ecológicos, no sentido de manipular os agroecossistemas com menores impactos adversos. O objetivo é construir tais sistemas, baseado em princípios ecológicos e estratégias que levam em conta vários aspectos, destacados por Reinjntjes *et al* (1992) *apud* Altieri e Nicholls (2005) e Guterres (2006), a saber:

1. Melhoria da imunidade do agroecossistema (pela diversificação genética e aumento da biodiversidade funcional – inimigos naturais).
2. Diminuição da toxicidade pela eliminação de agrotóxicos.
3. Rotação dos cultivos (permite a quebra do ciclo de vida de muitos insetos e plantas invasoras, bem como melhoria da fertilidade do solo).
4. Policultivo (diversifica a agricultura, empregando diferentes cultivos em espaços próximos).
5. Sistemas agroflorestais (permite, além da oferta de cobertura morta, uma série de outros benefícios como o aumento de complementaridade entre os componentes do agroecossistema e melhoria do clima).
6. Integração entre a produção animal e cultivos agrícolas (aperfeiçoa a reciclagem e a produção de biomassa).
7. Uso de cobertura vegetal nos cultivos permanentes, como as fruteiras (que ajuda na proteção do solo, fertilidade, economia de água e regulação biótica).
8. Emprego de raças autóctones (pela sua adaptação, resistência, qualidade e provimento de matéria orgânica – adubo, composto e promoção da atividade biótica da terra).

Como exposto por Altieri<sup>44</sup>, são princípios que podem ser seguidos, partindo-se de distintas técnicas e estratégias. No entanto,

---

<sup>43</sup> ALTIERI, M. (s.d). Disponível em [http://cnr.berkeley.edu/~agroeco3/principles\\_and\\_strategies.html](http://cnr.berkeley.edu/~agroeco3/principles_and_strategies.html)]. Acesso em: 28/03/08.

<sup>44</sup> *Ibid*



Cada uma destas [*estratégias*] terá efeitos diferentes sobre a produtividade, estabilidade e resiliência dentro do sistema agrícola, dependendo das oportunidades locais, limitação de recurso e, na maioria dos casos, do mercado. O objetivo final do *design* agroecológico é integrar os componentes de tal forma que a eficiência biológica global seja melhorada, que a biodiversidade seja preservada e que a produtividade do agroecossistema e sua capacidade de auto-sustentação sejam mantidas <sup>45</sup>.

Daqui se resume que a agroecologia não trabalha com receitas ou pacotes tecnológicos. Nem tampouco se pode restringir a agroecologia a uma técnica, mas entendê-la como “princípios que geram técnicas e, como tal, apontam para a diversidade, jamais o monocultivo” <sup>46</sup>, cenário a partir do qual se passa a demandar uma investigação com a participação de agricultores, cientistas e técnicos especializados, instituindo uma verdadeira troca de paradigmas, ao mesmo tempo em que resgata a prática e as relações com a terra e o produto delas (CARVALHO e MALAGODI, 2006).

Nesse contexto, falar em preservação da biodiversidade é considerar não só a manutenção das espécies nativas, mas também das variedades de cultivos e de raças de animais criados (VEIGA e EHLERS, 2003; p.282), âmbito em que o conhecimento prático dos agricultores é visto como fundamental, por favorecer a ampliação da diversidade genética do ambiente, através da seleção e adaptação em campo de sementes de cultivos locais, contribuindo para o que alguns autores denominam de “mosaicos coevolutivos” (NORGAARD, 1997; p. 263 *apud* VEIGA e EHLERS, 2003; p.282). Na verdade, se entende que o alcance da sustentabilidade envolve a conservação de recursos genéticos *in situ*, mantendo-se os laços adaptativos dos cultivos com o ambiente. Ou seja, parte-se do princípio que esta prática de conservação:

envolve seleção e mudança genética contínua, em vez da preservação estática. Ela permite que ocorra a seleção genética, mantendo e fortalecendo as variedades crioulas. Também tenta imitar todas as condições – local, época, técnicas de cultivo – sob as quais ocorrerá o futuro cultivo da planta. Como resultado, os cultivares mantêm-se bem adaptados: a) às condições do ambiente local; b) às condições do manejo do ambiente local (tais como irrigação, cultivo do solo e fertilização); e, c) a todos os problemas bióticos do cultivo, importantes localmente (tais como pragas, doenças e ervas daninhas). [*Assim*], a conservação *in situ* requer que as unidades de produção agrícola e os produtores sejam os repositórios tanto da informação genética,

---

<sup>45</sup> Each of these will have different effects on productivity, stability and resiliency within the farm system, depending on the local opportunities, resource constraints and, in most cases, on the market. The ultimate goal of agroecological design is to integrate components so that overall biological efficiency is improved, biodiversity is preserved, and the agroecosystem productivity and its self-sustaining capacity is maintained. *Ibidem*.

<sup>46</sup> ALTIERI, M (2001). Disponível em: <http://www.uc.org.uy/ambiente/noti1101h.htm>. Acesso em 23/01/2006.

como do conhecimento cultural de como os cultivos são cuidados e manejados (GLIESSMAN, 2005).

O autor deixa claro que os conhecimentos práticos dos agricultores são partes fundamentais do processo de constituição da agroecologia em campo. Aspecto que será especialmente retomado nos capítulos seguintes, face aos dados da pesquisa de campo.

No momento, pode-se resumir o exposto, partindo das considerações de Molina (2004). Para o autor, um agroecossistema sustentável é aquele que tem um alto nível de autonomia para a sua reprodução. Em síntese, essa autonomia está diretamente relacionada à presença de heterogeneidades, e inversamente à presença de ambientes simplificados. Ou seja, tanto mais sustentável será um sistema quanto mais se explorem os sinergismos e as complementariedades. Esses aspectos levantados fortalecem a crítica ao modelo convencional. Este, com o uso intensivo de agroquímicos, por exemplo, elimina não apenas os organismos invasores à lavoura, mas também os organismos predadores que favorecem o equilíbrio natural do agroecossistema. Isso, quando não propicia o aparecimento de organismos mais resistentes, tornando as lavouras cada vez mais dependentes dos agrotóxicos e ampliando o desgaste dos recursos naturais. Do exposto, tem-se uma questão: *um monocultivo orgânico pode ser considerado sustentável?*

### **3.1.1. Agroecologia e agricultura orgânica**

A agroecologia facilmente tem sido confundida com diversas estruturas conceituais que caracterizam as chamadas “agriculturas ecológicas”, a exemplo da *agricultura orgânica*. Isso porque, em muitos países ou regiões, a agroecologia é confundida com a agricultura orgânica. Na França, por exemplo, a lógica que está sendo apontada para a agroecologia se insere no que se entende como modelo *orgânico* ou *biológico*. Para entender melhor a diferença entre agricultura orgânica e agroecologia, vale reportar aos dados expostos no relatório da FAO, debatidos na conferência internacional sobre segurança alimentar, realizada em maio de 2007. Nessa conferência, que contou com a análise de informações de distintas áreas do mundo, são expostos alguns paradoxos presentes na agricultura mundial, na atualidade (FAO, 2007; p. 2):

1. a oferta mundial de alimentos é suficiente, mas 850 milhões de pessoas padecem de fome;

2. a utilização de insumos químicos tem aumentado, mas a produtividade dos cultivos continua a diminuir;
3. tem-se aumentado o custo com insumos agrícolas, porém o preço dos produtos básicos tem diminuído constantemente nas últimas cinco décadas;
4. dispõe-se de maiores conhecimentos, graças às novas tecnologias da informação, porém aumentam as enfermidades relacionadas com a alimentação;
5. os sistemas alimentares industrializados têm custos sociais e ambientais que ameaçam a segurança alimentar (por exemplo: mortes em acidentes de trabalho provocados por envenenamento com praguicidas, suicídios dos agricultores por causa das dívidas, perda de milhões de postos de trabalho em zonas rurais).

Em face desses paradoxos, no relatório citado, destaca-se a necessidade de construção de um novo paradigma para a agricultura, ressaltando-se a produção de orgânicos como o sistema capaz de responder a toda essa problemática, bem como a um cenário previsto, de crescimento populacional e de consumo; aumento do preço do petróleo, que encarece o preço dos combustíveis fósseis; dificuldade de abastecimento de água; variações climáticas; e perda de postos de trabalho no setor agrícola.

Alega-se que a ocorrência de níveis mais altos de conversão do modelo de agricultura convencional para o orgânico é viável, especialmente diante de dados para regiões como a África subsaariana. Nesse caso, relata-se que uma conversão de até 50% das propriedades para esse modelo tenderia a aumentar a disponibilidade de alimentos e diminuir a dependência de importação, com mudanças desprezíveis nos preços. Quanto ao custo dessa conversão, detendo-se aos estudos de caso, situados na África, Ásia e América Latina, foi enfatizado que depende do modo de agricultura prévio. Observou-se que os maiores custos foram apresentados pelas estruturas que estavam saindo de um modelo mais intensivo de produção para a agricultura orgânica, e os menores foram percebidos na conversão, a partir da pequena produção, que antes já apresentava um uso limitado de insumos externos.

Esses aspectos apontam para a viabilidade de um novo modelo de agricultura, especialmente para a pequena produção, respondendo às críticas que relatam a impossibilidade da agricultura orgânica responder às crescentes demandas alimentares da população. Entretanto, no mesmo relatório citado acima, foram igualmente relatadas

preocupações que permeiam a constituição desse paradigma na agricultura, quando grandes empresas passam a criar monocultivos orgânicos, simplesmente substituindo os insumos artificiais com maquinaria e agentes de controle biológico. Além disso, ressalta-se a inquietação com o fato de, em muitos lugares, pequenos produtores orgânicos serem substituídos por grandes companhias de alimentação, diluindo os benefícios sociais desse modelo (FAO, 2007).

Esse interesse das grandes empresas pode ser justificado pelo fato de o mercado de orgânicos ter crescido bastante. Para o Brasil, por exemplo, em publicação recente, Santos (2007) afirma que houve um crescimento de 30% ao ano. Qual o motivo que tem sido apontado para esse crescimento? Trata-se de um “nicho” de mercado. Segundo reportagem de Barros (2008), o mercado está aquecido, o que se deve, em parte, ao aumento da renda mundial e à maior conscientização dos consumidores quanto à segurança (qualidade) do alimento. Diante dessa nova conjuntura, novos produtores se sentem atraídos por esse negócio, beneficiados com a alta do preço, decorrente especialmente do descompasso entre a oferta e a demanda desses produtos.

Não obstante, se de um lado, esse crescimento no comércio de orgânicos, de fato, representa um avanço considerável face ao modelo de produção convencional, com o habitual uso de agrotóxicos; de outro lado, a exemplo do exposto por Barros (2008), muitos ideólogos do movimento em prol de uma agricultura sustentável destacam a preocupação de que os critérios de sustentabilidade terminem por se perder e que uma nova era do ‘*business as usual*’ seja criada no segmento. Ou seja, a autora, citando a fala de Gerald Hermann, presidente da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam), destaca que o orgânico virou ‘*mainstream*’, e que não se deve esquecer de que, atrás desse modelo, há uma abordagem ética em torno da sustentabilidade. A crítica é para a possibilidade de se perder de vista outros aspectos igualmente importantes na construção de um novo paradigma na agricultura, a exemplo dos aspectos socioculturais e da biodiversidade.

É exatamente nesse ponto que está sendo trabalhada, aqui, a diferença entre *agricultura orgânica* e a agricultura percebida como *agroecológica*. O modelo de produção orgânico tem aparecido como um sistema que evita a utilização de fertilizantes sintéticos, praguicidas e organismos geneticamente modificados, adotando-se uma lógica estritamente de mercado, não incorporando outras preocupações, a exemplo do compromisso com a agricultura familiar camponesa e da dimensão social da agricultura. Nesse sentido, parte-se

do princípio de que o fato de não praticar uma agricultura com o uso de agrotóxicos, não é suficiente para a construção de um modelo sustentável e, portanto, não necessariamente configura a adoção da abordagem agroecológica, embora, para ser agroecológico, necessite-se produzir organicamente.

A agroecologia percebida a partir do viés prático, incorpora a produção de orgânicos, produto da agricultura orgânica – agricultura alternativa, assim como é a permacultura, agricultura biodinâmica, agricultura natural... – como uma de suas características, mas é contextualizada para além desse aspecto.

A questão, conforme Altieri (2001), é que parcelas de cultivo orgânico podem se basear na substituição de um tipo de insumos por outro, seguindo os mesmos padrões que a agricultura convencional e que pode suprimir o conhecimento acumulado pelas comunidades durante milênios, tornando-as igualmente dependentes do modelo tecnológico e comercial. O que deixa de ser um plantio sustentável, porque põe de lado os aspectos sociais e a biodiversidade necessária para a defesa e regeneração do ambiente. Segundo o autor:

Há muita agricultura orgânica que não é agroecológica porque segue sendo de monocultivo e de substituição de insumos, e além do mais abastece mercados elitistas. Nos Estados Unidos, a agricultura orgânica é principalmente uma etiqueta que diz que não se usa agrotóxicos para cultivar seus produtos, mas não é um plantio sustentável porque ignora completamente os aspectos sociais<sup>47</sup>.

Esse ponto de vista retrata algumas críticas à agricultura orgânica, relacionando-a mais como um tema de mercado, em resposta às novas demandas por alimentos de qualidade, com limitada possibilidade, como alternativa social, ao conjunto dos pequenos agricultores (CANUTO, 1998). Esse aspecto é igualmente comentado por Carvalho (2007), quando apresenta que muito da produção ecológica na agricultura não está ligado a uma posição política contra o modelo de produção tecnológico dominante. Em grande parte, busca-se na produção orgânica e na sua certificação, através dos “selos verdes”, uma alternativa de acesso a nichos de mercado com pouco compromisso na luta social. Estudos têm apontado, por exemplo, que o que tem prejudicado a agricultura orgânica no Estado de São Paulo tem sido justamente o baixo nível de compromisso social. Ou seja, a força e a organização social do

---

<sup>47</sup> “Hay mucha agricultura orgânica que no es agroecológica porque sigue siendo de monocultivo y de sustitución de insumos, y además abastece mercados elitistas. En Estados Unidos la agricultura orgânica es mayormente una etiqueta que dice que no se usaron tóxicos para cultivar esos productos, pero no es un planteo sustentable porque ignora completamente los aspectos sociales” (ALTIERI, 2001).

trabalho, a identidade local, a autonomia<sup>48</sup>, a cooperação e outras formas de ação social coletiva precisam ser fortalecidas, embora o aspecto produtivo e ecológico esteja sendo perseguido (BRITO, 2006). É nessa dimensão social da agricultura que a agricultura orgânica está sendo vista como diferenciada da agroecologia. Isto porque, como já dito, a agroecologia não se resume às mudanças no padrão técnico, mas pressupõe todo um contexto social.

Antes, porém, cumpre esclarecer que não se trata, aqui, de defender a agroecologia como uma atividade que não visa ao mercado. Pelo contrário, como diz Gliessman (2005), é preciso entender que também se trata de uma atividade econômica, ou seja, de uma atividade que, se não for economicamente viável, não existirá por muito tempo. Como foi dito anteriormente, o campesinato não está isolado do mercado. Se o agricultor familiar camponês agora cultiva produtos agroecológicos, ele precisa encontrar condições objetivas para a comercialização desses produtos. Ou seja, precisa inserir-se no mercado de uma forma que seja rentável para ele suprir as necessidades para a manutenção e reprodução do patrimônio familiar. Do contrário, a agroecologia não evolui.

O que está sendo entendido, na verdade, é que o mercado é apenas uma das preocupações da agroecologia, em que se mostram relevantes outros valores não-mercantis. Será visto adiante que, para responder às demandas com relação ao mercado, as feiras agroecológicas têm sido um meio de divulgar esses produtos e dar melhores retornos ao agricultor. Nesses espaços, tem sido possível diferenciar os produtos e produtores agroecológicos dos convencionais, trabalhando-se igualmente na consolidação do mercado consumidor, criando as condições para a manutenção dessa atividade. O que está sendo considerado é que a agroecologia também precisa se provar na esfera da circulação. Como tal, ela também se expressa na relação produção – circulação – consumo.

### **3.2. A DIMENSÃO SOCIAL**

A exemplo do exposto por Gliessman (2005), os contextos sociais caracterizados pela presença da agricultura familiar e por formas mais equitativas de propriedade de terras e de repartição dos benefícios econômicos têm se mostrado aptos para a implementação dos

---

<sup>48</sup> Representa os processos de organização, de tomadas de decisões e a capacidade de definir internamente estratégias de reprodução econômica, técnicas, objetivos, identidade e valores (PETERSEN, SILVEIRA e ALMEIDA, 2002; p. 101). Também pode ser entendida como a capacidade do sistema, de regular e controlar suas relações com agentes externos (bancos, agroindústria, atacadistas, ...).

princípios agroecológicos, face às estruturas baseadas na concentração de terras nas mãos de poucos. Ou seja, em geral, a agroecologia segue apoiando-se em estruturas sociais e econômicas, bem como em comunidades que a tornam possível. A questão é que a dependência de processos ecológicos internos, para o manejo agrícola, demanda relações e estruturas sociais muito diferentes daquelas conectadas ao uso intensivo de insumos externos. Agora se exige um manejo baseado tanto no conhecimento teórico quanto no conhecimento prático, valorizando-se o saber-fazer dos camponeses, bem como os sistemas tradicionais que provaram ser estáveis social e ecologicamente. A agroecologia associa-se, portanto, a um modo de vida específico. Para o autor, agricultores em comunidades tradicionais, que lutam para preservar seu modo de vida, estão entre os que estão liderando o caminho no sentido de propor transformações na agricultura. Nesse meio, a agroecologia valoriza tanto o saber-fazer quanto o conhecimento teórico, integrando-se a um alto nível de conhecimento, mas agora, construído pelo diálogo entre esses saberes e entre distintos atores (agricultores, cientistas, técnicos, consumidores). Logo, segundo Gliessman, a agroecologia tem função a desempenhar tanto no contexto técnico como social, e nenhum deles é completamente independente do outro.

Acima de tudo, devemos lembrar que os sistemas agrícolas são resultados da co-evolução que ocorre entre cultura e ambiente, e que os seres humanos têm a capacidade de direcionar essa co-evolução. Uma agricultura sustentável valoriza o ser humano bem como os componentes ecológicos da produção de alimentos, reconhecendo suas relações e interdependências (GLIESSMAN, 2005; p. 610).

Para entender como a agroecologia tem contribuindo para a construção de determinados agroecossistemas, é importante considerar os aspectos sociais e culturais que os representam, configurando o eixo social dessa temática.

### **3.2.1. A sociedade local**

Se a agroecologia parte do agroecossistema como unidade de análise, o foco no local passa a ser primordial, observando-se as particularidades, potencialidades e dificuldades de cada ambiente. Buscando abordar essa questão, vale destacar que um dos temas que tem sido retomado em pesquisas, é o que aborda a “comunidade”. Este tem sido um conceito que assume diferentes sentidos e é alvo de muitas críticas ao longo do tempo. Para o que se propõe no presente trabalho, importa salientar que não se trata, aqui, de fazer um estudo de comunidade, mas de comentar aspectos importantes para o entendimento da agroecologia no

Agreste da Paraíba. A questão é que, no contexto empírico proposto, o comunitário, muitas vezes, vem associado à questão dos laços e relações sociais, em torno de objetivos comuns. O que será visível, por exemplo, quando comentado sobre os *Bancos de Sementes Comunitários*.

Para entrar um pouco na discussão conceitual, importa, primeiro, entender que o debate acerca da comunidade não é recente, ele é até mesmo anterior aos estudos voltados para o “local”. Enquanto os estudos de comunidade foram duramente criticados nos anos 60 e 70, no cenário da modernização e industrialização, questionados pelo seu caráter descritivo, estático, empiricista e atrasado, tendo como referência os trabalhos de Tönnies (PANELLI, 2006), os estudos com foco no local estiveram mais presentes nos anos 80, exatamente como crítica à perspectiva macro do modelo de modernização e industrialização posto em prática. Segundo, local e comunitário não são denominações desconectadas, pelo contrário, na medida em que o local passa a ser valorizado, reforça-se o foco no comunitário. Por exemplo, a abordagem na comunidade é utilizada desde os anos 80, em especial nas sociedades rurais, destacando-se símbolos e significados culturais locais.

O conceito de comunidade, como qualquer outro trabalhado para explicar acontecimentos sociais, vem sendo constantemente revisado diante das modificações das realidades estudadas. No que concerne ao estudo sobre comunidade, considere especialmente o peso das modificações introduzidas pelas redes (comunidades) virtuais, que se formam no ciberespaço. Atualmente, como diz Costa (2005; p.236),

embora alguns teóricos venham reclamando a falência e lamentando o desgaste e perda de sentido do termo comunidade no mundo atual, outros apontam para os focos de resistência que comprovariam sua pertinência na sociedade capitalista individualizante (Costa, 2005; p.236).

Já Bauman (2003) associa o termo comunidade à necessidade que se tem de segurança, tornando-o pertinente mesmo no contexto do individualismo, presente nas sociedades atuais. Isso porque, a vida individual é colocada, segundo o autor, como associada aos riscos de erros e desventuras, ou seja, a riscos que podem ser evitados em comunidade. Um entendimento que tem tido algumas críticas, visto que coloca a comunidade com uma conotação oposta ao sentido de liberdade. Isso, na medida em que a vida comunitária vem associada ao alcance de segurança, tecida sob compromissos e obrigações que levariam à perda de liberdades individuais:

Há um preço a pagar pelo privilégio de ‘viver em comunidade’ – e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada ‘autonomia’, ‘direito à auto-



afirmação' e 'à identidade'. Qualquer que seja a escolha, se ganha alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade (BAUMAN, 2003; p. 10).

Não obstante a polêmica em torno do que representa realmente a comunidade, esta vem sendo resgatada e reconhecida como importante escala social de análise, que envolve a cultura, as relações sociais e as experiências vivenciadas (PANELLI, 2006). Atualmente, as modificações da sociedade vêm contribuindo para uma articulação analítica das duas dimensões (micro e macrosocial), trabalhando-se com a diversidade construída a partir de suas complementaridades. Por exemplo, estudos apontam o foco no local como uma das respostas aos efeitos perversos da globalização neoliberal sobre comunidades de todo o mundo, trabalhando-se estratégias de desenvolvimento a partir da criação de mecanismos de apoio, como os bancos comunitários, colocando os atores sociais no centro das discussões (MANDER e GOLDSMITH, 1996 *apud* SANTOS e RODRÍGUEZ CÉSAR, 2005). No rural, as propostas de “retorno ao local” são comuns em estudos que trabalham o desenvolvimento rural sustentável a partir de estratégias participativas, definidas com base nas características étnicas e ecológicas de cada localidade, enfatizando-se as potencialidades endógenas, sejam elas produtivas ou sociais<sup>49</sup>.

Recentemente, novos cenários são construídos. Se solidariedade, vizinhança e parentesco eram aspectos predominantes quando se procurava definir uma comunidade, hoje eles compartilham espaço com outros padrões possíveis de redes sociais. Dentre esses novos padrões estão as redes digitais que representam, hoje, um fator determinante para a compreensão da expansão das novas formas de relacionamentos sociais (COSTA, 2005; p. 239). Essa constatação será importante quando introduzido, aqui, o debate sobre as práticas políticas articulatórias na construção das redes de movimentos em que está inserida a agroecologia no Agreste da Paraíba. O que pode ser antecipado é que esta perspectiva, se de um lado, contribui para resgatar o foco na comunidade local; ao mesmo tempo inova, ao ser tema responsável por criação de comunidades virtuais, a exemplo do “agroecologia em rede”<sup>50</sup>. Rede eletrônica de informação que vem promovendo a divulgação de experiências agroecológicas, formando uma comunidade virtual não mais centrada espacialmente, mas no

---

<sup>49</sup> Por *potencial endógeno social*, como exposto por Brito (2006), entende-se o que vem com a busca de autonomia para os atores locais, a cooperação e variadas formas de ação social coletiva.

<sup>50</sup> [www.agroecologiaemrede.org.br](http://www.agroecologiaemrede.org.br).

nível de uma coalizão de experiências de distintos locais. Um movimento típico da era da informação.

Buscando contextualizar a temática acima, no ambiente que envolve a agroecologia, importa acrescentar como Sevilla Guzmán (2006) trabalha o tema da comunidade. Para este autor, a comunidade pode ser considerada uma dimensão onde se mantêm as bases da renovabilidade sociocultural do conhecimento camponês (na medida em que traz uma articulação de saberes), e onde cada unidade camponesa compartilha sua identidade ao estar unida às outras por um sistema de laços e de relações sociais, envoltos em interesses comuns, pautas compartilhadas de normas e valores, e pela consciência de serem distintos dos demais.

A partir daqui, pode-se dizer que a dimensão local, que envolve laços comunitários, pode ser igualmente percebida como um lugar de construção de identidades (WANDERLEY e LOURENÇO, 1998). Mas o que se entende por identidade? Seguindo as ideias de Castells (2006), que constrói toda uma análise acerca da sociedade em rede, identidade pode ser entendida como uma fonte de *significado* e experiência de um povo. Adaptando essa definição para a temática em questão, essa fonte de significado e experiência, pode ser vista como o processo compartilhado de explicações, demandas, crenças e valores, que produz “aproximação”, “ligamento”, entre as pessoas que, por sua vez, produzem efeitos práticos para a vida social. Ou seja, a identificação com significados compartilhados, contribui para a construção de identidades, e, portanto, para que os indivíduos se sintam pertencentes a uma comunidade. São, por isso, significados que dão valor e credibilidade aos laços de amizade e de trocas solidárias, em processos coletivos de trabalho, de produção de saber e da criação de mecanismos de trocas, baseadas no princípio da reciprocidade. Aspectos presentes nas sociedades rurais, especialmente no contexto da agricultura familiar camponesa.

No que concerne ao princípio da reciprocidade, este pode ser entendido a partir das explicações de Sabourin (2003). Segundo o autor, na maioria das sociedades rurais, encontram-se prestações econômicas que correspondem à permanência (ou readaptação a um novo contexto), de práticas de reciprocidade camponesas. Essas práticas de reciprocidade são vistas como aquelas vinculadas à dinâmica de dádiva e de redistribuição criadora de sociabilidade e de vínculo social. O autor considera que é possível encontrar, nas sociedades rurais, tanto a lógica econômica de intercâmbio quanto a lógica da reciprocidade da dádiva. Cada uma, porém, sendo mais ou menos desenvolvida, a depender das prioridades elegidas

pelos indivíduos em um determinado contexto ou em uma determinada comunidade: o interesse privado ou os valores humanos. No caso da lógica econômica vinculada à reciprocidade, ressalta-se o apelo a outros valores, que não o monetário (confiança, responsabilidade, equidade, prestígio, amizade, honra...), pelos quais se criam novas equivalências materiais e/ou simbólicas.

O motivo de falar do tema da reciprocidade, nesse momento, deve-se ao fato de, como expõe Sabourin (2003), o princípio de reciprocidade ainda governar grande parte da vida da comunidade camponesa: a hospitalidade, a organização política, as relações e prestações entre gerações, as alianças entre famílias e grupos... Embora existam práticas, na verdade, que associam tanto dinâmicas de intercâmbio quanto de reciprocidade (autoconsumo, trabalho familiar e patrimônio comum, relações de interconhecimento...), diz-se que a lógica da reciprocidade influi diretamente sobre a produção agropecuária camponesa, na sua organização e na sua utilização.

No decorrer da presente tese, será visto, por exemplo, a existência de formas de ajuda mútua na produção, como os mutirões de trabalho, verificados no Agreste da Paraíba, bem como a existência dos bancos de sementes comunitários, que funcionam como dispositivos alternativos e que permitem aos agricultores assegurarem a sua sobrevivência e a sustentabilidade de suas estruturas, especialmente quando se conta com pouco ou muito pouco apoio público. O alcance destes dispositivos alternativos, porém, depende de formas de ações coletivas ou de organizações/articulações sociais que as fortaleçam, servindo como mecanismos que retroalimentam os próprios laços de sociabilidade que as provocam.

Visto isso, duas questões imediatas podem surgir quando se fala em analisar o contexto agroecológico e os elementos constitutivos da sociedade local que envolvem a agricultura familiar camponesa: primeiro, se a agroecologia contribui para a formação de um movimento social, neste caso, ela deve criar identidades (de agricultores agroecológicos ou de comunidades agroecológicas) ou se vale de comunidades e identidades já anteriormente criadas (de assentados ou de agricultores familiares...)? Segundo: que tipo de comunidade e quais identidades estão associados à agroecologia? Na verdade, adianto que mais importante aqui, não é entender se a agroecologia é algo estabelecido a partir de um contexto vivido ou estabelecida de uma realidade, mas sim, entendê-la a partir da busca por um novo formato produtivo para a agricultura, bem como, entendê-la a partir do alcance das ações coletivas. Entretanto, na análise social da agroecologia, a formação de identidades e de comunidades,

que se consideram a si mesmas como agroecológicas, é um elemento constitutivo, e implica que seja comentado quem são esses indivíduos e o que fazem à luz da pesquisa empírica. O que pode ser encontrado nos capítulos seguintes.

No momento, tendo em vista o já exposto na introdução do presente trabalho, de que contribuem, hoje, para a caracterização dessas identidades, as novas dinâmicas territoriais que vêm sendo estabelecidas, bem como as novas atividades produtivas, entre outros aspectos, abre-se espaço para se defender o entendimento do que representa “comunidade” e “identidade”, levando em consideração suas características básicas, não como realidades acabadas ou como conceitos rígidos e/ou tradicionais, mas como algo em construção ou reconstrução. Isso, na medida em que a sociedade envolvente está em constante mudança. Considere, como diz Bauman (2003), que a construção da identidade é um processo, e, na luta pela identidade, a autocriação e a autoafirmação são os cacifes.

Por fim, se nos voltarmos para o âmbito das dinâmicas territoriais, entendendo território como uma construção social (dimensão subjetiva), é relevante ressaltar que a ênfase no local não desvincula as sociedades de sua interação com o ambiente macrosocial, de forma que “identidades locais entram em interseção com outras fontes de significado e reconhecimento social” (CASTELLS, 2006). Com relação ao campesinato, pode-se partir da opinião de que ele se integra à sociedade maior, mas não se dilui enquanto tal, o que vai contra a ideia de alguns autores de que o rural se apresenta como resíduo à medida que se avança no processo de urbanização. Ou seja, o campesinato e o meio rural continuam apresentando, criando e recriando suas características específicas, porém integrados a um contexto maior. Eles não estão isolados. As relações entre indivíduos e grupos sociais e as relações de interconhecimento contribuem para a caracterização do local, assim como para a construção de novas teias sociais mais amplas (WANDERLEY e LOURENÇO, 1998).

Os espaços locais apresentam laços de sociabilidade, que decorrem dos laços de família, de comunidade, do sentimento de pertencimento, dos acontecimentos sociais, mas também das relações que se têm com espaços sociais mais amplos. Na busca por melhorias no espaço rural, focaliza-se não apenas no espaço agrário, mas também nas diversas representações setoriais e na conectividade entre lugares que apresentem potencialidades, e, de certa forma, também problemas interligados. Nesse contexto, o conceito de comunidade como algo fechado e estático passa a não mais fazer sentido, pois novas formas de interação são estabelecidas. Como diz Maffesoli (2004), o lugar produz um vínculo, mas no

fortalecimento das comunidades locais em torno dessa ligação, fortalece-se o processo de mobilização social e construção de redes de relacionamento.

Nesse sentido, a Agroecologia pode colaborar, através das redes sociais, para a construção, resgate ou reconstrução do modo de vida camponês, ao mesmo tempo em que se vale dos conhecimentos e das experiências dos agricultores locais para se estabelecer. Vínculos territoriais podem ser criados a partir da prática de visitas de campo e troca de experiências entre camponeses agroecológicos de distintas regiões, permitindo a construção de elos em torno de uma mesma perspectiva e de identidades que superam as diferenças geográficas.

Essas reflexões sobre as articulações sociais serão retomadas quando comentado a dimensão política da agroecologia, bem como, quando relatados casos da pesquisa empírica. No entanto, adianto que um exemplo de dinamismo territorial e dessas novas articulações pode ser visto nas feiras agroecológicas. Estas vêm propiciando uma maior socialização e troca de experiências e conhecimentos entre agricultores de diversas áreas, entre estes e técnicos, cientistas e mediadores, assim como entre eles e consumidores e a população urbana em geral, colocando a comunidade interligada diretamente ao contexto macrossocial e econômico.

Para dar prosseguimento ao tema dos conhecimentos locais, seguem considerações a partir da teoria social.

### **3.2.2. Conhecimento camponês: reflexão à luz da teoria social**

Foi comentado que a agroecologia pode ser entendida como uma ciência que se vale de muitas outras ciências e que reivindica os conhecimentos “tradicionais”, para propor alternativas ao desenvolvimento da agricultura sustentável. Nas pesquisas que buscam estudar a agroecologia, muitas expõem, em detalhes, as contribuições dessas várias ciências, como as da física, economia ecológica, ecologia política, agronomia, biologia, educação, comunicação, antropologia, entre outras, investigando a integração destes distintos saberes<sup>51</sup>. Esse nível de discussão, embora relevante, não será aqui apresentado. Para o presente trabalho, a exposição será direcionada para um dos principais e recorrentes assuntos, quando se fala da abordagem agroecológica: o saber-experiência ou o conhecimento camponês.

---

<sup>51</sup> Veja: CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS (2006).

Esses saberes vêm sendo vistos como primordiais ao alcance da sustentabilidade da agricultura e sendo resgatados num processo que muitos autores denominam de “construção do conhecimento agroecológico“. Fala-se, geralmente em construção ou reconstrução na medida em que, como expõe Canuto (1998), o avanço da “modernização” da agricultura brasileira, de forma mais ou menos intensa, levou à erosão de parte das formas anteriores de se fazer agricultura, perdendo-se muito dos saberes provenientes das experiências.

Mesmo se considerar que esse processo de erosão dos conhecimentos tradicionais não foi semelhante para toda a agricultura brasileira, aceitando-se diferenciais e especificidades para cada região, a questão é que, como expõe Sasop (1992 *apud* CANUTO, 1998), a desvalorização desses saberes foi, em grande parte, por estes constituírem-se a partir de uma racionalidade diferente da trazida pelo processo de “modernização”. Entretanto, pode-se dizer que esses saberes práticos são exatamente os que estão sendo vistos, por teóricos da agroecologia, como capazes de possibilitar modos mais adequados de uso dos recursos e de melhorar a relação do ser humano com o meio ambiente. O que se torna relevante, visto que, na sociedade atual, o próprio desenvolvimento tecnológico (e os problemas que cria), envolve todos os atores ligados a esses problemas e dá espaço para outras formas de conhecimento, em função da importância da situação. Nesse contexto, infere-se que é necessário entender o funcionamento dos ecossistemas naturais e revalorizar os conhecimentos e capacidades dos atores locais para construir modelos agrícolas sustentáveis. Na questão da revalorização dos conhecimentos e capacidades dos atores locais emerge uma “nova modernidade”, bem como a crítica ao saber-científico centralizador e às narrativas universalistas. Aspectos que nos permitem fazer referência aos paradigmas introduzidos pela agroecologia, juntamente com os da Teoria Social. O que será abordado nos dois tópicos a seguir.

### **3.2.2.1. Agroecologia, saber-experiência e a resignificação do “moderno”.**

Em primeiro lugar, o discurso sobre o resgate ou valorização do conhecimento local permite que se pense, como exposto por Santos, Meneses e Nunes (2005), na superação do que chamam de “colonialidade do saber”, a partir da construção de “ecologias de saberes”, que envolve o reconhecimento das diferenças culturais e de conhecimentos. Falar em “colonialidade do saber”, para estes autores, é admitir a permanência de certa colonialidade

mesmo após uma série de transformações políticas mundiais, que manteve o empobrecimento de saberes localizados em face dos saberes que se tornaram hegemônicos e universais. O fato é que, na construção do sistema-mundo moderno/colonial, assentada em destruições criadoras, reduziu-se a compreensão do mundo à visão ocidental, própria do colonialismo. Na verdade, ressalta-se que o fim do “colonialismo político” não significou o fim do colonialismo como relação social (colonialidade do poder e do saber), sinônimo de *empobrecimento de saberes*.

O que pode ser inserido nesta discussão é que o discurso da “modernização” agrícola foi construído basicamente sob esses conhecimentos hegemônicos, legitimando a agricultura convencional a partir da centralidade/isolamento desse tipo de conhecimento. Seguindo os autores citados, a violência que foi exercida (e, aqui, introduzo: no processo de tecnificação da agricultura brasileira), sobre os saberes locais, desvalorizando-os, se exerceu também sobre a natureza, transformando-a em mero recurso natural disponível, devido às exigências do mercado, dificultando impor limites e equilíbrio necessário para a sustentabilidade do sistema. Em contraste, se considerarmos a forma como a agroecologia vem resgatando e valorizando experiências, torna possível pensar que, enquanto o modelo convencional de agricultura foi construído de forma autoritária e colonialista, os modelos de agricultura alternativa estão trazendo o discurso da diversidade. Não se trata, na perspectiva agroecológica, de negar a ciência como parte da crítica ao modelo convencional, mas de negar a centralidade e o absolutismo desta ao admitir uma multiplicidade de enfoques e a valorização de conhecimentos locais. Ou seja, ao questionar a concepção hegemônica do saber-científico, a agroecologia pode contribuir para o que os autores chamam de “pluralidade epistemológica da ciência”.

No entanto, importa considerar que, do ponto de vista tecnológico não é possível falar de um resgate puro e simples da tradição. Muitos dos saberes se perderam com o avanço da tecnificação da agricultura, bem como o ambiente produtivo de hoje não é mais o mesmo. Não se pode pensar que é só chegar a uma localidade, perguntar o que os agricultores sabem, usando estes saberes como se fossem milagrosos. Primeiro, muitos destes saberes ancestrais foram esquecidos e mesmo desvalorizados pelos próprios agricultores, em decorrência do processo de “educação” praticado, quando da difusão das tecnologias intensivas. Segundo, o nível de degradação das terras e de dificuldades enfrentadas por muitos agricultores é extremamente elevado, demandando-se um trabalho conjunto entre cientistas, técnicos e agricultores, para que se consiga melhorar as condições de uso do solo e defender-se das

novas incidências de pragas que, simplesmente, não existiam antes. Tudo isso demanda um processo de construção do conhecimento que perpassa a necessidade de tomada de consciência conjunta, novas metodologias de trabalho e um movimento de organização social com amplo debate coletivo, formação política, social e cultural, como aponta Guterres (2006). O que está em jogo é outro padrão tecnológico – novo –, o que até poderíamos chamar de moderno. Porém, o moderno que não abole a tradição, mas a modifica. Ideias, valores e crenças somam-se à ciência e à tecnologia. Trata-se de uma dinâmica completamente diferente da colocada em prática no período da industrialização da agricultura brasileira, todavia de uma dinâmica que ainda está em processo de construção e que vem sendo aprimorada com as experiências.

Para entender a relevância desse ponto de vista, convém lembrar que o camponês não está isolado na sociedade. Há a coexistência de dois ambientes: um microambiente (e aqui podemos delimitar ao microambiente agroecológico), e um macroambiente que envolve todo o microambiente (uma realidade convencional com uma economia anônima, mediada pelo mercado). Há um microambiente social envolvido por um macroambiente multidimensional. Assim, o agricultor que utiliza práticas agroecológicas não rompe com a necessidade de conhecimentos que sejam introduzidos de fora do estabelecimento. Sem romantizar o processo de valorização e resgate das práticas e da experiência, é preciso considerar que há uma valorização das técnicas que surgem do ambiente produtivo, ao mesmo tempo em que precisam ser valorizadas as pesquisas que tornem sua produção possível dentro do sistema com o qual convivem (o macrossistema). Um sistema completamente diferente daquele com o qual se deparavam os agricultores ancestrais. Segundo Guivant (1998), deve ficar claro que, apesar da importância dos conhecimentos herdados e gerados no interior das comunidades e unidades familiares de agricultura, atualmente não se pode deduzir sobre certas práticas, apenas com base em valores e crenças. É preciso um conjunto de fatores coexistindo, pois pode ocorrer que agricultores com bastante responsabilidade social e vínculo com a terra não encontrem condições objetivas de fazer uma transição para uma agricultura sustentável, devido a fatores alheios aos seus conhecimentos de fato. Essa diversidade de elementos, presente na perspectiva agroecológica, dá condições para se pensar na construção do que alguns pensadores da Teoria Social denominam de “*hibridização cultural*” - processo que



expressa a existência de sociedades caracterizadas por tradições e modernidades múltiplas e que quebra a visão estritamente dualista do moderno, de um lado, e tradicional, de outro<sup>52</sup>:

A hipótese que emerge não é mais [...] da modernização que opera pela substituição do tradicional pelo moderno, mas de uma modernidade híbrida caracterizada pela tentativa contínua da renovação, por uma multiplicidade de grupos que se encarregam da heterogeneidade multitemporal peculiar para cada setor e país<sup>53</sup>.

Percebe-se que a discussão sobre os diferentes saberes leva à percepção do local não apenas como espaço reativo às transformações vindas de fora. O que, de forma semelhante ao exposto acima, permitiria se pensar na ideia de Chatterjee (2004) em torno da construção de diversas modernidades. Para este autor, a modernidade é uma construção histórica do encontro colonial. Como no momento não se tem, necessariamente, o fim do colonialismo do ponto de vista das construções históricas, ressalta-se uma heterogeneidade na modernidade.

Meu argumento é que, por causa da forma pela qual a história de nossa modernidade foi entrelaçada à história do colonialismo, nós nunca pudemos acreditar que houvesse um domínio universal da livre expressão, desvinculado de distinções de raça ou nacionalidade. De alguma forma, desde o mais remoto princípio, tivemos uma intuição perspicaz que, dada a cumplicidade próxima de conhecimentos modernos e regimes de poder modernos, permaneceríamos sempre consumidores da modernidade universal; nunca seríamos levados a sério como seus produtores. É por esse motivo que viemos tentando, por mais de cem anos, voltar nossos olhos para longe dessa quimera da modernidade universal e liberar um espaço em que pudéssemos nos tornar os criadores de nossa própria modernidade (CHATTERJEE, 2004, p. 57 e 58).

Como trabalhado por Chatterjee, a ideia não é falar de tradicional versus moderno, pois há muito mais uma resignificação do que uma oposição. No contexto da agroecologia, a construção da outra modernidade pode surgir pelo encontro do saber-experiência, com o saber científico e técnico, convivendo, digamos, com a modernidade que é valorizada pela ordem hegemônica neoliberal e que reivindica o saber-científico, também hegemônico.

---

<sup>52</sup> Ver: GARCÍA CANCLINI (1997)

<sup>53</sup> The hypothesis that emerges is no longer [...] of modernization that operate by substituting the modern for the traditional but of a hybrid modernity characterized by continuous attempt at renovation, by a multiplicity of groups taking charge of the multitemporal heterogeneity peculiar to each sector and country (ESCOBAR, 1994, p. 219).

### 3.2.2.2. O conhecimento camponês: “o caráter local da crítica”

Essa discussão anterior pode se beneficiar da discussão teórica presente na obra crítica de Michael Foucault. Basta se reportar ao “caráter local da crítica aos domínios do saber”, formulação que o autor expressou num curso realizado na França em 1976. Esse autor fez referência ao aparecimento de uma crítica aos domínios do saber, que surge de forma tímida e mesmo localizada, através de um retorno ao que denominou de *saberes dominados*, ou *conhecimentos das pessoas*. Estes são entendidos, de um lado, como conteúdos históricos sepultados e mascarados em coerências funcionais, mas que a crítica foi capaz de fazer reaparecer; e, de outro, como uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes: ingênuos, inferiores, abaixo do nível requerido como conhecimento ou de cientificidade. Segundo o autor, não se trata de

Um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam – que realizou a crítica (FOUCAULT, 1979, p. 170).

Vale destacar, ainda, o conceito de “genealogia” introduzido pelo autor. Esta é vista como o vínculo do conhecimento com as memórias locais que configura um saber histórico das lutas que passam a estar presentes, não “contra os conteúdos, métodos e conceitos de uma ciência”, mas “contra os efeitos de poderes centralizadores próprios ao discurso considerado científico”. Ou seja, a genealogia seria,

Projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico (FOUCAULT, 1979, p. 172).

No contexto desses saberes históricos, podemos trabalhar o saber-camponês - aprendido que o camponês obtém ao lidar com a terra, bem como através das experiências herdadas dos antepassados ou das conversas com vizinhos e amigos. É o que Dias (2007) denomina de conhecimento cotidiano, que pode ser passado de geração em geração, e que tem um forte vínculo com a memória, com a família e com a maneira como ela organiza sua vida em sociedade. Utilizando a linguagem de Foucault, trata-se de saberes antes dominados, desvalorizados e desconsiderados no âmbito da “modernização” da agricultura.

É aqui que entra em cena a agroecologia. Enfoque que vem contribuindo para o retorno às discussões sobre as legitimidades dos diferentes saberes e estilos de vida. Trabalha-

se com um olhar mais crítico para o processo de conhecimento. Ao mesmo tempo, a agroecologia tem sido uma temática que traz um importante elo entre prática, ciência e mobilização coletiva, construindo um dispositivo político que permite repensar os domínios do conhecimento na agricultura. Ou seja, pode-se dizer que a agroecologia estabelece uma “genealogia” que capacite a oposição contra a coerção de um discurso “teórico, unitário, formal e científico”. Mas, nesse confronto, vale lembrar que a agroecologia também pressupõe seu próprio caráter científico, na medida em que procura se afirmar como ciência. Há um desafio teórico muito grande em termos de se configurar, a partir de uma multiplicidade de conhecimentos, ao mesmo tempo em que demanda a legitimação pela comunidade científica do discurso propalado por essa abordagem.

Ainda partindo da perspectiva foucaultiana, é preciso considerar que é justamente no discurso que se articulam poder e saber: é necessário aceitar que o discurso possa ser, ao mesmo tempo, ponto de resistência e de partida de uma estratégia oposta, mas também instrumento e efeito de poder (FOUCAULT, 1988, p. 95). Destaque-se que o estabelecimento de um discurso crítico, assim como o de qualquer ciência, vem qualificando certos saberes, contrapondo-se a outros. A agroecologia traz um caráter crítico ao discurso científico centralizador, que alicerçou o processo de modernização da agricultura, mas também procura se estabelecer enquanto nova prática discursiva. Esse novo discurso se estabelece como capaz de desqualificar outras ordens de saberes, a exemplo da ciência que legitima a agricultura convencional. O que, de certa forma, gera as condições para construção de novas relações de poder. Essas relações de poder, como expôs Foucault (1988), estão presentes em um mundo discursivo composto de uma multiplicidade de elementos estrategicamente diferentes. A questão é que essas relações estão em todos os lugares e o discurso veicula e produz poder, assim como mina, impede ou debilita. A partir desse ponto de vista, cabe investigar a força que o discurso agroecológico vem apresentando. Considerando a ênfase dada aos saberes locais, podemos perguntar se,

a partir do momento em que se extraem fragmentos da genealogia e se coloca em circulação estes elementos de saber que se procurou desenterrar, não correm eles o risco de serem recodificados, recolonizados pelo discurso unitário que, depois de tê-los desqualificado e ignorado quando apareceram, estão agora prontos a anexá-los ao seu próprio discurso e a seus efeitos de saber e de poder? (FOUCAULT, 1979, p. 173)

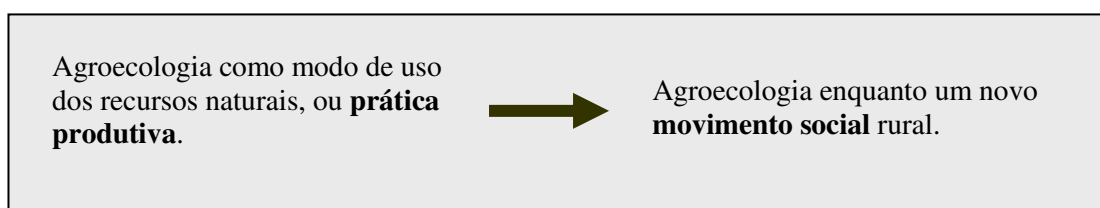
A análise dos efeitos sociais do discurso permite que Michael Foucault identifique, na produção do discurso, os lócus do exercício do poder. Essa ideia ajuda a entender,

inicialmente, a prática agroecológica instaurando um campo de luta próprio e de disputa pelo espaço, seja de produção, do comércio de produtos agrícolas ou de reconhecimento social. A busca de poder – através da produção do discurso agroecológico – deverá, portanto, assumir a forma de busca de espaços onde este discurso poderá se expressar e se fortalecer.

O que foi visto, é que o conhecimento acumulado no passado pode aportar soluções específicas de cada lugar, mas este processo desempenha um papel central no estabelecimento de redes sociais que permitam o intercâmbio das diferentes experiências e formas de conhecimentos tecnológicos, a exemplo do que foi dito por Ottmann (2005). Dinamismo que poderá tomar a forma de um novo movimento social no campo, mas que também poderá ter a forma de novas cores para um movimento social já existente. Análise que nos permite fazer a transição da dimensão social da agroecologia para a dimensão política, e, como disse Sevilla Guzmán (2007), “dotar a agroecologia de conteúdo político”.

Em síntese, as novas práticas produtivas trazidas pela agroecologia, não demandam apenas um padrão técnico específico, mas também uma dimensão social própria. Esta, por sua vez, pressupõe uma atitude do agricultor face ao processo produtivo e seu engajamento na comunidade, no território, incorporando-o como ator desse processo, e, portanto, ligando-o a uma dimensão política. Dimensão pela qual decorre todo o dinamismo para a agroecologia. Pois, como veremos, é a articulação social que vem permitir o fortalecimento dessa perspectiva.

**Quadro 2:** Uma nova mudança no foco conceitual da agroecologia



### 3.3. A DIMENSÃO POLÍTICA

Pelo exposto acima, a perspectiva agroecológica apresenta uma *dimensão social*, mas que se insere igualmente numa *dimensão política*. Essa dimensão envolve as relações sociais em torno da agroecologia e da agricultura familiar camponesa, ao se construir redes

que contribuem para o fortalecimento de identidades, de estratégias produtivas, organizativas, que fortalecem os vínculos territoriais em torno de novas questões, mas que também remetem a um enfrentamento com o poder político tradicional. Neste tópico, pretende-se abordar estas questões, trabalhando-se alguns conceitos e teorias que permitirão entender o caráter das articulações sociais, a partir de como a abordagem agroecológica tem sido absorvida pelo campesinato no Agreste da Paraíba.

Ressalta-se que a perspectiva agroecológica, resgatando o potencial local e o saber-experiência, tem contribuído para fortalecer elementos participativos na construção de dinâmicas produtivas e sociais no rural. No Nordeste, o desenho participativo vem sendo criado a partir de redes de intercâmbio de conhecimentos. A hipótese é que essas ações constituam uma parte de um movimento mais amplo que passa a se vestir de uma nova roupagem, as lutas sociais no campo. Aspectos que podem ser trabalhados, investigando a agroecologia no contexto do que foi sendo denominado de *novos movimentos sociais* (NMSs). Isso, na medida em que essa perspectiva se caracteriza por diversas ações, sejam elas de resistência (à “modernização” da agricultura), ou de defesa (da cultura, do conhecimento camponês, das sementes “crioulas”<sup>54</sup>, das práticas produtivas adaptadas, do meio ambiente, da mulher, do jovem...), mesmo que incorporando lutas históricas. Diante do exposto, buscando subsidiar a análise de como a perspectiva agroecológica tem sido apreendida pelos atores locais e como vem, através das redes, permitindo a construção do tecido social, torna-se necessário abordar os movimentos sociais, em termos conceituais e teóricos gerais, introduzindo também os chamados *novos movimentos sociais* e as discussões em torno da formação de *redes de movimentos sociais*.

### 3.3.1. Movimentos Sociais

Começamos falando sobre o que será entendido como movimento social. Para tanto, cabe salientar que tem sido uma temática que vem suscitando diferentes pontos de vista. Conforme Scherer-Warren (2005), se para alguns autores o movimento social é entendido como toda a ação coletiva ou de protesto, para outros, é abordado como um número limitado

---

<sup>54</sup> Corresponde às variedades de sementes locais, cultivadas e melhoradas através das gerações de agricultores a partir das suas experiências, adaptadas às condições ambientais e culturais, bem como às preferências de consumo das famílias. Em alguns Estados do Nordeste do Brasil, em especial na Paraíba, tem sido comumente denominada de “Semente da Paixão”.

de ações coletivas de conflito: as que atuam na produção da sociedade ou seguem orientações globais, tendo em vista a passagem de um tipo de sociedade para outro, perspectiva que tem como referência os trabalhos de Touraine. Na presente tese, considerando as perspectivas de análise dos movimentos sociais, especialmente para os últimos anos, em que se percebem articulações em redes, trabalharemos com a perspectiva de Gohn (2003): a de que o movimento social é um campo de ação coletiva de caráter sociopolítico e cultural, que permite distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas, partindo de diferentes estratégias (denúncia, mobilizações, negociações, ...).

Esclarecido esse aspecto conceitual, importa evidenciar como o movimento social vem sendo entendido no contexto histórico. Uma importante contribuição neste sentido foi dada por Scherer-Warren (1989) ao extrair, da teoria sociológica, o aporte de autores clássicos (como Marx, Lênin, Lukács, Gramsci) e mais contemporâneos (como Touraine, Guattari e Castoriadis). Neste trabalho, em especial, deixa-se claro que o mote principal para a teoria dos movimentos sociais esteve atrelado ao pensamento marxista, mesmo que para criticá-lo. Esta abordagem se fez mais presente entre o final do século XIX e século XX, fazendo referências ao desejo de uma mudança no regime de propriedade e no modo de produção capitalista, desejo representado fortemente pelo movimento dos trabalhadores. A questão de classe era central nessa época e a busca por mudanças esteve vinculada ao domínio dos aspectos econômicos. A transformação na política econômica e a crítica ao capitalismo foram as bandeiras mais levantadas pelos partidos políticos de esquerda, reivindicando melhores salários para os trabalhadores e o fim das desigualdades sociais.

No entanto, em especial na década de 1960, como exposto por Boltanski (2002), a crítica ao capitalismo veio acompanhada de greves, violência e desorganização da produção, que reivindicou certa reestruturação do capitalismo, contribuindo para mudanças no campo da produção, da organização do trabalho, dos posicionamentos dos partidos de esquerda e do contexto dos movimentos sociais. No âmbito da organização da produção, por exemplo, o autor destaca que as subcontratações, contratos temporários, equipe de trabalhadores autônomos, entre outros fatores, reduziram, de um lado, a referência aos trabalhos coletivos, diminuindo o poder da crítica social em influenciar as decisões políticas; e de outro, abarcou uma série de modificações que deixaram parte da sociedade satisfeita com as mudanças na organização do trabalho, em especial frente às demandas por participação e controle dos negócios. Dessa contextualização é que Boltanski comenta que a busca por mudanças, e por

uma revolução e transformação da sociedade passou a ser trabalhada, considerando novas demandas sociais, deslocando-se do domínio da produção de bens materiais para o da reprodução de seres humanos. Para o autor, aos poucos se diluiu o foco nas relações econômicas, de propriedade e de produção, e abriu-se o foco de forma mais clara para questões como reprodução humana, sexualidade, parentesco, entre outros. Assim, os domínios da crítica social passam a não mais estarem centrados na relação entre forças produtivas e relações de produção, fazendo com que teorias tradicionais dos movimentos sociais sejam questionadas, quando aplicadas ao seu entendimento nestes novos contextos, dando-se margem para, já a partir dos anos 1970, falar-se na constituição de “novos” movimentos sociais (NMSs), trabalhando-se com conceitos e teorias emergentes.

Conforme exposto por Calhoun (1993), os movimentos sociais mais atuais passaram a incluir diferentes tipos de reivindicações que ficaram obscurecidas pelas definições tradicionais de movimentos sociais, construídas sob a ênfase na agenda política e econômica, mais distanciadas de agendas culturais. Estas se tornam importantes especialmente com as transformações que vêm com o chamado pós-modernismo<sup>55</sup>. O que há de novo é que movimentos expressando a pós-modernidade apostam mais nas pequenas transformações do cotidiano, através de uma pluralidade de atores, produzindo elementos emergentes, mesmo que interagindo com padrões culturais e elementos tradicionais (SCHERER-WARREN, 2005). Touraine (1994), por exemplo, admite para o contexto da “sociedade programada” (pós-industrial, informacional...), o surgimento de novos movimentos sociais, que passam a se expressar muito mais na busca de valores em termos de temas pessoais e morais do que econômicos. Para ele, estes movimentos, diferem dos “antigos”, no sentido de trazer uma nova problematização que não mais se volta predominantemente para a luta pela divisão de meios de produção, e sim, para a luta por valores culturais.

Enfim, a exemplo do exposto por Calhoun (1993), embora se comente que algumas análises de movimentos sociais ainda deixem de lado estas questões de cultura, conduzindo a atenção para longe dos movimentos atuais, ao manter o foco nas instituições econômicas ou mudanças políticas, já no final da década de 1960, estudiosos passaram a discorrer sobre os NMSs, preocupados com estilos de vida, ética ou identidade, muito mais do

---

<sup>55</sup> Não querendo adentrar nas controvérsias que essa denominação suscita, ressalta-se que pós-modernismo, que no mundo da arte representa o fim das vanguardas artísticas, pode ser entendido, no mundo das ciências humanas, como a crítica ao racionalismo e à visão totalizadora do mundo (VIANA, 2006).

que com objetivos estritamente econômicos. Autores passaram a citar o feminismo, os movimentos ecológicos ou verdes, o movimento a favor da paz, o movimento jovem, LGBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais), de direitos dos animais, os que envolvem a discussão do aborto, movimentos que apoiam a pertença a um grupo étnico e mesmo a uma cultura local, além de muitos outros, como exemplos de NMSs. Nesse contexto, a denominação de “novo” dos movimentos sociais foi se impondo pelo contraste face às características presentes nos movimentos dos trabalhadores (chamados “velhos” movimentos sociais).

Estes NMSs, em comparação ao movimento operário, foram sendo vistos como difusos, não organizados sob um “teto” comum, nem voltados para mobilização predominantemente em defesa de uma classe. Na crítica a essa “nova” roupagem do movimento social, ressalta-se que, enquanto o movimento operário impunha uma capacidade de confrontar-se mais fortemente em defesa de suas reivindicações, a capacidade de transformação social trazida pelos NMSs foi sendo questionada. Como dito por Calhoun (1993), passou-se a questionar se esses novos movimentos poderiam fundir-se para envolver o potencial para transformação social, uma vez atribuído ao movimento dos trabalhadores. Passou-se a se perguntar se, dada a diversidade de aspectos cotidianos, contemplada por esses NMSs, e sua provável dispersão de objetivos, não mais centrado em um adversário comum, estes seriam incapazes de mobilizar ações mais fortemente em defesa das próprias reivindicações. Como exemplo dessa crítica, considera-se as observações de Touraine (1996), ao ressaltar que esses NMSs terminaram por não levar à formação de ações políticas novas e de grande importância, apenas formando partidos ecologistas pouco eficazes. Para saber até que ponto isso é verdade ou não, ou qual o potencial de transformação social dessas novas ações, acredito ser mais fácil observar ao se trabalhar com contextos empíricos específicos. O que será feito aqui, perguntando-se como a temática da agroecologia tem contribuído para a caracterização de novas ações no campo e qual o potencial dessas novas ações em influenciar a opinião pública e fortalecer as reivindicações sociais.

Importa salientar, seguindo as afirmações de Calhoun (1993), que se o movimento operário se fortalecia quando as reivindicações sociais eram assumidas por uma ação política, os NMSs se fortalecem pela sua influência sobre a opinião pública. Uma imagem distinta do perfil revolucionário dos movimentos sociais do século XX, mas não menos importante. A questão é que, no confronto com o movimento dos trabalhadores (que procurou refazer o



conjunto da sociedade através da superação das relações existentes de dominação e exploração), os NMSs diferenciam-se por passar a defender mais fortemente esferas específicas da vida, que têm sido vistas como menos negociáveis, embora se ressalte que apresentam demandas mais limitadas em alcance.

Vale ressaltar um aspecto interessante: se, de um lado existem essas diferenças; por outro lado, grande parte dos movimentos sociais em seu período nascente – incluindo o movimento dos trabalhadores – tenderam a encaixar-se em certos aspectos do modelo dos NMSs. Se no movimento operário existiram mobilizações em torno dos salários, também houve discussões sobre trabalho de mulheres e crianças, vida comunitária, *status* dos imigrantes, educação, acesso aos serviços públicos, e assim por diante, transbordando os limites do rótulo do trabalho. Resumindo as afirmações de Calhoun (1993), “políticas de identidades” nunca estiveram totalmente ausentes do campo de atividade dos movimentos sociais. O “novo” dos NMSs não é tão novo assim, até porque muitas de suas características estiveram especialmente presentes nos movimentos do final do século XVIII e início do século XIX (nas lutas dos artesãos e camponeses, no abolicionismo, feminismo, movimentos religiosos, entre outros). Na atualidade, tratam de defesa de formas tradicionais de vida ameaçadas pelas mudanças sociais, trazendo uma variedade de questões, como: sexualidade, abuso da mulher, direitos dos estudantes, proteção do meio ambiente e defesa de estilos de vida comunitários (CALHOUN, 1993).

Segundo Touraine (1996), tais movimentos manifestam a reação de atores culturais que se esforçam por manter ou retomar o controle dos seus próprios comportamentos, opondo-se às grandes organizações que têm a capacidade de produzir, difundir e impor linguagens, informações e representações da natureza, da ordem social, da vida individual e coletiva. Mas, como se diz, a proliferação dessas preocupações não deve ser entendida como fim do ativismo sindical como tema de movimento – os problemas do trabalho não desapareceram, só passaram a estar envolvidos com um conjunto mais amplo.

Para falar do contexto recente, temos que novas formas de associações surgem, mobilizando distintas organizações, ações e recursos no que vem se convencendo chamar de “redes de movimentos” ou “redes sociais”. Segundo Gohn (2003), a configuração atual desses movimentos tem sido em redes organizadas, no nível local, regional, nacional ou internacional, em torno de novos campos temáticos de luta que abrangem o já discutido eixo dos NMSs, tais como: meio ambiente, direitos humanos, conflitos étnicos raciais e culturais.

A questão é se essas novas formas de organização podem levar a que as limitações decorrentes de demandas muito específicas, característica de alguns dos NMSs, possam crescer em força de reivindicação na medida em que passam a compor uma rede de movimentos, envolvendo um maior número de atores e instituições. Aqui, há um importante papel direcionado para as tecnologias de informação e os meios de comunicação de massa. Utilizando-se de meios de comunicação e informações como a internet, muitas destas redes de movimentos têm contribuído para o fortalecimento das reivindicações dos atores da sociedade civil organizada. Vale lembrar que em torno da agroecologia existe uma rede de interação virtual, denominada agroecologia em rede, acessado livremente na internet<sup>56</sup>, cujo objetivo é estimular a promoção da agricultura sustentável no Brasil, a partir da aproximação dos atores e de diversas instituições com os conhecimentos em agroecologia.

Para entender essa nova forma de articulação social, importa fazer uma breve explanação sobre as transformações recentes que a sociedade está passando, partindo das afirmações de Capra<sup>57</sup> quanto às novas configurações da sociedade na era da “globalização”, do “capitalismo informacional”, da “nova economia”, ou como se denomine a sociedade que surge neste novo século. Para esse autor, essas novas configurações estão intimamente relacionadas à formação de redes, envolvendo tecnologias completamente novas. Para exemplificar, ressalta que uma das mudanças atuais se concentra no crescimento de um capitalismo global, cujo objetivo é a maximização da riqueza, bem como no crescimento de uma nova sociedade civil, cujo objetivo é maximizar a sustentabilidade, promovendo comunidades sustentáveis pela prática do planejamento ecológico (*ecodesign*). A característica desse capitalismo global tem sido a movimentação, em tempo real, do fluxo de capital de um investimento para outro, numa busca incansável de novas oportunidades. Um aspecto que, nos últimos anos, tem levado ao impacto social e ecológico amplamente discutido por acadêmicos. Segundo o autor, trata-se de uma economia regida por uma rede de máquinas, computadores, programada conforme certas regras, as leis do livre mercado, baseadas num valor: geração de dinheiro.

Entretanto, paralelamente, essa mesma configuração em rede tem sido usada para a incorporação de outros valores. No início deste século, surgem articulações globais de ONGs, organizadas em torno de valores alternativos de dignidade humana e de sustentabilidade

---

<sup>56</sup> [www.agroecologiaemrede.org.br](http://www.agroecologiaemrede.org.br)

<sup>57</sup> CAPRA (s.d)

ecológica, também baseando suas ações em estratégias de rede e caracterizando, assim, um novo tipo de movimento político. Para Capra<sup>58</sup>, é a partir da mobilização em redes que as ONGs são capazes de compartilhar informações, mobilizar seus membros, e surgir assim, como novos atores políticos, independentes de instituições nacionais ou internacionais. Ressalta-se que, hoje, existem basicamente três eixos sob os quais estão concentradas as atividades dessas redes: desafio de reformatar as regras do governo e as instituições da globalização; a promoção da agricultura sustentável (*agroecologia*); e a promoção do *ecodesign* (esforço de reconfiguração de nossas estruturas físicas, cidades, tecnologias, indústrias, de modo a torná-las sustentáveis). A lógica da organização em rede, porém, aparece sob distintos contextos, permitindo novas formas de mobilizações coletivas, em torno de articulações táticas, que interligam distintos atores e distintas temáticas. No âmbito dos movimentos sociais, o que se destaca é que os que atualmente têm apresentado maior expressividade, e com alcance político mais abrangente, estão atuando cada vez mais sob a forma de redes interorganizacionais e pluritemáticas (Scherer-Warren, 2005). O que tem sido verificado no mundo rural e que será abordado nos comentários relativos à temática da agroecologia. Antes, porém, segue uma síntese histórica sobre os movimentos sociais rurais.

### **3.3.2. Dos movimentos sociais rurais históricos ao cenário da Agroecologia**

Como salientado por Carvalho (2007), o paradigma tecnológico dominante levou a crescente artificialização e industrialização da agricultura, baseada em: privatização da ciência e tecnologia (com a colocação de patentes); homogeneização e especialização da produção agropecuária, negando a biodiversidade (como os chamados “desertos verdes” das plantações de eucalipto); oligopolização; imposição política e econômica das sementes transgênicas; e apropriação privada da biodiversidade e da água. Enquanto isso, numa postura oposta a essa tendência, surgiram estratégias em defesa da valorização dos saberes populares, da diversificação produtiva, da variedade de sementes e raças de animais nativos e do uso de modelos de produção que permitam a preservação, conservação e recomposição da biodiversidade. Some-se ainda, a busca por: valorização do trabalho das mulheres e dos jovens, políticas públicas adequadas, relações de mercados em bases solidárias e resgate de culturas alimentares. Estes e outros temas têm sido levantados pelas ações coletivas surgidas

---

<sup>58</sup> *Ibid*

no Brasil, especialmente no Nordeste, e que passam a constituir redes que incorporam diversos grupos excluídos do processo de “modernização”. Tome-se como exemplo as mobilizações realizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Via Campesina, ONGs, agricultores, cientistas, entre outros, que passam a estar juntos na defesa da melhoria das condições de vida dos camponeses, introduzindo novas bandeiras de lutas, configurando o cenário de um “*novo*” movimento social no campo.

Falar da introdução de novas preocupações nas lutas existentes no campo é deixar implícito que esses NMSs rurais não são compostos de características inteiramente “novas”. Trata-se de preocupações recentes e de novas formas de associações que dão o caráter de novo, em um contexto já permeado por lutas sociais. Está implícito, por exemplo, que “velhas” questões ainda se apresentam como importantes. Dentre essas questões está a luta do sindicato em torno de melhores condições de ocupação da mão de obra para os trabalhadores do campo, mas também todo um histórico de ações sociais desenvolvidas contra a opressão de determinados grupos sociais (negros, índios e camponeses), que fizeram parte do rural brasileiro, introduzindo a luta por valores identitários desde o período colonial.

De acordo com Scherer-Warren (2005), como exemplo dessas ações históricas destacam-se os movimentos ocorridos já no século XVII: de orientação separatista (para a libertação dos escravos, que possibilitaram a formação de quilombos) e os nativistas (Cabanagem, Balaiada, Farrroupilha, Praieira), com a participação de proprietários rurais. O messianismo e o banditismo social estiveram presentes a partir da 2ª metade do século XIX e 1ª metade do século XX (as revoltas de Canudos, Juazeiro, Muckers, Contestado e o Cangaço, com Lampião). Como ressaltado pela autora, em geral foram lutas em prol da sobrevivência dos camponeses e melhoria das condições de vida, mas também por uma nova ordem social. Já a luta pela posse e uso da terra, que de certa forma também fazia parte desses movimentos anteriores, tornou-se mais presente a partir dos anos 1940. Acontece que, aos poucos, estas ações foram cedendo espaço para lutas mais centradas na manutenção da condição de camponês, posse e uso adequado da terra, contribuindo para a formação de um movimento maior de luta pela terra. Este foi crescendo à medida que se ampliavam as articulações em nível regional e nacional. O que pode ser notado a partir da década de 1950, quando:

A I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas é realizada em SP, em 1953, e, no ano seguinte, durante a II Conferência é criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que inicia a luta nacional por uma reforma agrária ampla, contando com o apoio do PCB. As

Ligas Camponesas<sup>59</sup> sob a liderança de Julião vêm engrossar esta luta a partir do Nordeste e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) com Brizola, a partir do Rio Grande do Sul (1960). A igreja católica, por sua vez, passa a organizar os camponeses através dos sindicatos rurais (SCHERER-WARREN, 2005; p. 97).

Targino (2002) salienta que foi no contexto da aceleração e aumento dos problemas do campo, decorrente do processo de tecnificação, que atores sociais e organizações coletivas passaram a se posicionar de forma mais clara pela reforma agrária no país. O autor destaca, no caso do Nordeste, os trabalhos da Ação Católica Rural (ACR) (coordenada pelo Padre Joseph Servat), bem como os da Juventude Agrária Católica (JAC) (coordenados no Nordeste pelos Padres Nelson Araújo e Carmil Vieira), como atuações que, embora não tenham resultado em mobilização de massa, contribuíram para a organização dos movimentos posteriores.

No Brasil, a repressão do governo militar não possibilitou o fortalecimento e a formação de outros movimentos sociais no campo até a 2ª metade da década de 1970. Entretanto, a despeito disso, o período ditatorial terminou por ser propício para organizações sociais em novos moldes e em novos grupos, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tentando contornar as dificuldades presentes na época. Estas organizações foram se tornando mais atuantes com o tempo e ganharam forças já a partir do final da década de 70. Nesse período, cresceram essas ações, ao mesmo tempo em que surgem novas manifestações no campo (a exemplo dos boicotes e bloqueios de estradas e os acampamentos dos Sem-terra) (SCHERER-WARREN, 2005). O fato é que, mesmo que esses movimentos não tenham se consolidado, tendo em vista especialmente as repressões do governo militar, como expôs Targino (2002; p. 154), elas foram cruciais para a formação de líderes “que vão se mostrar importantes na continuidade da luta, seja através do movimento sindical, seja através das novas formas de atuação da própria Igreja, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT). No que se refere ao movimento sindical no campo,

Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50, a liga e o sindicato serão as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do

---

<sup>59</sup> “Organização dos trabalhadores rurais surgida nos anos 1950, em Pernambuco, com o objetivo de defender os direitos do homem do campo e a reforma agrária. Tiveram rápido crescimento sob a liderança de Francisco Julião, advogado e deputado do Partido Socialista Brasileiro. Sofreram constante repressão policial e de usineiros e latifundiários. Com o golpe de 1964, seus principais líderes foram presos. Seu lema era “reforma agrária na lei ou na marra” (FURTADO, 1998; p. 28).

messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e de resistência (MARTINS, 1981; p. 67 *apud* SCHERER-WARREN, 2005; p. 97).

O sindicalismo rural passou a ter presença mais forte basicamente nas décadas de 1960 e 1970. Foi no passo do crescente assalariamento dos trabalhadores rurais que surgiram organizações em torno de questões trabalhistas, a exemplo da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), conectando as preocupações próprias do movimento dos trabalhadores, ao contexto rural. Nessa época, embora se relate que a palavra que unificava as variedades de lutas no campo era a reforma agrária<sup>60</sup>, passa a haver ações em torno da situação do trabalhador rural, representada pela luta em torno das relações de trabalho dos assalariados, especialmente situado no modelo canavieiro, e que passa a ser uma preocupação que mais tarde torna-se hegemônica. Contexto fortalecido pela criação do Estatuto da Terra, que passa a reger as relações de trabalho e boa parte das ações dos sindicatos rurais criados nesse período.

Essas questões somadas às levantadas pelos movimentos da Igreja em torno da defesa dos povos do campo, entre outros aspectos, consolidaram um quadro de luta e abriram espaço para que se fortalecesse a luta pela terra no país, representada fortemente pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a partir dos anos 1980, especialmente no sul do país. Digo especialmente no sul do país, pelo fato de a atuação do MST ser mais tardia no Nordeste, basicamente em meados dos anos 1980, aspecto que pode, inclusive, justificar a entrada igualmente tardia do MST no movimento em torno da agroecologia no Agreste da Paraíba, como será comentado adiante.

Acontece que a agricultura familiar se tornou um dos principais eixos de orientação das lutas sociais no campo. A busca pelo seu fortalecimento deu lugar a movimentos que, apoiados em experiências comuns de significados culturais e de lutas, passaram a dotar-se de recursos variados e capacitar-se na procura por melhores oportunidades políticas (ABRAMOVAY, 2005).

A pressão da CPT (Comissão Pastoral da Terra) criada em meados da década de 70, a organização do MST, do CNS (Conselho Nacional de Seringueiros) e do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) ao longo dos anos 80, acumularam forças para consolidar as reivindicações por terra (DUQUE, 2008; s.p.).

---

<sup>60</sup> Sobre essa discussão, ver MEDEIROS (1989).

Além dos movimentos de luta pela terra, a partir dessa época, segundo Abramovay, à Igreja e aos sindicatos juntaram-se intelectuais e órgãos internacionais que financiaram trabalhos de organizações não-governamentais. Do lado do sindicalismo, embora se ressalte a persistência, na maioria dos lugares, de um caráter assistencialista, voltado predominantemente para o benefício da aposentadoria rural, foi-se percebendo o crescimento de suas ações, configurando uma nova corrente que vem sendo chamada de “novo sindicalismo” ou “sindicalismo combativo”, apoiando vários movimentos no campo, ao mesmo tempo em que eles próprios são renovados pela atuação destes movimentos (SCHERER-WARREN, 2005).

Aqui, importa fazer um breve comentário a respeito do que pode ser entendido como sindicalismo combativo. Embora sempre tenha existido um modelo de sindicato mais burocrático e assistencialista, não se pode dizer que o sindicalismo anterior não é combativo. A questão era que o “combate” se dava em campo distinto das novas lutas e reivindicações que passam a surgir no rural. Novas forças e novos atores, a exemplo dos posseiros, surgem para fortalecer a luta, mas também para diferenciá-la. Como diz Scherer-Warren (2005), acontece que, da 2ª metade da década de 1980 em diante, surge uma maior diversidade de atores sociais e interesses que demandam novas formas organizativas de ações. Isso faz emergir frentes de lutas que passam a compor o cenário com as lutas pré-existentes, representadas por novas organizações, a exemplo do “novo” sindicalismo rural, do movimento dos atingidos por barragens, do movimento dos Sem Terra, dentre outros. No entanto, dentro do sindicalismo rural vai haver sempre certa duplicidade de interesses. Duplicidade que, na verdade, retrata a realidade do campo brasileiro. Vai haver a luta dos assalariados e vai haver também a luta dos camponeses. O que ressalto é que o adjetivo “combativo” passa, agora, a retratar um novo movimento de luta mais fortemente voltado para as questões da agricultura familiar e que será ilustrado pelas ações do Polo Sindical da Borborema, no Agreste da Paraíba.

Para complementar a exposição acima, embora se ressalte a diversidade de atores envolvidos nas reivindicações do rural brasileiro, e que carregam uma pluralidade de interesses, esta diversidade de atores de certa forma compartilha de alguns objetivos comuns. São pessoas que atuam no movimento sindical, nos partidos de esquerda, como mediadores de diversas entidades que trabalham com movimentos populares, em instituições de pesquisa,

igrejas e ONGs, e que passam a participar, recentemente, de uma articulação em redes de movimentos que se fortalecem, especialmente na década de 1990.

Essas redes, e, conseqüentemente, as novas formas de organização e de luta têm apresentado algumas características comuns, como: busca por articulação de atores e movimentos sociais e culturais; atuação nos campos cultural e político; transnacionalidade, representada pelas redes de financiamento e formas de cooperação internacionais; e, pluralismo organizacional e ideológico, decorrente do fato de que, mesmo compartilhando princípios comuns, muitos atores participam de várias organizações ou redes, ou de uma mesma organização, incorporando atores com concepções ideológicas ou diferentes interesses partidários (SCHERER-WARREN, 2005). Trata-se de uma organização cujo alcance político tem dependido da facilidade das articulações ocorrerem em diversas escalas (local, regional, nacional, transnacional – *e aqui introduzo as redes eletrônicas*), bem como em desenvolver as diversas formas de atuação política que congregam: o nível organizacional (composta por entidades e movimentos sociais específicos, associações e sindicatos rurais, acampamentos e assentamentos, CEBs, pastorais, ONGs, núcleos locais de movimentos, etc.); o nível político articulatório (fóruns, redes interorganizacionais, FNRA - Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo - Assembléia Nacional Popular, etc.); e, por fim, o nível mobilizatório (marchas, campanhas, “semanas”, “grito dos excluídos”, “mutirões sociais”, etc.) (SCHERER-WARREN, 2007). Segundo a autora, a organização a partir dos três níveis articulatórios destacados acima, origina, portanto, o que se pode entender de rede de movimento social.

### **3.3.3. O discurso ambiental e os movimentos sociais rurais**

Um ponto importante de discussão está na emergência do discurso ambiental no seio dessas movimentações. Ressalta-se que a problemática ambiental tem sido um dos campos atuais de ação dessas organizações, inserindo-se mais efetivamente no contexto das populações rurais. Ou seja, o discurso ecológico vem se articulando com outras temáticas, como a necessidade de terras e de políticas adequadas para formulação de propostas de ação social. Um exemplo está nas articulações de movimentos e entidades de camponeses na Paraíba, em torno da perspectiva agroecológica. Será visto, nos capítulos seguintes, como tem surgido a rede de movimento social nessa região, associada às estratégias de sustentabilidade



e de resistência à agricultura convencional, inserindo um novo paradigma para a agricultura: o da agroecologia. Mostrarei como essa rede passa a estar configurada a partir de distintas redes sociais que a apoiam, configurando um novo movimento social.

Nessa região, o sindicato rural vem contribuindo para a construção de uma rede de relacionamento, envolvendo a agroecologia, pela valorização do conhecimento e práticas locais e adaptadas de cultivo e criação, em que participam os camponeses apoiados por dezesseis Sindicatos de Trabalhadores Rurais que compõem o chamado Polo Sindical da Borborema (rede de sindicalistas e lideranças da agricultura familiar), junto às ONGs, como AS-PTA e PATAC<sup>61</sup>, associações, movimentos sociais e outros representantes de entidades que participam da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB). Estes, introduzindo a perspectiva agroecológica, mobilizam agricultores que, através das próprias experiências, vêm construindo e gerindo políticas públicas de convívio com as dificuldades próprias da região (ASA, 2004).

O que será visto é que, no contexto da agroecologia na Paraíba, novas agendas de lutas estão sendo formuladas e têm dado resultado no alcance de políticas públicas. As articulações em torno das experiências e práticas produtivas vêm se apresentando, em especial, através da realização de eventos, encontros, festas.... Construindo ações coletivas que conectam diversos atores (camponeses, consumidores...) e instituições (governamentais, não-governamentais, de pesquisa...). Estas estratégias vêm propiciando uma maior socialização e troca de experiências entre agricultores de diversas áreas, entre estes e técnicos, cientistas e mediadores, bem como entre eles e consumidores e a população rural e urbana em geral, configurando uma nova perspectiva de movimento social.

Nesse ponto, vale retomar o seguinte aspecto: a despeito de todas essas novas características, envolvendo as articulações sociais e a temática da agroecologia, não se deve esquecer que a perspectiva agroecológica não deixa de lado a luta histórica pela terra. Se a agroecologia, de um lado, através do foco em uma agricultura que valoriza tecnologias pelo diálogo de diversos saberes e estilos de vida, pode possibilitar um “novo” cenário para o campesinato; por outro, é certo que problemas históricos se integram nesse contexto. No cenário brasileiro e em especial na Paraíba, vem se construindo um “novo” que não deixa de

---

<sup>61</sup> PATAC - Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades – atua no Semiárido da Paraíba com o objetivo de “fortalecer processos de experimentação e difusão de inovações tecnológicas e sócio-organizativas desenvolvidos por agricultores familiares, a fim de construir uma proposta de desenvolvimento rural sustentável para o Semiárido”. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=ongs&id=86>. Acesso em 11/08/2007.

enfrentar a “antiga” questão da luta pela terra. O acesso à terra é um fator importante para melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais e alcance da perspectiva agroecológica. Isso demonstra que a questão fundiária é uma luta antiga e coloca a agroecologia igualmente, como envolvendo um movimento de luta pela terra.

O que se vê é que o discurso ecológico vem se articulando com outras temáticas, como a necessidade de terras e de políticas adequadas para formulação de propostas de ação social. Nessa esteira, merece destaque também a questão da introdução de sementes transgênicas no Brasil. Referindo-se a essa temática, o MST, por exemplo, desde 1999 vem se colocando contra, assim como outras lideranças de movimentos rurais, como a Via Campesina, dando um direcionamento mais ecológico às ações de tais organizações (SEVILLA GUSMÁN e MARTINEZ-ALLIER, 2006). Essa tem sido uma problemática controversa no Brasil e que merece algum destaque especial. Para tanto, cabe remeter a reflexão trazida por Wanderley<sup>62</sup> ao expor preocupação quando,

Numa ação direta, certos grupos decidem destruir plantações, centros de estudos ou depósitos de produtos agrícolas, apresentados como socialmente danosos (pesquisa, produção e comercialização de produtos transgênicos, por exemplo). Não me coloco como defensora destes produtos nem destes lugares de produção. No entanto, considero que estas práticas passam ao largo de uma grande missão dos movimentos sociais que seria a de alimentar o debate na sociedade sobre a qualidade dos produtos e das formas naturais e sociais de produzir que, a meu ver, é ainda muito pobre no Brasil. O debate sobre a qualidade permitiria aprofundar as relações entre os consumidores e os produtores de alimentos – naturalmente os que são comprometidos com esta qualidade - construindo as bases de uma moderna relação campo-cidade, capaz de gerar um novo patamar de compreensão do mundo rural pelas populações urbanas e de iluminar o lugar social da agricultura familiar

A questão é que há a necessidade de um debate maior no Brasil a respeito das sementes transgênicas. Um debate que gira em torno da qualidade do produto e que é central, pois se trata de uma aliança campo-cidade ao incorporar a dimensão do consumo. Ou seja, não é uma preocupação exclusiva de quem produz e do ambiente rural, mas também de quem se alimenta desse produto. Assim, qual é a posição dos que hoje estão envolvidos com alimentos de qualidade? Vimos, anteriormente, que o discurso da sustentabilidade – que traz uma dimensão ecológica –, vem sendo apropriado tanto pela agricultura convencional, pelo uso da biotecnologia, como pelos produtores agroecológicos. Se, de um lado, essa percepção tem um caráter acadêmico forte; de outro, há o envolvimento dos movimentos sociais contra os transgênicos, mas muitas pessoas não têm percebido seu real significado. As pessoas não

---

62 Entrevista concedida a Laércio Nunes. Fonte: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/o-novo-gipaf>. 10/08/2007.

têm entendido o porquê das lutas dos movimentos em acabar com laboratórios. A despeito de toda a crítica que se possa fazer à mídia, na forma de passar ao público esses eventos, seguindo o exposto por Wanderley, talvez esteja no movimento social a missão de introduzir esse debate mais claramente. O que, de certa forma, embora estejam sendo empreendidas muitas ações, estas ainda são muito embrionárias no Brasil.

Uma das atuações que vem se fortalecendo nesse sentido pode ser vista nas articulações existentes na Paraíba, entre camponeses e movimentos sociais, para definir estratégias de defesa dos direitos de controle dos recursos naturais, em favor do fortalecimento da sua cultura e do uso de sementes e raças nativas. Um exemplo dessas ações está nos Encontros da Semente da Paixão, realizados anualmente. Em 2007 estiveram reunidas cerca de 2.000 pessoas, entre agricultores familiares, camponeses e representantes de entidades da ASA-PB, MST e Vía Campesina, entre outros, debatendo os ganhos decorrentes das lutas em defesa da agricultura familiar camponesa agroecológica (a exemplo da Lei de Sementes de 2003, que reconheceu a legalidade das sementes da paixão) e estratégias de ações a serem tomadas frente às ameaças a esse segmento (aqui some a pressão por políticas públicas adequadas)<sup>63</sup>. Neste Encontro, foram apresentados depoimentos de agricultores que vão guardando suas sementes, frisando a importância dos Bancos Comunitários (DUQUE, 2007b):

A gente tem amor a essa semente, ela tem valor de resistência. Estou com 66 anos e já plantava com meu pai quando tinha 10 anos, e continua dando produção. É a semente da paixão de nossos pais e avós. Tem variedade de todo tipo. Essa semente nos deixa independente (Depoimento de agricultor familiar, Patos – PB, 2007).

Essa preocupação em torno da valorização das sementes nativas também se fez presente como uma das temáticas das experiências agroecológicas espalhadas pelo Brasil e apresentadas no II Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em 2006. No contexto da rede de movimentos que promovem a agroecologia, também foram ressaltados outros temas mobilizadores como: biodiversidade, construção do conhecimento, segurança alimentar, entre outros, que têm significados diferentes para cada localidade.

Para finalizar, cabe salientar que esses movimentos e articulações, a exemplo das descritas em prol da agroecologia, como dizem Sevilla Guzmán e Martínez-Alier (2006), são diferentes do movimento dos agricultores orgânicos pós-modernos, presentes nos EUA e

---

<sup>63</sup> Fonte: [http://www.asabrasil.org.br/int\\_interface/default\\_exibir\\_conteudo.asp?CO\\_TOPICO=1337](http://www.asabrasil.org.br/int_interface/default_exibir_conteudo.asp?CO_TOPICO=1337). Acesso em 9 de agosto de 2007.

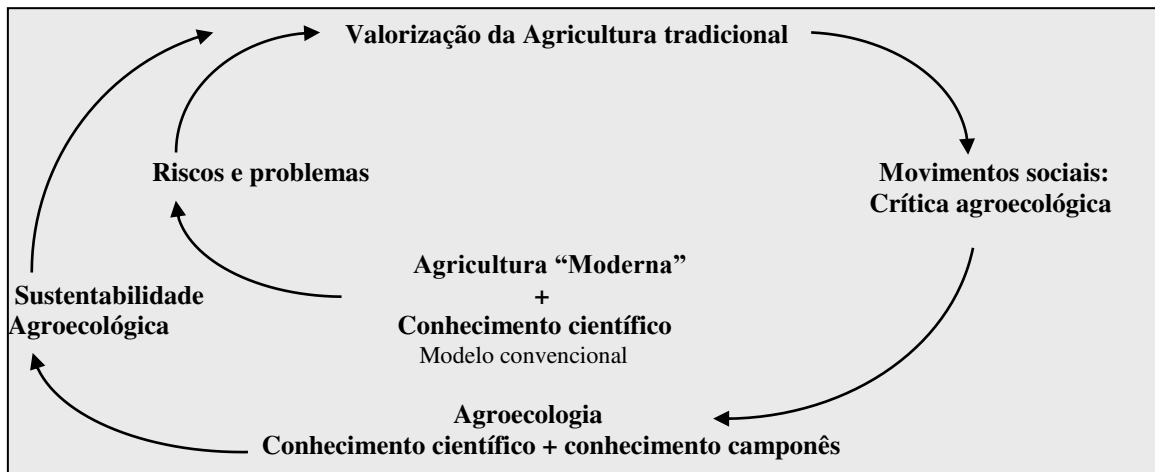
Europa. Movimentos, como já comentado, que surgem basicamente em defesa de políticas favoráveis às regulações de mercado, em torno da comercialização de bens seguros para o consumo alimentar, e de acordo com as exigências de mercado da atualidade, assumindo uma postura estritamente comercial (MARSDEN, 2006). Um processo de ecologização, como salientado anteriormente, diferente da agroecologia. Trata-se de um modo de corrigir o modelo agroindustrial, construindo alternativas para ele, assumindo muito da noção da *sociedade de risco* (MARSDEN, 2006).

Para entender essa colocação, importa destacar que a noção de *sociedade de risco* foi trabalhada por Beck (1997; 2002), ao introduzir uma reflexão ecologista da sociedade, que decorre de um julgamento sobre o industrialismo e os novos riscos por ele introduzidos. Nas suas discussões, o autor trabalha o conceito de *modernidade reflexiva*, introduzindo o papel da crítica à própria modernidade que provoca os riscos. A ideia é que os riscos gerados para a sociedade têm forçado os indivíduos a uma atitude de crítica. Fala-se de um processo de politização e de autocrítica da sociedade, cujo resultado tem sido a formação de cidadãos conscientes dos riscos. Ponderando que essa perspectiva partiu do quadro presente em países desenvolvidos, o autor introduz a percepção de uma sociedade autocrítica, construída por intermédio de indivíduos que interagem discursivamente e que contribui para o desenvolvimento de *sub-políticas*. Estas sub-políticas distinguem-se da política porque permitem que os agentes externos ao sistema corporativo apareçam no cenário do planejamento social [...] (BECK, 1997; p. 34). Sub-política seria moldar a sociedade de baixo para cima, dando oportunidade de voz e participação no arranjo da sociedade para cidadãos, movimentos sociais, trabalhadores, entre outros. A sociedade passa, então, a estar composta de outra instituição política com cidadãos conscientes dos seus direitos e dispostos à participação. A análise de Beck, mesmo que localizada, introduz importantes elementos aqui.

Por exemplo, os problemas ecológicos não são problemas apenas do meio ambiente, mas sim um problema social. São problemas que estão dentro do sistema e da sociedade e que merecem a crítica, esteja essa sociedade onde estiver. Se há referência aos riscos trazidos por algumas experiências da biotecnologia, estes não são concentrados nos limites de uma nação ou continente. São riscos globais, e, portanto, envolvem toda a sociedade, daí o papel e a importância das sub-políticas como crítica.

Nesse ponto, poderíamos introduzir o caráter crítico, presente na agroecologia, quanto aos problemas trazidos pelas tecnologias convencionais, no sentido de essa crítica

surgir como canal para construção de um movimento social de luta por uma alternativa, ilustrado a seguir, mas não sem antes considerar, como salientado, as distintas realidades encontradas no campo brasileiro, bem como no Agreste da Paraíba. Considere, para o exemplo a seguir, as mudanças sofridas por parcela dos agricultores que estiveram inseridos no modelo de agricultura convencional, altamente dependente de insumos externos.



**Figura 3:** A crítica agroecológica.

Fonte: elaboração própria

## CAPÍTULO 4

### A TRAJETÓRIA DA AGROECOLOGIA NO AGRESTE DA PARAÍBA

*Colhendo também  
A nossa boa vontade  
Agricultor ensinando  
Sem cobrar isso é verdade  
Trabalhando em mutirão  
Irmão ensinando irmão  
Isso é solidariedade  
(Joaquim P. de Santana – Polo da Borborema)*

No capítulo anterior, a agroecologia foi trabalhada sob três dimensões – ecológica (produtiva), social e política – introduzindo conceitos e teorias importantes, em especial a partir da contribuição da teoria social, que serão úteis para a análise aqui proposta. O presente capítulo e o seguinte abordarão o tema da agroecologia a partir das dinâmicas encontradas no Agreste paraibano. Para iniciar o debate, optou-se por fazer uma breve caracterização da área delimitada para pesquisa, exposta a seguir.

#### 4.1. DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

O Agreste paraibano encontra-se no Nordeste do Brasil, e, segundo critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é considerada uma das quatro mesorregiões do Estado, além da Zona da Mata, Borborema e Sertão. Composta das seguintes microrregiões geográficas: Curimataú, Esperança, Brejo, Guarabira, Campina Grande, Umbuzeiro e Itabaiana. Trata-se de uma mesorregião que apresenta o segundo maior número de pessoas residentes (Figura 4). É uma área que foi historicamente identificada como de transição entre a Zona da Mata (de clima quente e úmido) e o Sertão (de clima quente e seco, sujeito a períodos extensos de estiagem), caracterizando-se pela grande diversidade de paisagens. Em geral, contem extensões úmidas (nas regiões de maior altitude, onde estão situados os brejos<sup>64</sup>, com condições semelhantes às da Zona da Mata), e áreas muito secas (com menores taxas pluviométricas e vegetação semelhante ao Sertão) (ANDRADE, 1986).

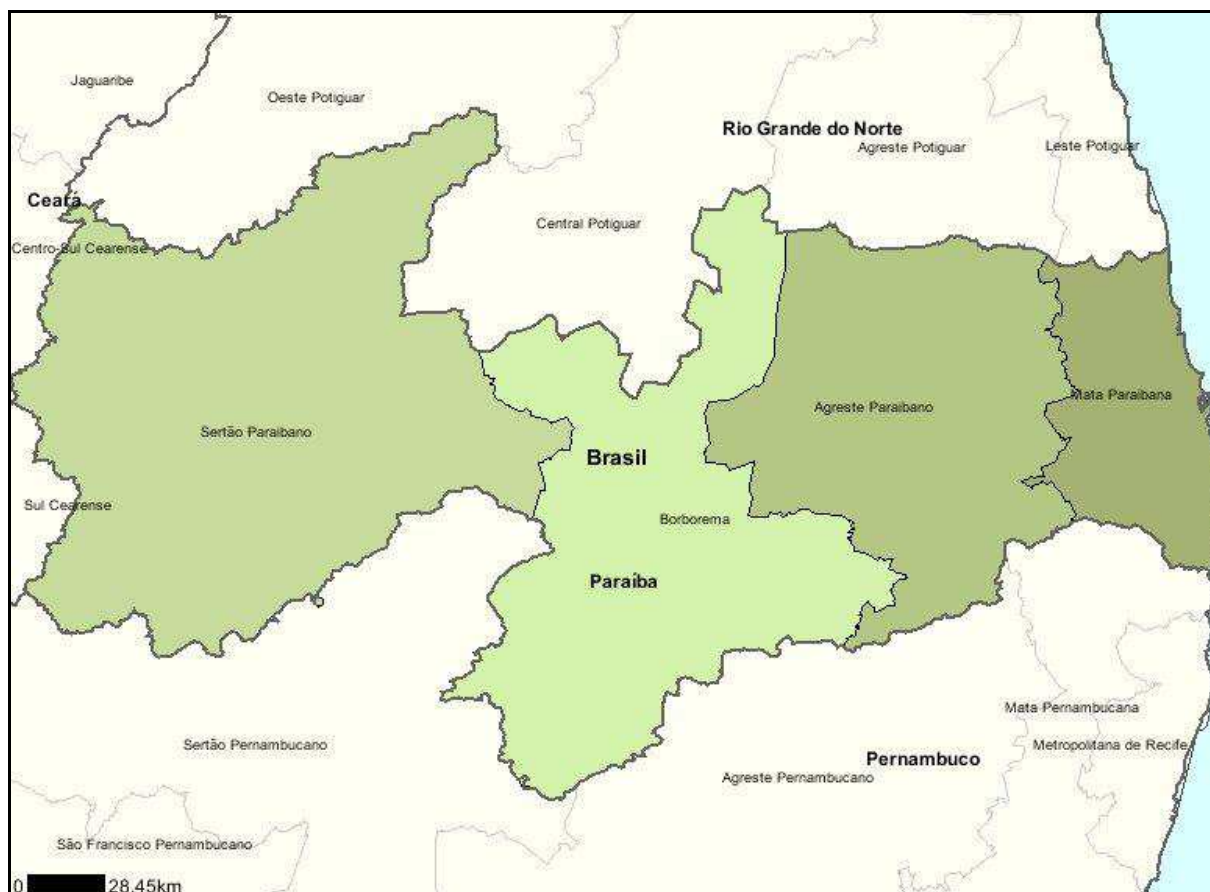
---

<sup>64</sup> Como salientado por Andrade (1986; p. 34), “chamamos ‘brejo’ as áreas úmidas ilhadas, quase ilhadas ou marginais à caatinga semiárida. Assim, o ‘brejo’ é aquela região onde não há seca, onde há água durante todo o ano, não tendo a palavra, a mesma acepção que tem no Sul do país, onde ‘brejo’ significa área encharcada”.

Segundo Petersen, Silveira e Almeida (2002), o Agreste apresenta contrastes ambientais muito próximos. Esses contrastes decorrem tanto da influência da Serra da Borborema, ao interferir nos padrões de circulação atmosférica, como dos diferenciais de solo existentes na área. Para os autores, as variações nos graus de pluviosidade, as distinções pedológicas e as diferenças quanto à permanência de água no solo são determinantes para a composição da paisagem do Agreste, fazendo com que se encontrem potenciais distintos para áreas muito próximas uma da outra.

Esse aspecto levou a AS-PTA, a partir de 1993, a trabalhar em um zoneamento dos agroecossistemas tradicionais, considerando as distintas formas de manejo ambiental, de forma a permitir uma melhor compreensão da realidade local, e, conseqüentemente, desenvolvimento de estratégias adaptadas, necessárias para a transição agroecológica. Esse zoneamento foi feito, considerando três grandes estratos: Brejo, Agreste e Curimataú. Cada um apresenta características específicas, decorrentes das variações de precipitações, relevo e solos, bem como das distintas formas de ocupação e uso do espaço. O Brejo foi caracterizado como uma região em que predomina o plantio da fruticultura - banana (*Musa sp.*), manga (*Mangifera indica L.*), caju (*Anacardium occidentale L.*), cítricos e cultivo temporário como feijão-de-arranque (*Phaseolus vulgaris Linn.*), feijão-macáça (*Vigna unguiculata*), batata doce (*Ipomoea batatas Lam.*) e mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), além da pecuária e olericultura. Para o Agreste foi destacada a presença de plantios tradicionais de milho (*Zea mays L.*), feijão-de-arranque, feijão-macáça, mandioca, fava (*Phaseolus lunatus L.*) e batatinha (*Solanum tuberosum L.*), e, por fim, o Curimataú, região mais seca e de solos mais argilosos, foi caracterizado pela maior presença da pecuária e dos cultivos de milho e feijão (PETERSEN, SILVEIRA e ALMEIDA, 2002).

Se acrescentarmos os aspectos destacados no zoneamento agroecológico, elaborado pela EMBRAPA, é possível ilustrar mais detidamente, as peculiaridades apresentadas pelos municípios onde estão situados os estabelecimentos dos agricultores entrevistados (Lagoa Seca, Areia, Remígio, Algodão de Jandaíra e Massaranduba).



Nome	Valor
Sertão Paraibano	819.040
Borborema	277.116
Agreste Paraibano	1.151.075
Mata Paraibana	1.196.594

**Figura 4:** Estado da Paraíba, segundo as mesorregiões e população residente.

**Fonte:** IBGE.

Como se pode notar (Quadro 3), além da diversidade de clima e de precipitação, a heterogeneidade se apresenta inclusive dentro de um mesmo município. Alguns dos municípios, por exemplo, estão inseridos em mais de uma Unidade Geoambiental (UGA), como Massaranduba. Percebe-se, também, que para grande parte da região, a policultura/gado aparece como sistema agrícola predominante, com o sistema de produção formado pelo camponês agropecuário diversificado. Quanto à estrutura fundiária, nos municípios localizados nas UGAs Contrafortes da Borborema e Agreste de Itabaiana, mais de 70% dos estabelecimentos são menores de 50 hectares (ha) e ocupam menos de 20% de área. É na área das Superfícies Entalhadas do Cristalino (Algodão de Jandaíra e Remígio), que se tem a maior representatividade percentual dos estabelecimentos com menos de 50 ha (75% de área). Essa estrutura fundiária decorre consideravelmente do processo histórico de ocupação e uso do solo, que apresenta especificidades salientadas, a seguir.



**Quadro 3: Características dos Municípios Selecionados**

Características		Municípios							
		Remígio	Areia	Lagoa Seca	Massaranduba			Algodão de Jandaira	
Microrregião		Curimatau Ocidental	Brejo Paraibano	Campina Grande	Campina Grande			Curimatau Ocidental	
Nome da Paisagem		Planalto da Borborema	Planalto da Borborema	Planalto da Borborema	Depressão Sertaneja	Superfícies Dissecadas	Planalto da Borborema	Serrotes Inselbergues e maciços residuais	Planalto da Borborema
Unidades Geoambientais predominantes		Superfícies entalhadas do cristalino	Contrafortes da Borborema	Contrafortes da Borborema	Agreste de Itabaiana	Agreste do Brejo	Contrafortes da Borborema	Curimatau/ Borborema Central. *	Superfícies entalhadas do cristalino
Densidade populacional		70 hab/km <sup>2</sup>	150 hab/km <sup>2</sup>	150 hab/km <sup>2</sup>	70 hab/km <sup>2</sup>	-	150 hab/km <sup>2</sup>	-	70 hab/km <sup>2</sup>
Precipitação		600,1 mm	1.358,4 mm	1.358,4 mm	832,2 mm	700 a 1000 mm	1.358,4 mm	719,0 mm	600,1 mm
Clima	Predominante	Tropical seco	Tropical úmido	Tropical úmido	Tropical úmido	Tropical úmido	Tropical úmido	Tropical seco	Tropical seco
	Secundário	-	Tropical seco	Tropical seco	Tropical seco	Tropical seco	Tropical seco	-	-
Período de chuva	Início	março	fevereiro	fevereiro	fevereiro	-	fevereiro	fevereiro	março
	Final	agosto	setembro	setembro	agosto	-	setembro	agosto	agosto
Estrutura Fundiária		< 50 ha – 97% dos estab. c/ 75% área	< 50 ha – 73% dos estab. c/ 10% área	< 50 ha – 73% dos estab. c/ 10% área	< 50 ha – 93% dos estab. c/ 20% área	-	< 50 ha – 73% estab 10% área	-	< 50 ha – 97% estab. 75% área
Sistema Agrícola Predominante		Policultura Gado	Policultura Gado	Policultura Gado	Policultura Gado	-	Policultura Gado	Pec. Extensiva Agric. tradicional	Policultura Gado
Potencial		Alto	Alto	Alto	Alto	Baixo	Alto	Baixo: defic. Hídrica	Alto
Produção	Principal	Bovinocultura de corte e de leite	Bovinocultura de corte e de leite	Bovinocultura de corte e de leite	Bovinocultura de corte e de leite	-	Bovinocultura de corte e de leite	Bovinocultura de corte e de leite	Bovinocultu ra de corte e de leite
	Secundária	Avicultura	Hortifruticultura	Hortifruticultura	Policultura de Subsistência	-	Hortifruticultura	Caprinocultura/ Ovinocultura	Avicultura
	Terciária	Policultura de subsistência	Policultura de subsistência	Policultura de Subsistência	Fruticultura	-	Policultura de Subsistência	Policultura subsistência	Policultura subsistência
Sistema de produção	Predominante	Camponês Agropecuário diversificado	Camponês Agropecuário diversificado	Camponês Agropecuário Diversificado	Pecuária extensiva e semi-intensiva	-	Camponês Agropecuário Diversificado	Pecuária Extensiva	Camponês Agropecuário diversificado
	Secundário	Subsistência	Empresarial rural	Empresarial rural	Camponês agropecuário diversificado	-	Empresarial rural	Camponês Agropec. Diversificado	Subsistência
	Terciário	Empresarial rural	Subsistência	Subsistência	Subsistência	-	Subsistência	Subsistência	Empresarial rural

**Fonte:** Elaborado com base no Zoneamento agroecológico do Nordeste do Brasil: diagnóstico e prognóstico. EMBRAPA Semiárido, 2000. \* Deficiência hídrica forte.

#### 4.1.1. O Agreste ontem e hoje

De maneira geral, o processo de ocupação do Agreste esteve ligado, desde o período colonial, às oscilações da atividade açucareira da Zona da Mata, e à expansão da pecuária, no Sertão. Nos períodos de retração da economia açucareira, parte da mão de obra migrava para outras áreas, em especial o Agreste. Aqui, na busca pela sobrevivência, iniciava-se o cultivo de lavouras de subsistência, complementada pela pecuária e pela produção do açúcar mascavo, ambos para o autoconsumo. Esse aspecto fortalecia o processo de ocupação e dava início à caracterização produtiva da região. Além disso, os movimentos do gado que vinha do Sertão em direção ao litoral levaram à formação de núcleos de povoamento que, mais tarde, deram origem a algumas cidades do Agreste, como Campina Grande (MOREIRA, 1997). Ou seja, o Agreste foi povoado com a necessidade de produzir alimentos, bem como por figurar como área de transição e comercialização entre litoral e sertão. Esse aspecto explica a grande quantidade de municípios próximos um do outro e a geração de centros comerciais.

No contexto da organização da produção, a partir das últimas décadas do século XVIII, o avanço da cotonicultura, em especial no Brejo, impulsiona o setor agrícola, ao inserir o plantio de uma cultura comercial. Hoje praticamente desaparecido da Paraíba, o algodão representou a atividade econômica mais importante do Estado durante longo período, e manteve-se com alguma importância até a década de 1980<sup>65</sup>. Entretanto, os altos e baixos dessa atividade, devido à incidência de pragas e das condições do mercado interno e externo, abriram o cenário para a ocorrência de diferentes ciclos econômicos. O algodão é uma lavoura que surgiu inicialmente na região como promissora, na conjuntura mundial da revolução industrial, quando a ascensão da indústria têxtil sinalizava para boas possibilidades de comercialização do produto. Visando a esse mercado favorável, seu plantio alastrou-se tanto em áreas úmidas, quanto nas mais secas do Agreste, bem como entre pequenas, médias e grandes propriedades. No Nordeste, o plantio consorciado a outras culturas alimentares não prejudicava a produção para autoconsumo, importante especialmente para o agricultor familiar e para a permanência deste na região. Mas, já em meados do século XIX, a cana-de-açúcar passa a tomar parte do lugar desta cultura, tanto pela retração das suas condições de comercialização, em especial pela entrada dos Estados Unidos no mercado internacional,

---

<sup>65</sup> Quando da incidência da praga do bicudo e a queda do preço desta *commodity* no mercado mundial devido à concorrência das fibras sintéticas.

ampliando-se a oferta do produto, como pelas condições naturais, propícias ao plantio da cana. No entanto, o ciclo da cana foi curto, sendo substituído pelo café, cultura que vinha sendo valorizada no mercado internacional. Fase que vai, basicamente, até as duas primeiras décadas do século XX, quando ocorre a incidência de praga, levando os produtores a retomarem o perfil inicial de cultivo: agricultura de subsistência, gado, cana para rapadura e forragem. Daqui em diante, a cana-de-açúcar – em maior expressão –, o sinal e o fumo vão estar presentes na organização da produção no Agreste, mas lado a lado com a pequena produção de alimentos, que sempre esteve presente, mas que crescia ou diminuía a depender de como estavam as culturas de mercado (MOREIRA, 1997). A partir da década de 1970, como afirma Moreira (1997), a área canavieira no Estado se expande precisamente com o Programa Nacional do Alcool – PROALCOOL, instituído em 1975, fato que contribuiu para uma redefinição da paisagem, especialmente em porções do Agreste-Brejo, ao substituir grande parte da vegetação local e do plantio de culturas alimentares. No entanto, essa fase áurea do setor sucro-alcooleiro declina consideravelmente com a extinção do PROALCOOL, somando-se ao quadro de distintos ciclos econômicos na região.

Enfim, o perfil produtivo do Agreste, em especial do Brejo, foi de uma sucessão de ciclos determinados pelo aparecimento de culturas que substituíam outras, algumas devastadas por pragas, introduzindo as que traziam cenário economicamente mais promissor. Dessas etapas, as lavouras da cana e do café foram as que, em determinados períodos, levaram a ganhos maiores para os grandes e médios proprietários. Esse dinamismo produtivo contribuiu, por sua vez, para a caracterização da estrutura fundiária e dos sistemas agrários presentes nessa região. Essas alternâncias dos ciclos produtivos e a manutenção de lavouras alimentares para consumo local caracterizaram o Agreste como uma região diversificada, com a produção camponesa mostrando-se presente e importante. O que se sabe é que a produção familiar sempre esteve mais fortemente presente no Agreste do que na Zona da Mata e no Sertão. No Agreste paraibano, os pequenos proprietários, parceiros e moradores costumavam, mesmo plantando cana como os grandes proprietários, cultivar as lavouras tradicionais de subsistência (ANDRADE, 1986).

Um dos problemas, porém, foi que o aumento demográfico, ocasionado pelo dinamismo das culturas de mercado na região, levou à fragmentação de terras e ao decréscimo dos espaços disponíveis para as atividades produtivas. Com a agricultura familiar camponesa tendo que produzir e se reproduzir em espaços cada vez menores, isso levou ao uso mais

intensivo do solo, muitas vezes não dando condições para que este se regenerasse, fragilizando as condições de sobrevivência da agricultura familiar.

A partir da década de 1970, outros aspectos vão contribuir para uma nova configuração do espaço agrário. Colaborou com isso, como afirma Moreira (1997), o processo de ‘modernização’ da agricultura que, embora menos intenso na Paraíba, passa a promover mudanças na estrutura produtiva, na base técnica, na organização da produção, na posse da terra, na dinâmica da população, no emprego rural e nas formas de organização e de luta da classe trabalhadora. Como particularidade do avanço da “modernização” nessa região, já no início da década de 1980, percebia-se que a incorporação das inovações tecnológicas se processara de forma desigual entre os pequenos, médios e grandes produtores. Em geral, os pequenos produtores conseguiram absorver mais as tecnologias físico-químicas e menos as tecnologias mecânicas. Isto se deu basicamente por aquelas serem menos onerosas que estas últimas (MOREIRA, 1997). Malagodi e Quirino (2002; p. 76) observaram, por exemplo, a incorporação de distintas práticas agrícolas por parte dos agricultores familiares do Brejo paraibano, que se expressavam no:

uso de insumos químicos, minerais e farmacêuticos, não tendo chegado ali a mecanização e a motorização da agricultura. Nestas últimas décadas generalizou-se o uso de fertilizantes e defensivos químicos, enquanto o uso de tratores e de máquinas agrícolas ficou restrito a algumas poucas unidades de produção, que contam excepcionalmente com áreas maiores (MALAGODI e QUIRINO, 2002; p. 76).

A questão é que a falta de controle na difusão e utilização dos agroquímicos levou a uma série de impactos ambientais e de saúde pública, sobretudo se considerar que as menores unidades produtivas geralmente são as que abastecem o mercado com produtos alimentícios básicos, como feijão, milho, mandioca... Esse fato, junto à deficiência nos serviços de assistência técnica, que direcionavam em grande parte sua atuação para o suporte à especialização produtiva, levou os agricultores a abandonarem suas estratégias técnicas e econômicas de convivência com o meio ambiente local e tornarem-se mais suscetíveis às instabilidades climáticas e de mercado.

Como colocado por Petersen, Silveira e Almeida (2003; p. 37), os sistemas de policultivos, historicamente desenvolvidos na região, não foram reconhecidos pelos sistemas oficiais de pesquisa, crédito e assistência técnica. Estes, na verdade, funcionavam como mecanismo de indução para a especialização produtiva, levando ao abandono das técnicas tradicionais por parte dos agricultores locais, bem como de suas estratégias de convivência

com as condições socioambientais, tornando os agricultores cada vez mais dependentes das técnicas e das tecnologias exógenas. Para entender esse quadro, vale ressaltar que muitos dos problemas que têm sido divulgados centram-se, exatamente, no fato de que, quando muitos dos agricultores recorreram a empréstimos, seja para financiamento ou custeio, com os recursos que eram liberados, vinha toda uma orientação a ser seguida pelos agricultores, constituindo o que se convencionou chamar de *pacote tecnológico*, e que trazia uma série de implicações desfavoráveis.

Com relação a esse último aspecto, em eventos promovidos recentemente pelas redes interorganizacionais, na região, têm sido entregues materiais de divulgação, contendo depoimentos acerca dos impactos negativos de algumas dessas práticas de políticas públicas, como as expostas a seguir <sup>66</sup>.

Como primeiro exemplo, convém destacar o caso da família de um agricultor na Comunidade de Malhada Vermelha, no município de Santo André, Estado da Paraíba. Esta, quando teve acesso ao financiamento para melhoria da propriedade, obteve, junto com o financiamento, um pacote de orientações tecnológicas voltadas para o plantio de forragem, que exigiam, dentre as “melhorias” a serem feitas no estabelecimento agrário, o desmatamento da caatinga para o plantio de capim Buffel (*Cenchrus ciliaris* L.). Em 2005, a área que antes era constituída de mata e animais nativos, passou a apresentar o solo desprotegido, levando à erosão e queda na produtividade, bem como à necessidade de trabalhos efetivos de recuperação da área desgastada<sup>67</sup>.

Um segundo exemplo pode ser ilustrado a partir de uma experiência, situada no município de Soledade. Nesse caso, tem-se o relato de um agricultor que diz ter herdado as terras do pai, um dos muitos agricultores do Cariri que participou do “programa algaroba”. Esse projeto, com recursos do governo federal financiava o desmatamento da caatinga para “reflorestar” com algaroba<sup>68</sup> (*Prosopis juliflora* DC). No caso do agricultor em questão, a espécie plantada não se desenvolveu e o desmatamento deixou o solo exposto, provocando

---

<sup>66</sup> Veja: NOGUEIRA, F. R. B. Biodiversidade da caatinga: um presente da natureza. Informativo da agricultura familiar. ASA-PB; coletivo regional de educação solidária; STR Soledade; PATAC; MISEREOR; PRONAF. s.d. 4p. (Informativo entregue no II ENA, Recife, 2006).

<sup>67</sup> A recuperação da área foi iniciada, plantando-se sisal (*Agave sisalana* Perrine), para ajudar na recuperação do solo, consorciando com palma forrageira (*Opuntia* sp), para ajudar a conter o processo de erosão, além de constituir uma reserva de forragem para os animais.

<sup>68</sup> Espécie que, embora tenha grande utilidade na região, apresentou efeitos desastrosos, na medida em que se expandiu desordenadamente, passando a ser vista como uma praga, ao substituir grande parte da vegetação nativa.

erosão e perda da produtividade, constituindo-se mais um caso em que foram necessários trabalhos de melhoramento da área para recuperar a sua fertilidade<sup>69</sup>.

O que se percebe é que, além das estratégias produtivas assinaladas não terem resultado em melhorias para as propriedades, pode-se arriscar dizer que o custo posterior, necessário para a recuperação da área, terminou por ser um fator que minimizou ou mesmo anulou qualquer benefício econômico que tenha ensejado proporcionar.

Esses aspectos são salientados como responsáveis, em grande parte, por dificultar a capacidade de manutenção dos sistemas agropecuários, construindo um cenário que vem sendo alvo de críticas. Nesse ambiente, como já sinalizado antes, as organizações da sociedade civil têm tido um papel preponderante. Universidades, igrejas, ONGs, movimentos sociais e organizações locais ligadas à agricultura camponesa vêm se integrando em redes de discussões sobre essa problemática, trabalhando novas estratégias para a sustentabilidade da agricultura familiar. Essas entidades, a exemplo do exposto por Fonseca (1985), reforçam as críticas ao serviço de extensão que ainda surge como prática “limitada à transferência de conhecimentos e tecnologias numa via de mão única: dos que supostamente sabem (cientistas e técnicos) para os que supostamente não sabem (produtores rurais)” e vêm tentando, não sem limitações, construir uma nova abordagem, a agroecológica. Nesse contexto, novas práticas de assistência técnica e extensão rural (ATER) são formuladas. Hoje, a influência dessas práticas inovadoras, introduzidas por instituições formais ou informais, vem obtendo crescente apoio do governo, o qual tem sido sensível às mudanças, como a postura traduzida pela Nova Política Nacional de ATER, na qual se trabalha a promoção da agroecologia.

#### **4.2. AS AÇÕES COLETIVAS NO CAMINHO DA AGROECOLOGIA**

Neste tópico apresenta-se um apanhado histórico da ação coletiva e das redes sociais, no estado. Para tanto, serão utilizadas informações conseguidas em entrevistas realizadas junto a agentes, técnicos e pesquisadores de organizações envolvidas com essa temática<sup>70</sup>, bem como referências bibliográficas pertinentes.

---

<sup>69</sup> Para esse exemplo foi destacado o uso do esterco de gado, além de iniciado o plantio de palma consorciada com gliricídia (*Gliricidia sepium* (Jacq.) Walp), feijão guandu e plantas nativas.

<sup>70</sup> Entrevistados: (1) Ghislaine Duque (professora universitária, hoje aposentada, que acompanha os movimentos sociais e em particular a constituição da Articulação do Semiárido paraibano desde o início); (2) José Waldir de Sousa Costa (da organização PATAC, especializada em tecnologias adaptadas); (3) Melchior N. B. da Silva

A condição de excluídos vivida por grande parte da população camponesa do Nordeste, ao longo do processo de modernização do campo, tem levado a uma busca de estratégias e articulações, ligando a perspectiva agroecológica às ações coletivas. A Paraíba aparece nesse cenário com um quadro histórico importante de luta e articulações voltadas à promoção da sustentabilidade da agricultura familiar. Nesta, já na década de 70, especialmente com os trabalhos do PATAC, bem como pelas inquietações vividas por sindicatos de trabalhadores rurais, já se apregoava a preocupação com relação às melhorias para a população do campo. Ou seja, já se discutiam temáticas que vieram a constituir os primeiros passos para a posterior sistematização, mobilização e divulgação de perspectivas no contexto da agroecologia.

Conforme comentou Ghislaine Duque<sup>71</sup>, o começo de experiências mais organizadas pode ser apontado a partir dos trabalhos do PATAC, mesmo que inicialmente postos em prática no ambiente citadino. Acontece que, no início da década de 1970, preocupado com os efeitos da seca sobre a população rural – que conduzia ao aumento da migração para áreas das cidades –, um redentorista do convento de Campina Grande, o Irmão Urbano<sup>72</sup>, inicia trabalhos voltados para a melhoria das condições de vida dessa população. Na época, essa apreensão conduziu a que fossem disseminadas tecnologias que permitiram a construção de casas a partir da técnica de fazer tijolos com terra e cimento. Uma tecnologia que, embora tenha sido útil, ao possibilitar a construção de muitas casas (hoje presentes em bairros da cidade de Campina Grande), e tido reconhecimento quanto à sua eficácia, não abrangeu o conjunto da preocupação quanto à melhoria das condições de vida no campo, já que muitas pessoas não mais se encontravam lá. A partir daí, então, começou a se questionar as medidas adotadas no sentido de, ao invés de construir casas e fixar o pessoal na cidade, se não seria melhor ajudar o agricultor a viver no meio rural, apesar das dificuldades climáticas. Daqui, enseja-se um processo de transformação na forma de abordar a problemática do clima na região, inserindo-se ideias que passavam a levar em consideração a importância de *convivência com a seca*.

---

(Pesquisador da empresa nacional - EMBRAPA), (4) Nelson Ferreira (Agricultor, integrante da direção do STR de Lagoa Seca) e (5) João Macedo Moreira (Engenheiro agrônomo - AS-PTA).

<sup>71</sup> Ghislaine Duque concluiu o doutorado em *Etude Interdisciplinaire du Changement Social*. No Brasil, atuou no Maranhão, Bahia e Pernambuco nas transferências das famílias atingidas pela barragem de Sobradinho. Foi professora do Mestrado e Doutorado de Sociologia Rural, da UFPB. Hoje é professora voluntária da Universidade Federal de Campina Grande. Dentre outras publicações, orientou dissertações de mestrado e teses de doutorado nas áreas de sociologia e antropologia. Atua na área de sociologia, com ênfase em produção familiar agrícola. É membro do PATAC e assessora a ASA-PB e a ASA-Brasil, desde a fundação destas redes.

<sup>72</sup> Redentorista Holandês que veio para o Brasil construir conventos da ordem.

O conceito de «convivência com a seca» nasceu em oposição ao conceito de «luta contra a seca». O foco da transição de um conceito para o outro partiu da constatação – aparentemente óbvia – que as secas fazem parte do clima e, portanto, que não há razão de «lutar contra o clima» da mesma forma que nos países frios não se luta contra a neve ou o gelo (DUQUE, 2008; s.p.) (grifo da autora).

A ideia de convivência com a seca viria a ser, junto com outros temas, alvo de debate e de mobilizações, especialmente a partir da década de 1990. No momento, vale destacar que, já na década de 1970, um dos primeiros projetos desenvolvidos com base nessa perspectiva foi o da construção de sistemas de proteção da terra, com cobertura morta e valetes em curva de nível, para que, após a chuva, a umidade do solo pudesse ser mantida por mais tempo, viabilizando a atividade agrícola. A tentativa era de conter o elevado processo de evapotranspiração<sup>73</sup> da água, armazenada no período de chuva, e evitar o ressecamento dos solos, protegendo-o com cobertura vegetal.

Embora essa iniciativa tenha se revelado viável, confirmando na época as expectativas dos técnicos e das pessoas envolvidas no projeto, não houve respaldo por parte dos agricultores. Esse fato motivou debates e análises sobre a falta de interesse nessa técnica de manejo do solo, mesmo diante de resultados visivelmente positivos. Desse debate identificou-se que, para os agricultores locais a pequena criação animal era mais importante do que a agricultura. Ou seja, guardar a cobertura morta para a agricultura era desviar o alimento dos animais. Uma constatação que permite pensar e desenvolver estratégias não mais partindo dos pressupostos técnicos, mas levando-se em consideração as necessidades apresentadas pelos próprios agricultores e sua lógica, iniciando-se, assim, uma perspectiva diferenciada para as ações, agora voltadas ao desenvolvimento de *estratégias adaptadas à racionalidade dos produtores*, criando-se um cenário propício para se *repensar a relação técnico/agricultor*.

Pensar em temas como *convivência com a seca*, desenvolvimento de *estratégias adaptadas à racionalidade dos produtores*, e a abertura para uma *nova perspectiva de relação técnico/agricultor*, pelo que foi trabalhado anteriormente, em termos do que é agroecologia, permite inferir que é o mesmo que pensar numa perspectiva da transição agroecológica, embora nessa época ainda não se falasse dessa abordagem. Ou seja, são temas que se

---

<sup>73</sup> Evaporação das águas acumuladas nas retenções, nas camadas superficiais e interceptadas pela cobertura vegetal, acrescida da transpiração natural dos vegetais (Brasil, 2006).



enquadram no contexto das preocupações delineadas pela agroecologia na atualidade, mas que, já nos anos 1970 vinham sendo trabalhadas na região.

A partir desse período, tem lugar um processo de amadurecimento das ideias, e, especialmente no final da década de 1980 e início da década de 1990 vêm se somar a este cenário, as iniciativas do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STRs) de Lagoa Seca, em parceria com os STRs de alguns municípios da região. Este aparece voltado à busca de alternativas produtivas para a agricultura familiar, com uma pauta de ações, composta de uma dinâmica bastante diferente das atuações dos tradicionais sindicatos de trabalhadores rurais do Brasil como um todo.

Este sindicato esteve, na década de oitenta, marcado pela existência de uma oposição sindical que organizou em torno de si um conjunto de pequenos agricultores, conscientes de seu papel como camponeses, isto é, como agricultores familiares cuja reprodução depende do acesso aos recursos naturais e de sua sustentabilidade. Quando assumiram, no início dos anos noventa, passaram a desenvolver uma extensa pauta de atividades organizativas de apoio à agricultura camponesa. Enquanto isso, a maioria das entidades sindicais de trabalhadores rurais, no Estado da Paraíba e em todo o Brasil, desenvolvia (*e desenvolve*) apenas atividades assistencialistas ligadas à saúde (consultas médicas, distribuição de medicamentos) ou de assistência previdenciária (documentação e encaminhamento de aposentadorias) (CARVALHO e MALAGODI, 2008).

Ao assumir a direção do sindicato, essa nova diretoria encontrou um conjunto de problemas ligados aos efeitos do uso das técnicas agroquímicas e dos pacotes tecnológicos sobre a massa dos agricultores familiares do município. Foi então que se iniciou um longo processo de conscientização sobre o que havia ocorrido na região, e uma busca de novas soluções que estivessem ao alcance dos agricultores. Segundo Malagodi e Quirino (2002; p. 76), não é difícil identificar a origem desse conjunto de problemas, ao qual se fez referência acima. Em primeiro lugar,

a aquisição dos insumos químicos passou a fazer parte do receituário do agrônomo e do técnico agrícola a serviço dos órgãos oficiais de assistência técnica, e passou a ser um pré-requisito imprescindível para o acesso ao crédito rural. Mudanças, portanto, direcionadas pelas políticas agrícolas oficiais.

Em segundo lugar, os autores apontam também para a expansão dos mercados regionais, como um fator que, ao favorecer cultivos comerciais, terminou por fortalecer esse modelo de inovação tecnológica, incentivado pelas políticas estatais, especialmente de crédito rural, quando condicionava o acesso ao uso dos pacotes tecnológicos. O que se ressalta é que, embora esse modelo realmente tenha proporcionado uma expansão da produção de horti-fruti-

granjeiros na região, teve como resultado uma piora das condições de vida dos agricultores, que passaram a viver sob duas formas de pressão:

De um lado, o exercício do trabalho, agora sujeito a acidentes e a danos na saúde antes desconhecidos: envenenamentos, intoxicações diversas, abortos, dores desconhecidas e náuseas, etc. De outro lado, o temor contido de gerar um produto, de boa aparência e bem visto no mercado, mas com um grau desconhecido de dano à saúde de seus eventuais consumidores (MALAGODI e QUIRINO, 2002; P. 77).

Com o uso da nova tecnologia, isto é, fazendo grande uso dos insumos agroquímicos (agrotóxicos), o município de Lagoa Seca pôde expandir a produção de hortaliças, chegando a exportar sua produção para capitais (Natal, Fortaleza, Recife e João Pessoa), além de abastecer a cidade de Campina Grande e regiões circunvizinhas. Mas, segundo Nelson Ferreira<sup>74</sup>, nessa época, a preocupação com sinais de intoxicação dos produtores, em consequência do uso de diversos tipos de agrotóxicos, os claros danos ao meio ambiente percebidos pela morte de peixes nos açudes, e os custos de produção elevados decorrentes dos gastos crescentes com agroquímicos, foram apontados como motivos mais do que suficientes para que novas alternativas produtivas fossem trabalhadas.

Esse quadro desfavorável se agrava no início da década de 1990, mais precisamente nos anos de 1991 e 1992, quando se observou uma grande crise da agricultura na região, levando, portanto, a que passassem a ser empreendidas ações por parte do STR de Lagoa Seca, na tentativa de se reverter os problemas descritos. De acordo com as informações fornecidas por Nelson Ferreira, esse foi um período em que muitos agricultores tiveram que vender as propriedades porque não conseguiram produzir ou porque produziram em pouca quantidade. Ocorreu que, na época, além da intensificação do uso do solo – decorrente da diminuição do tamanho das propriedades, por vezes pela repartição por herança, e das novas práticas de manejo do solo difundidas –, somaram-se a falta de orientação adequada ao uso das novas tecnologias, bem como o consequente desmatamento, o que levou ao empobrecimento e esgotamento da terra. Como visto, sabe-se que o uso desordenado dos recursos naturais leva à diminuição da capacidade de resiliência – capacidade do ambiente se regenerar –, além de ocasionar perda de biodiversidade e o desequilíbrio ambiental, com morte de predadores naturais. Isso provoca um lugar propício à maior incidência de pragas e a consequente diminuição da produtividade. Com a ocorrência dessa problemática na região, o

---

<sup>74</sup> Nelson Ferreira, agricultor, diversas vezes presidente no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca na década de 1990, atualmente coordenador do Pólo Sindical da Borborema e vice-prefeito do município de Lagoa Seca.

que se relata é que, cada vez que se tentava solucionar as dificuldades, partindo dos pacotes tecnológicos aos quais se tinha acesso, cada vez mais essas dificuldades iam se intensificando e o agricultor se tornando dependente do modelo de agricultura convencional. A questão é que, ao lado do contexto descrito, surgia outra dificuldade: o aumento dos custos de produção pela ampliação dos gastos com insumos externos. O aumento do custo de produção, paralelamente à queda da produtividade agrícola, levava o agricultor a ter retornos cada vez menores com a produção. No final, o que se tinha era um quadro de dificuldades muito maior: além do problema ambiental, a diminuição da renda do produtor rural, bem como o seu endividamento e inadimplência, prejudicando ou até inviabilizando a manutenção da atividade produtiva da terra e das condições de subsistência da família. Diante desse quadro, muitos agricultores, pela impossibilidade de manutenção da atividade produtiva e de subsistência da família, passaram a vender as terras ou se viram na iminência de vendê-las.

Cada vez mais, os agricultores foram se tornando dependentes e regulados por um sistema de mercado em que domina uma forma de conhecimento como válida, envolvendo uma dinâmica muito específica de políticas públicas e de entendimento do que representa exatamente o desenvolvimento da agricultura. No entanto, paradoxalmente, essa dinâmica foi criando um ambiente favorável para questionamentos ao próprio modelo que estava sendo construído por ela. Ou seja, trouxe consigo elementos que permitiram abertura para a crítica (crítica ao modelo de produção convencional), e, conseqüentemente, para uma crise de legitimidade, não só do modelo em si, mas também do conhecimento a ele associado.

Nesse contexto, o STR de Lagoa Seca, em parceria com alguns sindicatos de outros municípios e outras instituições locais, começou a questionar mais fortemente as políticas postas em prática, bem como a viabilidade das técnicas convencionais de produção, dando origem a toda uma reflexão visando encontrar alternativas produtivas que respondessem às necessidades dos agricultores e que dessem condições de começar um processo de reversão da situação. Partindo de uma posição foucaultiana, a crítica à situação vivenciada na região, como será visto a seguir, foi criando uma abertura para que o saber técnico dominante passasse a ser examinado, discutido, questionado..., abrindo-se, ao mesmo tempo, espaço para o debate em torno de conhecimentos vindos da experiência, antes desqualificados, negligenciados...

No entanto, apesar de o espaço da crítica já estar sendo posto, o processo de mudança da lógica “modernizante” não foi tão simples, não é tão simples e nem tampouco

terminou. Se pegarmos a problemática do agrotóxico para ilustrar o que está sendo dito, conforme salientado por Nelson Ferreira, o uso desse insumo no município de Lagoa Seca não esteve relacionado apenas ao plantio de hortaliças. Envolveia também o roçado e o plantio de frutas - três setores importantes do ponto de vista da geração de renda. Via-se que, mesmo que os atores fossem conscientes dessa problemática e da necessidade de mudanças, não se poderia simplesmente chegar de imediato para os camponeses e dizer: “não use veneno”. O agricultor provavelmente diria: “é desse plantio que eu tiro o sustento”. A aversão ao risco em experimentar algo diferente estaria plenamente relacionada ao instinto de sobrevivência desses agricultores. Então era necessário um trabalho de aprendizado conjunto, construído a partir das necessidades dos agricultores e de adaptação das técnicas, fazendo com que fossem pensadas e desenvolvidas diferentes metodologias de trabalho.

Uma solução trabalhada pelo sindicato, na época, foi buscar conhecer alternativas produtivas, através de contato com experiências exitosas em outras áreas<sup>75</sup>. Naquele momento já se contava com o apoio da AS-PTA, que se instalara na região a partir de 1993, mais especificamente no município de Solânea, trazendo todo um aprendizado em termos de estratégias metodológicas voltadas para a transição agroecológica. Importa saber, como salientado por João Macedo<sup>76</sup>, que na decisão da constituição de uma equipe da AS-PTA no Agreste da Paraíba, pesou exatamente o fato de já existir uma movimentação que vinha provocando toda uma discussão em torno dos problemas do modelo convencional de agricultura moderna e da demanda por uma nova forma de fazer e pensar agricultura, que resgatasse a interatividade entre o ser humano e o ambiente natural. Cabe assinalar a mobilização do STR, que remonta à organização da oposição sindical ainda na década de 1980 e foi decisiva para o desenvolvimento de um novo modelo de agricultura no Agreste e em todo o Estado da Paraíba.

Embora muitos dos temas relacionados à agroecologia já se fizessem presentes no contexto das discussões anteriores, acontecendo mesmo antes da chegada da AS-PTA na região, cumpre observar, como exposto por José Waldir de Souza<sup>77</sup>, que essa organização que tem o mérito de primeiro abordar diretamente esse conceito. Em face desse aspecto, torna-se

---

<sup>75</sup> A exemplo das visitas que foram realizadas à América Central, em 1996, tendo contato com as metodologias de trabalho do *Movimento Campesino a Campesino* (MCaC), na Nicarágua; do Programa de *Reforzamiento de la Investigación sobre los Granos Básicos* (Priag), na Costa Rica; bem como, das experiências situadas em outros estados do Brasil, como Ceará, Paraná e Rio Grande do Sul.

<sup>76</sup> João Macedo Moreira, engenheiro agrônomo da AS-PTA/PB.

<sup>77</sup> José Waldir de Sousa Costa, técnico da organização PATAC, especializada em tecnologias adaptadas.

relevante inserir algumas considerações acerca de como foram realizados os seus trabalhos de assessoria na região, desde sua introdução, no ano de 1993.

Para entender a evolução das articulações que vão se formando ou se fortalecendo a partir de então, cabe, sem nos aprofundarmos, determo-nos em alguns aspectos metodológicos da AS-PTA. Nesse momento, referencio o trabalho de Petersen, Silveira e Almeida (2002), que apontam como fundamentos conceituais e metodológicos da AS-PTA, no intuito de difundir conhecimentos sobre inovações na área de manejo sustentável dos agroecossistemas, duas premissas básicas: a primeira, a abordagem participativa – enfatizando o processo de inovação a partir de experimentações e transmissão de conhecimento entre os próprios agricultores –, e, a segunda, o enfoque agroecológico. Na estratégia adotada pela AS-PTA, a agroecologia é entendida como ciência que fornece os princípios conceituais e metodológicos apropriados para o desenvolvimento de inovações técnicas, compatíveis com o desafio de intensificar os sistemas agrícolas em bases sustentáveis. Ou seja, utiliza-se dos conhecimentos já existentes e em uso pelos agricultores em sua atividade cotidiana, para adaptá-los e desenvolvê-los a partir de sua articulação com os conceitos e métodos de origem acadêmica. Uma conotação que, no contexto das articulações, pode ser vista como algo que contribuiu para a ampliação da *rede de relacionamento*, ao abrir espaço para o contato mais direto com a academia, seus estudantes e diversos profissionais, contribuindo, conseqüentemente, para ampliar o leque de pesquisa, contribuições e influência que se pode ter a partir desse cenário, em especial, se considerar, como exposto por Petersen e Silveira (2007), que nessa época se alegava uma baixa oferta de tecnologias apropriadas às condições rurais da localidade, por parte de centros de pesquisa e universidades.

A AS-PTA, contando com o sindicato como principal parceiro, passou a atuar inicialmente nos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca, realizando diagnósticos, traçando prioridades de ações e mobilizando atores para a realização de intercâmbio com outras experiências. O avanço dos trabalhos realizados, especialmente nesses municípios, foi aos poucos chamando a atenção de organizações de agricultores de outras áreas do Agreste paraibano, notadamente os STRs dos municípios vizinhos, levando a uma maior visibilidade da agroecologia e ao desenvolvimento de uma dinâmica singular no Agreste da Paraíba. Entretanto, o que se vê hoje em termos de conquistas na organização e mobilização, não foi um processo fácil. É resultado de um trabalho sistemático de diálogo entre diversos atores e instituições e que, atualmente, ainda apresentam grandes desafios. Precisamente quanto ao

trabalho desenvolvido pela AS-PTA, é possível ilustrar alguns aspectos importantes, recortando sua atuação em dois momentos<sup>78</sup>: (1) de 1993 a 1999, e (2) após o ano de 2000 (Ver quadro, a seguir).

**Quadro 4:** Periodização da experiência institucional da AS-PTA na Paraíba

	Períodos	
	1993 a 1999	2000 em diante
<b>Ações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diagnósticos participativos, para entender o funcionamento dos agroecossistemas locais.</li> <li>▪ Desenvolvimento de técnicas, a partir da leitura desse diagnóstico e das necessidades identificadas.</li> <li>▪ Organização das atividades experimentais em campo.</li> <li>▪ Avaliação e debate sobre o efeito das técnicas inovadoras (agroecológicas).</li> <li>▪ Monitoramento e planejamento conjunto dos agricultores assessorados pela AS-PTA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mudança no enfoque metodológico: valorização das inovações espontâneas e experimentações voltadas para as soluções de problemas coletivamente definidos nas redes locais de agricultores, contribuindo para mudar as expectativas destas em face do papel da AS-PTA. Da expectativa da assistência técnica, os agricultores passaram a se apresentar como expositores de suas próprias experiências.</li> <li>▪ Multiplicação do acervo de inovações técnicas e socioeconômicas e organizativas em experimentações na região, a partir da sistematização, publicação/divulgação e debate em torno dessas experiências.</li> </ul>
<b>Dificuldades identificadas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A metodologia de ação restringia o alcance da transformação dos sistemas à aplicação das inovações que a AS-PTA propunha e às relações sociais que ela estabelecia (perspectiva difusionista).</li> <li>▪ Deixava de lado as iniciativas dos próprios agricultores, que já existiam na região, mas que não vinham sendo socialmente valorizadas.</li> <li>▪ Essas duas dificuldades apontadas resultaram na geração limitada de alternativas inovadoras, bem como na geração de expectativas equivocadas dos agricultores face ao papel da AS-PTA na região (em parte também decorrente dos costumes com a forma de atuar dos serviços oficiais de extensão rural).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dificuldade de ampliar os trabalhos de assessoria para outras áreas da região, nos moldes dos trabalhos que inicialmente foram realizados nos municípios de Remígio, Lagoa Seca e Solânea.</li> </ul>
<b>Metodologia de atuação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Faziam-se eventos sobre barragens subterrâneas.</li> <li>▪ Trabalhavam-se as plantas medicinais isoladamente.</li> <li>▪ Monitorava os consórcios com sorgo (<i>Sorghum vulgare Pers.</i>), que visavam ao aumento da produção de forragem para os períodos secos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realização de eventos voltados para os sistemas de manejo dos recursos hídricos nas propriedades, enfocando não só a construção da barragem subterrânea em si, mas também os papéis ecológicos, econômicos e sociais que ela exercia no sistema como um todo.</li> <li>▪ Passou-se a abordar o subsistema do “ao redor de casa” e o seu papel na saúde e na alimentação das famílias.</li> <li>▪ Passou-se a observar as estratégias dos próprios agricultores em aumentar a produção de biomassa forrageira nas propriedades.</li> </ul>

**Fonte:** elaborado com base nas informações contidas em Petersen e Silveira (2007).

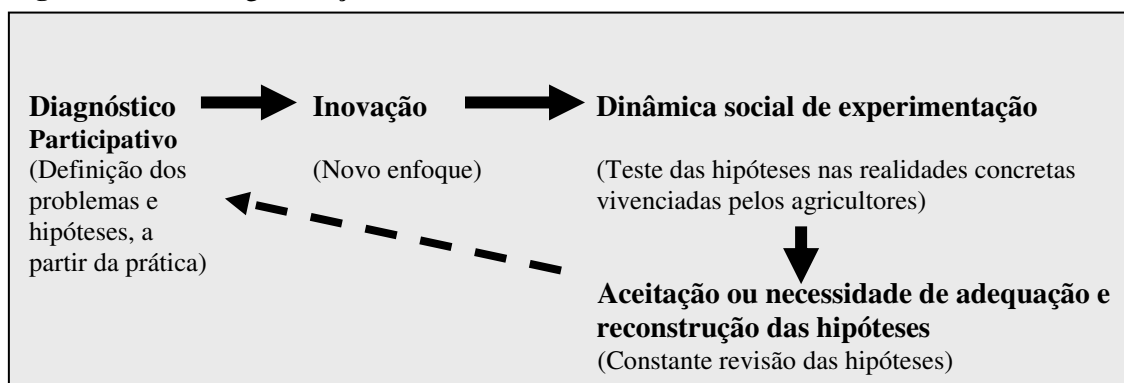
<sup>78</sup> Esse recorte, baseado no trabalho de Petersen e Silveira (2007), permite ver avanços, realizados na construção do conhecimento agroecológico na Paraíba, fatores que contribuíram para isto e as dificuldades enfrentadas.

Nos diagnósticos, inicialmente realizados pela AS-PTA, embora realmente procurasse trabalhar valorizando as iniciativas dos produtores, foram encontradas certas dificuldades de caráter metodológico. Como apontam Petersen e Silveira (2007), estas dificuldades mostraram a necessidade de mudanças no foco das ações que, na época, estavam sendo direcionadas para a promoção de inovações pontuais (ou seja, da técnica em si). A questão é que o processo, ao contrário do que estava ocorrendo, deveria envolver uma perspectiva sistêmica de avaliação da tecnologia, não só em termos da técnica propriamente dita, mas em termos de sua inserção no ambiente econômico e social das unidades produtivas, abordando a sua relevância e adaptação no conjunto da propriedade. O que se percebeu é que, continuava-se um processo de trabalho numa via de mão única: as informações passavam dos técnicos e pesquisadores para os agricultores, adotando-se exatamente o viés que se procurava evitar (da difusão), mesmo que levando em consideração as realidades identificadas e tecnologias alternativas aos moldes convencionais de produção. Aspecto que denota a necessidade, pela qual passaram as organizações, em termos de constante revisão metodológica.

A tentativa de solucionar o problema foi facilitada, na época, pelos contatos com experiências de outras regiões, que já adotavam uma postura de valorização do protagonismo dos agricultores locais no processo de transição agroecológica. Isto contribuiu para uma revisão crítica das metodologias adotadas até então, e em esforços para se consolidar uma abordagem sistêmica de trabalho. A partir de então, passou-se a perceber melhor a importância das inovações espontâneas, ou seja, aquelas que vinham dos próprios agricultores, trabalhando-se soluções definidas coletivamente nas redes de agricultores, enquanto esses grupos foram se fortalecendo em torno dessas atividades. Isso contribuiu não só para mudar as expectativas que se tinha quanto ao papel exercido pela AS-PTA, como também permitiu a ampliação do alcance das inovações. Aqui, o próprio conceito de *inovação*, como destacado por Petersen e Silveira (2007), passa a ter uma conotação diferente. Agora a inovação não necessariamente é algo que vem de fora (seja por parte de agricultores ou técnicos), mas que existe no próprio cotidiano local, a partir da convivência dos agricultores com os desafios encontrados no dia a dia de suas propriedades. Entendimento que permitiu ampliar a abrangência desse conceito, inserindo, como elemento importante, o conjunto das ideias ou mesmo das inspirações que surgem e que são destacadas pelos próprios agricultores.

A partir desse quadro, as experimentações das inovações no campo aparecem como um mecanismo que possibilita a constante revisão dos problemas e das hipóteses construídas em torno das ações, vistas como necessárias para resolver os problemas identificados, permitindo o repensar constante das iniciativas. Uma metodologia que segue basicamente o roteiro a seguir:

**Figura 5:** Metodologia de ação da AS-PTA



**Fonte:** Elaboração própria, com base nas informações contidas em Petersen e Silveira (2007).

Mas não é só o perfil metodológico de ação da AS-PTA, e o conceito de inovação que passaram por um processo de adequação. O próprio conceito de agroecologia passou por uma revisão. Ou mais exatamente, por *uma complementação*. Não é desnecessário lembrar que, a exemplo do que foi dito por Petersen, Silveira e Almeida (2002; p. 29), a AS-PTA, ao abordar os fundamentos necessários ao desenvolvimento de conhecimentos e de inovações para o alcance de agroecossistemas sustentáveis, trouxe, como uma das premissas básicas, a agroecologia entendida como ciência. Ou seja, ciência que fornece os princípios conceituais e metodológicos para o alcance dos objetivos apontados. De fato, ela surge como uma ciência, mas, a partir do seu desenvolvimento na prática, a agroecologia aparece mais claramente como uma forma de produção, que estabelece uma relação positiva entre a agricultura e o meio ambiente, associando-a à ideia de alternativa ao modelo dos pacotes tecnológicos degradantes, a exemplo do exposto pelos autores, englobando os aspectos já discutidos no capítulo 3.

Com efeito, pode-se inferir que o entendimento da agroecologia como ciência contribui para a sua legitimidade acadêmica, o que é de extrema importância. Porém, como já assinalado, a agroecologia necessita igualmente de uma legitimação prática. De que adianta suas complexas elaborações, se ela não passar no teste da realidade? Ao introduzir a questão prática produtiva e o saber-fazer dos agricultores, bem como os diagnósticos específicos de



cada localidade, abre-se a possibilidade de abordar a agroecologia numa dimensão produtiva. Essa postura, de certa forma, contribui para a maior aceitação dessa perspectiva no ambiente camponês, na medida em que vai dando resultados. Isso potencializa as redes de intercâmbio de conhecimentos. Estas por sua vez, terminam por constituir formas de ação social, mobilizações e pressões por políticas públicas, possibilitando entender a agroecologia numa dimensão mais ampla, ou seja, que permite entender a agroecologia enquanto um movimento social, que tem se expressado, na Paraíba, por sua integração em redes interorganizacionais, envolvendo diferentes temáticas.

O que se pode constatar é que, a chegada da AS-PTA na Paraíba, trazendo toda uma dinâmica de ações voltadas para a multiplicação das experiências baseadas na perspectiva agroecológica, encontrou todo um cenário propício de iniciativas voltadas para a melhoria da agricultura familiar camponesa na região, entre outros decorrentes dos trabalhos desenvolvidos pelo STR de Lagoa Seca. Aqui, torna-se relevante salientar que, desde o princípio, este STR não esteve sozinho nos esforços empreendidos, já que havia uma movimentação semelhante em outras áreas do Estado, como nas regiões do Alto e Médio Sertão, na região de Soledade, entre outras. Nesse contexto, o STR de Lagoa Seca desenvolve uma interação inicial com as organizações de Solânea e Remígio, posteriormente se expandindo para os STRs de outros municípios, quando então entra a parceria com a AS-PTA.

Essa interação maior entre sindicatos da região levou à configuração do atual Polo Sindical da Borborema, que se apresenta como uma rede composta por STRs de 16 municípios, da qual também fazem parte algumas associações comunitárias. A origem do Polo Sindical deve-se, em parte, à mobilização de STRs, em 1994, por espaços de comercialização direta, para agricultores familiares locais, na Central de Abastecimento de Campina Grande (Ceasa). Desse trabalho conjunto, outras atividades foram se desenvolvendo e foram se formando espaços de diálogos em torno de problemáticas comuns. Hoje, ele pode ser entendido como um espaço político-organizativo unificador do conjunto das organizações da agricultura familiar, em torno da construção de um projeto comum de desenvolvimento local e de promoção da Agroecologia (SILVEIRA, VICTOR e ANACLETO, 2007). Esse fortalecimento das ações do sindicato de Lagoa Seca e de sindicatos coligados consolidou o que alguns teóricos denominam de “novo sindicalismo” rural. Foi exatamente esse novo sindicalismo que, a partir das mobilizações durante o período de seca nos anos de 1998 e

1999, deu visibilidade às experiências em agroecologia já desenvolvidas pelos sindicatos de Lagoa Seca e de Remígio, ambos já integrantes do Polo (PETERSEN e SILVEIRA, 2007).

O avanço dos trabalhos desenvolvidos nos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca foi, aos poucos, chamando a atenção de organizações de agricultores de outros municípios do Agreste paraibano, notadamente os STRs. Essa maior demanda trouxe também a necessidade de ampliação das atividades da AS-PTA na região. Porém, na época, ampliar os trabalhos da entidade foi visto como uma alternativa que poderia reduzir a qualidade e inibir o avanço das atividades ante as dificuldades operacionais. Diante dessa problemática, segundo Petersen e Silveira (2007; p. 119), passou-se a pensar na ampliação da abrangência das redes que se articulavam em torno dessa temática, enfatizando-se a importância de que as ações passassem a ocorrer a partir das próprias organizações de agricultores. Para tanto, foram realizados estudos que levaram à formação de uma coordenação para sustentação do funcionamento dessas redes. Segundo os autores citados, na época, apostou-se no espaço de articulação já existente em torno do Polo Sindical da Borborema. Este, não sem dificuldades, diante dos erros e acertos, terminou por organizar suas ações a partir de comissões formadas segundo áreas específicas de atuação, como: recursos genéticos, recursos hídricos, cultivos ecológicos, dentre outros, levando-se em conta os diferenciais ambientais.

A partir de então, ressalta-se que, a assessoria da AS-PTA as comissões e coordenação do Polo e as parcerias com outras instituições e grupos organizados têm sido determinantes para a promoção da agroecologia na região, permitindo-se avançar nas lutas preexistentes. Hoje, a AS-PTA, com o Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba, atua em 15 municípios dentro da área de abrangência do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema. Ressalta-se que a meta é fortalecer as capacidades sócio-organizativas, técnicas e políticas do Polo e de suas organizações, com vista ao desenvolvimento rural sustentável, baseado nos princípios da agroecologia e organizado em distintas áreas temáticas: recursos hídricos, sementes, criação animal, saúde e alimentação, cultivos ecológicos, comercialização<sup>79</sup>. O Programa assessoria redes de inovação agroecológica, envolvendo mais de cinco mil famílias. Junto com a AS-PTA estão outras organizações, redes e movimentos do campo agroecológico em outras regiões do Estado da

---

<sup>79</sup> Disponível em <http://www.aspta.org.br/programa-paraiba>. Acesso em 01 de abril de 2008.

Paraíba e no Semiárido brasileiro, com participação na Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB)<sup>80</sup> e na Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil)<sup>81</sup>.

Além do exposto, caracterizam-se ainda, como parceiros que têm entrado na dinâmica dessa rede, contribuindo para divulgar a proposta agroecológica, órgãos de pesquisa, como as Universidades e a EMBRAPA, e instituições de outros países como o Cirad (Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento), da França. Nesse ponto, vale destacar a contribuição do Projeto UNICAMPO<sup>82</sup>. Este, segundo Ghislaine Duque, tem contribuído para divulgar a abordagem agroecológica nos assentamentos da região do Cariri paraibano, a partir das aulas e discussões. Constitui-se um outro espaço técnico e social de diálogo, onde são discutidos temas que fazem parte da abordagem agroecológica, inserindo-os diretamente na prática vivenciada pelos alunos. Disso, pode-se inferir que o alcance das ações dessas redes, bem como sua força política têm tido forte ligação com a capacidade de ampliar o circuito de relacionamentos em distintas escalas, ou seja, em nível regional, nacional, internacional.

Importa destacar que articulações com determinadas instituições, embora estejam apresentando avanços, ainda têm se mostrado, de certa forma, pouco conflituosas, a exemplo da articulação com a EMBRAPA – Algodão<sup>83</sup>, instituição de pesquisa que tem, historicamente, apresentado um perfil voltado à agricultura empresarial, mas que vem recentemente contribuindo para experiências em torno da produção do algodão agroecológico no Estado da Paraíba. Segundo Melchior Batista<sup>84</sup>, a pesquisa agroecológica na instituição pode ser considerada um avanço em termos de perspectiva institucional. Trata-se de uma temática que só atualmente deixou de estar mais marginalizada. Isso mais especificamente a

---

<sup>80</sup> A ASA – PB (Articulação do Semiárido Paraibano) é um fórum composto de mais de 100 entidades, como: sindicatos, associações, Pólo Sindical da Borborema, ONG's, igrejas, pastorais, movimentos sociais, entre outras.

<sup>81</sup> A ASA - Brasil (Articulação no Semiárido Brasileiro) é um fórum composto, atualmente, de mais de 800 organizações da sociedade civil, na sua maioria: organizações de base comunitária (59%), sindicatos de trabalhadores rurais (21%), entidades ligadas às Igrejas católica e evangélicas (11%), ONGs (6%) e cooperativas de trabalho (3%). <http://www.ana.gov.br/GestaoRecHidricos/UsosMultiplos/arqs/P1MC.doc>. (03/04/2008).

<sup>82</sup> O Projeto UniCampo – Universidade Camponesa – ligado à Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, apresentou, como objetivo, oferecer aos camponeses do Semiárido paraibano, “oportunidade de desenvolvimento social através de sua participação nas ações típicas da universidade - ensino, pesquisa e extensão. Metodologicamente, o projeto caracteriza-se pela promoção de uma interação crítica e positiva entre os "saberes e fazeres" dos agricultores familiares, do seu modo de vida, da sua identidade e da sua tradição, com o conhecimento e as inovações advindas do progresso da ciência e da técnica”. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~unicampo/contextualizacao.htm>. Acesso em: 08/03/2008.

<sup>83</sup> Localizada na cidade de Campina Grande – PB.

<sup>84</sup> Melchior Naelson Batista da Silva – Pesquisador A – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Algodão. Entrevista realizada em outubro de 2007.

partir de 2003, especialmente com as políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) voltadas para a promoção da agricultura familiar, recentemente focadas na agroecologia. Esse aspecto, juntamente a uma conjuntura institucional interna favorável, possibilitou que, no ano de 2004 fossem aprovados dois projetos na Paraíba, voltados à produção do algodão e o manejo da caatinga, começando-se a direcionar o olhar para a agroecologia. Entretanto, foi ressaltado que, trabalhar com agroecologia na EMBRAPA ainda demanda esforços no sentido de que o pesquisador, voltado para essa temática, tem de enfrentar dois desafios: um dentro do próprio órgão, tentando demonstrar que a agroecologia e o trabalho com a agricultura familiar são necessários, principalmente para a região semi-árida, dentro de uma instituição que tem como hegemonia o lado da agricultura empresarial. E outra, a dificuldade que, por vezes enfrentam, em termos de crítica dos agricultores, organizações ou movimentos sociais, quando estes não conseguem entender as distintas posturas no interior de um mesmo órgão, ou, como exposto pelo pesquisador entrevistado, quando não conseguem entender que a EMBRAPA não é como uma ONG, que tem uma linha de atuação voltada só para uma temática (agroecologia, agricultura familiar, gênero...).

Como exposto por Melchior Batista, diferentemente de uma ONG, a EMBRAPA é constituída por pessoas que defendem transgênicos, e outras que defendem a agroecologia. Ou seja, por ser uma empresa de pesquisa, não pode simplesmente dizer que não vai pesquisar transgênicos. Do seu ponto de vista, queira ou não, é uma inovação. No contexto dessa problemática, a crítica forte que vem do lado dos movimentos sociais termina por afastar pesquisadores que gostariam de trabalhar com agricultura familiar e que poderiam contribuir mais, diminuindo assim, o contingente de especialistas dedicados a essa área. O que foi dito é que a crítica forte afugenta, não pega aliado e restringe o alcance dos trabalhos daqueles que pesquisam a agricultura familiar e a agroecologia. Ou seja, pelo grupo agroecológico estar restrito à instituição, fica mais difícil lutar contra a entrada de transgênicos na área, por exemplo. Segundo o pesquisador, a luta contra a entrada dessas culturas na região seria mais eficaz se a defesa do algodão agroecológico fosse mais fortalecida, contando com uma maior organização dos agricultores e dos pesquisadores.

O problema, tomando esse último contexto, é que os atores do movimento agroecológico na Paraíba se deparam, muitas vezes, com uma racionalidade diferente por parte do Estado. Do lado deste, muitas políticas ainda são feitas visando a números, exigindo-se resultados equiparáveis ao agronegócio. Mas a agricultura não é só isso! Como ressaltado

por Nelson Ferreira, ela também é qualidade de vida, satisfação pessoal, sustentabilidade e alegria das pessoas. Para ele, hoje têm as políticas dos transgênicos, do biodiesel, da transposição, do agronegócio e da monocultura, que não são políticas para a agricultura familiar camponesa. Enquanto isso, como já apontou Scherer-Warren (2005), do lado dos camponeses, a racionalidade não está, única e necessariamente, associada aos números, mas também ao valor simbólico atribuído a vários aspectos do cotidiano e das suas tradições – culturais, comunitárias, religiosas, etc. –. Todos esses valores, somando-se ao valor atribuído à terra, vista como um patrimônio a ser repassado para a família, e ao retorno que ela proporciona, por sua vez, são de difícil mensuração monetária.

No caso descrito, entra-se no debate em torno da capacidade dessa rede de movimentos de se articular com órgãos de pesquisas, no sentido de conseguir trabalhar em conjunto, para viabilizar a ampliação dos benefícios e fortalecimento das lutas em torno dessas questões. Como diz Touraine (1996), tais ações podem se tornar utópicas se não se ligarem a ações contraofensivas, ou seja, à vontade de utilizar as técnicas e a ciência (*e aqui a capacidade de trocar ideias*) em benefício de um contramodelo de organização social e política. Vontade que pode ser dificultada pelo discurso muito rígido, de desconstrução dos trabalhos desenvolvidos por alguns órgãos de pesquisa governamentais, por parte do movimento social, podendo – na crítica – se perder as oportunidades de diálogo.

Embora ainda sejam ressaltadas dificuldades, não se pode negar que a Paraíba vem apresentando um cenário favorável para a dinamização do processo de articulação social em redes, imprimindo aos sindicatos, associações populares e movimentos rurais uma situação singular. Observa-se, por exemplo, que na mesma época em que a AS-PTA se instalava no Agreste da Paraíba, estava em curso o início de uma mobilização, cujo resultado é hoje a Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB). Esta consiste em uma rede que passou a integrar as organizações em torno da troca de experiências e metodologias, tendo, como foco de ação, a região semiárida do Nordeste. Trata-se de uma rede com encontros periódicos e regulares, que realiza ações em comum, além de definir em conjunto uma espécie de divisão de trabalho. A rede começou a se reunir em 1993, ano em que ocorreu mais um período de seca prolongada, quando trabalhadores rurais de todo o Nordeste ocuparam a sede da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), exigindo novos rumos nas políticas públicas (DUQUE, 2007a). Conforme a autora citada, a partir desse ato, iniciou-se uma série de discussões que foram envolvendo mais de 300 entidades num Fórum Nordeste,

discutindo-se ações permanentes para o desenvolvimento do Semiárido. Desse debate foram sendo propostas ações articuladas a partir dos diversos estados, individualmente. Naquele momento, o que pesou foram as atividades e preocupações de algumas entidades, envolvidas com ações na base e interessadas em dar continuidade ao debate. A partir desse contexto de ações propostas pelas organizações e de seus compromissos e ações na base houve a atuação específica da ASA-PB. Esta, então, começa a atuar como sujeito político, contestando as políticas assistencialistas e clientelistas direcionadas para o Semiárido, bem como o modelo de desenvolvimento voltado exclusivamente ao agronegócio. Nesse período, foram se fortalecendo as parcerias entre as diversas ONGs, resultando em projetos, que envolveram cada vez mais famílias e instituições no contexto da rede. Passou então a acessar recursos governamentais ou internacionais. Inicialmente, com a administração do PATAC, esses projetos, que de início estavam mais localizados no Semiárido, foram se difundindo para outras regiões, inclusive outros estados, o que contribuiu para o fortalecimento da rede de articulações da região, como descreve Duque (2007a) (Alguns desses projetos estão destacados no quadro 5). Muitas dessas ações voltaram-se inicialmente para a gestão de recursos hídricos (ações que, como veremos, vão compor as temáticas necessárias para o avanço da agroecologia na região), privilegiando o manejo sustentável, a participação dos agricultores familiares e a mobilização de distintas organizações.

**Quadro 5:** Exemplos de projetos desenvolvidos pelo PATAC

Projeto	Período	Fonte de financiamento	Alcance
Projeto Água Fonte de Vida	Mar/1993	Catholic Relief Service – CRS	67 capacitações em construção de cisternas, envolvendo 7 municípios e 187 famílias.
Programa Alimento por Trabalho/ PAT	Dezembro/ 1993-1994	CRS em convênio com o Programa Mundial de Alimentação	Parceria com 26 entidades, envolvendo 23 municípios e 1.403 famílias.
Projeto Capacitação para o Desenvolvimento Local	2000	SUDENE, com subconvênio CETRA (Centro de Estudos do Trabalho)	80 parceiros em 19 municípios da Paraíba e 6 do Rio Grande do Norte, envolvendo cerca de 7.000 participantes.
Projeto Água na Escola	2000	SUDENE, subconvênio com a Secretaria de Educação e Cultura da PB.	Construção de cisternas e instalações sanitárias nas escolas em 241 municípios.

**Fonte:** Duque (2007a).

O envolvimento da AS-PTA no contexto da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB) - fórum que já se articulava pela busca de práticas sociais e alternativas produtivas mais adequadas ao contexto do Semiárido - com o PATAC, outras ONGs, instituições de pesquisa, e, sobretudo, o Polo Sindical dão impulso para que se comece a encarar a importância das ações de cunho agroecológico na região. Isso ocorre tanto em sua dimensão ecológica e social (voltada para melhoria do processo produtivo e das condições de vida dos agricultores), como na sua dimensão política. Dito de outra forma, mesmo diante de desafios, a interação entre as entidades foi gerando uma rede de movimentos, favorecendo um ambiente interativo, em que não pôde ser percebido, ao menos nas entrevistas realizadas, indicação de uma instituição como sendo a mais importante. Em geral, foi ressaltada a complementaridade das ações, a exemplo da parceria entre PATAC e AS-PTA que, hoje têm projetos em comum, pensam e executam em conjunto:

Nas regiões mais específicas de atuação da AS-PTA (o Agreste, com foco na Micro-região de Esperança e nos municípios de Remígio e Solânea), o PATAC trouxe o programa de cisternas e fundos rotativos; e, nas áreas mais específicas de trabalho do PATAC, (o município de Soledade, e a micro-região do Cariri), a AS-PTA trouxe a ideia metodológica da *transição agroecológica* (CARVALHO e MALAGODI, 2008; p. 4).

Pelo exposto, percebe-se certa divisão de trabalho entre as instituições e divisão de focos de atuação, que surgiram e se desenvolveram no interior da ASA-PB. Nesse contexto, há outras ONGs que também estão inseridas, a exemplo do Centro de Educação Popular e Formação Sindical (CEPFS), que atua no Sertão, mais diretamente na região da Serra do Teixeira, nos municípios de Teixeira, Desterro e Matureia); do Serviço de Educação Popular (SEDUP); da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP); dentre outras, além da proximidade com a CPT e com o MST.

No contexto dessas articulações, segundo depoimentos, o entrosamento com o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, não ocorreu desde o início. O que, *a priori*, pode ter contribuído para que o avanço da perspectiva agroecológica nessas áreas fosse ocorrendo mais lentamente. Para compreender esse aspecto, importa saber que, muitos dos trabalhos do PATAC e da AS-PTA foram inicialmente direcionados para a área de agricultura familiar tradicional, e, no caso da AS-PTA, especialmente para o Agreste. O que, em grande parte, pode ser explicado pelo surgimento e atuação do Polo Sindical nessa região.

Foi o Polo Sindical, através dos sindicatos de Lagoa Seca, Remígio e Solânea, que abriu o acesso às suas bases para o trabalho de assessoria das organizações não-governamentais. Isso também explica por que as

organizações não-governamentais não tiveram o mesmo êxito em áreas úmidas, como a micro-região do Brejo Paraibano, nos municípios de Areia, Alagoa Grande, Pilões e Serraria. Tal região, anteriormente ocupada por grandes propriedades monocultoras de cana-de-açúcar, que haviam sido engenhos de açúcar e até bem recentemente fornecedoras das usinas e destilarias de álcool, sofreu um intenso processo de divisão da propriedade e de criação de assentamentos rurais. No entanto, aqui não está se desenvolvendo, no mesmo ritmo e na mesma intensidade, a proposta agroecológica. A razão tanto se deve ao fato da inexperiência destes novos camponeses, que até bem pouco tempo tinham sido assalariados da cana, como da inexistência de sindicatos voltados para a perspectiva da agricultura familiar camponesa (CARVALHO e MALAGODI, 2008).

Nas áreas de assentamentos do Brejo, na região de Areia, Pilões e Serraria, surgiram, em 1996, 10 (dez) novos assentamentos rurais nas terras da antiga Usina Santa Maria, cuja falência foi decretada no início da década de 1990. Os assentamentos surgiram após uma mobilização regional de entidades, padres, lideranças populares locais, e foram formados com as famílias dos antigos assalariados da cana e moradores das propriedades da Usina. No entanto, um conflito entre a CPT e uma ONG – de atuação local e sediada no município de Guarabira –, não permitiu que os assentamentos se integrassem ao movimento agroecológico, nem viessem a ter um papel importante nas mobilizações do Polo Sindical da Borborema e da ASA-PB.

Já no que diz respeito às relações com o MST, ressalta-se que o diálogo tem ocorrido mais diretamente via ASA-PB. Mas, hoje, a participação de assentados e lideranças do movimento MST, nos debates em torno da agroecologia, tem crescido bastante. Este fato pode estar facilitando a entrada da perspectiva agroecológica nos assentamentos rurais ligados ao MST. Além disso, a evolução dos assentamentos na região foi um fator que levou, de certo modo, a que as atividades da rede fossem sendo repensadas. Ou seja, na medida em que começaram a surgir assentamentos ou que estes começaram a se consolidar, cresceram as necessidades de se rever o modo de atuar nos municípios e de se articular com essas novas famílias de agricultores. Foi preciso um olhar mais atento para a forma como os assentados passaram a contemplar as novas experiências produtivas ou para identificar as importantes experiências que eles já tinham desenvolvido, mesmo que em outras regiões, e que pudessem contribuir para o debate.

Essas diferenças – áreas antigas de agricultura familiar camponesa e áreas novas, surgidas com os assentamentos – têm vivido caminhos diferenciados no processo de construção do conhecimento agroecológico. Isso tem sido ressaltado como sendo um ponto em que as instituições, ligadas ao movimento da Reforma Agrária, precisavam avançar. Na



verdade, em alguns assentamentos<sup>85</sup>, cuja base está em contato com uma direção sindical bastante atuante e próxima do raio de ação da AS-PTA, os assentados já começaram a perceber esses aspectos. Muitos assentados, hoje, se dizem “experimentadores”, “agroecológicos”, ... Um aspecto que pôde ser percebido na pesquisa de campo e que será destacado no próximo capítulo. No entanto, a experiência positiva, em alguns assentamentos, não tem sido algo que pode ser generalizado. Seja como for, é nítida a importância da interação entre agricultores tradicionais de uma região e os “novos” agricultores, assentados. Fato que vem avançando bastante nos espaços de intercâmbio (feiras, eventos, reuniões...), promovidos pelas organizações. Salienta-se que o movimento só tem condições de avançar com a contribuição que vem dos agricultores. É importante essa interação, porque nem todos os assentamentos têm um passado de agricultura familiar camponesa, e a participação no movimento, nas visitas de intercâmbio, abre a eles a oportunidade de conhecer técnicas diversas. Além disso, muitos dos assentados que têm um passado camponês, trazem outros tipos de conhecimentos e experiências que acabam contribuindo de uma forma nova para o processo de revalorização da agricultura familiar camponesa na região. A troca de experiências e saberes torna-se, portanto, um ponto chave para o dinamismo do processo.

Para Nelson Ferreira, os movimentos, as organizações e lideranças precisam estar atentos para que essa interação aconteça. Ou seja, “é preciso que se atente para o fato de que não necessariamente deve existir um presidente de sindicato, liderança ou intelectual para dizer que é preciso caminhar por aqui ou por ali”. É muito mais importante quando os agricultores trocam experiências entre eles mesmos. O problema é que, embora seja uma relação que precisa ser construída, nem todo lugar tem uma cultura favorável a essa dinâmica. Nesse momento, importa salientar que, embora o principal ator envolvido no processo de construção do conhecimento agroecológico na região tenha sido o camponês “tradicional” (o produtor familiar que, há diversas gerações, habita o mesmo local), o crescente envolvimento de agricultores que foram assentados pelo programa de assentamentos<sup>86</sup> rurais do governo, tem contribuído para a construção de um novo perfil para o campesinato local. A questão é

---

<sup>85</sup> Como exemplo, pode-se citar o caso do assentamento Irmã Doroty, localizado entre os municípios de Remígio, Algodão de Jandaíra e Esperança, do qual fazem parte agricultores que vêm trabalhando a perspectiva agroecológica e que participam da Feira Agroecológica de Remígio (lócus de parte da pesquisa de campo).

<sup>86</sup> Segundo Medeiros *et al.* (1994; p. 39) é possível distinguir reforma agrária de assentamentos, “considerando a reforma agrária como fundiária, no sentido de torná-la mais equânime. Já o assentamento compreenderia, basicamente, as ações de natureza prática que se iniciariam com a seleção dos beneficiários da reforma agrária e se encerrariam no momento em que eles tomassem posse do lote de terra que tinha sido destinado”.

que a luta pela terra existe, e que a conquista da terra é fundamental para o avanço e a consolidação do movimento agroecológico.

Aqui, importa destacar, mesmo que não diretamente relacionado à região do Agreste paraibano, que na mesorregião do Sertão, a participação da CAAASP na articulação estadual do movimento (da ASA-PB) tem garantido a expansão da proposta agroecológica aos assentamentos da área, estando esta entidade diretamente ligada aos movimentos sociais. A CAAASP atua em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (a CPT) e foi pioneira, nos anos 1970 e 1980, no Estado da Paraíba, na liderança dos movimentos de resistência à expulsão e à conquista da terra, muito tempo antes da chegada do MST ao Nordeste.

Hoje, o que se sabe é que toda essa dinâmica não está isolada. Entidades que formam essa rede de movimentos participam de contextos mais amplos, a exemplo das redes virtuais, como “Agroecologia em Rede”, e, da ainda em construção: “Rede ATER Nordeste<sup>87</sup>”. Esta última, tendo como objetivo, através de articulações e parcerias com as famílias agricultoras, elaborar uma metodologia horizontal de assessoria técnica de construção do conhecimento agroecológico, visando influenciar a política nacional de ATER<sup>88</sup>. A tentativa é fortalecer a rede de relacionamentos e conhecimentos acerca da produção de base agroecológica e poder fazer avançar as propostas de políticas públicas.

### 4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando a esse ponto, cabe resumir que o trabalho de construção do conhecimento agroecológico nasceu, no Agreste da Paraíba, do objetivo maior de alguns sindicatos de trabalhadores rurais: encontrar saídas e propostas para viabilizar o campesinato na região. Nas décadas anteriores, de 1970 e 1980, já havia a atuação do PATAC, CAAASP, entre outras instituições que promoviam discussões e testavam tecnologias apropriadas,

---

<sup>87</sup> Esta rede é formada por 13 organizações da sociedade civil do Nordeste, voltadas para trabalhos em agricultura familiar agroecológica, são elas: Centro Sabiá, Diaconia, Movimento de Organização Comunitária (MOC), Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (Ascoob), Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb – Valente), Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas (Caatinga), Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC), Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), Centro Piauiense de Ação Cultural (Cepac), Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (Sasop), Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Centro de Assessoria e Pesquisa (Esplar) e Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene) (PARANHOS, SILVEIRA e NOGUEIRA, 2007).

<sup>88</sup> Fonte: [http://www.diaconia.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=21&Itemid=186](http://www.diaconia.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=186). Acesso em 30/01/2008.

trazendo à tona temas como captação e armazenamento de água, questão essencial para a sustentabilidade da agricultura no Nordeste. A partir da atuação do PATAC, o sindicato de Lagoa Seca começou a interagir, a debater e a buscar alternativas tecnológicas para a agricultura familiar camponesa no município, buscando caminhos para superar a crise em que se encontravam os camponeses. Estas iniciativas ganham força a partir de 1993, quando a ASA-PB se articula e os três sindicatos de trabalhadores rurais da região, de Lagoa Seca, Solânea e Remígio, se unem para ações comuns, ao mesmo tempo em que a AS-PTA cria uma sede em São Miguel (Distrito de Remígio), e passa a atuar na região.

Nesse contexto de parcerias e de divisão do trabalho, as organizações começam a repercutir umas sobre as outras, provando um desenvolvimento do movimento, que cresce para dentro – seus encontros são cada vez mais numerosos e suas ações envolvem um número crescente de famílias – e passam também a crescer politicamente, na medida em que se organizam de forma independente, no Polo Sindical da Borborema e na Articulação do Semiárido Paraibano. Esta rede se forma articulando e impulsionando todo o debate em torno de um projeto alternativo face ao modelo convencional de agricultura, inclusive em termos de políticas públicas adequadas para a região. Dinâmica que, conforme já assinalado em Carvalho e Malagodi (2008), nos permite inferir que “a reconfiguração dos territórios rurais no Agreste da Paraíba se deve, sobretudo, à ação coletiva dos próprios trabalhadores, organizados em seus sindicatos”. Aqui, se de um lado esse movimento, onde a agroecologia está fortemente inserida, vem fortalecendo a luta pelas condições de sobrevivência da agricultura familiar camponesa e sua cultura, entre outros aspectos; de outro lado, trata-se de um mecanismo que vem abrindo espaço para que se renovem as sociabilidades e identidades no meio rural (com algumas nuances que serão destacadas adiante). Mas isso representa uma maior diversidade de interesses sociais e atores coletivos. Trata-se de um novo espaço que vem se constituindo em oportunidades de expressão política, com novas formas de expressão, de pressão e de resistência (SCHERER-WARREN, 2005).

Visto isso, podemos passar para o próximo capítulo, dando-se continuidade às análises aqui introduzidas, mas agora, levando em consideração o modo como as “novas” práticas produtivas, características de ambientes agroecológicos, têm se expandido, a partir das experiências realizadas pelos agricultores, com apoio de diversas entidades e agentes mediadores.

## CAPÍTULO 5

### A AGROECOLOGIA NO CAMPESINATO NO AGRESTE PARAIBANO

*Respeitar a terra e a vida em toda  
a sua diversidade.  
(Carta da Terra)*

No presente capítulo, pretende-se, dialogando com a teoria, entender as experiências que marcam mudanças e que envolvem tanto o processo interno da produção, como da comercialização e da organização social dos agricultores familiares do Agreste da Paraíba. Aspectos que aparecem enfeixados no tema da agroecologia.

As informações utilizadas são embasadas em dados coletados nas entrevistas com agentes, técnicos e pesquisadores, já referenciados no capítulo anterior, mas também nas falas e observações de produtores da região. Metodologicamente, além de referências bibliográficas, apoia-se na observação direta, proporcionada pelas visitas de campo e pela participação em eventos, nos quais estiveram presentes agricultores e técnicos.

#### 5.1. AS ESTRATÉGIAS DA PRODUÇÃO CAMPONESA

Para entender como a agroecologia tem se desenvolvido, importa lembrar que grande parte do rural, na Paraíba, localiza-se em áreas que apresentam algumas limitações, decorrentes da irregularidade de chuva, levando à interrupção da disponibilidade de água no ambiente, e a períodos de fortes secas. Essa característica singular, dentre outras, como a diversidade de solo e vegetação, leva a que se desenvolvam estratégias produtivas coerentes com o ambiente. A seguir, veremos como a perspectiva agroecológica tem se inserido nesse contexto desafiador.

Para começar a exposição, vale lembrar, como se viu no capítulo anterior, que as primeiras experiências em torno das práticas agroecológicas foram incentivadas, a partir da realização de intercâmbios entre agricultores, propiciando uma maior socialização, troca de experiências e desenvolvimento de técnicas alternativas. Foi visto também que, desde o início, houve uma preocupação com o saber-fazer dos agricultores, embora esse aspecto tenha

evoluído, na medida em que foram realizadas revisões e alterações metodológicas relevantes para consolidação de um processo participativo. Além disso – no contexto produtivo –, contribuiu sobremaneira, para a busca por alternativas tecnológicas que se apresentassem como base para um modelo diferente de agricultura, o impacto negativo provocado pelo uso demasiado de agrotóxicos. Esse último aspecto fez com que organizações locais investissem em esforços para divulgar outras formas de manejo, incentivando o diálogo em torno de técnicas de cultivos agroecológicos. Ressalta-se, por exemplo, que em visita de agricultores do estado do Paraná, em Lagoa Seca, foram ministrados cursos sobre como elaborar o biofertilizante<sup>89</sup> e a calda bordalesa<sup>90</sup>, produtos vistos como substitutivos dos agroquímicos nas lavouras.

A estratégia adotada pelas organizações, na época, foi simples: primeiro o curso; depois, de acordo com os interesses dos agricultores, faziam-se experimentos em campo. Na ocasião, foram feitas divulgações em encontros, reuniões de sindicato e visitas às propriedades, de forma a incentivar os agricultores a participarem e, posteriormente, testarem e adaptarem as novas tecnologias. Os resultados favoráveis obtidos pelos primeiros agricultores a entrar nessa lógica – agricultores-experimentadores –, contribuíram para que outros comesçassem a se interessar. Em seis meses, segundo Nelson Ferreira<sup>91</sup>, já se viam os efeitos no município de Lagoa Seca: retomavam-se os plantios do coentro, da batatinha, da alface, entre outras culturas que já não vinham apresentando bons resultados. Isso contribuiu para o avanço da produção de base agroecológica, não só no município de Lagoa Seca, como também em outras áreas da região, levando a que se ministrassem cursos nos municípios paraibanos de Esperança, Lagoa Nova, Lagoa de Roça, Massaranduba e Queimadas.

Como funcionou essa lógica? Com a valorização dos conhecimentos locais e sua associação com os conhecimentos técnicos, trazidos pelos órgãos de pesquisa e assessoria,

---

<sup>89</sup> Biofertilizante - adubo orgânico, como composto ou fertilizante foliar, fabricado a partir do aproveitamento do esterco de animais ou aves. Como adubo foliar, serve para nutrir e para aumentar a resistência contra pragas e doenças. O processo de produção é simples e viável na propriedade desde que se tenha o esterco de gado. Disponível em: [http://www.uov.com.br/biblioteca/244/dicas\\_de\\_cultivo\\_de\\_plantas\\_medicinais.html](http://www.uov.com.br/biblioteca/244/dicas_de_cultivo_de_plantas_medicinais.html). Acesso em 17/02/08.

<sup>90</sup> Calda bordalesa - fungicida fabricado com a mistura de sulfato de cobre, cal hidratada ou virgem e água. Vantagens apontadas para o seu uso: eficiência sobre numerosas doenças fúngicas; baixo custo, especialmente devido à possibilidade de sua fabricação no próprio estabelecimento; não deixa resíduos tóxicos, com reduzido efeito sobre o ser humano e a natureza; possui também ação contra bactérias e determinadas pragas; atende à crescente exigência de produtos mais naturais (PENTEADO, S. R. Calda bordalesa: como e por que usar. s.d. Disponível em: <[http://www.cati.sp.gov.br/novacati/tecnologias/producao\\_agricola/calda/calda\\_bordalesa.htm](http://www.cati.sp.gov.br/novacati/tecnologias/producao_agricola/calda/calda_bordalesa.htm)>. Acesso em: 17/02/08).

<sup>91</sup> Ver nota de rodapé nº. 74, página 110.

surgiu uma nova percepção. Esta, de certa forma, foi abrindo caminho para se quebrar a lógica da dependência de insumos externos, que, conforme comentado por José Waldir de Souza<sup>92</sup>, impõe a ideia de que o potencial e os saberes dos produtores não são adequados.

A forma como foram dados os primeiros passos para a transição agroecológica, especialmente no Agreste, permite associar a agroecologia a um conjunto de técnicas, construídas de forma participativa. Ou seja, diferentemente do modelo convencional e sem utilizar técnicas necessariamente vindas de fora, passou-se a desenvolver uma dinâmica, marcada pelos seguintes passos:

1. Faz-se o diagnóstico participativo, em que são identificados possíveis problemas e construídas hipóteses de trabalho.
2. Pensa-se nas técnicas possíveis de serem utilizadas, a partir do diálogo entre os diversos atores envolvidos.
3. O agricultor experimenta, sistematiza a experiência e as divulga, por exemplo, recebendo outros agricultores em sua propriedade.
4. Esses outros agricultores, vendo os resultados obtidos, passam a dialogar e a construir estratégias adaptadas aos contextos onde estão inseridos.
5. Resultado: apreende-se a dimensão ecológica da agroecologia em processo, ou seja, desenvolvendo a agroecologia a partir da própria prática.

Foi valendo-se dessa dinâmica que se avançou na construção de um processo de transição nas práticas produtivas na região, o que tem incorporado cada vez mais agricultores. Isso, em vista da formação de uma agricultura sustentável. No entanto, para se afirmar enquanto prática produtiva, a agroecologia precisa ser apreendida não só como uma técnica alternativa, desenvolvida de forma participativa e ambientalmente correta, mas também como uma atividade viável economicamente. É preciso que ela viabilize a renda do produtor, que se encontra bastante reduzida pela queda de produtividade e pelos altos custos dos pacotes tecnológicos convencionais.

Os agricultores, independentemente da forma de produção adotada, têm custos e dependem de suas receitas para manter seu sistema de produção e garantir o sustento das famílias. Isso é válido tanto para os agricultores convencionais, que têm custos e receitas

---

<sup>92</sup> Técnico da instituição PATAC.

provenientes de seu sistema de produção, como para os agroecológicos. Se a agroecologia não permite aos agricultores conseguirem os mesmos resultados econômicos que se obtém na agricultura convencional, ela tende a desaparecer. Para muitos, não há como optar por menores ganhos, já que poderiam resultar na insustentabilidade de seu sistema. Isso é um importante ponto que deve ser considerado, de forma a não romantizar o processo de transição agroecológica. Aqui, para sinalizar o alcance econômico das iniciativas que tratam diretamente dessa dinâmica, serão expostos cinco exemplos, de acordo com dados empíricos, obtidos na pesquisa de campo.

### 5.1.1. Exemplos de alcance econômico das estratégias produtivas alternativas

O primeiro exemplo foi fornecido por um dos agricultores entrevistados<sup>93</sup>. Para ele, a motivação para a realização de plantios utilizando “novas” práticas produtivas veio posteriormente à sua associação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, quando, através dos intercâmbios promovidos, teve acesso a novas técnicas. Na época, como ele já tinha dois hectares plantados de batatinha (*Solannum tuberosum* L.) e ainda não tinha feito nenhum tratamento com agroquímicos, resolveu testar o biofertilizante. A partir da obtenção de um resultado favorável, afirmou que passou a “*abraçar a causa*”. Desde então, destacou que vem fazendo experimentos com assessoria de sindicatos e de ONGs, em busca de descobrir as melhores combinações dos insumos que ele mesmo pode produzir no estabelecimento. Contrapondo esse cenário, o agricultor ressaltou que, antes, utilizava o pacote tecnológico, motivado pelos bancos ao fornecerem financiamento, e legitimado pelos técnicos agrícolas:

cada vez que mais usava a tecnologia de produtos químicos para tirar uma produção maior, cada vez mais era o contrário [...] A batatinha, o feijão e a mandioca ficavam estragados [...] Tirava o produto de 3ª qualidade (Pesquisa de campo - PB, 2006).

Cenário que levava a uma menor capacidade de comercialização do produto e de competitividade no mercado, bem como dava prejuízos decorrentes das perdas na produção.

O segundo exemplo foi fornecido pelo mesmo agricultor, e ocorreu quando este passou a usar um produto que ele pôde produzir no próprio estabelecimento, tendo um custo

---

<sup>93</sup> Agricultor familiar, cuja posse da terra foi decorrente de herança e cuja família tem um histórico de atividades voltadas predominantemente para a atividade agrícola, residindo há várias gerações no município de Lagoa Seca (Pesquisa de campo – Paraíba, 2006).

de produção consideravelmente menor. Tomando como base as informações para o ano de 2006, em média, o uso de produtos naturais possibilitou uma economia de R\$ 343,30 (trezentos e quarenta e três reais e trinta centavos) ao produtor. Ou seja, enquanto com a utilização de insumos externos na lavoura, gastava-se R\$ 574,30 (quinhentos e setenta e quatro reais e trinta centavos), para o mesmo plantio, a utilização dos insumos produzidos internamente, impunha um custo de R\$ 231,00 (duzentos e trinta e um reais) (quadro 6).

**Quadro 6:** Diferenciais de custo na lavoura face ao uso ou não de agrotóxicos;

Uso de insumos externos			Uso de insumos fabricados no estabelecimento		
Produtos	Quantidade/Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)	Produtos	Quantidade/Custo (R\$)	Custo total (R\$)
Ditane	8 pacotes / R\$ 23,00 cada	184,00	Biofertilizante	1 kit / R\$ 90,00 cada	90,00
Uréia	5 sacos / R\$ 36,00 cara	184,50	Tambor p/ armazenar	1 unidade/ R\$ 18,00	18,00
Folidol	2 litros / R\$ 84,00 cada	37,80	Calda Bordaleza	10 Kg de cobre / R\$ 6,00 cada	60,00
Decis	2 litros / R\$ 84,00 cada	168,00	Cal <sup>1</sup>	18 kg / R\$ 3,50 cada	63,00
<b>Total (R\$)</b>		<b>574,30</b>	<b>Total (R\$)</b>		<b>231,00</b>

<sup>1</sup>. Usa-se cal para tirar a acidez do sulfato de cobre: 250g de cobre/ 450g de cal (informação coletada em entrevista ao agricultor, em 2006). **Fonte:** dados adaptados do Informativo da agricultura familiar/Nº. 136, entregue no II Encontro da Agricultura Familiar Agroecológica da Borborema, complementado com dados conseguidos em entrevista.

O terceiro exemplo pode ser observado em um contexto mais macro, e diz respeito aos custos decorrentes do uso de insumos externos. Estudos recentes (ainda em fase de refinamento) do Sindicato de Lagoa Seca<sup>94</sup> têm apontado que o agricultor, em média, no sistema de produção convencional, ganhava anualmente R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), restando anualmente para uso doméstico, depois de retirados os gastos de produção, R\$ 3.000,00 (três mil reais). Isso sem computar os gastos com remédios, vestuários, etc. Hoje, além da economia que alcança na produção dos insumos e menor dependência das variações de preços de mercado dos agroquímicos, são assinalados os ganhos indiretos decorrentes da melhoria da saúde dos trabalhadores rurais e de sua família, dispensando-os dos remédios que seriam necessários para tratar as doenças provocadas pelos agrotóxicos. Em resumo, antes, pelo que restava de rendimento para a família, pode-se dizer que o agricultor trabalhava para alimentar o sistema de mercado.

<sup>94</sup> Informado por Nelson Ferreira.



O quarto exemplo foi retirado do depoimento de um agricultor<sup>95</sup>, que expôs os benefícios conseguidos pelo uso de insumos fabricados no próprio estabelecimento, da seguinte forma:

Antes de fazer essas experimentações, eu cheguei a ter 1/3 do rebanho que tenho hoje, e, no entanto, era muito dependente da compra de forragem e de ração de fora. Hoje eu tenho 3 vezes mais do que já tive e com uma diferença: eu não preciso comprar nada fora e a propriedade é do mesmo tamanho.

A lógica sinaliza para um aumento da produtividade, com menor dependência de insumos externos, mas também é possível levantar a hipótese de melhoria nutricional da dieta familiar, visto que o aumento da criação permite mais folga para a comercialização dos produtos da propriedade, sem comprometer o abastecimento alimentar da família.

Por fim, como quinto exemplo, relata-se os ganhos decorrentes do avanço do plantio do algodão agroecológico no Estado. Segundo Melchior, pesquisador da EMBRAPA Algodão, a experiência com esse cultivo permite agregar valor ao produto, gerando melhores condições de renda para o produtor. Por exemplo, atualmente o preço do algodão convencional no mercado, em média, é R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) o quilo da pluma. Já o algodão agroecológico branco tem sido vendido aproximadamente por R\$ 4,00 (quatro reais), e o marrom à R\$ 5,00 (cinco reais). Se somarmos aqui, o baixo uso de insumos externos, que permite uma economia em gastos na produção, e as condições favoráveis de plantio decorrentes da melhoria de fertilidade do solo, possibilitados pelo uso de produtos naturais, fica claro o ganho econômico viabilizado por essa lavoura.

Nesse caso, a diferenciação do produto no mercado contribuiu para elevar a margem de manobra dos pequenos produtores sobre as negociações de preços, junto aos consumidores, permitindo, inclusive, a prática do que vem sendo denominado de *comércio justo*, quando os preços passam a ser decididos a partir de um diálogo mais próximo entre consumidores e produtores. Vale destacar ainda, que a denominação de *algodão agroecológico* não foi por mera logística. De acordo com o pesquisador, esse projeto de iniciativa da EMBRAPA Algodão tem seguido os preceitos da agroecologia, na medida em que tem todo um histórico de valorização dos conhecimentos dos agricultores. O interessante é que, embora os pesquisadores estejam levando inovações trabalhadas pela instituição, as trocas de informações têm permitido um dinamismo participativo que possibilitou descobertas

---

<sup>95</sup> Repassado por José Waldir de Sousa Costa.

de manejos mais adequados e produtivos. Um exemplo é a prática da semeadura em espaçamentos largos e o plantio tardio, que os agricultores aprenderam pelas necessidades de conviver com a praga do bicudo, e é a base do sistema (e não a tecnologia da EMBRAPA).

Para finalizar, além dos dados diretos quanto ao alcance econômico dessas novas experiências, importa salientar os benefícios que se têm com o uso de práticas ambientalmente corretas e de valorização dos recursos locais. Por exemplo, na Paraíba, existe uma prática comum na época mais seca, que é a de queimar os cactos (a macambira – *Bromélia laciniosa* Mart.) para retirar os espinhos e os animais poderem se alimentar<sup>96</sup>. Com o diálogo em torno da perspectiva agroecológica e as estratégias que foram traçadas, as famílias foram abandonando essa prática. Agora surgem articulações que pensam em como armazenar o feno, em silos, para o abastecimento dos animais em períodos de seca. Além disso, novas técnicas vão sendo apreendidas, valorizando os recursos que se têm e que antes eram mal utilizados. Ou seja, começam a se fazer farelos de algumas plantas, antes não aproveitadas, como a vagem da catingueira (*Caesalpinia pyramidalis* Tul.) – Que quando seca fica pontiaguda, provocando acidentes com animais – hoje se passa numa máquina forrageira e se tem ração rica em nutrientes. Os ganhos que se podem visualizar com esses exemplos, vêm do melhor aproveitamento dos recursos produtivos locais, bem como na manutenção da biodiversidade, de onde se retiram os meios para abastecer a própria atividade produtiva. A partir dessas experiências construiu-se o conceito de *convivência* com o meio ambiente natural, com o clima Semiárido: um novo paradigma com uma dimensão técnica, mas também política e ideológica. Ao contrário da ideia motriz das políticas públicas para o Nordeste, inspiradas no combate às secas – dominante no século XX –, a perspectiva realçada pelos camponeses é de interação amigável com a natureza e seus recursos.

## 5.2. A VALORIZAÇÃO DO SABER-FAZER DOS AGRICULTORES

Dizer que a agroecologia pode ser apreendida como um conjunto de técnicas desenvolvidas, valorizando-se o saber-fazer dos agricultores é atentar para o fato de que não se tem necessariamente começado do zero. Como ressaltado por João Macedo, da AS-PTA, nos encontros e reuniões promovidas com o intuito de dinamizar o processo de transição agroecológica, percebeu-se que muitos produtores já praticavam uma agricultura em

---

<sup>96</sup> Repassado por José Waldir de Sousa Costa.

conformidade com essa perspectiva. Estes, geralmente quando em contato com experiências já trabalhadas em outras regiões ou propriedades, apercebiam-se de que já praticavam algo semelhante em sua propriedade. O avanço obtido, a partir das dinâmicas de encontros e reuniões foi duplo: primeiro, ao dar oportunidade para que esses agricultores socializassem suas experiências, e, dessa socialização, começassem a dialogar sobre a construção de novas estratégias; segundo, ao alimentar a autoestima desses produtores, incentivando seu protagonismo. Essa metodologia legitimou o modelo agroecológico, na prática, dando visibilidade e permitindo que as experiências se multiplicassem.

Na verdade, na medida em que as discussões avançaram, os agricultores passaram a se dar conta de que, aquilo a que o técnico chamava de agroecologia, na prática, eles já estavam fazendo algo parecido. Por exemplo, foi comum encontrar agricultores que tinham na propriedade um conjunto de técnicas integradas, em perfeita harmonia com a natureza, como: uso de matéria orgânica; integração da criação com o sistema de roçado; modo específico de lidar com os seres vivos, que se encontram no meio ambiente; consórcio de culturas..., de forma que, mesmo sem utilizar a terminologia “agroecologia”, na prática eles já eram agroecológicos. De um momento para outro, como exposto por Nelson Ferreira, agricultores que nunca tinham ido às reuniões da ASA-PB e do sindicato se encontram, e nessa oportunidade mostram o que tinham aprendido em suas vivências: estocar água, fazer forragem, selecionar sementes, manejar corretamente os animais, e assim por diante.

No encontro desses conhecimentos ou desses “saber-fazer”, começa a se perceber que as propostas de alternativa que os sindicatos e outras organizações presentes na região têm enfatizado, não são tão novas como muitos imaginam. Por vezes, fala-se que estão trabalhando os conhecimentos já existentes, tentando enxergar o que pode ser aprimorado, a fim de multiplicar esses conhecimentos. Nesse caso, poderia se perguntar: *o que a agroecologia trouxe de novo?* Questão que pode ser respondida tomando três aspectos, a seguir, embora já se tenha assinalado algo anteriormente:

Primeiro, utilizando o depoimento de Ghislaine Duque, da UFCG, pode-se dizer que se trata da descoberta, junto com o produtor, da importância e pertinência das técnicas tradicionais. Ressalta-se, por exemplo, que nos diálogos promovidos, os agricultores geralmente comentavam: “*meu pai e meu avô já produziam dessa forma...*”. Descoberta que, ao mesmo tempo possibilita o aumento do interesse e a formulação de outros

questionamentos, cujas respostas se tornam a chave do processo de transição agroecológica na região. Ou seja, passou a se questionar da seguinte forma:

- Se os pais e avós já praticavam um tipo de agricultura, que se assemelhava ao que se diz ser agroecologia, por que faziam assim?
- Quais os resultados que se tinham?
- As técnicas conhecidas podem ser melhoradas e adaptadas às condições de hoje?

A busca pelas respostas a esses questionamentos criou todo um contexto em que o processo de construção de um modelo alternativo, embora tenha passado – e ainda passa –, por necessidade constante de revisão das metodologias de trabalho, não vem fundamentado pela imposição, mas sim pela valorização do que os agricultores já tinham de conhecimento e já praticavam. É, portanto, através do diálogo com o saber-científico que se consolida um cenário promissor de inovações, adaptadas às especificidades encontradas. No final das contas, criam-se condições de traçar explicações científicas do que dá certo, nas técnicas tradicionais, ao mesmo tempo em que as próprias estratégias locais de produção são aprimoradas, em especial, quando nas visitas de intercâmbio descobre-se o que os outros fazem e o que dá mais certo na prática. Nesse contexto, tem lugar um debate sobre as práticas. Um aspecto ressaltado foi que, antes de se adotar a perspectiva agroecológica – quando ainda se utilizava agrotóxicos e fertilizantes industriais –, alguns agricultores costumavam ter um pequeno canteiro próximo à casa, para consumo da família, cultivando alimentos sem produtos químicos. Aqui, entra-se brevemente na questão de gênero: o papel da mulher teve notáveis consequências para a manutenção desse *saber-experiência*, na medida em que foram elas, em sua maioria, que mantiveram vivos os conhecimentos tradicionais em seus cultivos domésticos. Seus conhecimentos da produção de base agroecológica foram centrais para a manutenção desse saber, ao mesmo tempo em que a agroecologia, hoje, também vem apresentando consequências positivas para as divisões de gênero de forma mais igualitária no trabalho agrícola. Portanto, a agroecologia faz o papel de gerar uma legitimidade e dar visibilidade a práticas já preexistentes.

Segundo, as redes sociais de intercâmbio entre agricultores, técnicos e comunidade em geral vêm enriquecendo o tecido social, na medida em que inserem distintos atores nessa dinâmica, como agricultores familiares camponeses, e agora os agricultores assentados. De acordo com José Waldir de Souza, embora a experiência em áreas de assentamentos ainda

seja pequena, sabe-se que os trabalhos nessa área têm sido facilitados quando os assentados são originários da própria região e familiarizados com a atividade no campo, o que tem favorecido a troca de experiência e conhecimentos práticos. Tem sido comum, por exemplo, muitos assentados serem provenientes de localidades próximas, às vezes saindo de uma área mais úmida para uma área mais seca, mas não tão distante da realidade local em que foram inseridos. Muitos são antigos trabalhadores da região e das propriedades que são incorporadas. Atualmente muitos assentados têm participado de visitas de intercâmbio e, nessas visitas, alguns de repente percebem que tem uma experiência interessante e que responde à perspectiva agroecológica. Portanto, a agroecologia trouxe uma possibilidade de aproximação e trocas de saberes entre os agricultores.

Em terceiro lugar, o que cresceu muito com a agroecologia foi o diálogo do camponês com o técnico. Foram se quebrando as ressalvas em relação aos trabalhos dos técnicos, decorrentes das experiências malsucedidas com as metodologias difusionistas e as imposições dos pacotes da agricultura convencional. Descobriu-se que, sempre se pode aprender mais, abrindo-se espaço para o novo. Segundo depoimentos dos próprios técnicos, essa abertura ao novo se deu basicamente com aqueles especialistas que souberam e sabem respeitar o saber-local. Ainda é possível verificar ressalvas, por parte de alguns agricultores inseridos nesse movimento, quanto ao trabalho dos órgãos oficiais de ATER. Esse aspecto pode ser ilustrado, a partir do comentário de um produtor, em conversa informal, durante o IV Encontro da Semente da Paixão, dizendo que os técnicos da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) não tinham interesse em participar desses eventos. Quando questionado, no momento, sobre a possibilidade de nem todos os técnicos da EMATER compartilharem da mesma postura, o agricultor foi enfático ao dizer: “os que não pensam assim, não conseguem fazer nada”. Portanto, a agroecologia permite estabelecer uma nova relação, abrindo a perspectiva de um diálogo horizontal entre o agricultor e o técnico, quebrando a tradicional relação de poder e de imposição.

Enfim, se antes o saber-técnico era considerado dominante, hegemônico e vinha retratado nas práticas de manejo convencional, ditas como modernas, hoje, o “moderno”, quer dizer “o mais avançado”, apresenta-se exatamente na conjugação de duas formas de conhecimento: o prático e o técnico/científico. A ideia do moderno, trazida pela agroecologia, difere, então, da ideia de modernização, que trouxe consigo toda uma concepção de progresso. Agora há uma crítica que vem do próprio cidadão. O que pode ser percebido, por exemplo, na

fala de um dos camponeses entrevistados, quando comentou sobre os problemas trazidos pelo uso dos agrotóxicos na lavoura. Este agricultor destacou a problemática ecológica, criticando os programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da época, da seguinte forma:

A assistência técnica, nesse tempo, era muito 'atrasada'. (*Os técnicos*) não conheciam muito a agricultura orgânica e, se conheciam, não davam muita atenção (Pesquisa de Campo, Lagoa Seca - PB, 2006).

O que essa fala pode ilustrar? Que o que antes era visto como moderno pelo discurso da “modernização” (o uso de produtos químicos de origem industrial), legitimado pela ciência e trazendo consigo a ideia de progresso, na fala descrita passa a ser visto como atrasado - antes sinônimo de tradicional. Há, aqui, um exemplo de resignificação do moderno e do tradicional, articulando-se novas tecnologias que vêm sendo desenvolvidas para o manejo ambientalmente correto, com estratégias históricas de sustentabilidade. O ator social sai de uma postura passiva, de mero aceitador do conhecimento científico, para coadjuvante do conhecimento. Se pegarmos as ideias trabalhadas por Santos, Menezes e Nunes (2005), esse processo descrito pode contribuir para o aumento da participação de cidadãos nos debates científicos, deslocando a fronteira entre o técnico e o não-técnico, permitindo um diálogo maior entre cientistas e cidadãos, com a importância crescente de atributos culturais.

O que vem sendo percebido, a partir das entrevistas com os técnicos e agricultores locais, é que as melhorias sócio-organizativas e a projeção da capacidade técnica dos agricultores envolvidos nessa dinâmica de articulações vêm levando a uma maior conscientização e capacidade crítica dos agricultores em distinguir entre trabalhos de técnicos agrícolas, com preceitos impositivos ou não. Crítica que, na verdade, não ocorreu de uma hora para outra. Um primeiro passo foi descobrir os estragos da racionalidade do modelo convencional, para daí passar a rejeitá-la e traçar novos rumos.

Ainda com base nas considerações empíricas anteriores, é possível ampliar a análise fazendo referência às observações de Amartya Sen (SEN, 2000). Para esse autor, os indivíduos, diante de condições adequadas para tal, podem construir seus próprios destinos, ajudando-se mutuamente. Ou seja, os indivíduos não necessariamente precisam de “engenhosos” programas e ações para o alcance do desenvolvimento, segundo o autor, ou, no contexto do presente trabalho, para alcançar o desenvolvimento da agricultura. Pelo que se pode perceber, é basicamente isso que a perspectiva agroecológica tem buscado trabalhar.

Interessa destacar que, para Sen, os indivíduos nesse contexto são denominados de *agentes*<sup>97</sup>, termo que corresponde à:

alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo (SEN, 2000; p. 33).

No entanto, a despeito de todos os aspectos positivos descritos até então, as propostas de Sen também se tornam oportunas para inserir comentário sobre a problemática geral, percebida na região: nem todos os agricultores – sejam eles assentados ou pequenos produtores historicamente presentes, camponeses – têm tido acesso às condições adequadas para a inserção nessa lógica produtiva. Uma situação que tem o efeito de inibir a possibilidade de exercício da liberdade do agente é, por vezes, a condição de extrema pobreza que leva, por exemplo, o agricultor a usar madeira para fazer carvão; ou o impede de ter uma cisterna de captação de água da chuva a partir do telhado – já que há casas cujo telhado não comporta a construção de calhas para deslizamento da água –; ou de ter uma reserva de mata – por não ter terra suficiente – ... Saindo completamente do modelo de construção de um agroecossistema sustentável, já que muitas vezes a situação do agricultor pobre coloca, de forma contraditória, o dilema conflitual: ou a preservação do meio ambiente ou a luta pela sobrevivência.

Contudo, é nítido e perceptível o avanço no processo de multiplicação das experiências em transição agroecológica. Procurando-se soluções coletivas, tem-se fortalecido o contexto ecológico, social e político da agroecologia. Ressalta-se que hoje, cerca de 5.000 famílias estão envolvidas direta ou indiretamente nessa dinâmica articulada pelo Polo Sindical e outras organizações, constituindo-se igualmente eixos de irradiação de suas experiências para outras famílias da região (PETERSEN e SILVEIRA, 2007). Sendo assim, pode-se inferir que, a partir da valorização do saber-fazer dos agricultores e do incentivo ao dinamismo participativo em busca de soluções adequadas, agricultores da região vêm progressivamente assumindo o papel de agentes, conforme a percepção de Sen. Em outras palavras, aos poucos são criadas condições para o fortalecimento dos agricultores, dando-lhes melhores condições de decisão. Aspecto que pretendemos deixar ainda mais claro, na medida em que se prossegue a leitura deste capítulo.

---

<sup>97</sup> A diferença entre os termos “agente” e “ator”, decorre das distintas posturas das escolas de pensamento, que dão conotações a esses termos. Considerações que fugiriam do escopo do presente trabalho. Acredito que vale considerar, apenas, que tem se fugido do termo “sujeito”, visto dar a entender como subjugado.

### 5.3. ESTRATÉGIAS APROVEITÁVEIS PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

A construção do conhecimento agroecológico na região tem valorizado não só o saber-fazer; mas, conseqüentemente, táticas produtivas, construídas a partir do diálogo entre as distintas formas de conhecimento, bem como estratégias organizacionais. *No contexto das estratégias produtivas*, é mister lembrar que as características singulares de clima e solo, levam à necessidade de trabalhos voltados para a questão dos recursos hídricos (construção de cisternas, barragens subterrâneas...) e dos recursos genéticos (valorização das sementes adaptadas à região, preservação da biodiversidade...). *No contexto organizacional*, podem-se destacar as seguintes áreas: organização por formação de mercados alternativos (feiras agroecológicas), articulações e mobilizações através de realização de eventos, encontros, festas (construindo espaços de diálogo, de expressão e de pressão por políticas públicas), mobilizações para captação de recursos financeiros (fundos rotativos solidários), e assim por diante. Algumas dessas temáticas serão assinaladas resumidamente, a seguir.

#### 5.3.1. Recursos hídricos

Canuto (1998) expõe uma consideração que nos leva a reformulá-la e introduzir da seguinte forma: um projeto agroecológico em pequenas parcelas de terras, que por vezes podem chegar a menos de três (3) hectares<sup>98</sup>, em regiões do Nordeste, com períodos de chuva aleatórios e espaçados é possível? O que se pode supor é que esse projeto só pode ser viabilizado, primeiro, se pensado a partir de medidas que permitam o acesso a um recurso básico: *a água*.

Para o Agreste, como exposto por (PETERSEN, SILVEIRA e ALMEIDA, 2003), a oferta de água ocorre predominantemente pela chuva, mesmo que de forma irregular e descontínua. Esse fato, somado à dificuldade de armazenamento natural dos recursos hídricos por parte de alguns dos ecossistemas, leva à ocorrência de uma problemática: se de um lado, a oferta de água é *irregular e descontínua*; de outro lado, há uma *demanda regular e contínua* por esse bem, por parte das famílias. Buscando-se contornar a dificuldade de conciliar a oferta de recursos hídricos, com a demanda por estes, o meio utilizado tem sido a construção de mecanismos artificiais de captação, distribuição e armazenamento da água da chuva. Dentre

---

<sup>98</sup> Como constatado em pesquisa de campo.



as tecnologias alternativas que vêm sendo trabalhadas, pode-se citar a construção de cisternas, de tanques de pedra e de barragens subterrâneas<sup>99</sup>. Alternativas com as quais se têm podido contar para viabilizar o acesso a um recurso natural básico para a sustentabilidade do agroecossistema, sem o qual não se poderia pensar em transição agroecológica.

Detendo-se ao caso das cisternas, atualmente é o meio utilizado por muitas famílias para captação de água, destinada predominantemente para o consumo humano. Na Paraíba, tem sido amplamente difundida a construção de cisternas de placas. Tecnologia criada por um agricultor – e também pedreiro –, do estado de Sergipe, ao modificar o antigo formato das cisternas, retangulares e em alvenaria, passando a construí-las em forma circular, usando ferro e cimento. Aprimoramento e adaptação que proporcionaram maior durabilidade e uma sensível redução dos custos de construção.

A difusão dessa tecnologia e a amplitude que essa construção alcançou, ao tornar-se eixo de um programa maior, regido pela ASA-Brasil e com apoio do governo federal – O Programa Um milhão de Cisternas – P1MC –, pode ser tomado como exemplo de como pequenos experimentos inicialmente localizados, e que partem dos próprios agricultores, podem ganhar legitimidade e dar visibilidade à condição de ter forte organização. Aqui, o saber-fazer, que constitui um saber decorrente da observação sistemática da realidade, proporcionado pela vivência em campo, contribuiu para a adaptação de uma construção tradicional às necessidades e possibilidades de comunidades rurais. O que assinala para a importância do desenvolvimento de tecnologias a partir dos aspectos empíricos.

A construção de cisternas, entre outros mecanismos, tem-se caracterizado como temática trabalhada pela ASA, que vem possibilitando a concretização da perspectiva agroecológica na região. Para entender a importância disso, considere-se o exposto por Nelson Ferreira: historicamente, as pessoas sempre buscavam soluções artesanais. Guardava-se água em tonéis, tanques, vasilhas e aproveitava-se as formas que artesanalmente se podia inventar. Então surge a ideia da cisterna de placas, tecnologia que, se a princípio foi questionada quanto à sua eficácia em armazenar água de boa qualidade, aos poucos foi ganhando legitimidade. Isto, na medida em que começaram a aparecer os resultados positivos para as famílias que as possuíam, passando a dispor de um recurso hídrico para suas necessidades, seguro e com uma tecnologia acessível. Daí ampliou-se o interesse, levando as

---

<sup>99</sup> Estrutura que retém “a água que escoo subsuperficialmente nos leitos dos terraços aluviais no período chuvoso [...]” o que permite a formação de “um aquífero freático que pode ser explorado mediante um cacimbão construído nas adjacências da barragem” (PETERSEN, SILVEIRA e ALMEIDA, 2002; p. 87).

articulações locais a realizar capacitações, permitindo que esta tecnologia se disseminasse amplamente.

Ao mesmo tempo em que essas ações foram dando visibilidade à importância das cisternas, foram criados espaços para o diálogo entre diversas instituições, passando a se transformar num eixo de um programa maior, que resultou na construção de mais de 200 mil cisternas na região Nordeste. Além disso, como exposto por Duque (2007a), a difusão das cisternas de placas veio acompanhada de outras iniciativas que somaram para melhoria das condições sociais das famílias. Com elas veio, também, a possibilidade de os agricultores participarem de capacitação para atividades de pedreiro e para gestão dos recursos hídricos, entre outros aspectos, dando condições para que outras tecnologias e ações fossem se multiplicando.

Segundo Duque (2007a), o Programa Um Milhão de Cisternas<sup>100</sup>, iniciado em 2000, começou com a finalidade, além de ampliar a construção de cisternas, de permitir a formação e mobilização dos atores envolvidos (agricultores familiares, técnicos, pesquisadores), voltados para o desenvolvimento de tecnologias e estratégias de convivência com o Semiárido. Integrando na ASA uma rede ampla de parceiros, o P1MC foi estruturado a partir de representações estaduais, por sua vez, divididas em Unidades Gestoras Microrregionais (UGMs), participando, no nível da comunidade, diversas entidades, como: associações, paróquias, grupos de trabalhadores, entre outras, que passam a ser denominadas de Unidades Executoras Locais (UEs) (Brasil, 2006). Na Paraíba, por exemplo, para a execução das atividades do P1MC, contam-se com oito (8) UGMs<sup>101</sup>, que auxiliam na mobilização e capacitação das famílias, compra de materiais e gestão dos recursos (veja tabela em anexo).

No geral, sob esse projeto, até agosto de 2007 foram construídas 202.608 cisternas, envolvendo mais de 219.000 famílias, em 1.022 municípios do Nordeste, a partir da orientação da ASA - Brasil. Especificamente para a Paraíba, de junho de 2000 até abril de 2008 foram contabilizadas 31.973 cisternas construídas, mobilizando um total de 32.499 famílias (Quadro 7, a seguir).

---

<sup>100</sup> Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC.

<sup>101</sup> AS-PTA; CAAASP - Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano; CAMEC - Central das Associações Comunitárias do Município de Cacimbas; Cáritas Guarabira; PATAC; PROPAC - Programa de Promoção e Ação Comunitária; e, Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Soledade e de Aparecida.

**Quadro 7:** Resultados alcançados pelo P1MC, na Paraíba (01/06/2000 a 04/04/2008)

<b>32.499</b>	Famílias mobilizadas		
<b>29.715</b>	Famílias capacitadas em gerenciamento de Recursos Hídricos		
<b>639</b>	Pedreiros Executores Capacitados		
<b>590</b>	Pessoas Capacitadas em confecção de Bombas Manuais		
<b>588</b>	Pedreiros recapitados		
<b>461</b>	Comissões municipais capacitadas		
<b>31.973</b>	Cisternas construídas		
<b>91</b>	Reuniões Microrregionais	e	<b>4.230</b> participantes
<b>4</b>	Reuniões Mensais	e	<b>250</b> participantes

**Fonte:** ASA, relatório recebido por e-mail (Dados completos em anexo).

Como o P1MC, além de referir-se diretamente à construção de cisternas, tem envolvido também toda uma preocupação de discussão da convivência com o Semiárido, mobilizando ações de capacitação e de gestão compartilhada de recursos, cabe salientar que no contexto da gestão de recursos, esse projeto dinamizou um importante mecanismo de financiamento, que são os chamados Fundos Rotativos Solidários (FRSs). Um mecanismo de mobilização e de valorização social da poupança comunitária, que consiste na gestão compartilhada de recursos coletivos, em geral formados a partir da contribuição das famílias ou pela entrada de capital externo – recursos de cooperação nacional e internacional, e de políticas governamentais (ROCHA e COSTA, 2005). Nesse sistema, os doadores dos recursos financeiros repassam as doações para grupos de famílias que se responsabilizam por gerir o capital (PETERSEN, SILVEIRA e ALMEIDA, 2002). O caráter de rotativo está em que, à medida que se tem o ressarcimento do crédito, novas famílias vão sendo beneficiadas, com o capital permanecendo na própria comunidade. Afirma-se que essa abordagem alternativa de financiamento permite que se formulem estratégias que se afastam da possibilidade de criação de laços clientelistas, ao passo que as famílias e comunidades vão se capacitando para gerir seus próprios recursos, figurando como uma temática importante para o contexto da transição agroecológica. Segundo os autores, até o final de 2001, tinham sido construídos 55 Fundos de Créditos Rotativos (FCRs), em 52 comunidades da região, mobilizando recursos da SUDENE e de agências de cooperação internacional. Já em 2005, as atividades da ASA/PB, apoiadas

pelos FRSs, envolveram 18.000 famílias em todo o Estado, em 1.842 localidades rurais de 140 municípios, com a parceria de 350 organizações (DUQUE, 2007a).

Um exemplo desse tipo de gestão compartilhada de recurso foi apontado por Rocha e Costa (2005), ao comentar a experiência com FRS's, vivenciada pela comunidade de Gameleira (município de Massaranduba). Lá, inicialmente foi criado um grupo com a participação de 30 famílias, para as quais foi decidida a contribuição mensal de R\$ 20,00. Arrecadando por mês R\$ 60,00, que correspondia, na época, ao valor integral de uma cisterna, passou-se a sortear mensalmente uma família que seria contemplada com a sua construção. Em 20 meses, tinham-se 20 cisternas construídas, incentivando outros grupos a se mobilizarem de forma semelhante. Segundo os autores, além de multiplicar o número de cisternas com esse mecanismo de crédito, mais tarde a comunidade também passou a contar com a construção de cisternas pelo programa P1MC, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), permitindo que, em 4 anos, a comunidade já tivesse construído 102 reservatórios de água, aumentando a oferta desse recurso em 1.632m<sup>3</sup>, e economizando, aproximadamente, R\$ 14.000,00/ano, ao deixar de gastar com o fornecimento de água através de carros-pipa.

Esse cenário leva, por sua vez, a discutir as políticas públicas, questionando o abastecimento por carros pipas e as grandes obras de captação de água. Referindo-se ao comentado por José Waldir de Souza, “as cisternas passam a ser um exemplo de tecnologia, que vem permitir o acesso à água de beber e cozinhar distribuída em cada família”. Isso traz todo um questionamento em torno das formas convencionais de distribuição e de abastecimento de água.

Vale observar, como exposto por Duque (2007a), que o número de cisternas na Paraíba, com dados até 2007, já apresentava a capacidade de armazenamento de 363.920m<sup>3</sup> de água, o que corresponde a 72.784 carros pipas (ou seja, à economia de recursos gastos na contratação desses serviços de abastecimento, que apenas se apresentavam como soluções paliativas e provisórias). Então surgem perguntas do tipo: por que políticas temporárias e emergenciais? Qual a melhor forma de armazenar água? Por que grandes obras e grandes açudes?

Para Nelson Ferreira, essas grandes obras oferecem alguma justificativa enquanto políticas voltadas para as cidades, mas não como política voltada para a população dispersa do campo. Cita-se, por exemplo, o caso do governo da Paraíba, que desenvolveu toda uma

política de grandes obras, da qual fazia grande propaganda na mídia, mas os agricultores, em diversas situações, mormente os localizados nas serras e em zonas rurais distantes, continuam sofrendo com a estiagem, em geral conseguindo água contaminada ou insuficiente para o consumo da família.

A questão é que a prática do governo se caracteriza da seguinte forma: se houver seca e escassez dos recursos hídricos que comprometa a sobrevivência dos agricultores e da população em geral, as ações emergenciais são introduzidas. Isso acontece enquanto existir a estiagem. Porém, esses programas governamentais ou a forma como eles foram sendo administrados suscitaram uma série de questionamentos quanto à sua eficácia. E por quê? Celso Furtado, por exemplo, apontava como um ponto de discussão, a chamada “indústria da seca”. Ou seja

Há gente que ganha com a seca, porque ela significa muito dinheiro do governo chegando para o comércio, para financiar frentes de trabalho, etc. A seca é um negócio. Na Paraíba, por exemplo, havia as fortunas feitas pela seca; diversas fortunas de Campina Grande decorriam de vantagens públicas. Isso mostra a ligação entre a máquina política, o controle da administração... (FURTADO, 1998; p. 25).

Há ainda um aspecto a ser considerado quando se toca nessa questão: a forma como a mídia trata o problema. Normalmente a grande imprensa só divulga o lado negativo, a falta d'água, a fome, a pobreza. No conjunto, fala-se da população em termos pejorativos, como flagelados, miseráveis.... Não são mostradas a resistência, a capacidade, o conhecimento e a criatividade da população para conviver com as dificuldades da região, nem as soluções encontradas.

É preciso considerar que, junto às cisternas, vem toda uma preocupação de discussão da convivência com o Semiárido, mobilizando ações nesse sentido. O processo de multiplicação dessas tecnologias foi construído da seguinte forma: quando a cisterna começa a se tornar mais eficaz, seus benefícios vão se disseminando e criando força no contexto das organizações e mobilizações locais. Daqui, começa-se a propor ao governo que isso é uma alternativa, dando-se condições para que essas experiências passem a se transformar em políticas públicas e a ter um alcance maior. Hoje, a multiplicação dessas experiências é um exemplo de como um programa que começou de forma mais localizada, pode, a partir da sua disseminação por parte dos próprios agricultores, em conjunto com entidades que fazem os trabalhos de mediação e assessoria na região, tornar-se um programa maior que consegue obter, posteriormente, o apoio do governo. A lógica do processo de multiplicação dessas

tecnologias começa com a experimentação da família, que vai se expandindo, as organizações vão se incorporando ao movimento, vão colocando outros elementos e ampliando o diálogo até se transformar em políticas públicas. Programas simples, como a construção de cisternas, hoje são apontados como algo que tem mudado para melhor a situação de vida de muitos agricultores.

Para saber se a construção de cisternas se reverteu em melhorias para a população local, depoimentos podem dar alguns indícios<sup>102</sup>. Veja, por exemplo, a fala de um agricultor que, desde os 17 anos, constantemente viajava para São Paulo: “se quando eu tivesse 20 anos essas ações tivessem chegado aqui eu não teria ido lá nenhuma vez”. Na verdade, são sensíveis os efeitos da cisterna na vida do agricultor nordestino, no Semiárido. Destaque-se o impacto sobre a saúde da família. Aqui, como exemplo, pode-se citar o caso de uma agricultora, que já há algum tempo possuía uma cisterna:

O que percebo de muito diferente é que a gente tinha muito problema com diarreia, as crianças tinham muita tosse, e a agente de saúde dizia que isso vinha da água. Depois que estamos usando a água da cisterna, isso acabou.

Mais um exemplo claro do benefício de tecnologias alternativas, como as cisternas, pode ser visto no depoimento de uma agricultora sobre os benefícios trazidos, agora, pela barragem subterrânea:

Antes, amanhecia o dia e saiam o marido e filhos para trabalhar sem comer nada. Eu, que ficava em casa era que esquentava a cabeça para pensar o que fazer para quando eles chegassem e ter o que almoçar, o que comer. Hoje, antes de sair tem batata doce, macaxeira, jerimum, o ano inteiro por causa da barragem. Hoje eles comem para poder sair e eu fico de cabeça fria por ter o que vai para o fogo.

Pelos relatos acima, é certo que o fato de colocar uma cisterna, uma barragem subterrânea, dentre outros mecanismos alternativos, pode não ter possibilitado resultados econômicos que proporcionassem pagar um plano de saúde para a família, mas também é certo que proporcionou ganhos pela melhoria da qualidade de vida, decorrente da boa qualidade da água, dos alimentos, bem como da ampliação da cesta de bens alimentares.

Para complementar essa exposição, ao se pensar a cisterna dentro do sistema agrícola familiar, os ganhos de qualidade de vida vêm, também, pela melhoria das condições de trabalho e de facilidade de acesso à água. Antes em maior número, mas ainda hoje, muitos agricultores precisam andar quilômetros de distância até um poço ou reservatório de água,

---

<sup>102</sup> Depoimentos repassados por José Waldir de Sousa.

perdendo tempo de trabalho, e voltando com latas de água na cabeça, na carroça ou jumento. Por vezes, eles também precisam transportar os animais até esses reservatórios, cuja maioria apresenta água que a criação não consegue ingerir (devido à quantidade de sais, abundantes na região, e que tornam a água imprópria para consumo). É certo, portanto, que essa tecnologia traz toda uma contribuição dentro do contexto do sistema familiar e se consolida como um recurso imprescindível para o processo de transição agroecológica.

O que se pode inferir, também, é que os benefícios percebidos pelos próprios agricultores, permitem visualizar melhor outros leques de possibilidades e dar condições para que se questionem políticas públicas, passando a demandar ações mais permanentes de convivência com cada microambiente, ao se valorizar a leitura participativa das potencialidades e dificuldades. Leitura que vem avançando no contexto da dinâmica da agroecologia.

Do exposto, infere-se que, a partir dessas ações voltadas para a melhoria do acesso ao recurso hídrico na região, constrói-se toda uma dinâmica de fortalecimento das parcerias, envolvendo cada vez mais famílias e instituições. Essas ações iniciais no contexto da ASA-PB, voltadas para a gestão de recursos hídricos, compõem ao mesmo tempo, o quadro de importantes temáticas necessárias para a transição agroecológica na região. Se, de um lado, algumas instituições que compõem a ASA-PB estão mais voltadas para a questão da construção de cisterna e fundos rotativos, a exemplo do PATAC; outras levam a ideia metodológica da transição agroecológica, como a AS-PTA. Aqui, as interações entre essas distintas instituições e temáticas, fortalecem as redes sociais e dão considerável impulso para as ações de cunho agroecológico. A questão é que a construção de cisterna passa a ser vista como um dos elementos importantes dentro do conjunto de iniciativas necessárias para a convivência das famílias com o clima Semiárido, bem como para a sustentabilidade da agricultura familiar. Isso está nítido, por exemplo, pelo novo projeto que estão implementando, como continuidade do P1MC, que é o chamado P1+2 – Projeto “Uma terra e duas águas” –. Segundo o exposto por Duque (2008), trata-se de um projeto mais complexo, por considerar um conjunto de fatores necessários para a sustentabilidade agroecológica da agricultura familiar. Como expõe a autora, em primeiro lugar vem:

A questão da terra – reflexão e propostas de intervenção relativas ao acesso por cada produtor a uma propriedade de tamanho suficiente e ao manejo sustentável da terra, em particular via agroecologia; e, em segundo lugar, os vários usos da água, não só para beber, mas também para produzir, supondo

uma grande diversidade de tecnologias simples, porém altamente eficientes (DUQUE, 2008; s.p) (grifo meu).

Podemos dizer, assim, que a agroecologia na região vem se fortalecendo e se multiplicando a partir das reflexões que vão ocorrendo, no contexto dessas iniciativas, e na medida em que se avança na percepção da agricultura familiar, a partir de uma abordagem holística, em que se integram distintos elementos que a compõem.

### 5.3.2. Recursos genéticos

Continuando a discussão sobre as temáticas vivenciadas pela agroecologia, importa destacar a movimentação que tem ocorrido em torno da valorização dos recursos genéticos, mais especificamente, na preservação e uso das sementes locais ou crioulas, na Paraíba, denominadas de *Sementes da Paixão*.

Na concepção agroecológica, pode-se dizer que as sementes são as bases para a promoção de uma agricultura sustentável, se forem adaptadas a cada ambiente. No entanto, nem todos os agricultores apresentam condições de estocar parte de suas sementes<sup>103</sup>, levando a que recorram à oferta desses recursos por parte do governo. O que poderia ser visto como algo extremamente positivo, se não fosse o fato dos programas oficiais de distribuição de sementes estarem atrelados à distribuição de recursos pouco adaptados, sem uma preocupação com a conservação das variações genéticas dos cultivares locais. Um exemplo dessa problemática é apontado por Petersen, Silveira e Almeida (2002; p. 42), quando expõem que:

A própria denominação do programa federal instituído pelo Ministério da Agricultura, em 1995, revela por si o acentuado grau de despreocupação com a questão: *Programa de estímulo à produção e combate à fome através da renovação genética de sementes para mini e pequenos produtores do Nordeste* (grifo dos autores). Ofertando unicamente sementes de variedades desenvolvidas por centros de pesquisa, muitos dos quais situados em outros biomas brasileiros, esse programa induz os agricultores a utilizarem genótipos pouco adaptados aos sistemas técnicos empregados e às condições ambientais e preferências socioculturais locais.

Ainda de acordo com os autores citados, os programas que lidam diretamente com a distribuição e qualidade das sementes na agricultura, vieram atrelados a duas legislações que dificultaram a introdução de variedades locais nos programas governamentais: a *Lei de*

---

<sup>103</sup> Contribui para isso, o tamanho reduzido das propriedades, a irregularidade climática, a dificuldade de produzir o suficiente para atender, inclusive, às necessidades de subsistência da própria família.



*Sementes* (determinando que, para uma semente ser comercializada e multiplicada, ela teria de ser reconhecida por órgãos de pesquisa); e a *Lei de Cultivares* – com regras para registro e proteção de variedades comercializadas, como a necessidade de atender a critérios de estabilidade, uniformidade e homogeneidade genética –, excluindo as variedades locais.

Assim, por um lado, três aspectos merecem destaque: primeiro, as sementes locais possuem um grande número de variedades<sup>104</sup>, o que dificulta atender a certas regras impostas pelas leis assinaladas. Segundo, propostas políticas que apontem para o uso de patentes dificultam o diálogo com a agricultura familiar camponesa. A seleção e melhoramento de sementes, realizados pelos próprios agricultores, constitui um patrimônio cultural e social e, como comentado por Melchior Batista, da EMBRAPA Algodão, não se vê, por exemplo, um agricultor familiar que venha selecionando sementes há tempo, cobrando *royalties* por ela. Terceiro, não se deve esquecer de o fato de parcelas de conhecimentos locais serem constantemente recodificadas pela ciência em seus modos utilitários, para traduzir, aqui, uma preocupação de Escobar (1994).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que se depara com todas essas dificuldades, é sabido que o grande número de variedades de sementes adaptadas ao agroecossistema e às condições socioculturais de cada ambiente, constitui condição primordial para um projeto de transição agroecológica, que dialoga com a democratização do acesso ao recurso genético e valorização das formas de conhecimentos locais. Considerando isso, na Paraíba, tem se trabalhado, também, em *estratégias organizacionais*, voltadas para o fortalecimento das práticas de conservação e armazenamento, *in situ*, das sementes locais, permitindo-se evoluir na seleção e melhoramento destas, no ambiente onde serão utilizadas. O que requer que se avance na sistematização do saber-fazer dos agricultores; no intercâmbio destes saberes e de material genético, entre outros aspectos.

Para colocar em prática iniciativas como estas, vêm se fortalecendo as redes de instituições locais, com o intuito de desenvolver ações como as de incentivo à estocagem coletiva de sementes e de valorização desse patrimônio, com a divulgação e a ampliação dos Bancos de Sementes Comunitários (BSCs)<sup>105</sup>.

---

<sup>104</sup> “Levantamento realizado pelo Pólo Sindical e a AS-PTA revelou a existência de 18 variedades locais de feijão no Agreste, 20 variedades no Brejo e 26 no Curimataú” (Duque, 2007a).

<sup>105</sup> A ideia dos BSCs foi trabalhada pelas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) como estratégia para permitir aos camponeses, dispor de uma estrutura física para armazenamento de suas sementes, de forma que fosse possível iniciar o plantio na ocorrência das primeiras chuvas, sem necessariamente precisar esperar as sementes

Na Paraíba, de acordo com Silva e Almeida (2007), em 2007 já se contava com uma rede estadual que incluía 228 BSCs, envolvendo 6.561 famílias de 63 municípios, armazenando mais de 300 variedades de sementes, resgatadas das próprias comunidades. Segundo os autores, para fortalecer esse trabalho foi criada a Rede de Sementes do Estado, constituída por centenas de famílias e grupos comunitários. Aqui, os BSCs são vistos como a unidade básica dessa rede, funcionando não só como estrutura física, mas também, como espaços de articulações das famílias para a realização de processos de inovação agroecológica, permitindo a troca de experiências e disseminação de conhecimentos técnicos para o manejo das propriedades. Para gerir esse processo, foram formadas comissões de agricultores nos municípios responsáveis por articular os BSCs e administrar o sistema de intercâmbios de conhecimentos e de sementes. Atualmente, cada região do Estado possui articulações dos grupos de gestores dos bancos de sementes, que constituem redes microrregionais, compondo a Rede Sementes da Paraíba, constituindo o que Silva e Almeida (2007) denominaram de “rede de redes”<sup>106</sup>.

O grande desafio, a partir daqui, tem sido a transformação dessas ações, em propostas concretas de políticas públicas capazes de valorizar as variações de recursos genéticos locais. Muitos trabalhos vêm evidenciando o avanço da Rede Sementes, vindo a apresentá-la como importante ator político nas negociações com o governo, ressaltando conquistas, como: **(1)** a criação do Programa Estadual de BSCs<sup>107</sup>, que autorizou o governo federal a comprar, no momento da safra, as sementes dos agricultores para depois redistribuí-las entre os BSCs, evitando-se o seu abastecimento com variedades não adaptadas. **(2)** A modificação da legislação federal sobre sementes e mudas, legalizando as sementes nativas, que agora podem ser financiadas nos contratos com o PRONAF (Duque, 2007a); e, **(3)** os convênios entre ASA-PB e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), na perspectiva de aquisição de produtos agroecológicos para merenda escolar.

---

enviadas pelo governo. Segundo Silva e Almeida (2007; p. 14), “trata-se de um mecanismo por meio do qual a família toma emprestada uma quantidade de sementes e se compromete, segundo regras definidas na própria comunidade, a devolver a mesma quantidade acrescida de uma percentagem no momento da colheita”.

<sup>106</sup> Compõem essas redes microrregionais: a Rede de Sementes do Alto Sertão (com 90 BSCs); na região da Borborema, o Pólo Sindical formou uma comissão de agricultores que gerencia uma rede de 80 BSCs; na região do Cariri e do Seridó, tem o Coletivo Regional articulando cerca de 200 agricultores; o mesmo ocorrendo nas regiões do Sertão, Curimataú, Brejo, litoral e no Coletivo ASA Cariri Ocidental (Casaco) (SILVA e ALMEIDA, 2007).

<sup>107</sup> Aprovada pela Lei N° 7.298, de dezembro de 2002.

Processos dessa natureza, mas não sem dificuldades, segundo Silva e Almeida (2007) vêm reafirmando o projeto de construção da agroecologia na região que, atualmente, passa a contar com um grande desafio: a introdução de sementes transgênicas, em especial a de milho e algodão, que são apontadas como fatores que poderão reverter todas essas conquistas, levando a ocasionar danos irreversíveis ao patrimônio genético. No entanto, são problemas que já vêm sendo discutidos entre os agricultores locais, em uma série de eventos (seja através das reuniões em sindicatos e organizações locais, ou encontros - regionais, estaduais, nacionais ou até mesmo fora do país), que vêm se constituindo como espaços sociais de diálogo. Ou seja, muito mais do que definir estratégias para armazenamento de sementes, são articulados encontros, a exemplo do IV Festa Estadual da Semente da Paixão, organizado pela ASA-PB e realizada em Patos, na Paraíba, em 2007, que vêm permitindo o fortalecimento das ações de cunho agroecológico, ao mesmo tempo em que se fortalecem a participação e a postura política dos agricultores, estimulando-os a expressarem suas opiniões. Em geral, essas reuniões são pensadas, considerando o agricultor como protagonista principal, e as organizações como responsáveis pela assessoria e organização. Em grande parte do tempo são apresentadas temáticas para discussão e busca-se escutar os próprios agricultores, através de depoimentos no local. São mobilizações que proporcionam, ao agricultor familiar camponês, maior visibilidade e possibilidade de voz. Posicionamento percebido nos versos de um dos participantes da IV Festa da Semente da Paixão (quadro 8, a seguir).

Eventos como esse (Figura 6), são espaços sociais de diálogo, mas também de fortalecimento cultural e das redes sociais que estão sendo construídas. Além disso, esses eventos têm propiciado um debate crítico e participativo dos agricultores de diversas regiões, com a crescente participação das mulheres e dos jovens, na formulação de propostas de políticas públicas, discutindo-se, por exemplo, os possíveis impactos sociais e ecológicos causados pelas políticas de liberação de transgênicos.

**Quadro 8:** Poesia “Sementes são Riquezas”, apresentada na IV Festa da Sem. da Paixão

<b>Sementes são riquezas</b>	
<p>1. Deus nos deu inteligência E ensinou para a gente Que plantas e animais Não é nada diferente Devemos compreender Para poder entender Realmente o que é <b>SEMENTE</b></p>	<p>5. Colhendo também A nossa boa vontade Agricultor ensinando Sem cobrar isso é verdade Trabalhando em mutirão Irmão ensinando irmão Isso é <b>SOLIDARIEDADE</b></p>
<p>2. Semente é muito importante Devemos prestar atenção Mais tem que dá bom fruto E bastante produção As sementes desse jeito E trago dentro do peito É semente <b>DA PAIXÃO</b></p>	<p>6. Solidariedade e sem veneno Defendendo a natureza Não depender de políticos Sem precisar de empresa Assim temos autonomia Aumenta a economia Esta é a nossa <b>RIQUEZA</b></p>
<p>3. Paixão que tenho por ela Tô sempre dela zelando Com amor e com carinho Fico todo o dia olhando Adoro toda semente E fico muito contente Na hora que tô <b>PLANTANDO</b></p>	<p>7. Riqueza também é cisterna Que guarda o líquido sagrado Barragem subterrânea Que na seca tem molhado Das plantas medicinais Remédios vêm dos quintais Tudo isso <b>NO SEMIÁRIDO</b></p>
<p>4. Plantando semente boa A produção vai crescendo Tanta dificuldade que havia Estão desaparecendo Com semente da paixão Faço toda a plantação Muitos frutos vou <b>COLHENDO</b>.</p>	<p>8. Olhando o título da festa Foi assim que eu decidi Foi pensando no que sei No que vi e no que ouvi Eu peço, mas não apresso. Veja o fim de cada verso Que sabe o que escrevi.</p>
<p>(Poesia de Joaquim Pedro de Santana, Polo da Borborema – PB)</p>	

Para demonstrar a postura crítica dos agricultores, recorro novamente a uma poesia elaborada por um agricultor do estado do Ceará, que também participou do IV Festa da Semente da Paixão (quadro 9).

As reflexões expressas em forma de verso, e debatidas no evento, indicam, além dos questionamentos aos processos e critérios do programa oficial de sementes – desde a insuficiência nos volumes colocados à disposição até a qualidade das sementes oferecidas, de baixa capacidade de adaptação às condições locais –, preocupações com o meio ambiente –

ilustradas pela crítica à liberação de transgênicos e uso de agrotóxicos –, ao lado da preocupação com a sobrevivência mesmo da família.

Dessas articulações e dinamismos, cresce o debate, contribuindo para o fortalecimento dos posicionamentos críticos dos agricultores quanto às políticas públicas que reforçam o modelo hegemônico e convencional de agricultura, utilizando, agora, as experiências agroecológicas bem-sucedidas, como instrumento de comparação face às condições vivenciadas. Assim, as demandas dos agricultores são precedidas de uma argumentação fundamentada pela prática.

**Quadro 9:** Poesia “Estímulo e desabafo”, apresentada na IV Festa da Sem. da Paixão

<b>Estímulo e desabafo</b>	
<p>1. É festa na Paraíba Que grande satisfação Paz, amor e alegria. Da alma e do coração Quarta vez comemorando Com mística e fé celebrando As sementes da paixão.</p> <p>2. Nos causa muita emoção Ver este povo de fibra Vindo de todos os cantos Chega de baixo e de riba De várias comunidades Trazendo as variedades De sementes da paixão.</p> <p>3. Não são iguais aos escribas Mas têm o conhecimento Qual é a semente boa E qual é seu rendimento, Se produz tarde ou cedo. E com esse velho segredo Amenizam o sofrimento</p> <p>4. Aqui tem milho e feijão Gergelim, girassol e fava, Jerimum, melancia e forrageiras. E plantas nativas que já faltava. Entre tantas outras mais</p>	<p>Estão as medicinais Que a vovó já plantava.</p> <p>5. Em poesia se relatava Canções e depoimentos Fortaleceu a experiência Que já tem um bom sustento Em qualquer realidade Enfrenta a dificuldade Seja qual for o momento.</p> <p>6. Somando o agrupamento De várias organizações Aos poucos vão construindo As suas ponderações De luta em favor da vida, Coisa sagrada e querida Digna de boas ações.</p> <p>7. Deus nos livre das opressões De quem mata e fica a rir, Que produz o tal transgênico Pra suas riquezas subir. Dependendo de nós e do inverno Transgênicos vão pro inferno Com a força do coração As sementes da paixão Vão ficar reinando aqui.</p>
<p>(Poesia de Carlos Miguel, Parambu, Ceará. Divulgada por Duque, 2007b).</p>	



**Figura 6:** IV Festa Estadual da Semente da Paixão

**Fonte:** Arquivo da autora. Pesquisa de campo, Patos, Paraíba, 2007.

### 5.3.3. A Feira Agroecológica: espaço de sociabilidade

Dentre outras temáticas vivenciadas pela agroecologia, importa salientar o aspecto referente ao mercado. Para discutir essa questão, é preciso atentar que os trabalhos voltados para a transição agroecológica permitiram o avanço gradual nos resultados do processo produtivo, levando à necessidade de se ampliar as possibilidades de comercialização dos produtos agroecológicos, e de diferenciá-los no mercado. Segundo Nelson Ferreira, no Agreste, entre seis meses e um ano, trabalhando toda a dinâmica assinalada anteriormente, de intercâmbios com vistas à multiplicação das experiências em agroecologia, já se tinha um aumento considerável na produção do município de Lagoa Seca, com produtos de qualidade. No entanto, depois de atravessado o momento inicial de aplicação e aceitação da agroecologia em campo, por um número maior de agricultores, surge um outro problema: produzia-se tomate, pimentão, alface, coentro, batatinha, entre outros cultivos, sem uso de agrotóxicos, mas eram comercializados no mesmo mercado do produto convencional, sem uma

diferenciação clara das suas qualidades para o consumidor final. Naquele momento, produtores e técnicos das organizações passam a pensar na criação de mercados alternativos, iniciando as primeiras tentativas de construção de feiras agroecológicas na região.

Em 2001, no município de Lagoa Seca, surge a movimentação dos agricultores em torno da campanha “um Natal sem veneno”, quando foram montadas barracas provisórias, com a participação de vinte e cinco famílias, vendendo produtos agroecológicos. O êxito da experiência levou os agricultores a se organizarem e buscarem auxílio para consolidação do espaço de comercialização, criando, por exemplo, fundo rotativo para aquisição de barracas. A qualidade dos produtos foi reconhecida pelos consumidores e os agricultores passaram a ser convidados para levarem a feira para outras regiões do Estado<sup>108</sup>. Assim, as organizações de agricultores, junto com o Polo Sindical e assessorias de ONGs, avançaram nesse trabalho e foram expandindo as feiras agroecológicas para os municípios de Remígio, Solânea, Esperança, Massaranduba e Campina Grande (Feira Regional).

Mas a pergunta que fica é: o que essas feiras trouxeram e estão trazendo de novidade? Com o intuito de responder essa pergunta, primeiro cabe comentar um pouco da lógica interna desse espaço de troca e seus diferenciais <sup>109</sup>. Para tanto, foi realizada pesquisa junto a um total de sete (7) produtores que participam da Feira Agroecológica de Remígio (figura 7, a seguir).

Em geral, participam dessa feira agricultores que possuem estabelecimentos e lotes com áreas entre três (3) e doze (12) hectares, sendo, cinco (5) deles, provenientes do Programa de Assentamentos do governo. Destes, alguns já estabelecidos há mais de seis anos, mas outros, embora já estivessem na região desde 1999, só realmente foram assentados a partir do ano de 2004. No entanto, todos se apresentaram como trabalhadores rurais em sua origem, mesmo se alguns, antes, residissem em áreas urbanas.

---

<sup>108</sup> Fonte: Informativo da agricultura familiar. A Feira de Produtos Agroecológicos de Lagoa Seca. Pólo Sindical da Borborema; AS-PTA. Apoio: Funbio; ICCO, ActionAida, CCFD, PRONAF Capacitação. Folheto distribuído no Encontro ECONASA, Campina Grande – PB, 11 a 14 de novembro de 2003. 2p.

<sup>109</sup> Para tanto foi realizada uma pesquisa, em 2006, com quatro (4) agricultores e três (3) agricultoras. Também foram entrevistados sete (7) produtores que participaram da feira agroecológica de Remígio.



**Figura 7:** A Feira Agroecológica (Remígio, 2006)

**Fonte:** Arquivo da autora. Pesquisa de campo, município de Remígio, Paraíba, 2006.

A prática produtiva informada por esses agricultores é caracterizada pela diversificação de culturas, com cultivos consorciados, além da associação da criação com a agricultura. Apesar de destinarem parte do que produzem para a feira, ficou claro que o objetivo maior tem sido a produção para o autoconsumo, destinando-se apenas o excedente para venda. A diversificação produtiva e o consórcio agrícola foram medidas apontadas como necessárias para o processo de construção agroecológica. Como exemplo, foi destacado que a criação de animais e a lavoura são vistas como constitutivos e integrantes do sistema, não só no sentido de obter uma produção, com o uso equilibrado dos recursos, mas como modo de abastecer melhor as demandas alimentares da família. Aqui, a criação de gado viabiliza o consumo de leite, bem como a fabricação de adubos naturais. No que concerne à renda auferida pela lavoura, em geral os agricultores apontaram-na como sendo a de maior peso no orçamento da família. Apenas um deles, aposentado, afirmou que a aposentadoria supera a renda agrícola. No entanto, além de trabalharem no cultivo e na criação de animais, muitos



exercem outras atividades, como: artesanato, fabricação de doces e remédios, bem como serviços de transporte, à noite, como “*motoboy*”.

Na Feira em si, foram observadas dinâmicas importantes e que a diferenciam dos espaços convencionais de comercialização. Dentre elas, estão as colocações dos agricultores quanto às exigências que eles têm de cumprir para se capacitar como feirantes agroecológicos – a exemplo da necessidade da presença em reuniões mensais, para planejamento dos trabalhos e trocas de ideias –, e a de estarem utilizando a perspectiva agroecológica no estabelecimento já há algum tempo. Segundo depoimento de um dos feirantes:

Antes de começar a feira, houve reunião mensal no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Remígio. Durante um ano, debatíamos que tipo de produto trazer para a feira, conscientizamos o povo sobre o (*perigo*) do uso do agrotóxico [...] (Pesquisa de campo, Remígio - PB, 2006).

O agricultor que participa da feira tem sido constantemente acompanhado pela AS-PTA, Polo Sindical e organizações, formando-se comissões de trabalho entre os próprios agricultores. Como expôs Nelson Ferreira, busca-se construir um espaço de interação, onde todos acompanham, fiscalizam, avaliam e se ajudam em caso de dificuldades. Essas iniciativas tornaram-se relevantes ao potencializar o diálogo entre os produtores, discutindo-se diversos temas, dentre os quais, os questionamentos quanto aos efeitos adversos dos pacotes tecnológicos que vêm atrelados às políticas de crédito do governo, aspecto ressaltado como um dos maiores aprendizados no processo de adoção da agroecologia.

Com relação aos produtos colocados à venda, notou-se a comercialização diversificada de hortaliças, feijão guandu, frutas (laranja, mamão, banana...); produtos da roça, como ovos, mel, entre outros; além de peças de artesanato (bijuterias e peças em barro)<sup>110</sup>. O incentivo ao artesanato dinamiza a vida cultural e geração de novas oportunidades de renda e emprego para as famílias. Na opinião de um dos entrevistados:

“Cada feirante traz o que tem no lote. Não houve um planejamento ou uma direção geral. A diferença entre os diversos produtos (o que cada um produzia) decorreu do próprio fato de que os produtores que participam da feira vêm de regiões distintas, uns vêm do brejo, outros do agreste, etc.” (Pesquisa de campo, Remígio - PB, 2006).

---

<sup>110</sup> Produtos que os agricultores informaram estar levado para a feira, de acordo com a disponibilidade na ocasião: laranja; banana; caju; manga; jaca; jabuticaba; acerola; mamão; jerimum; feijão macáça, mulatinho, guandu e preto; batatinha; milho; fava; cará preto; inhame; coentro; batata doce e macaxeira; mandioca; tomate; cenoura; beterraba; pimentão; jiló; berinjela; coco-verde; gergelim; cebola; alho; mel de abelha; ovos; plantas medicinais; hortaliças diversas.

Um dos aspectos que chama a atenção nas feiras agroecológicas do Estado da Paraíba é que os preços praticados não são muito diferentes dos preços das feiras convencionais, podendo até ser inferiores. Como é possível isso, quando se sabe que os produtos orgânicos e sem agrotóxicos são comercializados a preços bem mais altos? A pesquisa constatou que as feiras agroecológicas no Estado, criadas pelo Polo Sindical ou pela EMATER, por serem feitas pelos próprios produtores, permitem que os produtos sejam comercializados a preço de mercado, quando não inferiores. A questão é que o ágio que seria cobrado pelos intermediários e atravessadores acaba indo para o próprio produtor. E muitas vezes esse ágio é mais que o dobro do preço do produto no local da produção. Assim, o que permite os produtores agroecológicos oferecerem preços competitivos, corresponde aos maiores ganhos possibilitados pela venda direta ao consumidor. Esse aspecto pode ser percebido nas falas dos agricultores expondo as melhorias que as participações na feira agroecológica lhes trouxeram:

Comecei a produzir no assentamento e tinha que vender nosso produto ao atravessador, aí hoje, através dessa feirinha, eu não vendo mais o produto para o atravessador, trago para a feira e já passo diretamente para o consumidor, já estou tendo mais renda. Antes eu só tinha direito a duas feiras. O dinheiro que eu pegava do atravessador, só dava para duas feiras no mês. Através dessa feirinha aqui, estou conseguindo quatro, ele (*o atravessador*) levava a metade (Pesquisa de campo, Remígio - PB, 2006).

O atravessador ganhava mais do que a gente que produzia. Quando se tirava a despesa do trabalhador, da comida, trator, a gente não ficava com quase nada. Agora nós estamos produzindo e passando para o cliente e não para o atravessador. O ganho do atravessador fica com a gente (Pesquisa de campo, Remígio - PB, 2006).

Outro aspecto que vem contribuindo para isso é o fato da comercialização dos produtos agroecológicos não estar atrelada à certificação de mercado, através dos “selos” de alimentos limpos, o que de certa forma, poupa custos, geralmente associados à comercialização dos alimentos orgânicos. No entanto, a não utilização dos selos de garantia demandou outras formas de diferenciação do produto, face aos vendidos nas feiras convencionais, como um meio de consolidar esse novo mercado, atraindo os consumidores. Nesse sentido, tem-se empreendido um trabalho em conjunto, com feirantes, sindicatos e organizações, buscando divulgar a forma de produção e os benefícios de se comprar alimentos agroecológicos. Isto tem sido feito, seja através de panfletos, faixas e carros de som, ou pelo contato direto dos agricultores com os consumidores. Como meio de contornar a ausência de

certificação formal<sup>111</sup>, práticas alternativas têm sido adotadas através do que poderia ser chamado de “*certificação*” *coletiva ou participativa*. Essa “certificação” consiste no trabalho conjunto dos agricultores com a AS-PTA e sindicato local, mediante a promoção de visitas dos consumidores aos estabelecimentos, proporcionando maior contato deles com o ambiente de produção, através de um controle social da produção. Essa prática é justificada pelo fato de que, para o produtor, é oportuno que o consumidor saiba da qualidade e segurança do produto que está adquirindo. Além do que, há uma maior interação entre produtores e entre produtores e consumidores: todos estão fiscalizando, avaliando-se e se ajudando mutuamente.

As feiras agroecológicas têm também os mesmos aspectos positivos já existentes nas feiras livres: a de se constituírem em um ponto de encontro entre as pessoas, ou seja, de relação humana e de relações mercantis menos impessoais, diferentemente dos grandes centros comerciais. Além disso, é um espaço onde os agricultores se encontram para falar de agricultura, das experiências, trocar conhecimentos e informações e, inclusive, variedades de plantios. Ou seja, esses espaços de troca surgem, também, como espaços de sociabilidade, com vínculos distintos dos estritamente mercantis, o que é perceptível nas seguintes falas:

A relação com as pessoas ficou melhor. A gente tem mais amizade, conhece as pessoas e fica mais conhecido (Pesquisa de Campo, Remígio - PB, 2006).

A gente já sente saudade quando chega o meio da semana para ir participar da feirinha, se fosse pelo meu gosto eu ficava todo dia. Já fico ansioso para chegar à sexta [...]. Aqui você vende e conhece as pessoas (Pesquisa de Campo, Remígio - PB, 2006).

A gente vende e se diverte. Conhece mais companheiros. No dia que não vem um companheiro da gente, a gente já sente falta (Pesquisa de Campo, Remígio - PB, 2006).

Dentro desse contexto, podem-se lembrar as considerações de Chatterjee (2004), feitas no capítulo 3, quando a partir das colocações desse autor, foi construída a hipótese da agroecologia contribuir para coexistência de distintas modernidades. Aqui, ao reforçar os elos existentes nas feiras livres, onde o contato do produtor e consumidor tende a ser mais direto, renova-se o caráter das trocas, diferentemente das trazidas pela modernidade – impessoais,

---

<sup>111</sup> A certificação é um mecanismo de regulação importante, tanto como meio para informar o consumidor sobre a qualidade do produto que ele está adquirindo, como meio de evitar possíveis fraudes por parte dos fornecedores dos alimentos. O fato é que o aumento da demanda por produtos orgânicos em mercados não tão próximos (como a de áreas urbanas) propiciou o desenvolvimento de relações de comercialização indiretas, que vêm levando ao surgimento de mecanismos de segurança relevantes para aumentar as informações disponíveis sobre o produto (BRITO, 2006). Esses mecanismos são utilizados para evitar o que, na ciência econômica, é denominado de “assimetrias de informações”, ou seja, a presença de ações oportunistas por parte do mercado. No caso do mercado de produtos agropecuário, por exemplo, o produtor detém muito mais informações sobre o produto que vende, do que o consumidor sobre o produto que compra. Para evitar ações oportunistas, utilizam-se mecanismos de controles geralmente acompanhados por um órgão independente e reconhecido.

com o consumo indo além dos valores-de-uso ou de sua utilidade, ou seja, passando para o consumo de símbolos, marcas, entre outros –. O avanço da agroecologia vai se dando, então, sob a construção de novos padrões de circulação que envolvem a construção de redes compostas, agora, de consumidores e produtores.

Além do exposto, a feira agroecológica não veio apenas como uma simples melhora nas condições de comercialização e renda, além da sociabilidade; ao contrário, foram descritas melhorias nas condições de trabalho. A seguinte fala demonstra o benefício obtido pela participação na feira:

Eu diminuí o plantio, por isso trabalho menos [...]. Vender em grosso a gente tem que produzir em grande quantidade para obter lucro (Pesquisa de campo, Remígio - PB, 2006).

Ao falar da “venda em grosso”, pode-se interpretar que a presença do atravessador ou intermediário implicava menores ganhos por unidade vendida, de forma que o agricultor necessitava produzir mais (trabalhar mais), diferentemente da comercialização direta na feira agroecológica, onde o “lucro” é maior e não há necessidade de grande produção, de forma que possibilita o agricultor optar por um menor dispêndio de trabalho.

Contudo, não querendo encobrir as dificuldades que o agricultor enfrenta para a comercialização direta em feiras agroecológicas, é fato que elas existem. Cabe frisar a dificuldade de transporte até a sede do município, onde se situa o comércio. Nesse caso, frequentemente tem sido feito o aluguel conjunto de carro. Outro aspecto refere-se à crescente demanda, por parte dos agricultores, por espaço na feira, limitado pelo custo de implantação das barracas. Além disso, muitos agricultores estão retomando ou iniciando práticas agrícolas, agora sob uma nova lógica, necessitando de equipamentos adequados para a atividade, os quais a maioria deles ainda não possui.

Uma das soluções para algumas dessas dificuldades, como comentado anteriormente, tem sido o Fundo Rotativo Solidário – mecanismo alternativo de financiamento, administrado por grupos informais e associações comunitárias –. Ressalta-se que o FRS aparece como a forma de crédito mais próxima de alimentar a perspectiva agroecológica, já que ela permite que cada grupo possa gerir seus recursos, mantendo-os circulando na própria comunidade, bem como se considerarmos, como exposto por José Waldir de Sousa, que vem se observando um problema prático com relação à obtenção de recursos financeiros governamentais para a transição agroecológica.

Esse problema proveio do fato que alguns recursos para ATER, que têm contemplado integrantes da Rede ATER Nordeste, como o PATAC, vêm atrelados à legislação brasileira e não atende às necessidades de instituições não-governamentais, por exemplo, ao não permitir que se faça pagamento dos técnicos com esses recursos. Esta situação tem levado as ONGs a contratar pessoal para executar os projetos, tendo já um quadro de pessoal capacitado dentro da própria organização. Assim, como expôs José Waldir de Sousa, a forma como é gerida essa política ainda não condiz com a realidade local. O que gera um problema na relação com o Estado, na medida em que o processo participativo que vem sendo trabalhado passa a se limitar pelas legislações e lógica estatais. Espera-se, no entanto, a partir do Encontro Nacional dos Fundos Rotativos Solidários, ocorrido em fevereiro de 2007, que o comprometimento do governo em repensar essa problemática, possa, de fato, permitir mudanças importantes na forma de repasse desses recursos.

Antes das considerações finais, ainda compete inserir uma pergunta importante: que tipos de critérios têm sido utilizados para saber se esse ou aquele agricultor é agroecológico ou não? Ou seja, quais os critérios que são usados para dizer que esse ou aquele agricultor está apto a vender numa feira agroecológica? Esse foi um questionamento realizado nas entrevistas, pelas quais puderam ser tiradas algumas considerações:

Utilizando o exposto por Ghislaine Duque, é preciso entender que a agroecologia não é uma prática totalmente estranha aos agricultores familiares camponeses do Estado da Paraíba. Não é algo que se desconhecia antes e que passou a existir agora. Justamente como tenho insistido neste trabalho, é exatamente o contrário: na verdade, a perspectiva agroecológica pode ser entendida como uma adaptação progressiva, isto é, um movimento em construção. Nas palavras de J. Waldir de S. Costa, a agroecologia não é uma coisa já acabada, não tem como dar o certificado e dizer: de fato essa propriedade ou esse produtor é agroecológico – ou seja: “passou no teste”. Também não tem como dizer que, onde se pratica a agricultura convencional, não existe nada de experiência em agroecologia. Compreende-se que há uma construção. Não se diz que trabalha com comunidades ou propriedades agroecológicas, mas com famílias ou comunidades que estão em processo de transição agroecológica. A questão é que, a cada experimentação feita, a cada compreensão nova ou a cada incorporação da leitura do que se está fazendo, vão se somando conhecimentos. Em todo caso, há regras. Não dá para aceitar, por exemplo, que uma propriedade tenha uma cisterna e não possua a preocupação de trabalhar de forma não dependente de insumos, não usando a

semente da paixão, trabalhando com a perspectiva do agronegócio. O conjunto da propriedade tem que estar em concordância com a perspectiva agroecológica. Portanto, com base empírica, a agroecologia pode ser entendida pelo conjunto das temáticas que foram aqui trabalhadas, dentre outras citadas, envolvendo as estratégias produtivas e organizacionais a elas correspondentes.

#### **5.4. CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE**

Na base de todas essas experiências estão os agricultores familiares camponeses ou assentados que, no contexto das dinâmicas descritas aqui, por vezes passam a se identificar como agroecológicos ou experimentadores. A identidade de experimentador surge relacionada àquele agricultor que, em geral, tem aceitado a “causa da agroecologia”, e que busca inovar em suas práticas de manejo e de convivência com as condições locais. Trata-se de uma identidade que surge, precisamente, a partir dos trabalhos desenvolvidos por organizações como a AS-PTA, o PATAC e outras, e que, de certa forma, também sofre alterações com a mudança do perfil metodológico da instituição e com o avanço da dinâmica apresentada na região. Mas, conforme exposto por Petersen e Silveira (2007), se antes o papel de agricultor-experimentador era percebido como uma posição outorgada pela assessoria da AS-PTA, com o tempo, essa identidade passou a ser apresentada pelos próprios agricultores, que passaram a se autoatribuírem o título de “experimentador”, na medida em que se percebiam como integrantes desse processo. Ou seja, passou a ser um termo de que os próprios agricultores têm se apropriado na medida em que testam, experimentam e que gostam de repassar suas experiências e conhecimento para outros agricultores, dando espaço para outra definição: a de *agricultor-experimentador multiplicador*.

Essa autoidentificação, notada nas entrevistas, pode ser vista, inclusive, como construção de uma nova teia nas redes, dado que cria toda uma movimentação de agricultores, cujo papel passa a estar associado à experimentação de novas alternativas tecnológicas e de multiplicação do conhecimento, engendrando novos conjuntos de ações. Isto é, passam a compor novas formas de associação que, além de se apoiarem nas identidades existentes, vem permitindo uma construção identitária coletiva. Para ilustrar essas colocações, importa salientar a fala de um agricultor, que disse ser experimentador “porque tudo que tem vontade

de fazer, ele vai tentando”. Já outro, se definiu, assim, “pelo que vem fazendo e porque de tudo se comprometeu a fazer e a repassar para os companheiros”<sup>112</sup>.

Embora essas identidades possam ser vistas como criadas pela atuação das ONGs e da rede da ASA/PB, trata-se de um elemento para o reconhecimento mútuo, no âmbito das articulações que incorporam distintos grupos sociais. Nesse contexto, tem sido visível o sentimento, por parte dos agricultores, de pertencimento a um movimento que os diferencia dos agricultores comuns. Agora passam a se perceber como vistos, ouvidos e lembrados. O que pode ser notado na seguinte fala:

Antes eu era um agricultor esquecido. Já fazia os preparos ecológicos sem saber o que estava fazendo. Não tinha contato com o sindicato [...] hoje nós temos contato com todos esses programas. Somos lembrados. É por isso que a gente tem o nome de agricultor agroecológico (Entrevista realizada na IV Festa da Semente da Paixão - Patos - PB, 2007)<sup>113</sup>.

Se antes, muitos se diziam *pequenos agricultores*, agora se dizem *produtores agroecológicos ou experimentadores*. A mudança do adjetivo “pequeno” para “agroecológico ou experimentador” não é uma mudança só de forma, mas de conteúdo subjetivo, de forte caráter identitário, que vem permitindo se projetar em um grupo, que atualmente tem sido socialmente valorizado e reconhecido como importante. Nesse sentido, atribuição de agricultor-experimentador ou agroecológico pode ser visto como capaz de construir um sentimento de pertencimento, abarcando a busca por direitos para grupos historicamente excluídos. Pode-se compreender que são atribuições que trazem uma reivindicação por espaços suprimidos (no caso da agricultura camponesa – visto como residual e perto do fim), ou espaços para os que estavam além da margem, cuja situação social era precária e indefinida – no caso, dos anteriormente, “sem terra” –. De certa forma,

Quem somos – ou, se a paisagem moral o permitir, quem escolhemos ser – é sempre, irremediavelmente, uma determinação feita para nos localizar no espaço social; ou, no caso daqueles a quem se atribuíram as localizações sociais inferiores, é, em certas condições de liberdade, a luta por definir uma localização onde antes não havia uma ou, se havia, seu valor moral era tão socialmente corrupto que tornava sua ocupação um indício de não merecimento pessoal de ser um membro decente do todo [...]. Quando se apropriam de uma identidade [...] os indivíduos a reivindicam como lugares (LEMERT, 1997. p. 152).

---

<sup>112</sup> Pesquisa de Campo, 2006 – PB.

<sup>113</sup> Agricultor camponês, do município de Massaranduba, Agreste da Paraíba.

Chegando a esse ponto, cabe salientar que, se de um lado é certo que os agricultores envolvidos no processo de construção do conhecimento agroecológico na região vêm contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento dessa perspectiva e para consolidação de espaços alternativos de produção e de diálogo, dando maior visibilidade aos agricultores, e aumentando a pressão por políticas públicas adequadas; por outro lado, ao inserirem uma nova construção identitária podem, contraditoriamente, trazer o risco de diferenciação social. Fato que se apresenta como um dos desafios do modelo agroecológico praticado na região, como será visto a seguir.

### **5.5. DESAFIOS DA AGROECOLOGIA NO AGRESTE DA PARAÍBA**

Sem dúvida o movimento agroecológico na região ainda tem muitos obstáculos a ultrapassar. Um deles se refere ao risco de diferenciação social, comentado acima. Esse risco pode ser trazido na medida em que alguns dos agricultores passam, agora, a figurar com certo destaque. O agricultor-experimentador ou agroecológico, por exemplo, muitas vezes passa a se sobressair dos demais, valorizando sua posição, e pode gerar uma postura de poder e dominação. Como já dizia Bourdieu (2006): “o inovador merece respeito”.

É exatamente nesse ponto, que surge um desafio: de um lado, buscar a expansão do movimento pela via do fortalecimento da coesão social, de tal modo que possa “caminhar pelas próprias pernas”, e, de outro, não favorecer a criação de novos pequenos poderes locais. Esse desafio consiste, conforme assinalou Ghislaine Duque, em: conseguir manter o espírito de coesão e solidariedade em cada comunidade e entre as comunidades, ou seja, manter o espírito de serviço, sem criar um espírito de dominação e poder. Isto fica claro no posicionamento de um dos agricultores entrevistados, que disse “não aceitar” quem usa veneno no assentamento. Assim, considerando as palavras de Abramovay *et al* (2006), a definição identitária pode trazer o risco de consolidar valores que dificulte as relações sociais, o que pode se tornar uma ameaça à coesão social necessária para o movimento, levando o discurso da agroecologia para a mesma postura do discurso da agricultura convencional: o da diferenciação social.

Além disso, ficou claro que as ações ainda estão muito longe de atingir o conjunto da agricultura familiar do Agreste, embora tenha sido nessa região que foram iniciadas as experimentações e inovações no contexto da agroecologia propriamente dita. A questão é que



nem todos os produtores de uma comunidade estão entrando nessa lógica. Trata-se, segundo Ghislaine Duque, de uma discussão que ainda está em curso. Ou seja, o que fazer para interessar, conquistar e chegar até todos os produtores de uma comunidade interessando-os por bancos de semente, cisterna, barragens subterrâneas...?

Continuando, como desafio, ainda podemos dizer que a expressividade do movimento na Paraíba e seu alcance decorrem, ainda, da continuidade da luta pela terra e da superação desse problema historicamente presente. Isto é, está sendo construído um “novo” que não esvaece, antes reforça, problemas não resolvidos: a “antiga” questão da luta pela terra. Aqui, o acesso à terra é um fator importante para melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais e alcance da perspectiva agroecológica. Isso demonstra que a questão fundiária é uma questão antiga e recente ao mesmo tempo, e coloca a agroecologia igualmente como envolvendo um movimento de luta pela terra (CARVALHO e MALAGODI, 2008). A posse do estabelecimento torna-se, irremediavelmente, um fator importante para melhoria das condições de vida. O que pode ser percebido nos depoimentos a seguir:

Acho que já cresci 95% do que eu era, quando eu não tinha terra, para hoje. Quando eu não tinha terra, eu tinha 5% de hoje, e hoje eu já cresci 95% [...] a terra é que trouxe tudo isso [...] passei três anos acampada, mas valeu à pena [...] agricultura é muito boa, tem por certeza ter o pão que vem da agricultura (da mãe terra) [...] pela terra vêm todas as coisas boas (Pesquisa de Campo – PB, 2006).

Antes eu saía 5 horas da manhã e chegava em casa 6 (18 horas), para ganhar 10 reais por dia, Hoje, graças a Deus, passo o dia todo em casa, com minha mulher, meu filho, trabalho, volto, é uma vida boa. Antigamente eu saía de casa e passava até 8 dias fora de casa, no trabalho (Pesquisa de Campo – PB, 2006).

“Velhas” questões rurais se apresentam como importantes e se somam ao conjunto de bandeiras levantadas pelo movimento que vem se formando na Paraíba. Mas não é só isso! A pressão oscila dos desafios inerentes à necessidade de acesso à terra, para os desafios que são postos face à necessidade de viabilizar a manutenção dos agricultores, antes Sem Terra, nas novas áreas onde foram direcionados pelo programa de Reforma Agrária.

Pelos relatos de técnicos e pesquisadores, sabe-se que algumas pessoas têm tido acesso a áreas já bastante danificadas por uma forma de produção anterior inadequada, demandando trabalhos de reposição da fertilidade da terra, arborização, construção de reservatórios de água, entre outras coisas, que não se consegue “da noite para o dia”, nem tampouco, com pouco recurso. O que nos mostra que o acesso à terra, por si só, não resolve o

problema. Para piorar, destaca-se que os projetos atrelados às políticas públicas ainda vêm associados à racionalidade do técnico, muitas vezes sem fazer a distinção entre as diferentes realidades ambientais. Por fim, contribui para este cenário de dificuldades o fato de muitos agricultores, hoje assentados, terem históricos como ex-moradores e trabalhadores rurais da região, com práticas impostas pelos ex-patrões, por vezes vindo com uma mentalidade de subordinação, que os coloca em situação de aceitação de projetos que são impostos pelas instituições, sem protestos. Como o diálogo com os assentamentos, por parte das instituições que formam as redes locais, só veio posteriormente, relata-se que um dos desafios, que está sendo superado, aos poucos, é o de envolver estes agricultores, de forma que eles possam, já no início de seus trabalhos no campo, introduzir experiências agroecológicas.

Não se pode negar, porém, a despeito desses desafios, que os vínculos construídos na região, numa dimensão que ultrapassa os limites de uma comunidade específica, vêm possibilitando o surgimento de novas relações produtivas, bem como a valorização de espaços e saberes, antes inexplorados. Destaque-se também uma mudança na atitude de gênero e de geração: tem crescido o envolvimento de jovens, mulheres e idosos. Tendências que também não podem ser superdimensionadas (CARVALHO e MALAGODI, 2008). Se, dentro do amplo setor da agricultura familiar, subsistem amplos segmentos que ainda não entraram em contato com a proposta agroecológica, contudo, é patente o fato de que, baseadas na crítica à agricultura convencional, iniciativas em torno da agroecologia foram surgindo progressivamente, por parte de grupos e organizações sociais diversas. Buscaram-se, através do fortalecimento dos valores culturais tradicionais, alternativas tecnológicas aos sistemas produtivos, antes enaltecidos, mas agora tidos como esgotados, poluentes, antieconômicos e incapazes de promover a autonomia dos agricultores familiares (ALMEIDA, 2006).

Além disso, se inicialmente, como exposto por Almeida, para algumas regiões do país a perspectiva agroecológica foi acompanhada de um elemento ideológico muito forte, com sérias restrições ao papel do Estado, as articulações sociais mais recentes, a exemplo das expostas aqui, vêm apresentando preocupação pela introdução de novas agendas políticas e facilidade de acesso a estas, apoiando suas estratégias, na pressão em torno das ações governamentais adequadas, constituindo-se num novo modo de pensar e acessar as políticas públicas. Pode-se afirmar, portanto, aproveitando a ideia trabalhada por Almeida (2006), que nas condições políticas do Brasil de hoje, a agroecologia pode fortalecer a luta contra o Estado, ao mesmo tempo compondo com o Estado. Aqui, o desafio está em poder trabalhar

com a ideia de totalidade, pois como afirma Touraine (1996; p 166), pode-se pensar a sociedade, como:

Campo de relações sociais conflituais – que podem levar a rupturas políticas, ou, pelo contrário, ser negociadas e propiciar compromissos relativamente estáveis – e fazer com que deste modo definam-se melhor os novos caracteres de uma sociedade que já não tem natureza, porque é toda ela o produto do trabalho que exerce sobre si mesma.

## CONCLUSÃO

Para concluir, pode-se dizer que a experiência paraibana e, em especial, do Agreste, mostra muito claramente, como já salientado, que os atores e instituições terminam por criar redes e “redes de redes”, dando uma dimensão muito maior às atuações com vistas à agricultura sustentável. Estas redes apresentam práticas políticas que englobam: o *nível organizacional*, pois são formadas pelas formas associativas engendradas pelo próprio movimento: o *nível político*; e aqui, reflete-se o que foi assinalado anteriormente para o contexto das sub-políticas; bem como, o *nível mobilizatório*, ao se fazer campanhas por ações governamentais adequadas, mobilizando-se agricultores em mutirões sociais, festas, eventos, debates, etc. O que permite afirmar, levando-se em conta as considerações de Scherer-Warren (2007), que estas redes se caracterizam como uma rede de movimentos sociais. Rede, porém, que não deixa de ser um novo movimento social rural.

Esse novo movimento social no campo, se de um lado traz consigo a crítica feita aos NMSs (conceito que surge para explicar as mudanças em relação às formas clássicas do movimento dos trabalhadores na era capitalista), pelo fato de apresentar uma diversidade de interesses, de difícil operacionalização e, como dizem os críticos dos NMSs, do poder de pressão por políticas públicas (já que passa a apontar para distintas pautas: recursos hídricos, genéticos, cultura...); de outro lado, ao se apoiar na construção de redes interorganizacionais, construindo elementos participativos em distintas escalas – local, regional, nacional, internacional e informacional –, vem permitindo que os agricultores encontrem nas várias esferas desse movimento, um lugar de construção de uma sociabilidade que legitima suas lutas, fortalecendo a coesão entre eles mesmos e discutindo estratégias a partir das especificidades próprias.

O que há de novo nesse movimento é: primeiro, a formação de uma nova identidade – agricultores agroecológicos, experimentadores ou multiplicadores –, que lutam pelo reconhecimento de pertencer à situação específica de vida, num cenário igualmente específico, que demanda alternativas adaptadas. Segundo, uma nova sociabilidade política, associada a um projeto participativo de lutas e reivindicações, através de uma apreensão crítica dos aspectos vivenciados até então pela agricultura familiar, valorizando-se o modo de

vida camponês, a participação do jovem e das mulheres e o desenvolvimento de estratégias de produção e reprodução, a partir do cenário no qual estão inseridos. Trata-se de um movimento caracterizado pela presença de lutas históricas, como a luta pelo acesso à terra e de melhorias das condições de trabalho dos trabalhadores rurais, mas também que tem inserido novos discursos, traduzidos pelas preocupações ambientais, com o crescimento de uma consciência ecológica. Terceiro, o alcance político dessas reivindicações vem dependendo da capacidade de articulação dos atores envolvidos, em distintas escalas e em distintas formas, a exemplo da integração em redes, constituindo-se numa nova forma de mobilização (caracterizada pela realização de encontros, visitas de intercâmbio, reuniões, feiras, semanas, festas...).

Diante do exposto, é possível afirmar que a ampliação das redes interorganizacionais na Paraíba e a maior visibilidade que as ações vêm apresentando, e consolidando um movimento com potencial de pressão por políticas públicas adequadas, dando resultados, mesmo que de forma ainda incipiente. Nesse caso, é possível dizer que a construção coletiva surge como uma nova forma de reconhecimento e valorização da diversidade da sociedade local e de suas lutas políticas. Isso, partindo das ideias de Scherer-Warren (2005). Nesse caso, pode-se pensar na possibilidade de uma transformação social que vai se dando, utilizando as palavras da autora, “a partir de pequenas brechas, rupturas”, no cotidiano dos agricultores familiares da região.

Dessa forma, constroem-se cenários para o desenvolvimento de sub-políticas, como trabalhado por Beck, no sentido de permitir que os agentes externos ao sistema político convencional possam, agora, aparecer no cenário do planejamento social, mesmo partindo de distintas temáticas pelas quais vêm sendo vivenciadas essas novas ações articulatórias na Paraíba: recursos hídricos, recursos genéticos, cultura, feiras,... Pelo exposto, cada uma dessas temáticas vai constituindo redes que moldam uma teia de movimentos que, na verdade, reflete todo um conjunto de ações que conformam o que tem sido entendido, aqui, como agroecologia. Hoje, existem instituições que trabalham mais diretamente com a construção de cisternas, por exemplo, e que passam a estar ligadas às articulações e parcerias que essas ações suscitam, mas que, porventura, também estão ligadas às outras redes que envolvem outras temáticas e, assim, passam a desenvolver, conjuntamente, não só a construção de cisterna, mas também outros interesses e mobilizações. Nesse caso, as redes geradas vêm como estratégias de resistência ao paradigma da “modernização” da agricultura, às ações políticas de “combate à seca”, entre outros aspectos, demandando-se um novo olhar e a

construção de um novo modelo de agricultura, baseado na convivência com o meio e na perspectiva agroecológica. Além disso, a metodologia de trabalho dos atores, que veio sendo adaptada e construída ao longo das experiências estudadas aqui, pautou-se não pela busca e definição da técnica isolada, mas pela inserção dessa técnica no conjunto do sistema agrícola familiar, numa visão holística. Com essa abordagem, pode-se dizer que se tem uma série de redes, com distintas temáticas, contribuindo para a construção da abordagem agroecológica na região.

Se considerarmos que toda essa movimentação na Paraíba – como herança e continuidade de mobilizações de décadas anteriores –, ganha fôlego com a entrada da perspectiva agroecológica e a valorização de técnicas há tempos já praticadas por alguns camponeses da região, com os trabalhos de promoção desse tipo de agricultura, tem-se, basicamente, que essa abordagem trouxe uma nova roupagem para as articulações sociais locais. Ao perceber as diversas temáticas e bandeiras de luta dos agricultores, compondo e sendo necessárias para a consolidação de uma agricultura sustentável nos moldes agroecológicos, e, pelo que vem sendo entendido aqui como agroecologia, pode-se, então, apontar a agroecologia como uma perspectiva que permite dar uma nova identidade a essa rede de movimentos sociais. O que permite concluir, considerando a tese aqui trabalhada, que: ao mesmo tempo em que a agroecologia surge reivindicando o lugar de uma nova ciência, inserindo diversas formas de conhecimentos, trazendo a postura de um antimodelo da agricultura convencional, ela aparece igual e necessariamente como uma prática social, envolvendo um processo produtivo ecológico, com técnicas próprias, e uma metodologia participativa, mas também com uma identidade social própria.

Nesse momento, vendo a agroecologia como uma abordagem que implica tomar em conta a lógica própria dos agricultores, e a considerar como relevantes as condições socioambientais locais, na perspectiva de construção de novas tecnologias, novo modo de produção e de nova sociabilidade, cabe reconhecer também que a agroecologia passa a representar um novo modo de vida para os agricultores. Esse novo modo de vida, por sua vez, envolve uma série de associações, intercâmbios e articulações, que permitem entendê-la igualmente como uma nova identidade no contexto dos movimentos sociais que têm surgido recentemente. Ou seja, uma nova identidade, que é justamente a marca de um novo movimento social, fortemente presente no setor rural paraibano, podendo-se afirmar a existência do movimento da agroecologia, propulsor de todo esse processo. Entretanto,

ressalto que, a partir do contexto empírico analisado, não se trata de apresentar a agroecologia no topo da escala de importância entre as diversas temáticas que vêm sendo eixo das articulações, na Paraíba. Entende-se, na verdade, que no cerne de todas as temáticas está a introdução de outra lógica para a agricultura familiar, que incorpora o respeito à diversidade ambiental e sociocultural, além dos aspectos já destacados que, na verdade, refletem claramente o objetivo da agroecologia, incorporando as distintas temáticas como seus elementos constitutivos. Para finalizar, exponho o quadro a seguir, sintetizando as considerações levantadas por cada capítulo, indicando as relações entre as diversas esferas da agroecologia, representadas pelos seguintes símbolos: >>>> e <<<<.

**Quadro10:** Considerações conclusivas da tese

AGROECOLOGIA							
(Esfera sociopolítica)		(Esfera da produção, inicialmente só; depois em contato com a circulação e o consumo)	(Esfera do conhecimento)				
				Esfera prática	Esfera Técnica	Bases científicas para pensar a agricultura sustentável	Esfera Científica
Articulação na base	>>>> >>>>	Produção de base Agroecológica (que pressupõe essencialmente a articulação e o desenvolvimento da Agric. Familiar)	<<<< <<<< <<<<	Saber-fazer, conhecimento prático ou saber experiênci a	Conhecimentos técnicos		
Movimentos sociais	<<<< <<<<		>>>> >>>> >>>>				
↓			↓			↓	
Novo movimento social	<<<< <<<<	Um olhar diferente para o espaço e uma nova prática produtiva	>>>> <<<< >>>>	“	“	Integração de saberes	“
↓		↓		↓	↓	↓	↓
Novo movimento social	<<<< <<<<	Novos espaços e novas práticas de comercialização.	>>>> <<<< >>>>	“	“	Nova proposta técnico-científica	“
↓		↓		↓	↓	↓	↓
Novo movimento social	<<<< <<<<	Nova relação produtor consumidor/	>>>> <<<< >>>>	“	“	“	“
↓		↓		↓	↓	↓	↓
Novo movimento social	<<<< <<<<	Modificação nas relações de mercado	>>>> <<<< >>>>	“	“	“	“

A ideia é de que tanto a análise introduzida no capítulo 2, trazendo a discussão em torno da agricultura sustentável, quanto os distintos aspectos estudados no capítulo 3

(trabalhando a agroecologia sob três dimensões – ecológica (produtiva), social e política – introduzindo a contribuição da teoria social), possibilitaram fazer recortes metodológicos que permitiram trabalhar o entendimento da agroecologia, a partir da investigação que propus no presente trabalho. Esse entendimento pode ser sintetizado no quadro acima, considerando a inter-relação entre os distintos aspectos teóricos e empíricos que compõem a temática.

Pelo exposto, entende-se que o *movimento social* tem empurrado e gerado condições para o crescimento das experiências agroecológicas. Estas experiências que nascem do movimento contra o capital (defendido pelas políticas de “modernização” da agricultura brasileira). Mas, aqui, introduz-se uma outra dimensão importante, a esfera da produção, ou seja, da *prática produtiva* dos agricultores – que pressupõe essencialmente a articulação e o desenvolvimento da agricultura familiar –, e que passa a definir os contornos que essa movimentação tende a tomar, isto é, passa a definir a verdadeira expressão da agroecologia. Ela é que chama a si e se abre para a esfera do *conhecimento técnico e científico*. Esta esfera pode ser mais importante ou menos importante, conforme seja sua relação >>>> e <<<< com as práticas produtivas. As práticas produtivas se transformam em cadeia produtiva, entram na esfera de circulação, buscam o consumidor. Cria-se uma nova relação. Momento em que a agroecologia passa a configurar uma nova relação produção – circulação – consumo. Aqui – quer dizer, no nível prático do agricultor familiar agroecológico – se o movimento social e suas articulações abrem espaço para a constituição da agroecologia, para a luta e mobilização pelas demandas que surgem nesse contexto e para a continuidade do próprio movimento, ele também passa a depender do sucesso da agroecologia como prática produtiva e como relação produtor/consumidor.

Se o movimento descrito tem a capacidade de criar condições para os atores sociais locais – agricultores familiares camponeses – de adentrar no cenário público defendendo para si novos espaços e direitos, o que foi visto é que sim. Mas está se falando aqui, de um novo projeto de sociedade? Ainda é cedo para afirmações tão amplas e cheias de implicações. Além do mais, as ciências sociais, como as demais ciências, são ciências do fato ocorrido, consumado. E, para os problemas e temas tratados nesta tese, a humanidade ainda está buscando soluções alternativas. No entanto, parece fora de dúvida que à agroecologia e ao movimento agroecologista cabe um papel importante no debate atual sobre a crise social e ambiental do mundo contemporâneo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. A rede, os nós, as teias: tecnologias alternativas na agricultura. **Revista Brasileira de Administração Pública**. Rio de Janeiro. v. 34 (6) p. 159 – 178, nov/dez 2000.

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento territorial**. Relatório. [S.l]: 2006. Disponível em:

<[http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros\\_trabalhos/2006/Relatorio\\_final\\_portugues.doc](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/2006/Relatorio_final_portugues.doc)>. Acesso em 26 de junho de 2007.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1992

ABRAMOVAY, R; MAGALHÃES, R; SCHRÖDER, M. A agricultura familiar entre o setor e o território. Relatório. São Paulo, 2005.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. v. 1. 214 p.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: nova ciência, alternativa técnico-produtiva ou movimento social?** In: Aloísio Ruschinsky. (Org.). *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004, v. 1, p. 88-101.

\_\_\_\_\_. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499–520, 2003. Disponível em: <<http://agroeco.org/brasil/material/agroecobrasil-jalcione.pdf>>. Acesso em: 27/05/2006.

ALTIERI, M. **Agroecologia. Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Editorial Nordan-Comunidad. Montevideo, 1999b. Disponível em: <<http://www.agroeco.org/brasil/material/Agroecologia.pdf>>. Acesso em 12/08/2007.

\_\_\_\_\_. **Applying Agroecology to Enhance the Productivity of Peasant Farming Systems in Latin America**. Environment, Development and Sustainability Dordrecht: 1999a. Vol. 1, Iss. 3-4, p. 197-217.

\_\_\_\_\_. **Agroecology: principles and strategies for designing sustainable farming systems**. Agroecology in action. s.d. Disponível em: <[http://cnr.berkeley.edu/~agroeco3/principles\\_and\\_strategies.html](http://cnr.berkeley.edu/~agroeco3/principles_and_strategies.html)>. Acesso em 28/03/08.

\_\_\_\_\_. **Sin el saber ancestral la agricultura está perdida**. Brecha, 2001. (Entrevista concedida a Carlos Amorín). Disponível em: <<http://www.uc.org.uy/ambiente/noti1101h.htm>> Acesso em 23/01/2006.

ALTIERI, M; NICHOLLS, C. I. **Agroecology and the search for a truly sustainable agriculture**. 1 ed. Berkeley: University of California, 2005. Disponível em: <<http://www.agroeco.org/doc/agroecology-engl-PNUMA.pdf>>. Acesso em 12/08/2007.

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia. Expressões da agroecologia; documentário sobre o II ENA e depoimento de Leonardo Boff. [Sl]. 2006, DVD (30 min).

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**: uma contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1986

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

ASA - ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO PARAIBANO. Semente da Paixão - patrimônio da humanidade, livre de transgênico e agrotóxicos. *In* I Festa Estadual da Semente da Paixão. Carta de Soledade. Soledade: Jul. 2004. 4p. (Folheto).

ASA - ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO PARAIBANO. **Relação de Municípios/Comunidades Atendidas no Período de: 01/06/2000 até 04/04/2008**. Nome Relatório: Tot\_Cist\_Muni\_Comuni\_01\_Geral.r. Versão de: 04/04/2008 - 14:54 h, 2008. (Recebido por e-mail).

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

BARROS, B. Oferta escassa compromete orgânicos. **Jornal Valor Econômico**. Agronegócios, p. B16. São Paulo, 11-Mar-2008.

BECK, U. **La sociedad Del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Barcelona; Buenos Aires; México: Paidós Básica, 2002.

\_\_\_\_\_. **Modernização Reflexiva: uma política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOLTANSKI, L. **The left after May 1968 and longing for total revolution**. Thesis Eleven Pty, Ltd., SAGE Publications. Vol. 69, No. 1, 1-20. 2002.

BOURDIEU, P.; BOURDIEU, M. O camponês e a fotografia. **Rev. Sociol. Polit.** Jun. 2006, no.26, p.31a 39.

BRAMWELL, A. **Ecology in the twentieth century**: a history. Yale University Press: New Haven and London, 1989. 292p.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *In*: I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), INDAIATUBA/São Paulo, 2002a.

\_\_\_\_\_. Sociologia do ambiente rural: principais temas e perspectivas. *In*: I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), INDAIATUBA/São Paulo, 2002b.

Brasil. Tribunal de Contas da União. **Relatório de avaliação de programa**: Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água. Relator Ministro Guilherme Palmeira. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006. 129 p.

BRITO, P. R. B. Produção orgânica. **Revista Sociologia Ciência & vida**. São Paulo: Editora Escala. Ano 1, n. 1, 2006.

BUTTEL, F. H. Sustaining the unsustainable: agro-food systems and environment in the modern world. In CLOKE, PAUL; MARSDEN, TERRY e MOONEY, PATRICK H. **Handbook of rural studies**. London, Thousand Oaks, New Delhi. Sage Publications, 2006. p. 213 a 230.

CALHOUN, C. New social movements of the early nineteenth century. **The Journal of Social Science History Association**. Duke University Press, 1993. p. 385 a 427.

CANUTO, J. C. **Agricultura ecológica en Brasil**. Perspectivas socioecológicas. (Tese de Doutorado). Córdoba: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC), Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes (ETSIAM), 1998. 200 p.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuição para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004.

\_\_\_\_\_. Agroecologia e sustentabilidade. Base conceitual para uma nova Extensão Rural. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IRSA, 2000.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agricultura sustentáveis**. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabCaporalCostabeber.htm>>. Acesso em 24/03/2005.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J.A; PAULUS, G. **Agroecologia**. Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento sustentável. Brasília (DF). Abril de 2006. 25 p.

CAPRA, F. **Economia, Ecologia e Ser Humano**. Novos Paradigmas para uma Vida Sustentável. São Paulo: Cultura, s.d. 1 DVD (50 min).

CARDOSO, C. F. S. **Escravo ou Camponês** – o proto-campesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CARVALHO, C. X. de; MALAGODI, E. A. A perspectiva agroecológica: uma abordagem social. In: 1º Encontro da Rede de Estudos Rurais. *Anais*. Rio de Janeiro: UFF, 2006. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Campesinato, agroecologia e desenvolvimento territorial: um novo modo de acessar políticas públicas In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Recife, 2007a.

\_\_\_\_\_. Múltiplos significados da Agroecologia e sua caracterização enquanto agricultura sustentável In: 2º Encontro da Rede de Estudos Rurais. *Anais*. Rio de Janeiro, 2007b.

\_\_\_\_\_. Agroecologia e campesinato: um novo modo de pensar o desenvolvimento territorial e acessar políticas públicas. In: **Seminário Internacional "Las configuraciones de los**

**territorios rurales en el siglo XXI".** Mesa de trabajo n. 2. Moderador: Alberto Ramírez. Bogotá: Universidad Javeriana, 2008. CD-ROM.

CARVALHO, H. M. de. **Desafios para o agroecologista como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato.** Curitiba, 31 de julho de 2007. (*mimeo*).

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006. 530p.

CHATTERJEE, P. **Colonialismo, Modernidade e Política.** Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004

COSTA, R. da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Interface – comunic., saúde, educ.**, v. 9, n. 17, p. 35-48. São Paulo, mar/ago 2005.

COYLE, D. **Sexo, drogas e economia.** São Paulo: Futura, 2003.

DIAS, M. M. Uma abordagem introdutória sobre as concepções e práticas da extensão rural no Brasil. In Mônica M. de J. Carvalho; José A. F. Neto. (Org.). Seminário de Avaliação e Capacitação dos Técnicos do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES. **Relatório.** 1 ed. Belo Horizonte: INCRA, 2007, v., p. 111-137.

DINIZ, P. C. **Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”.** Trajetória de relações entre Estado e Sociedade Civil: experiências no Semiárido. (Tese de Doutorado). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2007. 208 p.

DUQUE, G. **A Articulação do Semiárido no Nordeste.** Campina Grande, 2007a (*mimeo*).

\_\_\_\_\_. **Resumo e memória da IV Festa da Semente da Paixão.** Campina Grande, 2007b (*mimeo*).

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável.** Curso de desenvolvimento sustentável para o Semiárido brasileiro. Módulo 19. Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2008. (*mimeo*).

EMBRAPA. **Zoneamento agroecológico do Nordeste do Brasil: diagnóstico e prognóstico/** Fernando Barreto Rodrigues e Silva... [et al.]. Recife: Embrapa Solos – Escritório Regional de Pesquisa e Desenvolvimento Nordeste – ERP/NE; Petrolina: Embrapa Semiárido, 2000. CD ROM. (Embrapa Solos. Documentos; n. 14).

ESCOBAR, A. **Encountering development: the making and unmaking of the third world.** Princeton University Pres. Princeton New Jersey, 1994. 290p.

FAO. **Resumen de los resultados de la conferencia internacional sobre agricultura orgánica y seguridad alimentaria.** Rome, Italy: Dept. Economico y social. 3 a 5 May, 2007.

FONSECA, M<sup>a</sup> T. L. da. **A Extensão Rural no Brasil.** Um Projeto Educativo para o Capital. São Paulo: Loyola, 1985.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 10ª edição.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 30 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. 248p.

\_\_\_\_\_. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**/entrevistadores Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade, Raimundo Pereira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

GARCÍA CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

GARCIA JR., Afrânio. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, Brasília DF: Editora da UnB, MCT-CNPq, 1989.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

GOHN, M da G. (org). **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. & CAMPANHOLA, C. **O novo rural brasileiro, uma análise nacional e regional**. Jaguariúna (SP): EMBRAPA/UNICAMP, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. ver. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. 211p.

\_\_\_\_\_. **A Modernização dolorosa**. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982. 192p.

\_\_\_\_\_. **O que é a questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001 (Coleção primeiros passos;18) 109p

GUIVANT, J. S. Agricultura sustentável nas ciências sociais. In Viola, E. J. et all. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortês Editora; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

GUTERRES, I. **Agroecologia Militante: contribuições de Enio Guterres/Ivani Guterres**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 184p.

INFORMATIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR. **A Feira de Produtos Agroecológicos de Lagoa Seca**. Polo Sindical da Borborema. Campina Grande: AS-PTA; Funbio; ICCO,

ActionAida, CCFD, PRONAF Capacitação. Folheto entregue no ECONASA, Campina Grande, PB, 11 a 14 de novembro de 2003. 2p. (folheto).

LAMARCHE, H (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. v. 1. (Uma realidade multiforme). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LATOURE, B. **Políticas da Natureza**: como fazer ciência na democracia. Tradução Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 412p.

LEMERT, C. **Pós-modernismo não é o que você pensa**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LOPES, I. V; ROCHA, D. de P. Agricultura familiar: muitos produzem pouco. **Conjuntura Econômica**. v. 59, n.º 2. p. 30 a 35. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005, fev. 2005.

MACHADO, J. D; HEGEDÜS, P. de; SILVEIRA, L. B. da. Estilos de relacionamento entre extensionistas e produtores: desde uma concepção bancária até o “empowerment”. **Ciência Rural**. v. 36, n. 2, p. 641 a 647. Santa Maria, mar/abr. 2006.

MAFFESOLI, M. **Notas sobre pós-modernidade**: o lugar faz o elo. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2004. 115p.

MALAGODI, E. A. e QUIRINO, E. G. Mercado e consciência ambiental: dilemas da agricultura familiar. *In Agricultura Familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural*. Ghislaine Duque (org.). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

MALAGODI, E. A. Resposta às questões discutidas na 3ª sessão do GT 02 (interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental). **II Encontro da Rede Rural**. Rio de Janeiro, 2007. *Mimeo*.

MARIANO NETO, B. **Abordagem territorial e enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano**: desenhos, arranjos e relações. (Tese de doutorado). Campina Grande: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2006.

MARSDEN, T. The road towards sustainable rural development: issues of theory, policy and practice in a European context. *In* CLOKE, P.; MARSDEN, T. e MOONEY, P. H. **Handbook of rural studies**. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 2006. p. 201 a 212.

MEDEIROS, L. S. *et al.* **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. – (Prismas).

MEDEIROS, L. S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Ed. Fase, 1989.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOLINA, M. G. **Bases teóricas de la Agroecología**. *In* Seminário Agroecologia como Enfoque Científico para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Secretaria da

Agricultura Familiar/Ministério do Desenvolvimento Agrário, DATER, 2004. (Apresentação – CD ROM).

MONTEIRO DA FONTE, E, M. **Novo Institucionalismo**: uma abordagem alternativa para análises da intervenção do Estado no Desenvolvimento. Campina Grande: Raízes, v.21, n.02, p. 233 a 245, jul/dez 2002.

MOREIRA, E. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba** / Emília Moreira, Ivan Targino. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1997. 322p.

NOGUEIRA, F. R. B. **Biodiversidade da caatinga**: um presente da natureza. Informativo da agricultura familiar. ASA-PB; coletivo regional de educação solidária; STR Soledade; PATAC; MISEREOR; PRONAF. s.d. 4p. (Informativo entregue no II ENA, Recife, 2006).

OTTMANN, G. **Agroecología y sociología histórica desde Latinoamérica**: elementos para el análisis y potenciación del movimiento agroecológico: el caso de la provincia Argentina de Santa Fé/Graciela Ottmann; con la colaboración de Eduardo Sevilla Guzmán y el Centro de Estudios de Producciones Agroecológicas Osario (CEPAR). Córdoba: Servivio Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2005. 204p.

PALACIOS, G. **Campesinato e escravidão no Brasil**: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 320p.

PANELLI, R. Rural society. In CLOKE, P; MARSDEN, T. e MOONEY, P. H. **Handbook of rural studies**. London, Thousand Oaks, New Delhi. Sage Publications, 2006. Págs. 63 a 90.

PENTEADO, S. R. **Calda bordalesa**: como e porque usar. s.d. Disponível em: <[http://www.cati.sp.gov.br/novacati/tecnologias/producao\\_agricola/calda/calda\\_bordalesa.htm](http://www.cati.sp.gov.br/novacati/tecnologias/producao_agricola/calda/calda_bordalesa.htm)>. Acesso em: 17/02/08

PETERSEN, P; DIAS, A. (Orgs). **Construção do conhecimento agroecológico**. Novos papéis, novas identidades. Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Jun. 2007.

PETERSEN, P; SILVEIRA, L. Construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores: a experiência da assessoria do Polo Sindical da Borborema. In Petersen, P. e Dias, A. (Orgs). **Construção do conhecimento agroecológico**: novos papéis, novas identidades. Caderno do II ENA, GT-CCA. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, jun. 2007. p. 71 a 130.

PETERSEN, P; SILVEIRA, L; ALMEIDA, P. Ecosistemas naturais e agroecossistemas tradicionais no Agreste da Paraíba: uma analogia socialmente construída e uma oportunidade para a conversão agroecológica. In SILVEIRA, L; PETERSEN, P; SABOURIN, E. **Agricultura familiar e agroecologia no Semiárido**: avanços a partir do Agreste da Paraíba. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

PRIMAVESI, A. **Agroecologia, ecosfera, tecnosfera e agricultura**. 1 ed. São Paulo: Editora Nobel, 1997.

PRISCO, J. T. **Biotechnology. Conceito, dificuldades e potencialidades**. Fortaleza, 2002. Disponível em:

[http://www.fiec.org.br/palestras/tecnologia/biotecnologia\\_conceito\\_potencialidades\\_e\\_dificuldades.htm](http://www.fiec.org.br/palestras/tecnologia/biotecnologia_conceito_potencialidades_e_dificuldades.htm). Acesso em 16/12/2007

QUIRINO, E. P. **A assistência técnica e extensão rural ou assessoria técnica e social: visões opostas do apoio à agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, 2004. 240 p.

RAMALHO, F *et al.* Os Centros Populares de Documentação e Comunicação no contexto paraibano: elementos para reflexão. **Informação & Sociedade: Estudos**, América do Sul, 9 1 01, 1999.

ROCHA, J. C. da; COSTA, J. W. de S. Fundo Rotativo Solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no Semiárido. *In* **Revista Agriculturas**. v. 2. n. 3. Rio de Janeiro, out. 2005.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. *In* **XI CISO**. Aracaju, 5 a 8 de ago. 2003.

SABOURIN, E. DUQUE, G. e MALAGODI, E. Novos atores do desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro: uma visão crítica do período 1997-2002. **Revista Raízes**, v. 22, n. 1, p. 58–72. Campina Grande, jan. /jun. 2003.

SACHS, I. Não há produto agrícola que não seja compatível com a agricultura familiar. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.** Porto Alegre, v. 2, n. 4, out./dez. 2001. (Entrevista concedida a Ângela Felippi). p. 5 a 10.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G. de; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. *In* SANTOS, B. de S (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; v. 4). p. 13 a 121.

SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ CÉSAR. Introdução: para ampliar o cânone da produção. *In* SANTOS, B. de S (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; v. 2). p. 23 a 77.

SANTOS, P. Viver de orgânicos já é possível? **Vida Simples**. Ed. 49. São Paulo: Editora Abril S.A, Jan. 2007. p. 58 a 62.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na Agricultura familiar**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.

SCHERER-WARREN, I. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v. 15. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 05-22, 2007.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC. 1989. 150p.



\_\_\_\_\_. **Redes de Movimentos Sociais**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, abril de 2005.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Desde el pensamiento social agrario** / Eduardo Sevilla Guzmán. – Córdoba: Servicio de Publicações, Universidad de Córdoba: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, 2006. 288p.

SEVILLA GUZMÁN, E. e MARTINEZ-ALIER, J. New rural social movements and agroecology. In CLOKE, PAUL; MARSDEN, TERRY e MOONEY, PATRICK H. **Handbook of rural studies**. London, Thousand Oaks, New Delhi. Sage Publications, 2006.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. Papel para la discusión en la Facultad Bolivariana de Agroecología de Venezuela, los días 20 y 21 de noviembre del 2007.

\_\_\_\_\_. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia**. Seminário Agroecologia como Enfoque Científico para o Desenvolvimento Rural Sustentável Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar/Ministério do Desenvolvimento Agrário, DATER, nov. 2004. (Apresentação – CD ROM).

SILVA, E.D. da; ALMEIDA, P. Um passeio pela Festa da Semente da Paixão. **Revista Agriculturas**. Experiências em agroecologia. v. 4, n. 3. p. 13 a 17. Rio de Janeiro, out. 2007.

SILVEIRA, L; PETERSEN, P; SABOURIN, E. **Agricultura familiar e agroecologia no Semiárido**: avanços a partir do agreste da Paraíba. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

SILVEIRA, L; VITOR, R.; ANACLETO, N. Saindo de trás do birô: a reconstrução do movimento sindical no Agreste da Paraíba. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v. 4. n. 2. p. 10 a 14. Rio de Janeiro, jul. 2007.

TARGINO, I. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. **Raízes**: revista de ciências sociais e econômicas/Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-graduação em Sociologia. Campina Grande: UFCG/PPGS, vol. 21, nº 01, p. 148-160, jan./Jun. 2002.

TAVARES, E. D. **Da agricultura moderna à agroecológica**: análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares. (Tese de doutorado). Brasília: UnB; Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2004, 230p.

TEDESCO, J. C. Velhas práticas, novas linguagens em horizontes mercantis. Colaboração de Gilmar Zolet Vieira. In **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar**: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90 / João Carlos Tedesco (Org.). Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Porto Alegre: EST, 2006. 206p.

TOURAINÉ, A. **O retorno do actor**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. 232p.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VEIGA, J. E. da. **Meio Ambiente e Desenvolvimento**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006. (Série Meio Ambiente; 5/coordenação José de Ávila Aguiar Coimbra).

\_\_\_\_\_. **Do Global ao Local**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

VEIGA, J. E. da; EHLERS, E. Diversidade Biológica e Dinamismo Econômico no Meio Rural. In MAY, P. H; LUSTOSA, M. C; LUSTOSA, V. da V (Orgs). **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, 4ª Reimpressão.

VIANA, N. Neoliberalismo: o que é afinal? **Revista Sociologia Ciência & vida**. São Paulo: Editora Escala. Ano 1, n. 1, 2006

WANDERLEY, M. de N. B. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, UFPR (2), 2000. p. 29 a 37.

WANDERLEY, M. de N. B. LOURENÇO, F. A. O Agricultor e a vida local. In: LAMARCHE, H (Coord.) **Agricultura familiar, 2**. Do mito à realidade. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 207 a 231.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato Brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

WEID, J. M.von der. **Transgênicos matariam a fome?** JC e-mail 2019, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=1891>. Acesso em 18/12/2007.

WEID, J. M.von der. **Comentários finais sobre a pesquisa das políticas públicas de promoção do desenvolvimento agroecológico no governo do presidente Lula**. AS-PTA. s.d. (*mímeo*).

**ANEXO**

**Total de cisternas construídas, por município paraibano, no período de 01/06/2000 a 04/04/2008.**

UGM	Município	Geocódigo	Total de cisternas construídas
<b>PB01</b>	Alcantil	2500536	184
	Amparo	2500734	6
	Aroeiras	2501302	157
	Baraúna	2501534	69
	Barra de Santana	2501575	160
	Barra de São Miguel	2501708	136
	Boqueirão	2502508	189
	Campina Grande	2504009	125
	Caturité	2504355	253
	Cuité	2505105	214
	Damião	2505352	115
	Gado Bravo	2506251	90
	Mogeirol	2509404	382
	Monteiro	2509701	56
	Nova Floresta	2510105	115
	Nova Palmeira	2510303	195
	Picuí	2511400	514
	Prata	2512200	18
	Puxinanã	2512408	343
	Riacho de Santo Antônio	2512788	55
São João do Tigre	2514107	122	
Sossêgo	2516151	70	
Sumé	2516300	31	
<b>SUBTOTAL</b>			<b>3.599</b>
<b>PB02</b>	Aguiar	2500205	225
	Aparecida	2500775	517
	Belém do Brejo do Cruz	2502003	135
	Boa Ventura	2502102	30
	Bom Sucesso	2502300	30
	Brejo do Cruz	2502805	85
	Brejo dos Santos	2502904	75
	Cajazeirinhas	2503753	80
	Catolé do Rocha	2504306	145
	Coremas	2504801	185
	Curral Velho	2505303	31
	Diamante	2505600	125
	Igaracy	2502607	130
	Itaporanga	2507002	245
	Lagoa	2508109	105
	Lastro	2508406	91
	Nazarezinho	2510006	210
	Pedra Branca	2511004	29
	Riacho dos Cavalos	2512804	70
	Santa Cruz	2513208	125
	São Bento	2513901	80
	São Bento de Pombal	2513927	80
	São Francisco	2513984	155
	São João do Rio do Peixe	2500700	15
São José da Lagoa Tapa	2514206	301	
São José de Piranhas	2514503	51	
São José do Brejo do C	2514651	65	

UGM	Município	Geocódigo	Total de cisternas construídas
	Sousa	2516201	260
	Vieirópolis	2517209	145
<b>SUBTOTAL</b>			<b>3.820</b>
<b>PB03</b>	Areia de Baraúnas	2501153	212
	Assunção	2501351	74
	Cacimba de Areia	2503407	204
	Catingueira	2504207	26
	Condado	2504504	40
	Emas	2505907	5
	Junco do Seridó	2507804	397
	Mãe d'Água	2508703	33
	Malta	2508802	43
	Nova Olinda	2510204	145
	Olho d'Água	2510402	168
	Passagem	2510709	86
	Patos	2510808	327
	Piancó	2511301	59
	Quixaba	2512606	150
	Salgadinho	2513000	56
	Santa Luzia	2513406	140
	Santa Teresinha	2513802	124
	Santana dos Garrotes	2513604	243
	São José de Espinharas	2514404	399
São José do Bonfim	2514602	92	
São José do Sabugi	2514701	256	
São Mamede	2514909	210	
Várzea	2517100	131	
Vista Serrana	2505501	256	
<b>SUBTOTAL</b>			<b>3.876</b>
<b>PB04</b>	Alagoa Nova	2500403	262
	Arara	2500908	331
	Areia	2501104	17
	Areial	2501203	107
	Casserengue	2504157	287
	Esperança	2506004	305
	Lagoa Seca	2508307	350
	Massaranduba	2509206	369
	Matinhas	2509339	127
	Montadas	2509503	253
	Queimadas	2512507	300
	Remígio	2512705	182
	Riachão do Bacamarte	2512754	43
	São Sebastião de Lagoa	2515104	265
	Serra Redonda	2515807	151
Solânea	2516003	350	
<b>SUBTOTAL</b>			<b>3.699</b>
<b>PB05</b>	Belém do Brejo do Cruz	2502003	15
	Bernardino Batista	2502052	76
	Bom Jesus	2502201	34
	Bonito de Santa Fé	2502409	240
	Cachoeira dos Índios	2503308	174
	Cajazeiras	2503704	1.132
	Carrapateira	2504108	28
Conceição	2504405	224	

UGM	Município	Geocódigo	Total de cisternas construídas
PB05	Jericó	2507408	252
	Marizópolis	2509156	69
	Mato Grosso	2509370	76
	Paulista	2510907	200
	Poço Dantas	2512036	74
	Poço José de Moura	2512077	33
	Pombal	2512101	328
	Riacho dos Cavalos	2512804	35
	Santa Helena	2513307	25
	Santa Inês	2513356	120
	Santarém	2513653	45
	São Domingos	2513968	117
	São João do Rio do Peixe	2500700	217
	São José de Piranhas	2514503	162
	Triunfo	2516805	243
Uiraúna	2516904	21	
<b>SUBTOTAL</b>			<b>3.940</b>
PB06	Boa Vista	2502151	124
	Cabaceiras	2503100	170
	Caraúbas	2504074	135
	Casserengue	2504157	15
	Congo	2504702	130
	Coxixola	2504850	32
	Cubati	2505006	197
	Gurjão	2506509	229
	Juazeirinho	2507705	242
	Olivedos	2510501	185
	Parari	2510659	150
	Pedra Lavrada	2511103	355
	Pocinhos	2512002	149
	Santo André	2513851	311
	São João do Cariri	2514008	216
	São José dos Cordeiros	2514800	119
	São Vicente do Seridó	2517102	282
	Serra Branca	2515500	236
Soledade	2516102	235	
Sumé	2516300	72	
<b>SUBTOTAL</b>			<b>3.584</b>
PB07	Água Branca	2500106	119
	Cacimbas	2503555	449
	Desterro	2505402	381
	Imaculada	2506707	423
	Juru	2508000	97
	Livramento	2508505	412
	Manaíra	2509008	122
	Maturéia	2509396	175
	Princesa Isabel	2512309	357
	São José de Princesa	2514552	75
	Taperoá	2516508	404
	Tavares	2516607	431
Teixeira	2516706	411	
<b>SUBTOTAL</b>			<b>3.856</b>
PB08	Alagoa Grande	2500304	203
	Alagoinha	2500502	84

UGM	Município	Geocódigo	Total de cisternas construídas
<b>PB08</b>	Algodão de Jandaíra	2500577	64
	Araçagi	2500809	90
	Araruna	2501005	394
	Areia	2501104	115
	Bananeiras	2501500	278
	Belém	2501906	206
	Cacimba de Dentro	2503506	478
	Caiçara	2503605	216
	Campo de Santana	2516409	326
	Dona Inês	2505709	178
	Duas Estradas	2505808	115
	Lagoa de Dentro	2508208	150
	Logradouro	2508554	168
	Mari	2509107	30
	Mulungu	2509800	20
	Pilões	2511608	85
	Pirpirituba	2511806	87
	Riachão	2512747	54
	Serraria	2515906	90
Sertãozinho	2515930	70	
<b>SUBTOTAL</b>			<b>3.501</b>
<b>TOTAL</b>			<b>29.875</b>

Fonte: ASA, 2008 (Recebido por e-mail).